

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**Observações sobre Desemprego e Qualificação
entre os Trabalhadores e as Trabalhadoras de
Campinas (SP/BR):
Mundo Real ou Virtual?**

Ruth Marilda Fricke

1999

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**Observações sobre Desemprego e Qualificação
entre os Trabalhadores e as Trabalhadoras de
Campinas (SP/BR):
Mundo Real ou Virtual?**

Ruth Marilda Fricke

1999



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**Observações sobre Desemprego e Qualificação
entre os Trabalhadores e as Trabalhadoras de Campinas
(SP/BR):
Mundo Real ou Virtual?**

Ruth Marilda Fricke

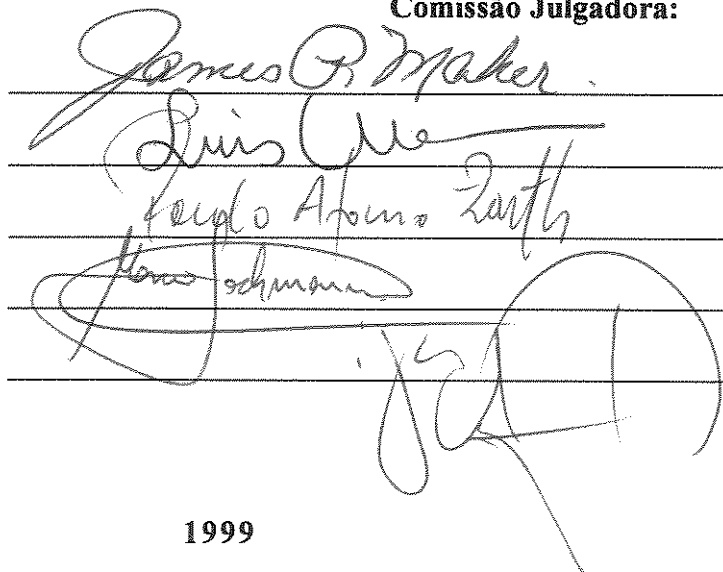
Orientador: Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Regina Célia Carvalho Pinto Moran

**Este exemplar corresponde à redação final da tese
defendida por Ruth Marilda Fricke e aprovada pela
Comissão julgadora.**

Data: 16-julho-1999

Comissão Julgadora:


James R. Baker
Luis C. Me
Carlos Alberto Zarth
Hans-Joachim
J. G. I.

1999

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

F917o Fricke, Ruth Marilda

Observações sobre desemprego e qualificação entre o
trabalhadores e as trabalhadoras de Campinas (SP/BR)
mundo real ou virtual ? /Ruth Marilda Fricke. --Campinas, SP :
[s.n.], 1999.

Orientador: Newton Antonio Paciulli Bryan.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Desemprego 2. Qualificações profissionais 3. Educação e
Trabalho 4. Estatística 5. * Exclusão Social. I. Bryan, Newton
Antônio Paciulli. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título

A autora:

Ruth Marilda Fricke é graduada em Pedagogia pela UNIJUI (Ijuí - RS) e mestre em Estatística pela UNICAMP (Campinas - SP). É professora da UNIJUI - Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul desde 1976, na área de Estatística na graduação e na pós graduação, e de Investigações de Campo no Mestrado de Educação nas Ciências e de Estatística e Probabilidade no Mestrado de Modelagem Matemática. Coordena o LABEST/UNIJUI, do qual foi fundadora, que presta assessoria às pesquisas da comunidade acadêmica nos períodos de 1986 a 93 e de 1998 até a presente data. Atualmente está organizando um curso de Especialização em Estatística e faz as seguintes pesquisas: a) Educação Estatística para o ensino de 1º e 2º grau; b) Qualidade de Vida na área urbana de Ijuí - 1986-2000. Também participa do Grupo da UNITRABALHO - Região Sul no Projeto de Pesquisa sobre reestruturação produtiva: "Trajetórias de vida e de trabalho dos trabalhadores da Região Sul".

RESUMO

Tempos de revisão no modo de produção e na organização do trabalho, os trabalhadores buscam explicar o desemprego e o aumento do potencial de emprego através de valores em torno da Educação, Qualificação Profissional, Automação, Democracia e Movimentos Sociais. Em fevereiro de 1996 em Campinas (SP-Brasil), o índice de desemprego foi avaliado em 17,2%. Para a pesquisa, foram selecionados aleatoriamente 364 trabalhadores na área urbana, ($\epsilon r < 0,05$). A Análise de Regressão Logística, restrita à oposição entre a condição de Empregado e Desempregado, permitiu conhecer as relações e as atitudes privilegiadas na tentativa de compreender a realidade. Os empregados discordam e os desempregados concordam que o estudo é essencial para obtenção do emprego, ($P < 0.01$) e que a qualificação garante a sua manutenção, ($P < 0.05$). Apesar destas considerações, constatou-se que alta escolaridade está associada com emprego e baixa ou ausente com desemprego. Desempregados afirmam que a solução está nos movimentos sociais, ($P < 0.05$) enquanto parte dos empregados ponderam que a automação não é a grande responsável pelo desemprego. Conclui-se que o desemprego é uma decisão política e sua solução passa pela vontade política e pela educação.

ABSTRACT

Times of revision in the production way and in the organisation of the work, the workers look for to explain the unemployment and the increase of the employment potential through Education, Professional Qualification, Automation, Democracy and Social Movements. In Campinas (SP-Brazil) the index of unemployment of 17,2% was founded in Feb / 1996. For the research, 364 workers is random selected, (ER <0,05). The myths, in its evolutionary dynamics, link with the fight for the obtaining and / or maintenance of the employment. Logistic Regression Analysis, now restricted to the opposition among Employee's condition and Unemployed, allowed to know the relationships and the attitudes privileged in the attempt of understanding the reality. The employees don't believe and the unemployed affirm that the study is essential in the obtaining, (P <0.01), and the qualification guarantees the maintenance of the employment, (P <0.05). But, they who have high scholarity have job and they who is illiterate don't have. Unemployed affirm that the solution is in the Social Movements, (P <0.05), and employees believe that the automation isn't the great responsible for the unemployee's condition. We conclude that unemployed is a political decision and its solution even is a political wish and a educational solution.

O que é justo e sábio fazer?
O que é importante dizer?
O olhar ao derredor pode expressar o grito dos excluídos,
Sem justiça e sem escolha?
Talvez mais um grito solito, talvez sem importância, sem resultados
Mas que se abre virtualmente ao menos

AGRADECIMENTOS

1. Meu primeiro agradecimento é para o povo de Campinas que teve a coragem de manifestar com sinceridade suas crenças e suas opiniões, permitindo a existência destas considerações, que lamento serem limitadas para representá-los com a qualidade que merecem;
2. *Agradeço à Direção, Professores(as) e funcionários(as) da Faculdade de Educação que me abriram as portas permitindo este espaço de reflexões sobre a organização de nossa sociedade, através da riqueza de debates oportunizados, em especial quero agradecer às professoras Márcia Leite, Patrícia Piozzi, Regina Moran cujos encaminhamentos pedagógicos foram decisivos tanto na definição como na riqueza de informações que me foi transmitida, às funcionárias Wanda Fátima dos Santos Silva, dona Ana Iris Martins dos Santos, Nadir Aparecida Gomes Camacho e outros cujo apoio amplo, em todos os momentos, colaborou para que eu não desistisse;*
3. Agradecimentos especiais aos colegas de pós-graduação e do LAPLANE como o Paulino Orso, Edson, Josefina Carazzato, Mauro Zeuri e Greiner Teixeira Marinho Costa que formaram um grupo dedicado e brilhante;
4. *Merecem todo o meu carinho, o Professor Manoel Folledo do curso de Mestrado em Qualidade e demais amigos que conto no Departamento de Estatística do IMECC, um apoio expressivo para o enriquecimento de minha aprendizagem;*
5. Ao grupo da UNITRABALHO, com o qual convivi, trabalhei e aprendi muito durante o período do doutorado, agradeço pelas oportunidades de conhecer pessoas brilhantes verdadeiros repositários de sabedoria;
6. *Em especial quero agradecer aos amigos que me acompanharam com tanto carinho, “especial de bueno, barbaridade”, que são amigos eternamente presentes em meu coração: Corinta e Wanderley Geraldi, Luiz Aguilar, Jimmy Maher, Prof. Césare Lattes;*
7. É importante que eu não esqueça de agradecer à Equipe de Joelho do HC principalmente ao Dr. Sérgio Piedade, à equipe de Fisioterapia do HC, à Equipe do CECOM que me acompanharam, cuidaram de minha saúde com especial carinho, possibilitando que eu concluísse este trabalho e mais, que eu pudesse prolongar minha vida, saudável, por longo e extenso período, inacabado, sem definição sobre seu término;

8. *Aos amigos da UNIJUÍ, principalmente reitores e pró-reitores Walter Frantz, Eronita Barcellos, Dilson Trenepohl e à minha chefe Tania Pereira, demais colegas do departamento e da universidade que fizeram de seu apoio um esforço concreto e, em especial, à amiga e especialista em Português, Prof^a Nilvea Thaís Weimer Bressan, pelo esforço de ler e revisar este texto corrigindo-o com muito carinho*
9. *Aos colegas do LABEST, atuais e do passado, Antonio Corrente, Iara Endruweit Battisti, Fernanda Schaeffer, Fernando Gieseler e outros como a Sonia, Rosane, Sidnei, Renira, Vanessa e demais colegas que fizeram reais sacrifícios assumindo minha carga de trabalho na universidade durante o período em que me ausentei, um agradecimento com especial carinho;*
10. *Ao meu querido orientador, mas não só isso, amigo, Prof. Dr. Newton Antonio Pacciuli Bryan, que me exigiu na medida do crescimento necessário, que me levou a conhecer e ampliar horizontes, acreditando no meu trabalho, apoiando com suas indicações e forma democrática de acompanhamento, que venceu para a vida e continua conosco, maravilhoso e vibrante um verdadeiro exemplo de cidadania;*
11. *A essa família maravilhosa, Ana cristina e Iúna, Iara Regina, Ivana Elisa e Gabriel, Sílvia Raquel, Cecília Helena, minhas filhas e netos, seus companheiros e ex companheiros, e ao João Teodoro Bourscheid, meu companheiro agradeço com carinho. Família esta que nunca se negou a me servir de base emocional ampla e irrestrita, que me auxiliou também diretamente na coleta e organização do banco de dados, entendendo e vivendo todos os momentos em total plenitude, com todos os sacrifícios exigidos, capazes, responsáveis, companheiros, ... Este agradecimento se estende ao meu pai Theodorico, minhas irmãs e meus irmãos;*
12. *Quero agradecer a minha querida mãe, Sonny, que teve a idéia de me fazer, que teve o trabalho de me criar com visão social e de justiça num tempo mais obscuro e ufanista, e que hoje me acompanha de longe com seu carinho com muita saudade também dos irmãos Lino Geraldo, Paulo Alfredo, vó Cecília, Vó Leseta, da filha Sandrinha e outros que mesmo ausentes da realidade os sinto presentes virtualmente.*
13. *Por último quero agradecer ao Lula por ter fundado o PT, espaço amplo e democrático onde a sociedade dos excluídos deposita suas forças e faz apoio para não esmorecer; aos homens, e mulheres engajados nos Movimentos Sociais pela lição de coragem no enfrentamento de uma sociedade socialmente injusta e cruel mas potencialmente mutável!*

SUMÁRIO

	Resumo	iv
	Agradecimentos	vii
	Sumário	ix
	Lista de Figuras	xii
	Lista de Quadros	xiv
	Lista de Tabelas	xiv
	Prefácio	xv
	Glossário	xxi
	Abreviações	xxii
0	Introdução	001
1	Evolução no processo de trabalho e paradigmas de referência	011
1.1	Qualificação do trabalhador e a evolução do processo de trabalho	017
1.2	A divisão do trabalho, qualificação e desqualificação	018
1.3.	Alterações no montante produzido: produção artesanal, em massa e flexível	035
1.4	A questão da qualificação no caso brasileiro	043
2	Herança para o século XXI: desemprego e concentração de renda	059
2.1	Desemprego: ocorrência e evolução ligada a outros fatores da economia	066
2.2	Desemprego avaliado no Brasil	077
3	Trabalhador e trabalhadora de Campinas: preocupações e realidade	089
3.1	Procedimentos metodológicos	095
3.1.1	Metodologia do levantamento de dados	097
3.1.2	Metodologia do dimensionamento amostral	100

3.1.3	Metodologia utilizada na seleção amostral	102
3.1.4	Metodologia do tratamento estatístico	102
4	Padrão de referência do trabalhador campineiro em termos de trabalho e educação	113
4.1	Perfil do trabalhador campineiro	115
4.2	Grandes problemas na ótica do trabalhador	130
4.3	A busca de qualificação	141
4.3.1	A trajetória dos trabalhadores como caracterização do profissional	143
4.3.2	A busca de qualificação através de recursos públicos	146
4.3.3	A busca de qualificação entre os trabalhadores de Campinas	159
5	O desemprego na ótica dos trabalhadores de Campinas	163
5.1	O medo do desemprego na ótica dos trabalhadores de Campinas	168
5.2	As principais causas do desemprego na ótica dos trabalhadores de Campinas	171
5.3	Soluções para o desemprego na ótica dos trabalhadores de Campinas	175
5.3.1	Ações para diminuir o desemprego no âmbito do processo produtivo	176
5.3.2	Ações para diminuir o desemprego no âmbito do processo político	181
6	Reflexões sobre as crenças diante do desemprego e da qualificação	185
6.1	Educação como uma crença: “Você acha que a pessoa que estuda tem trabalho?”	189
6.1.1	Argumentos de discordância para a relação: Estudo X Trabalho	191
6.1.2	Argumentos de concordância para a relação: Estudo X Trabalho	194
6.2	Qualificação como uma crença: “Você acha que o trabalhador qualificado está garantido na empresa?”	197
6.2.1	Argumentos de concordância para a relação: Qualificação X Trabalho	198
6.2.2	Argumentos de discordância para a relação: Qualificação X Trabalho	200

6.3	Democracia como uma crença: “Você acha que existe trabalho remunerado para todos?”	202
6.4	Automação como uma crença: “Você acha que o desemprego cresce com a automação, uso de máquinas para fazer os trabalhos?”	206
6.5	Movimento Social como uma crença: “Você acha que a reforma agrária é uma solução para os desempregados da cidade?”	211
7	Perfis dos trabalhadores de Campinas como reflexo da dicotomia: Emprego e Desemprego	221
7.1	Perfil pessoal	223
7.2	Perfil profissional	225
7.3	Perfil de percepção de problemas	231
7.4	Perfil de percepção do desemprego	234
7.5	Perfil em termos de crenças	237
	Observações finais sobre Qualificação e Desemprego e seus efeitos sociais	241
	Referências Bibliográficas	253
	Anexo 1: Instrumento de Campo - entrevista	261
	Anexo 2: Estatísticas	267
	Anexo 3: Estatísticas básicas e inferenciais	291
	Anexo 4: Artigos publicados	307

LISTA DE FIGURAS

A	Indicadores sociais no Brasil – Rendimento e Analfabetismo - e comparativo com as regiões brasileiras. 1991	xvi
001	Evolução da população brasileira de 1900 à 2000	045
002	População rural e urbana no Brasil de 1940 à 1996	048
003	Comparação da razão de desemprego– 1980/90/93 - num grupo de países.	062
004	Taxas de desemprego padronizadas (Ajuste de sazonalidade) – 18 países da OECD - 1986/96	067
005	Crescimento da razão de participação da força de trabalho feminina, por país – 1983/93	068
006	Número de desempregados em algumas regiões e municípios. - 1995	071
007	Taxa de inflação – 1995 – Grupo dos Sete – MERCOSUL – AL (últimos 12 meses)	072
008	Taxa de desemprego aberto - média e por região metropolitana 91 a 98 – Brasil mês de referência – Agosto	078
009	Índices do Nível de Ocupação segundo o setor de atividade econômica na Grande São Paulo – 1985-96	081
010	Índice do Nível de Ocupação por posição na ocupação – Grande São Paulo – 1985-96	082
011	Pirâmides etárias segundo o local de moradia – meio rural - dos trabalhadores de Campinas – SP – 1996	092
012	Pirâmides etárias segundo o local de moradia – meio urbana - dos trabalhadores de Campinas – SP – 1996	092
013	Distribuição dos trabalhadores de Campinas – SP por faixa etária segundo a atual situação de trabalho	116
014	Distribuição dos trabalhadores segundo o nível de qualificação da profissão por situação atual de trabalho.	119
015	Distribuição dos trabalhadores segundo o grau máximo de escolaridade pela atual situação de trabalho.	124
016	Distribuição dos trabalhadores segundo o tipo de atividade atual	127
017	Comparação de médias de rendimento segundo a condição atual	129

	de trabalho	
018	Principal problema do mundo na opinião dos trabalhadores de Campinas SP por situação de trabalho	130
019	Principal problema do país na opinião dos trabalhadores de Campinas - SP por situação de trabalho	134
020	Principal problema pessoal na opinião dos trabalhadores de Campinas - SP segundo a situação de trabalho	139
021	Realização de curso de preparação para o trabalho que o trabalhador Empregado realiza atualmente	142
022	Jornada de trabalho diária entre os trabalhadores de Campinas (SP) - fev. 1996	144
023	Procura de emprego após a realização de curso profissionalizante do PEQ-SP 96/97	147
024	Taxa de obtenção de emprego segundo a situação atual de trabalho dos egressos do PEQ- 96/97 SP	154
025	Mudanças ocorridas após o curso, na opinião do egresso, segundo a atual situação de trabalho, Egressos PEQ/96 - SP - 1997.	156
026	Variação mensal do nível de emprego - Região de Campinas - 1994/95	165
027	O medo do desemprego na opinião dos trabalhadores de Campinas - SP - 1996	169
028	Principais causas do desemprego na opinião dos trabalhadores de Campinas - SP - 1996	171
029	Principais formas de diminuir o desemprego segundo a situação de trabalho	176
030	Concordância com a afirmação: "Estudo garante trabalho" segundo a situação atual de trabalho	191
031	Concordância com a afirmação de que o trabalhador qualificado está garantido no emprego e a atual situação de trabalho	198
032	Concordância com a afirmação de que existe trabalho remunerado para todos segundo a atual situação de trabalho	202
033	Concordância com a afirmação de que o desemprego cresce com a automação segundo a atual situação de trabalho.	206
034	Concordância com a afirmação de que a reforma agrária é	214

solução para os desempregados da cidade segundo a atual situação de trabalho.

LISTA DE QUADROS

A	Crescimento econômico e do nível de emprego em alguns países no período de 1970 a 1992.	xix
001	População segundo domicílio – Brasil - 1940/1996	048
002	Gastos públicos em alguns países nas rubricas: Outros e Gastos com previdência, habitação e outras políticas sociais.	076
003	Estatísticas da idade em relação a atual situação de trabalho entre os trabalhadores de Campinas. - 1996	116
004	Proporção de Mulheres e Homens segundo a condição de emprego atual.	118
005	Estatísticas sobre o rendimento dos trabalhadores segundo a condição de trabalho atual	128
006	Distribuição dos egressos do PEQ (96/97) segundo o gênero e situação de trabalho seis/doze meses após a realização do curso.	151
007	Concordância (%) comparativa entre as afirmações dos trabalhadores – Campinas (SP – fev/1996	188

LISTA DE TABELAS

001	Distribuição dos trabalhadores segundo o nível de qualificação da profissão por situação atual de trabalho.	120
002	Realização de horas extras pelos trabalhadores de Campinas – SP fev. de 1996	146
003	Opinião dos egressos sobre mudanças na sua vida 12 meses após a realização do curso do PEQ/96	157
004	Distribuição dos entrevistados segundo realização ou interesse em realizar cursos de qualificação e situação de trabalho	159

PREFÁCIO

O DESEMPREGO, A GLOBALIZAÇÃO E ALTERNATIVAS EMERGENTESⁱ

A tentativa de observar uma comunidade no contexto do emprego, desemprego e qualificação, passa inicialmente pela percepção do elemento desencadeador da problemática de um modo mais geral. No caso brasileiro, um dos principais problemas é o modelo concentrador de renda que relega uma grande parte da população a "viver" em situação de extrema miséria. Esta situação tem tendência crescente para os excluídos pelo agravamento da crise que eleva os números do desemprego no país.

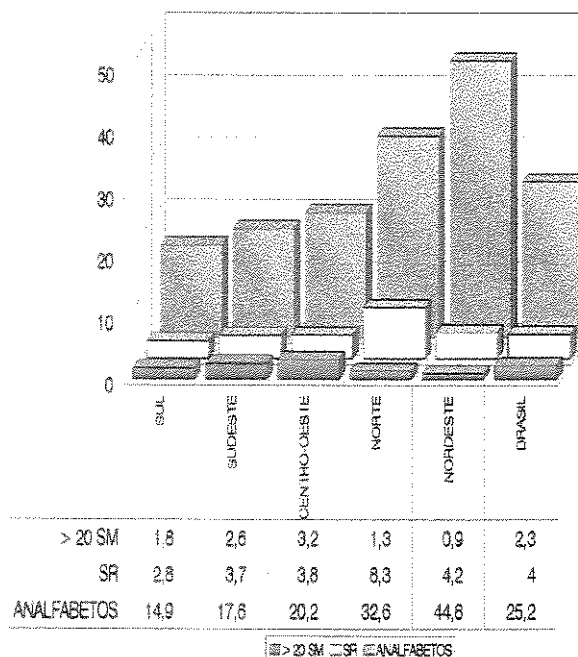
Com a adesão do país à globalização da economia, as grandes empresas reestruturaram seus quadros provocando um crescimento recorde de demissões na área industrial. Este processo não atinge apenas o setor industrial haja vista as demissões no setor bancário e da construção civil para citar as mais impactantes. O desemprego é resultante não somente da introdução de novas tecnologias mas também do crescimento indireto da jornada de trabalho. O acréscimo de horas extras, o não cumprimento das leis trabalhistas precarizam o emprego existente e reduzem a mão de obra ocupada.

ⁱ Este texto foi apresentado pela autora no ECER/96 realizado em Sevilha (Espanha) -16 a 21/set./96.

Observando-se os resultados do Censo/91 apresentados pelo IBGE constata-se que 3,96% dos chefes de família brasileira não têm rendimentos. O IBGE constatou que a renda "per capita" brasileira é de R\$ 2.313,00, porém verificamos que apenas 2,25% dos chefes de família do país ganham acima de R\$ 2.000,00. O Ceará foi o estado brasileiro que apresentou o menor índice de chefes de família sem rendimentos, 1,96% mas é, ao mesmo tempo, um dos que apresenta o menor índice quando

se trata de chefes de família com rendimentos maiores do que 20 SM, 0,99%. Roraima é o estado que tem o maior % de chefes de família sem rendimento, 17,63%, e 1,55% na condição de rendimentos superiores a 20SM. Além desses demonstrativos das desigualdades de rendimentos, observa-se a situação de sobrevivência precária de grande parte das famílias que vivem em domicílios com falta de condições básicas de saneamento. Por exemplo, a falta de banheiro nas residências atinge 24,61% dos brasileiros, a falta de coleta de lixo atinge 21,9% dos domicílios brasileiros e 25,15% da população brasileira, representando 32.768.578 brasileiros, são analfabetos. O estado que tem a maior proporção de analfabetos é o de Alagoas com 51,49% seguido do Piauí (48,77%) e Maranhão (48,77%), o estado da Bahia é o que tem o maior número absoluto de analfabetos, 4.316.248, atingindo 41,43% de sua população. Entre os estados que têm os menores índices de analfabetismo, observamos em ordem decrescente, São Paulo, 13,57%, Rio Grande do Sul, 13,4% e o Rio de Janeiro, 13,07%. Mesmo

Figura A: Indicadores sociais no Brasil – Rendimento e Analfabetismo - e comparativo com as regiões brasileiras. 1991



Fonte: IBGE - Censo/91

muito mais baixos, são dados altíssimos quando observados comparativamente com outros países.

A "precarização" das relações de trabalho vigora no capitalismo contemporâneo, quando o trabalho formalizado é a exceção à regra, e as altas taxas de desemprego impõem mudanças no mercado de trabalho. Estas são as características das economias capitalistas que entraram na era da globalização, isto é, internacionalizam seus capitais. Como em outras revoluções tecnológicas, "o aumento da produtividade" também trouxe como consequência o desemprego tecnológico. Em períodos anteriores, este foi combatido através da redução da jornada de trabalho. Assim, com a diminuição da quantidade de trabalho realizada por cada um, individualmente, mais gente poderia realizar o trabalho e menos gente estaria desempregada. Esta mudança profunda foi conquistada pela força organizada dos trabalhadores. Hoje, a globalização com seu modelo neoliberal, enfraqueceu a união da classe. O fato reflete a "precarização" das relações de trabalho. As garantias são relegadas a segundo plano frente à uma oportunidade de trabalho. Empregos formais diminuem significativamente. Os trabalhadores acabam por procurar resolver fora do âmbito institucional suas questões na luta pela sobrevivência.

Poucas pessoas trabalham num sistema formal: carteira assinada, garantias trabalhistas, e cumprem muito mais do que deviam. Submetem-se a qualquer regime para manter sua inserção nesse processo e garantir seu lugar. Enquanto isso outras, cada vez em maior número, nem sequer são introduzidas no mercado de trabalho. Nunca trabalharam, nem nunca irão trabalhar, ainda mais quando se convive com uma queda acentuada no nível de emprego. O fechamento de postos de trabalho significa que estes não estão simplesmente vagos, mas que não serão novamente preenchidos. A par disso, precisa-se de 1,6 milhão de novas vagas apenas para absorver a mão de obra jovem que concorre no mercado anualmente. Os valores que foram os pilares de sustentação da moral ocidental burguesa sobre

a nobreza do trabalho deixam de ser referência. O perigo reside nesse círculo vicioso, o desempregado "crônico" tende a ser um trabalhador precário se conseguir entrar no processo de produção. Sem uma visão histórica do processo de trabalho, desiste de conquistas que não são suas, para garantir o pouco que é muito perante o que não tinha antes. E, para justificar a solução pela flexibilização das regras nas contratações, os empresários afirmam que os encargos sociais representam um peso de 102,1%. Nesse cálculo incluem até conquistas dos trabalhadores que fazem parte de seu salário direto não se constituindo, portanto, de encargos como feriados, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, adicional de férias. Ainda assim, o desemprego não pode ser solucionado ignorando-se a precariedade da legislação do trabalho e seu cumprimento. Uma revisão das mesmas, sob a ótica dos trabalhadores, estaria contribuindo para a reversão do processo de deterioração crescente das condições de sobrevivência de homens e mulheres na sociedade capitalista.

Por outro lado, certos argumentos utilizados não resistem a uma análise um pouco mais profunda: a regulamentação excessiva por si só não gera desemprego uma vez que países como Argentina e Espanha têm a desregulamentação máxima e altas taxas de desemprego (20 e 24% respectivamente). A reestruturação tecnológica, também, por si só não causa o desemprego, basta verificar que o Japão tem o menor índice, em torno de 3%. Considerar que o mercado informal absorverá a redução de empregos é uma afirmação no mínimo escandalosa pela degradação a que submete o trabalhador que perde seu emprego. E torna-se redundante, pois o trabalho informal está intimamente correlacionado com a renda no setor formal. Com sua diminuição, haverá queda no resultado do setor informal. Observa-se que, com as incertezas da economia, os desempregados ao invés de abrirem suas próprias empresas estão buscando atividades autônomas como saída. Verifica-se o crescimento significativo, por exemplo, do número de camelôs, bancas de comércio informal,

(100% em Campinas em 95) e de vendedores de rua (22% em Campinas/95). Estas atividades, além da incerteza quanto ao rendimento, não têm amparo social previsto pelas conquistas trabalhistas dos trabalhadores.

Avaliar o crescimento econômico como a panacéia do desemprego é uma falácia, se comparamos, por exemplo, o desempenho da Espanha e Suécia. No

Quadro A: Crescimento econômico e do nível de emprego em alguns países no período de 1970 a 1992.

Países/Regiões	Econômico	Emprego
Estados Unidos	76%	45%
Europa	73%	7%
Espanha	93%	(-) 2%
Suécia	43%	16%

Fonte: OECD

primeiro país, o crescimento econômico foi de 93% enquanto o emprego total caiu 2%. No mesmo período, considerado de 1970 a 1992, na Suécia cresceu 43% e seu emprego total aumentou 16%. Conclui-se que o nível de emprego é quase uma escolha, uma decisão política. Optar pelo desemprego, como parece ser a opção do

governo brasileiro como custo social da estabilização econômica, é socialmente insustentável. Considere-se nesta análise que as parcelas de gasto social brasileiro, "per capite", são 73,4% menores do que as do Uruguai e 71,6% menores do que as da Argentina.

Na prática, muitas propostas e acordos emergem nas negociações entre trabalhadores e empresários que caminham na direção preferencialmente apontada de redução da jornada de trabalho e flexibilização. Na Alemanha, foi proposto um pacto que tem por objetivo reduzir o percentual de desempregados de 10 para 5%. A proposição inclui, entre outras medidas, a transformação das horas-extras em novos empregos, a diminuição da jornada de trabalho e a flexibilização das relações de trabalho. Na França, vem sendo implantado pelo governo do PS, através de negociações setoriais, é a semana de 35h e o emprego de jovens com salário reduzido. Na Argentina, os acordos estão ocorrendo por

empresa com o sindicato da categoria - regras trabalhistas mais flexíveis e a possibilidade de ajuste na jornada de trabalho de acordo com o volume de produção. Estes acordos também não garantem o crescimento do nível de emprego, talvez o de ocupação.

No Brasil, segue-se o exemplo da Argentina. Alguns casos de acordos emergem de empresas brasileiras com a negociação com alguns sindicatos no sentido de flexibilizar a jornada de trabalho para evitar demissões. Essa flexibilização na jornada ligada com a produção evitaria pagamento de horas extras nos períodos de atividade máxima e custos de manutenção nos períodos de atividade mínima. As empresas da grande SP e do ABCD vêm adotando cada vez mais o recurso de férias coletivas para diminuir o custo de manutenção nos períodos de baixa produção, principalmente no setor automobilístico afetado pelas importações e retração do consumo. O primeiro acordo de flexibilização já foi firmado: redução da jornada de trabalho e de estabilidade recíproca - sem demissões por parte da empresa e sem pedido de demissão dos trabalhadores. A redução da jornada seria gradativa, 6 meses para 42,5 horas semanais e em 6 meses para 40 horas.

Estas medidas são parciais, não diminuem o índice de desemprego, desafogam a empresa, mantém a margem de lucro e a produtividade. São medidas de “mão única”. Garantem o emprego para quem já tem um trabalho formal, não atingem os marginalizados, sub-empregados e os desempregados crônicos. Todas elas são paliativas, superáveis a curto prazo. Os encaminhamentos são de cunho político e por isso dependem de inversão de prioridades que atualmente orientam as políticas do país, sejam elas de natureza social e/ou econômica.

Ruth Marilda Fricke

Pedagoga e Estatística

UNIJUÍ - Ijuí (RS)

GLOSSÁRIO

1. “DÓXA” -CRENÇAS, VALORES, OPINIÕES	Valores estes que serão tratados como a “dóxa”, opinião das pessoas a respeito dos fatos sociais que funcionam como verdadeiras leis. São construídas e reconstruídas por elas mesmas, pelo grupo social, pela mídia, pelos grupos formadores de opinião. Estes interferem no cotidiano das pessoas de forma manipuladora, restabelecendo ou reafirmando os espaços de poder. Os valores, a “dóxa”, são em certo aspecto valores mitificados pelo que expressam ao tentar explicar a realidade. Vão sendo projetados no tempo e reescritos em seu significado.
2. ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA	O modelo de regressão logística é uma estatística de interesse no estudo das relações entre a presença ou ausência da resposta frente as variáveis explicativas como composição da explicação de sua ocorrência.
3. EMPREGABILIDADE	Elementos adquiridas pelo indivíduo que lhe conferem oportunidades de obter emprego;
4. GLOBALIZAÇÃO	Internacionalização da economia, ausência de limites de nacionalidade;
5. QUALIFICAÇÃO	Qualificação é a busca de requerimentos, competência, proficiência, conhecimentos amplos e intercomplementares para o desempenho de uma atividade;
6. REAL	Sucessão aleatória de fatos com intervenção humana limitada;
7. SOCIEDADE ATRASADA	Sociedade com estrutura populacional atrasada é aquela cuja pirâmide estaria por gênero apresenta uma base larga (alta natalidade) e uma cúpula aguda (alta mortalidade) e por uma população pouco concentrada nas faixas de idade produtiva
8. SOCIEDADE DESENVOLVIDA	Sociedade com estrutura populacional desenvolvida é aquela cuja pirâmide estaria por gênero apresenta uma base estreitada (baixa natalidade) e uma cúpula ampliada (baixa mortalidade), e por uma população concentrada nas faixas de idade produtiva
9. VIRTUAL	Projetado, visão de fatos projetados, realidade projetada via informática;

ABREVIACÕES/SIMBOLOGIA

ABREVIACÕES/SIMBOLOGIA	SIGNIFICADO
ARL	Análise de Regressão Logística
QT	Qualidade Total
$\bar{X}$	Média Aritmética

**Observações sobre Desemprego e Qualificação
entre os Trabalhadores e as Trabalhadoras de
Campinas (SP/BR): Mundo Real ou Virtual?**

Observações sobre Desemprego e Qualificação entre os Trabalhadores e as Trabalhadoras¹ de Campinas (SP/BR): Mundo Real ou Virtual?

INTRODUÇÃO

A sociedade humana, suas organizações, ações e modos de pensar constantemente estão em mudança. Este movimento representa avanços e / ou retrocessos dependendo do ângulo privilegiado na análise. Os próprios conceitos, ou formas de ver os fatos, se multiplicam e coexistem, ainda que contraditórios de forma dinâmica. Com isso, as relações humanas são permeadas pela “dóxa” - crenças, valores, opiniões² que, com o decorrer do tempo, vão sendo mitificados. Não se explicam totalmente no tempo presente, nem sempre refletem os fatos como estão ocorrendo e, no embate com o cotidiano, vão sendo transcritas e decodificadas com interpretações diferentes segundo os diferentes contextos.

Os valores, assim como são desenvolvidos, também são destituídos, pois os contrastes levam a uma evolução. Nesse movimento, situam-se os

¹ Em questões de gênero, a partir deste momento, serão tratados, como por exemplo, “os trabalhadores e as trabalhadoras” simplesmente por: “os trabalhadores”. Este fato é circunstancial e não de convicção, pretende apenas não deixar o texto pesado para a leitura. Tratamento análogo é válido para outras situações nas considerações de gênero, tipo inativo e inativa, desempregado e desempregada, empregado e empregada, campineiro e campineira.

² Valores estes que serão tratados como a “dóxa”, opinião das pessoas a respeito dos fatos sociais que funcionam como verdadeiras leis. São construídas e reconstruídas por elas mesmas, pelo grupo social, pela mídia, pelos grupos formadores de opinião. Estes interferem no cotidiano das pessoas de forma manipuladora, restabelecendo ou reafirmando os espaços de poder. A “dóxa”, são em certo aspecto valores mitificados pelo que representam ao tentar explicar a realidade. Vão sendo projetados no tempo e reescritos em seu significado.

modelos de organização da sociedade e suas formas de trabalho. Hoje, a organização do processo produtivo está atingindo seu limite, passa por mudanças de enfoque de produção com as quais muito contribui o desenvolvimento do modelo japonês. As limitações do modelo de organização produtiva podem ser observadas na perda de produtividade, na retração do consumo, na falta de empregabilidade dos indivíduos e, principalmente, no crescimento da exclusão social. O grupo dos excluídos permanece à margem do desenvolvimento social, participa minimamente das decisões e não tem emprego, não tem renda, não tem teto. No momento, diversos grupos sociais que se encontram nessa situação exercem seu poder de pressão ao buscar encaminhamentos que modifiquem sua participação ou sua não participação. A pressão é exercida não apenas por movimentos sociais organizados mas, principalmente, pelo poder da presença massiva, são milhões³ de brasileiros desempregados em 1996!

Muitos excluídos em termos de cidadania, de emprego, de qualificação profissional, de leitura e escrita, ...

A exclusão começa pela Educação. Esta sempre foi considerada no país, ao menos na classe média, uma forma de ascensão social, uma maneira de garantir emprego e sobrevivência. Para as camadas populares, a educação nem sempre se constituiu em porta para o trabalho, uma vez que trabalho possível é o trabalho braçal, sem exigência de “letras”. Esses trabalhos disponíveis exigem força e paciência para realizar tarefas repetitivas e cansativas. Mas, sob o aspecto de crença e expectativa sempre manteve seu poder como “verdade”.

³ Só em São Paulo estariam em torno de 1,7 milhão de desempregados em 1998.

repetitivas e cansativas. Mas, sob o aspecto de crença e expectativa sempre manteve seu poder como “verdade”.

É nesse contexto que a introdução de novas tecnologias, as mudanças na organização do trabalho com a qualidade e a internacionalização da economia, abrem caminho para a reestruturação das empresas e a otimização da produção. Esse movimento pretende evitar desperdício de tempo, materiais, diminuindo os custos de produção. Também pretende diminuir o número de trabalhadores “necessários”, alterando significativamente a possibilidade de inserção das pessoas no mundo do trabalho. Esta tendência passa a ser mais uma forma de limitação para esse grupo de trabalhadores. Coloca-os, ao menos a curto prazo, sob um impasse aparentemente insolúvel. Por um lado impõe a qualificação, exigindo maior nível de escolaridade. Por outro, a produtividade depende de outros elos na cadeia de produção: a informatização e a robotização da produção, demandando a redução da necessidade de trabalhadores para funções não técnicas.

No Brasil, os trabalhadores, mesmo os qualificados, não estão garantidos nem quanto ao acesso nem em relação à permanência no emprego. Os postos de trabalho são extintos não apenas pelas mudanças introduzidas no processo de produção e adoção de novas políticas de gestão. Também são extintos porque a “indústria” da especulação financeira, hoje, é um dos principais elementos da busca de lucro das empresas, mudando seu caráter. A estabilidade e manutenção do emprego, para os trabalhadores, começam por fazer parte de elos perdidos no decorrer dos tempos, como efeito da flexibilização nos contratos de trabalho, da diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada.

A meta atual na contratação de trabalhadores apresenta uma dualidade: trabalhador flexível e multifuncional; emprego temporário e

flexível. Sob esta ótica, a qualificação tem que ser, também, flexível e multifuncional. Nas relações trabalhistas, as normas rígidas são flexibilizadas e é evidente uma parceria de intenções entre empresa e Estado que exclui a participação do trabalhador. Num primeiro momento, o movimento revoluciona o setor industrial pela modernização dos equipamentos e manejo da produção. Num segundo momento, a reengenharia nos empregos se expande de forma dinâmica.

E, ainda, é ratificada quando produz mudanças que alteram o potencial de crescimento e expansão de muitas empresas. Estas alterações a potencializam de tal forma que vai sendo adotada de forma quase generalizada também nos outros ramos de trabalho. Atinge setores que eram intocáveis como o de serviços, por exemplo. Outra consequência direta da adoção do modelo japonês nas formas de produção é a subordinação de empresas assemelhada com a dos trabalhadores. A subordinação do trabalhador implica em disponibilizar sua capacidade produtiva sem poder de gerenciamento nessa transferência. A subordinação da empresa a coloca em regime de dependência atrelada a empresas-mãe que definem a demanda e comercialização dos produtos.

Acompanhar todas estas situações e fatos é quase impossível pela rapidez com que se sucedem. Explicações, ou ao menos compreensão dessa evolução, obsoletizam-se com frequência, e só é possível ater-se a um recorte para que se possa, enfim, registrar alguns fatos. São tantas as indagações: O que de fato está ocorrendo é uma mudança ou uma acomodação? Este é um mundo real ou virtual? Como o trabalhador “explica” esses fatos e sua própria inserção no mundo do trabalho? Algumas destas indagações serão delineadas, sem pretensões de realizar uma abordagem ampla e exaustiva.

A abordagem está relacionada com a qualificação e a desqualificação do trabalhador ao longo do processo evolutivo sob o ângulo da formação. O estudo da evolução do processo de trabalho, de uma certa forma, é também uma análise da diferenciação entre as exigências de formação no trabalho braçal e intelectual. Isto considerando que o segundo distinguiria o trabalhador pela realização de tarefas mais especializadas, exigindo maior nível de instrução. As observações sobre a evolução no processo de trabalho e suas conseqüências na qualificação do trabalhador relacionada ao fortalecimento do processo de acumulação de bens são tratadas no capítulo 1. Estas reflexões não pretendem ser abrangentes, nem sequer um resumo de questões tão complexas, apenas um situar-se no contexto evolutivo.

No capítulo 2 começa-se a apresentar as decorrências do atual quadro de organização humana. Toma-se como tema principal uma das heranças deixadas para o século XXI, que é o desemprego, através de uma discussão em torno de suas implicações. Procura-se traçar um quadro comparativo e situado através de informações sobre o desemprego, opondo a ocorrência e evolução em países mais ricos, bem sucedidos economicamente e em países pobres, em desenvolvimento. Estas informações estão ligadas a outros fatores da economia e avaliam parte do impacto numa sociedade ao mesmo tempo globalizada e excludente. São enfocadas algumas tentativas de frear esse movimento no sentido de situar a análise na direção da visão do trabalhador.

O recorte proposto para conseguir uma visão privilegiada desse movimento na sociedade e do olhar do trabalhador foi uma pesquisa realizada na cidade de Campinas (SP). Esta cidade se constitui num pólo industrial, comercial e educacional importante no Estado paulista, capaz de refletir em seu microcosmo alguns dos mais marcantes contrastes,

primeiro e terceiro mundista. As informações em profundidade são dados secundários obtidos junto a órgãos oficiais (SEADE/IBGE/DIEESE, OECD, ...) e primários através do levantamento da sensibilidade do morador campineiro em avaliar a sua inserção no mundo do trabalho. Estes dados vão compondo o quadro de referência discursiva no capítulo 3. Pretendeu-se, também, definir o delineamento amostral e situar os limites de abrangência teórica e metodológica para a análise. A metodologia estatística, utilizada para ampliar, obter as informações em toda a sua potencialidade e para explicitar relações subjacentes que permanecem obscuras num primeiro olhar, foi, além das associações e descrições, principalmente a Análise de Regressão Logística. Este método permite estabelecer as principais distinções entre os valores de uma variável dicotômica de interesse para o estudo sob o enfoque de variáveis explicativas que intervêm no comportamento da variável resposta.

Na tentativa de estabelecer um quadro de referências para contextualizar os trabalhadores de Campinas, traça-se, no capítulo 4, o perfil profissional, educacional e social dos mesmos. Também é objeto de estudo a sintonia e decodificação de alguns problemas mais amplos que interagem na sua compreensão dos fenômenos sociais. Estes participam na explicação de sua realidade, permitindo antever a grande importância da inserção social e da escolaridade como fatores intervenientes na empregabilidade, dos trabalhadores campineiros.

No capítulo 5, observa-se o impacto e reação dos campineiros, sob a ótica de sua atual situação de trabalho, frente ao fenômeno desemprego. A partir dos dados obtidos em fevereiro de 1996, foi dimensionada uma alta taxa de desemprego, 17,2%. Com estes dados, conclui-se que o desemprego afeta muitos lares, sendo difícil encontrar famílias sem

desempregados. Grande parte dos trabalhadores de Campinas têm medo de ficar desempregado (45.5%), ou então, já se encontra nessa condição (15,6%). Também constata-se que o medo de ficar desempregado está associado significativamente com a situação atual de trabalho, ($P < 0.0000$). Para os campineiros, a origem do problema está situada em questões de ordem política, principalmente em âmbito nacional (54.4%). Eles traçam considerações sobre o fenômeno desemprego e indicam possíveis formas de diminuir sua ocorrência. Uma proporção razoável de campineiros, (12.5%), admite ignorar as formas que poderiam ser adotadas para diminuir o desemprego. Entre os que buscam encaminhamentos, as opiniões podem ser agrupadas, fundamentalmente, em duas instâncias: a do processo produtivo e a do processo político.

No capítulo 6, pretendeu-se encaminhar reflexões e ambigüidades do tipo - Real ou virtual? - relacionadas com a atual situação de trabalho do trabalhador campineiro. Isto, em parte, é possibilitado com a apresentação da “dóxa” – crenças, opiniões - na realidade. O acesso ao trabalho, os paradigmas populares de referência fazem confronto com o presente, as preocupações e a realidade do trabalhador campineiro. Para ele, a Exclusão social constitui-se, hoje, no principal problema do mundo. A crise, pela qual passa o nível de emprego na região, é a principal preocupação do morador de Campinas (SP). De um modo geral, essa visão vai definindo os limites entre o discurso, o imaginário e as verdadeiras “portas” de inserção no mercado de trabalho no atual momento. A preocupação financeira na vida pessoal do campineiro é preponderante indicando que, independente de ter ou não um emprego formal, sua preocupação maior vai ser a criatividade para sobreviver, aliás como parece ser a dos demais brasileiros.

No capítulo 7, retoma-se a dicotomia emprego/desemprego através de observações sobre os reflexos do processo de Globalização da economia. Esta discussão estabelece suas reflexões sobre os níveis de desemprego e qualificação dos trabalhadores campineiros. Principalmente, estabelece-se o quadro de referência que contrapõe - empregado e desempregado - “redescobrimo” e contrastando suas principais características. A técnica estatística de Análise de Regressão Logística, aplicada aos dados do levantamento, relaciona a variável resposta com diversas variáveis explicativas. Sob essa ótica, foram traçados diversos perfis em forma de equações que indicam a participação das variáveis explicativas. Os perfis são da seguinte ordem: pessoal, profissional, de percepção do desemprego, de percepção de problemas e da “dóxa” – crenças, valores, opiniões.

Na conclusão, procura-se reconstruir as experiências dos trabalhadores nas principais características que distinguem o real do virtual quando observados sob a ótica do emprego / desemprego. Tenta-se idealizar as respostas da educação para o trabalhador e do trabalhador para a educação no que é possível. A formação não pode ter caráter excludente em seu currículo, deve-se buscar o incentivo à formação integral. Esta tarefa será gerada pelas observações realizadas, e esvaem-se nos diversos campos educacionais, esquecidos para os desfavorecidos.

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO E PARADIGMAS DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO E PARADIGMAS DE REFERÊNCIA

Em nossas sociedades, a “economia política” de verdade têm cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escrituras, meios de comunicação); enfim é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).⁴

As mudanças na organização da sociedade nem sempre são levadas a termo considerando uma sociedade participativa. A cada tempo, “verdades” são instituídas para justificá-las, gerando ações e reações mas não participação. A “verdade” atual parece ser a da “qualidade total”. Ela altera as relações de produção através do gerenciamento visando uma produção mais “racionalizada” e “cooperativa”. Pretende a adesão dos trabalhadores a esse projeto. Para que essas mudanças se efetivem, em termos de “decisões” e “participação”, as responsabilidades pelo processo de produção agora são divididas entre trabalhadores e técnicos. Os empresários aderem a um conjunto de idéias de administração modernizada e uso de técnicas para evitar desperdício, aumentando a taxa de

⁴ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1992

produtividade. Estas idéias fazem sucesso porque elas permitiram a reconstrução de alguns países e redistribuíram o poder econômico no mundo. Eles também querem participar desse sucesso. Por isso, a par de alguma implantação de técnicas de controle de qualidade, reproduz-se principalmente o discurso da qualidade. Este procura justificar a reorganização das políticas de trabalho sob ações como as da reengenharia para garantir a “fábrica mínima” onde a qualificação e a multifuncionalidade são características esperadas. Mas o nível de emprego também é reduzido.

Nem sempre este discurso desvenda os reais problemas nem a sua dimensão de uso e abrangência. Admitido como “verdade”, é uma forma de influenciar a opinião pública, garantindo a adesão também dos trabalhadores a esse projeto. Entre empresários que discutem a qualificação no mundo do trabalho, se lhe atribui uma ênfase que pode ser apenas virtual. Pretende-se a qualificação com o poder de conferir empregabilidade ao trabalhador, reforçando a idéia que esta é uma das molas mestras do desenvolvimento. Por isso, passa-se como de domínio público, que uma região que se especializa, buscando o aumento de conhecimento de seus membros tende a poder solucionar os problemas de forma mais satisfatória. A região seria mais eficiente para apresentar crescimento econômico. Evidentemente que esses conceitos não abrangem todos os ângulos da questão.

Nessa circunstância, o conhecimento em si parece não ser tão importante, mas o uso que se faz dele sim. Em primeira , resulta como produto desse discurso, responsabilizar o indivíduo pelos seus fracassos. Se não consegue emprego, se não têm colocações melhores, “deve-se à sua falta de qualificação”. É evidente que favorece a empresa contratar trabalhadores já com maior capacitação técnica. Isenta-a de investir para

qualificá-los, e permite exigir deles um rendimento mais especializado. Isto potencializa o produto no sentido de chegar ao consumidor com as especificações desejadas, que garantem sua qualidade e valor agregado. Conseqüentemente garante a competitividade da empresa no mercado, sem desgaste econômico do capital e sem reduzir sua lucratividade.

Por outro lado, essa capacitação vem sendo assumida também como uma obrigação do Estado. Logo a responsabilidade passa a ter dois níveis apenas: o indivíduo e o Estado excluindo a empresa que, em última instância, é a beneficiária direta. O custo do investimento passa a ser um custo social e canaliza recursos públicos. A qualificação é, então, financiada, direta ou indiretamente, pelos próprios trabalhadores. Naturalmente que o crescimento industrial não depende apenas da qualificação do trabalhador. Resulta também de outros fatores como investimentos realizados, capacidade gerencial, potencialidade de distribuição, ... Mas estes têm retorno mais programável e gerenciável.

As relações entre aquele que é consumidor ou consumidora e a empresa estão mudando. Numa sociedade de exclusão social e acumulação de riquezas, ser um consumidor está cada vez mais se restringindo a pequenos grupos. E este consumidor não se permite o desperdício de consumir produtos de qualidade e durabilidade inferior. Ele têm se valido de seus direitos. Tornou-se mais exigente a cada avanço na produção. Às empresas resta responder aos desafios se querem ser competitivas e permanecer em atividades. Já os trabalhadores tentam adequar-se às exigências feitas no âmbito do trabalho na tentativa de manter e/ou obter emprego. Essa busca de adequação ocorre mesmo que as mesmas se constituam em: “dóxa”, - crenças e opiniões - que se realizam apenas parcialmente. E são apregoadas apenas no discurso.

Assim,

*o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa somente como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que têm por função reprimir.*⁵

A formação desses valores representa o poder junto aos trabalhadores e se mantém porque estes são veiculados e defendidos também por eles mesmos. O trabalhador “precisa” desses apoios para continuar buscando seu espaço. Esse espaço torna-se cada vez menor e a exigência de qualificação cada vez maior.

Para compreender a situação atual é necessário buscar um pouco da evolução das formas de organização para a produção de bens. O trabalho necessário para produzir um bem difere, na maioria das vezes, do que era realizado no início do século e em séculos anteriores. Muitas mudanças foram introduzidas ao longo dos tempos que revolucionaram o mundo da produção e os processos de trabalho. Estas mudanças devem-se à introdução de novas tecnologias, de novas idéias em termos de gerenciamento, da evolução das relações de dependência entre os seres humanos e da intervenção dos trabalhadores por melhores condições de sobrevivência.

Tornou-se, portanto, importante avaliar o quanto permanece da idéia da pertinência da qualificação do trabalhador em relação ao processo de trabalho. Também importa avaliar como a mitificação desses valores no âmbito do capital interfere como instrumento de regulação da obtenção ou manutenção de emprego. A par das particularidades de cada caso, reproduz-se, nesse recorte, a organização e o comportamento de uma

⁵ FOUCAULT, M. Op. Cit. 1992.

sociedade capitalista. Esta análise vai buscar no trabalhador os reflexos deste discurso e como ele próprio o retransmite.

1.1 - QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR E A EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

O estudo da evolução do processo de trabalho relacionado com a qualificação e a desqualificação do trabalhador é também uma análise da diferenciação entre as exigências do trabalho braçal e intelectual. Isto considerando que o segundo distinguiria o trabalhador pela realização de tarefas mais especializadas, com maior nível de instrução e remuneração. Marx relaciona trabalho com as formas de produção, dizendo que a uma nova forma de produção seguiria uma nova forma de trabalho. A qualificação do trabalhador evolui junto com essas formas. Ainda que possa parecer que haja um certo "determinismo" presente nestas considerações, elas se explicam pela "não neutralidade" dos fatos. Com o advento de novas formas de produção, adotar-se-iam novas relações trabalhistas e classistas que permitiriam a sua existência.

O capitalismo é reestruturado dando novas dimensões ao poder das forças trabalhadoras que, por sua vez, se reordena mudando os meios de produção. Nesse contexto, o homem que deve realizar um trabalho braçal exaustivo, como resposta às exigências do mercado da época, com as mudanças introduzidas no processo produtivo, têm que mudar sua capacitação. Dá lugar a trabalhadores sendo capacitados para exercer tarefas absurdamente repetitivas e parciais. Na sequência, ele é chamado para participar na tarefa de produzir com conhecimento teórico do processo total de trabalho. É capaz de auto-gerir sua atividade, com poder de parar toda a fábrica se necessário, co-responsável pela qualidade, pelo sucesso do que produz e satisfação de quem consome. Estas constatações

revelam os limites do sistema, cada vez mais excludentes, fechando o círculo de trabalhadores qualificados que têm espaço de trabalho.

Com base nos primeiros acertos, se caminha, atualmente, para uma nova reestruturação voltando o olhar para o trabalhador. Como repete, John Humprey⁶, o empresário dá-se conta de que entre as duas mãos que ele contrata para trabalhar existe um cérebro que as acompanha sem ônus. Isto leva o discurso, na empresa, através da adesão ao método japonês, a evoluir para os discursos de “interesses comuns”, “formas de cooperação”, “grande família”, etc.

1.2 A DIVISÃO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E DESQUALIFICAÇÃO

O trabalho, como ação humana, transforma os elementos em unidades de consumo, sejam elas de consumo individual ou coletivo. O homem responde inicialmente às suas próprias necessidades e de seu grupo. Neste ato seu trabalho, apesar de intencional, têm o limite dado pelo uso. Produz e reproduz o que utiliza. Troca quando for o caso e só vende quando começa a produzir mais do que consome. Quando os bens são coletivos, o homem tende a se agrupar na tarefa de produzi-los, pois sozinho não atingiria seus objetivos. Essas ações coletivas como caçar, coletar, construir locais de moradia respondem às suas necessidades. O "trabalho" desempenhado pelos animais também representa, em muitas ocasiões, uma ação que provoca mudanças, mas é instintiva. Aparentemente, será repetida sempre da mesma maneira, apesar da evolução da sociedade e da natureza. Para o homem, o trabalho é uma

⁶ Ouvido na palestra do Dr. John Humprey no IG/UNICAMP, dia 28/05/97 : “ Ouvi da boca de um empresário que a beleza de tudo isso é que a cada par de mãos pagas você têm um cérebro gratuito associado”

ação diferente. Antes de o executar produz uma imagem do mesmo. Esta vai sendo modificada, aperfeiçoada durante o tempo em que vai sendo realizada.

À medida que o homem se coletiviza, passando a viver em grupos, suas tarefas vão se complexificando. Desenvolve tarefas necessárias para atingir seus objetivos como os de se proteger, de procriar, de manter a espécie. Esse desenvolvimento gera uma certa divisão de tarefas. Muitas vezes, essa divisão de tarefas obedece a uma separação por sexo. As mulheres procriam, criam seus filhos e isso as leva a permanecer mais sedentárias. Enquanto o homem se ocupa das atividades que exigem força, afastamento do local de moradia, enfrentamento de perigos. A vida coletiva e sedentária transforma as próprias necessidades dos homens e das mulheres. É preciso construir moradias, desenvolver meios de locomoção, ampliar as possibilidades de alimentos,

São ações permeadas por criatividade que respondem a desafios do próprio meio. Elas vão se acumulando, repetindo e definindo figuras como as do caçador, do plantador, do tecelão, ..., do professor, do chefe, ... É a acumulação de experiências que vai passando de pai para filho, de mestre para aprendiz, que produz o conhecimento necessário para o desenvolvimento dessa atividade, gerando a profissão. A sua realização exige uma qualificação para seu desenvolvimento. Também, nesse ínterim, o homem passa a produzir riquezas para seus chefes, como forma de garantir prestígio e poder perante outros grupos de homens. Busca se destacar de outros grupos pela força, pela ostentação de poder e de riqueza. Com isto, um punhado de seres humanos cria um padrão de comportamento - o de permitir que o resultado de seu trabalho só lhe pertença à medida que é necessário para sua subsistência.

A complexificação da sociedade na direção do processo de acumulação de riqueza gera a transformação da força do trabalho em mercadoria. O artesão, com domínio total das etapas para a produção de um bem, podia ser denominado de trabalhador qualificado. Ele tinha toda a formação para exercer essa tarefa. Com a divisão da produção e sua complexificação foi adotado o parcelamento do trabalho em tarefas mínimas. Este fato encaminhou a desqualificação do trabalhador.

As atividades reduzidas a parcelas mínimas não necessitam de um trabalhador qualificado para sua realização. Com a falta de exigência de formação, o trabalhador aos poucos perde a qualificação adquirida. O trabalho, nas formas que ele assume sob as relações capitalistas, apresenta uma diferença fundamental com os processos anteriores: a compra e venda da força de trabalho. Nessa relação, parte dos trabalhadores só têm acesso aos meios de produção se venderem sua força de trabalho. Essa participação do seu trabalho permite a expansão do capitalismo.

A classe trabalhadora era insignificante, em termos numéricos, em termos de poder, até o século XIV, no período do capitalismo mercantilista baseado na troca de produtos excedentes. Esta classe foi se tornando significativa, (quantitativamente), com o advento do capitalismo industrial, século XVIII. Ainda no início do século XIX, 4/5 da população americana trabalhava por conta própria.⁷

Distinguem-se três respostas do homem às exigências da sociedade constituída nos diversos processos de trabalho: o homem primitivo que reage com "naturalidade" ou melhor intuitivamente aos estímulos recebidos, o homem que é um artesão, projeta e desenvolve o produto

colocando sua marca e o homem instado a ser quase uma máquina produtiva causada pelo parcelamento das tarefas em detalhes mínimos. Se delinea através da reorganização produtiva uma nova expectativa em relação ao trabalhador. Ele é instado a fazer parte do processo como um todo, responder com qualificação e flexibilidade às novas exigências, inclusive a se assumir como parte da empresa.

Os períodos são diversos. Apresentam situações e formas distintas em termos de desenvolvimento de atividades, forma de produzir e de exigência de qualificação. Mas não são excludentes, convivem na atualidade, em muitos casos. Mesmo quando, aparentemente, o trabalhador apenas responde ao que é estimulado, adequando-se às exigências feitas pelos empregadores, continua avaliando e contrapondo idéias para buscar avanços na sua capacidade reprodutiva. Amplia, inclusive, a definição desta capacidade, passa a ser não apenas uma preocupação física mas também intelectual e moral. Ele busca ampliar os espaços de poder possíveis.

Deste modo ele só precisa desenvolver estas habilidades para dar conta da sua realidade. A noção de lucro também não é pertinente, pois responde ao necessário, comunizada pelo grupo. Essa maneira de, numa sociedade tão harmoniosa, a convivência e a partilha dos bens encaminhar as soluções não condiz com especializações tais que impeçam a união solidária em tarefas mais complexas. Mas exigem alguma formação para ser desenvolvida, o homem têm de ser qualificado para tal.

Do “fazedor de potes” ao artesão existem mudanças não só quanto à acumulação de conhecimento mas também relativas ao desenvolvimento da

⁷ Nos dias de hoje, este tipo de trabalhador retorna na figura do micro-empresário, em que é o

noção de trabalho e das relações trabalhistas. É ainda um mundo essencialmente masculino, com raras exceções.

O artesão detém todo o conhecimento necessário para a produção de um bem. É, portanto, um homem altamente qualificado e realiza todas as etapas da produção desses bens. Utiliza outros homens e mulheres como forma de introduzi-los nesse mundo, aprendizes, para que o conhecimento possa ser mantido apesar da perenidade do ser humano. Também porque a qualificação torna-o responsável pela produção de bens que serão consumidos por outros homens. Assim numa oficina de carroças todas as etapas da produção do bem são desempenhadas dentro do local de produção e o produto se inicia com o corte da madeira em tábuas até a arte final que deixa o produto com personalidade de uso para ser entregue ao consumidor. Essa produção é dita personalizada porque cada produto têm um acabamento próprio, têm um toque especial, de acordo com o cliente, mas também de acordo com o artesão que trabalha com detalhes de forma artística e pessoal. O produto revela seu produtor, têm sua marca, é identificável mesmo que não esteja 'etiquetado'. Nesse mundo artesanal, a divisão se dá pela própria especialização do conhecimento e não é propriamente uma divisão de tarefas mas de tipo de trabalho, de acordo com o bem que se produz.

O artesão domina todas as fases, e ainda guarda ciosamente os principais conhecimentos para a produção do bem. Esse conhecimento ele só transmite para os aprendizes especiais, os que detêm a maior capacidade de aprendizagem, os próprios filhos e parentes em geral. São segredos de família que se transmitem de pai para filho. Até mesmo as famílias recebem seus apelidos de acordo com as atividades que

dono dos meios de produção, produz a imagem e executa seu próprio trabalho.

desenvolvem através das gerações. Ainda hoje, observa-se a persistência dos mesmos: "Müller, ou Sartori", o moleiro, "Taylor ou Schneider", o alfaiate, "Schmitd", o ferreiro, "Schumann", sapateiro, O orgulho desse homem não é a acumulação de capital mas a produção de bens de qualidade que se distinguem pela distinção que as formas e o acabamento final lhe dão.⁸ Este é um homem que certamente pode ser definido como um trabalhador qualificado uma vez que detêm todo o conhecimento para a produção do bem, para transformar a matéria-prima em bem de consumo. Essa qualificação não é generalizada, dela participam grupos restritos e são desenvolvidas por eles mesmos.

A produção artesanal, no entanto, é restritiva sob alguns aspectos. Dificulta a expansão do mercado por ser capaz de produzir apenas em pequenas quantidades. Pela sua forma de execução, não responde a um crescimento linear com o dos consumidores, mesmo que seja aumentado significativamente o número de trabalhadores. Além disso, o conhecimento é repassado para os filhos homens. Desencadeia uma forma restritiva à incorporação de novas forças de trabalho como a do trabalho feminino e a mão-de-obra. Essa incorporação deve sustentar em grande parte, o capitalismo, modo de acumulação de riqueza, pois permite maior exploração por serem menos regulados.

Muitas mudanças ocorrem no processo de produção a partir da introdução das primeiras máquinas mais complexas. As novas máquinas possibilitam a produção massiva e despersonalizada dos produtos. O trabalhador, para responder aos novos requisitos do mercado, é

⁸ A produção em massa têm 'revelado' novamente a importância do produto personalizado e ressurgem os artesãos que produzem, por exemplo, sapatos sob encomenda, os quais serão únicos,

transformado numa complementação da máquina. Suas ações são repetitivas e sem espaço de criatividade quase imitando o procedimento da máquina. As máquinas, porém, são pesadas, unitarefas, destinam-se a produzir ítems específicos.

Esta situação resulta, principalmente, da transformação do trabalho em mercadoria e do processo de mais-valia. A sociedade complexificada e a sublimação da propriedade reduz o operário a ser uma engrenagem a mais dos meios de produção. Dessa forma, o trabalhador vê reduzido significativamente seus espaços de poder.

Os capitalistas detêm todos os meios de produção, e isso lhes possibilita obter lucro sem que realizem as tarefas de produzir os bens. Os trabalhadores, por sua vez, vendem o único bem que lhes pertence. Esse bem é a capacidade de trabalhar. Mas o modo de produzir é modificado em busca de maior produtividade. O trabalhador deixa de realizar todas as etapas da produção de um bem, levando à redução do conhecimento necessário para sua produção. Cursos técnicos desenvolvem as aptidões básicas do trabalho. O conhecimento especializado novamente se concentra em poucos como no tempo do artesão, porém com uma fundamental diferença: o homem artesão não só detinha o conhecimento, ele produzia o bem. Agora o conhecimento especializado está restrito aos engenheiros, técnicos especiais. Eles sabem traçar os planos do processo produtivo, projetam em detalhes a produção de bens e serviços mas não trabalham diretamente na área da produção.

Toda fase do processo de trabalho é divorciada, tão longe quanto possível, do conhecimento e de preparação especial, e

não terão similares. É a popularização de bens que introduz esse efeito. Aparentemente põe preço no seu trabalho, porém age sob a lei do mercado, a lei do maior.

reduzida a simples trabalho. Nesse interim, as relativamente poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimento são isentas tanto quanto possível do simples trabalho. Deste modo, é dada uma estrutura a todo processo de trabalho que em seus extremos polariza aqueles cujo tempo é infinitamente valioso e aqueles cujo tempo nada vale. Esta poderia ser chamada a lei geral da divisão do trabalho.⁹

A qualificação, dessa maneira, pode ser desenvolvida fora do ambiente de trabalho, teoricamente, em escolas, talvez, até mesmo experimentalmente em laboratórios. É, por assim dizer, uma qualificação intelectual. Essa capacidade de trabalho, gerada pelo parcelamento das tarefas, aos poucos vai sendo definida como uma capacidade não especializada, de modo que qualquer trabalhador a possa exercer, diminuindo assim o seu valor como mercadoria. O ideólogo desta fase é Taylor, conforme citação de BRAVERMAN, com sua proposta de ‘gerenciamento científico’.¹⁰ Para que isso ocorresse foi preciso parcelar as tarefas de modo que um mínimo de atividade repetitiva permaneça em cada uma. Essa repetição deveria levar o indivíduo a especializar-se numa tarefa, cumprindo-a com maior competência e agilidade. Assim se produzia maior quantidade de bens, e a quantidade de trabalho paga em cada uma ia sendo minimizada, fazendo crescer o ganho do capital. São os fundamentos para a robotização: trabalhos que independem da inteligência humana, repetitivos, com ações mínimas em cada um.

O excesso de repetição de uma tarefa desqualificada retira do trabalhador a visão do bem produzido. Este não têm mais a sua personalização. Não consegue distinguir um produto que teve sua participação de outro. Quem etiqueta é a empresa, a ela pertence a

⁹ BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista** : Degradação do trabalho no século XX. RJ : Zahar Ed. 1977.

¹⁰ BRAVERMAN, H. Op. cit., 1977.

personalização do bem produzido. A participação dos trabalhadores é um elemento indefinido, não faz mais “parte” do produto e sim apenas de seu ganho, de seu salário. O orgulho do resultado do trabalho deixa de existir assim como a identidade do trabalhador com o bem produzido. O padrão passa a ser a luta pela sobrevivência, pela manutenção das forças para trabalhar. Mesmo assim não é o trabalhador que dimensiona seu valor, é o capitalista e não lhe resta nem a dignidade de pôr preço na “sua” mercadoria.

O capitalista, literalmente, “aprende” a obter vantagens de todos os aspectos da produção, desde os próprios produtos até os salários. A consciência dos fatos, acirram os antagonismos e homens e mulheres se organizam em sindicatos para criar um espaço de poder. Os sindicatos “assumem” a discussão e as rédeas da negociação com os donos do capital, na defesa do trabalhador. Exigem garantias mínimas de reprodução dos mesmos, avanços nos seus direitos, buscando reestruturar relações trabalhistas que são desumanas.

Impera a desqualificação do trabalhador, totalmente despersonalizado e substituível. Aliado a essa situação, contribui um elemento novo que regula a capacidade de intervenção do trabalhador e seu poder de barganha. Esse elemento pode ser definido como o homem que está fora do processo produtivo e pode, nessas condições, substituir a qualquer momento quem está empregado. Esse verdadeiro exército de reserva é irremediavelmente crescente ao longo do tempo ao menos enquanto perdurar o modelo excludente de organização social. É uma forma latente, mas presente, de conter a massa trabalhadora em suas reivindicações e identidade.

Antes de Taylor¹¹, o controle gerencial incluía: a reunião dos trabalhadores numa mesma oficina; a fixação da jornada de trabalho; a supervisão dos trabalhadores para garantir continuidade, intensidade e processo ininterrupto; a execução de normas contra as distrações; a fixação de limites mínimos de produção. Taylor fixou a gerência científica como a imposição, ao trabalhador, da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado.

A separação entre o conhecimento do ofício e a destreza no ofício numa área cada vez maior e numa aceleração crescente sendo a forma mais perigosa dessa separação: a junção de todos esses conhecimentos esparsos dos ofícios, sua sistematização e concentração nas mãos do empregador e depois, a distribuição dele apenas sob a forma de instruções pormenorizadas, dando a cada trabalhador somente o conhecimento exigido para a execução de determinada e relativamente minúscula tarefa. Esse processo, é claro, separa a destreza e o conhecimento até em sua mais estreita relação, quando se completa o trabalhador já não é mais um profissional em sentido algum, mas uma ferramenta humana da gerência.¹²

Os efeitos da gerência científica foram amplos:

- ⇒ a descrição e conhecimento de todas as tarefas da fábrica pelo capitalista, ou pelos seus braços diretos;
- ⇒ o aumento da produtividade e do rendimento da força de trabalho até seu limite máximo; a dissociação da execução e da concepção;
- ⇒ a abertura dos caminhos para automação, uma vez que as tarefas são retalhadas até a exaustão em detalhes mínimos e descritas de forma exaustiva, independendo aos poucos da ação humana;
- ⇒ a perda da visão experimental da ação no chão de fábrica;

¹¹ BRAVERMAN, H. op. cit. 1977.

¹² BRAVERMAN, H. op. cit. 1977.

⇒ a perda da identidade do trabalhador.

Ao sair daquela fábrica ele é nada - não têm profissão. Sabe fazer nada além de uma atividade insignificante plenamente substituível, com aplicação restrita a essa empresa. Por outro lado, esse refinamento da atividade dispensa a qualificação, aproveita mão-de-obra despreparada e acelera a produção massiva de bens, popularizando-os. A exigência se encaminha para a formação de quadros de consumidores, criando um verdadeiro paradoxo. Contingentes cada vez maiores de pessoas estão fora do processo produtivo, sem rendimentos, numa organização de produção massiva. Ao mesmo tempo, há necessidade de colocar em circulação a produção. Ela não pode permanecer estocada por muito tempo com o risco de ver diminuída a 'mais-valia' acumulada.

Com o processo de produção apenas formalmente ligado ao modo capitalista nas formas anteriores, existia a produção de mais-valia, porém o trabalhador podia perceber e lutar contra as contradições. Sob o parcelamento das tarefas, a subordinação formal do trabalhador leva-o à compulsão de vender sua força de trabalho e aderir plenamente ao processo produtivo, com todas as suas implicações.

A compulsão assume pela primeira vez uma forma econômica - a compulsão para vender a sua força de trabalho para sobreviver. (...) As formas que constituem a base da subordinação real são: trabalho assalariado (trabalhadores sem nenhum acesso aos meios de subsistência), meios de produção sob a forma de mercadorias, meios de subsistência sob a forma de mercadorias, o produto sob a forma de mercadorias ¹³

É possível dizer que o homem se subordina de modo completo e irrestrito à medida que o poder do capital se torna absolutista. Tudo o que

o trabalhador precisa para viver é de um emprego que lhe garanta um salário, uma vez que tudo têm um custo - até a água que ele bebe é uma mercadoria e têm que ser comprada. Diz Marx sobre a subordinação formal:

(...) 1. a relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece (...); 2. o fato de que as condições objetivas do trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas (meios de subsistência) confrontam o trabalhador com o capital e são monopolizadas pelo comprador da força de trabalho. ¹⁴

Os três principais fatores de dependência são, portanto, os meios de produção, a propriedade e o preço do trabalho. À medida que se complexificam os ramos de produção, os meios de produção exigem capital para a sua instalação, manutenção e reprodução. Desse modo, poucos homens e mulheres conseguem ser donos dos meios de produção. As máquinas necessárias para o desenvolvimento da produção vão sendo especializadas a cada dia para aumentar a capacidade de produzir, tornando-se um processo cada vez mais oneroso de manter. A própria produção depende cada vez mais desta especialização tecnológica e menos da força de trabalho humano.

Um exemplo significativo deste fato ocorre na produção rural. À medida que os seres humanos passam a cultivar a terra a fim de garantir alimentos para comunidades, cada vez maiores, vão mudando sua relação com a terra, suas próprias relações e modo de vida. Nesse período inicial, a fase da coleta ainda não acabou, porém a dependência única e exclusivamente dessa forma de garantir alimentos não permite que todos se alimentem. Ainda mais que, em épocas de entressafra, os mesmos

¹³ BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In : Tomaz Silva (org.) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991

¹⁴ MARX, capítulo 6, snt

escasseiam. A resposta a estas necessidades e a visão do potencial produtivo de gerar riqueza e permitir a acumulação da mesma em poucas mãos vão mudando as relações de trabalho e a própria organização da sociedade. Com o passar do tempo, a terra, que não tinha dono, passa a ser propriedade privada potencializando e efetivando o aumento do capital do proprietário, levando homens e mulheres que trabalham no campo a reproduzir-se através do salário.

Nessa fase inicial, quase toda a população fixava-se no campo e vivia em função da produção agrícola. As ferramentas de trabalho eram mecânicas, simples como uma enxada, um arado, uma foice, Essas ferramentas eram movimentadas essencialmente com forças propulsoras do tipo natural: a força do homem e a força do animal de tração (boi, cavalo), a força da natureza (água). Ainda se constituíam numa extensão do próprio ser humano, ele dominava a forma de trabalhar.

Com o advento do trator houve uma substituição dessas forças de trabalho por uma tração mecânica. O homem continua a dominar as ações, pois o trator deve ser dirigido em suas tarefas. Ele agiliza o trabalho, permite maior cobertura, porém é a forma de produção, orientada para a monocultura em grandes áreas e o manejo destas culturas que expulsam o homem do campo. O uso de herbicidas, por exemplo, elimina a capina, liberando os trabalhadores braçais dessa tarefa. O uso de colheitadeiras dispensa a mão-de-obra que fazia a colheita manualmente, os colheitadores que manejavam as foices, os ensacadores e carregadores dos grãos colhidos. Todos eles sobram, não têm mais "serventia" nesse mundo de trabalho rural e acabam expulsos, por assim dizer, mudam-se para os centros urbanos, esvaziando o campo.

Os homens e as mulheres expulsos do campo são trabalhadores que não têm qualificação para o trabalho urbano, principalmente porque não

têm os valores necessários para exercer tarefas extremamente parceladas sem personalidade. Vão, portanto, fazer parte do elemento de pressão que regula os preços do salário. Submetem-se a qualquer condição de sobrevivência e vivem marginalmente da maioria das benesses de uma sociedade desenvolvida. Obviamente não se enquadram nesse novo mundo, são desajustados socialmente. Constituem-se num problema, e correm atrás de uma quimera¹⁵ que é a obtenção de terra para trabalhar. Esses homens sobraram no campo e agora sobram na cidade.

A parcialização do trabalho "*não é a melhor maneira de trabalhar "em geral" que Taylor buscava, (...), mas uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho alienado, isto é, a força de trabalho comprada e vendida.*"¹⁶

A propriedade dos meios de produção permite que o capitalista faça dinheiro sem trabalho, pela manipulação dos produtos e dos salários. A posse lhe garante o direito de propriedade sobre os resultados do trabalho, a definição de seu valor, a posse sobre a mais-valia que resulta desse poder. Aquele que não têm a posse dos meios de produção não estipula preço para a força de trabalho que é o seu produto. Esta permanece cada vez mais despersonalizada e sem importância, sobrepujada pela máquina, e, modernamente, pela microeletrônica. Nessas circunstâncias, o trabalhador obriga-se a submeter-se às leis do mercado, sob pena de ser mais um desempregado sem condições de assumir sua própria reprodução.

O preço do trabalho, dado pelo salário, é resultante da relação de forças entre o capital e o operário, isto é, entre os donos dos meios de

¹⁵ A quimera de obtenção de terra para trabalhar é, no entanto, uma quimera passível de realizar-se.

¹⁶ BRAVERMAN, H. op. cit. 1977

produção e os donos das forças de trabalho. Pode-se classificá-la como uma relação de desigualdade, uma vez que se dá num conjunto complexo de forças. Por um lado, os meios de produção são restritos e cada vez mais empregam menos gente. Por outro lado, os que detêm as forças de produção cada vez mais se tornam multidões. Todo ano, a população, econômica e potencialmente ativa se amplia, acrescida de mais pessoas que se apresentam ao mercado de trabalho. Com essa tônica, o salário é estipulado pelos empresários com um elemento moderador, que são as forças governamentais, e que quase sempre se encontram biunivocamente comprometidas.

O capital cresce em função desses vários impulsos como a mais-valia, os movimentos do mercado, os acordos entre as empresas, a defasagem entre custo e valor de venda. Enfim a própria produtividade acresce o capital. Salário não têm acréscimo de rentabilidade. Seu valor é pré-fixado e independe dos elementos acima. Não importa se o trabalhador gera mais riqueza como fruto de seu trabalho. A rentabilidade, desse modo, é inerente ao capital e, na prática, nada têm a ver com o salário.

O reconhecimento da produtividade como elemento de composição da massa salarial é conquista de alguns setores da produção, porém não pode ser generalizado. Esse reconhecimento não muda o quadro, pois, na maioria das empresas, a produtividade não é considerada. Contorna-se a situação de avaliar a produtividade como elemento de recomposição salarial com argumentações falaciosas como, por exemplo, a de que o setor não produz mercadoria, produz serviços e a produtividade "não pode ser mensurada". Estas considerações deixam perceber que é necessário analisar outros elementos para se avaliar o movimento do salário.

Como um fator determinante regulador do salário, têm-se a oferta de mão-de-obra. Sem generalizar, pode-se dizer que o salário pode ser

estabelecido em função da oferta de mão-de-obra. Quanto maior a oferta menor será o salário pago¹⁷. Como exemplo pode-se observar a relação entre o número de obras e número de trabalhadores da construção civil. Em algumas de suas tarefas, é possível desempenhá-las com muito pouco conhecimento, gerando muita oferta e salário baixo. É um trabalhador, quase sempre, temporário que realiza qualquer atividade sem, em muitos casos, ter a mínima qualificação para exercê-la.

Outro trabalhador temporário, atividade quase que totalmente restrita aos homens, cuja oferta supera a procura é o dito "chapa, isto é, o carregador e descarregador de produtos. Nas proximidades de empresas que costumeiramente transportam mercadorias, podem ser vistas aglomerações de homens buscando, e fazendo, qualquer coisa por um "troco".

Mesmo o trabalhador de um modo em geral evidencia sua grande corrida em busca de uma atividade mais estável. Concursos públicos, que oferecem serviços públicos, e, diga-se de passagem, nem sempre bem remunerados, mas que oferecem estabilidade, nem sempre real, atraem multidões no país inteiro. Motivam, inclusive, a criação de trabalhos alternativos, como cursos, apostilas, aulas particulares, jornais, revistas especializadas, anúncios de informações sobre os mesmos através de ligações pagas por minuto, etc. E a qualificação para a função, pretensamente mensurada pelo concurso, reduz-se a um mínimo, pois trabalhadores de diferentes funções, ocupações e qualificações se candidatam às vagas. Como pode ser percebido, a própria existência do trabalhador fica reduzida a uma mercadoria.

¹⁷ Não é, no entanto, uma relação linear uma vez que atinge limites que são estabelecidos fora

A flutuação nos salários é estável ao longo do tempo, pois, segundo Marx: "*A cada salário que aumenta corresponde um que permanece estacionário e um que decresce.*"¹⁸ O preço do trabalho é estável seguindo o raciocínio anterior, pois na média permanece igual. De um modo em geral, a média vai ser afetada pelo crescimento desuniforme, pequeno número de trabalhadores com altos salários e a grande massa com baixos valores tendem em média a um ponto de equilíbrio. Essa média permanecerá relativamente estável enquanto não se alterar essa estrutura de distribuição salarial desequilibrada em função da concentração de renda. Esse movimento passa despercebido da massa de trabalhadores, pois cada um é um indivíduo e a cada indivíduo corresponde um salário, estritamente individual e sigiloso. Por força de lei esse sigilo é garantido a cada trabalhador, dessa maneira, como o movimento é temporal e de massa, torna-se complexo observá-lo individualmente. O "*operário não têm que necessariamente ganhar com o lucro do capitalista, porém perde necessariamente com as perdas dele.*"¹⁹

A falta de percepção de que o preço de seu trabalho independe de sua participação pessoal predomina entre os trabalhadores. O preço faz parte de um conjunto que não avança ao longo do tempo, nem têm a ver com o crescimento do capital. Esta falta auxilia na criação de crenças auto-sustentadas que garantem a adesão do trabalhador ao processo de produção em termos de produtividade visando crescimento da massa salarial. Uma dessas crenças é a da qualificação para o trabalho. A responsabilidade pelos baixos salários é jogada para a falta de qualificação

dessa relação.

¹⁸ MARX. K. Manuscritos econômico-filosóficos, São Paulo : Nova Cultura, 1987.

¹⁹ MARX. K. Op. Cit, 1987.

da mão-de-obra. Mesmo quando esta existe, a pessoa é estimulada a competir, lutar por vagas, de modo que continue existindo reserva de mão-de-obra qualificada para regular o valor do salário.

Por outro lado, a relação entre preço do trabalho e dos alimentos é desigual. Seu crescimento pode ser num mesmo sentido, porém a rapidez do crescimento dos salários é ínfima em relação a do crescimento dos produtos necessários para a alimentação humana. Esta constatação é crucial, uma vez que são estes que garantem a reprodução das forças de trabalho. Marx estabelece as consequências da má alimentação do trabalhador.²⁰ Esta reproduz um operário com a sua capacidade operante reduzida, faminto, incapaz de realizar tarefas complexas levando novamente a um fator desestimulador do salário.

1.3 ALTERAÇÕES NO MONTANTE PRODUZIDO: PRODUÇÃO ARTESANAL, EM MASSA E FLEXÍVEL

A capacidade de produção e de consumo se modificaram ao longo do tempo, por razões que podem ser qualificadas como históricas da própria razão humana. Foi estimulada com intenção de obter lucros maiores e ampliar o capital.

Partindo do pressuposto de que a produção de bens deve ser realizada em grandes quantidades, a idéia do parcelamento das tarefas em etapas repetitivas permitiria a diminuição dos tempos ociosos e o crescimento da capacidade de produção. A meta repercute, imediatamente, no perfeccionismo da criação, na singularidade do produto, no tempo demandado para a sua produção. Para que essa superprodução alcance seu

objetivo é essencial que a população consumidora cresça e o consumo desses itens seja popularizado.

O consumo de bens passa por fases distintas, ainda que, mesmo com a superprodução e popularização dos bens, não atinja a todos igualmente, em todas as épocas. Essas fases se comportam ciclicamente. Em primeiro lugar os bens são inovações no mercado, atingem preços proibitivos e são consumidos por um público seletivo. Em segundo lugar, a rapidez com que um produto deixa de ser uma inovação o impele para a fase da popularização de consumo. Para que se torne popular e acessível às camadas de menor poder aquisitivo deve ser redimensionado o valor de venda desde seu custo inicial, repercutindo quase sempre na sua durabilidade. Esta meta é atingida pela utilização de matéria-prima de menor qualidade, redução dos elementos que tornam o produto mais sofisticado, simplificação de suas linhas e da descaracterização do produto como elemento de distinção de classe social.

Outro fator deve ser considerado como essencial na popularização de um bem, é a sua divulgação nos meios de comunicação de massa. Esta os torna "imprescindíveis" em quase todos os lares, muitas vezes até mesmo nos que são marginalizados socialmente. Sua posse é mitificada. De uma certa forma essa vulgarização apura as exigências do consumidor de classe alta, levando-o a exigir características únicas em seu produto, flexibilidade na produção, novos "designs", alterações anuais da linha. Com esse comportamento do mercado, novos elementos repercutem nos paradigmas instituídos: flexibilidade na produção, diminuição dos

20 MARX, K. **O Capital**. Parte Quarta - A Produção da Mais Valia Relativa - Capítulo X - Conceito de Mais Valia Relativa - 5ª Edição. Tr. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

estoques, ausência de perdas. Estes elementos contribuem para que esse produto de maior custo continue a gerar lucros.

A palavra de ordem é a Qualidade.²¹ Essa parece ser uma nova ordem econômica, que pode ser chamada de pós-fordismo, embora seja difícil percebê-la como tal, uma vez que os paradigmas básicos do capitalismo continuam hegemônicos. Parece muito mais ser um avanço do fordismo, nesse caso a "Qualidade" seria um neofordismo, ou seja, um aperfeiçoamento daquele. De qualquer forma, também exigirá a requalificação do trabalhador em amplos níveis, atingindo praticamente todos que estão envolvidos no processo de produção, ao menos teoricamente. A própria qualificação apresenta-se com conceitos novos. Nem sempre se trata de qualificação para operações específicas, para realização profissional. Isto é, nem sempre é a melhoria do ofício que interessa, muitas vezes é a otimização do ofício, da forma de participação na atividade. Em muitos casos, é adaptação dos trabalhadores ao modo de administrar a produção. Trata-se da formação de um trabalhador flexível e multifuncional.

O dito modelo japonês está definido pela flexibilidade na produção. Por isso, em tempos de Qualidade, um dos fatores que permite a diversificação das unidades produzidas é o advento da era da microeletrônica. No setor empresarial, isto se traduz pela substituição de máquinas pesadas que dependiam muito do trabalho humano e com uma finalidade única muito específica dentro do processo produtivo. São substituídas por máquinas que têm seu comportamento delimitado por

²¹ Quando nos referimos a Qualidade neste texto, como forma de simplificar a chamada, contextualizamos Qualidade tal como ela é entendida no o modelo japonês de produção, Quality Control - CQ.

programas de computação prestando-se a alterações no seu produto pela manipulação de programas.

Quando o homem era exigido com tarefas parceladas, repetitivas como máquina, o comum era observar uma relação biunívoca entre o homem e a máquina. Para cada máquina, um trabalhador responsável por seu controle, realizando operações que dependem quase exclusivamente do operário, sob as ordens da gerência. Além deste operário, existe outro encarregado de alimentar as máquinas com a matéria-prima necessária. Existe um chefe que se encarrega de distribuir as ordens e controlar os tempos realizados. São três pessoas, pelo menos, envolvidas com a mesma máquina. O tempo é definido pelos engenheiros, de modo que a produção de uma máquina não se sobreponha ao desempenho de outra. A sincronia de movimentos é essencial para o sucesso da produção. A consequência da falta de sincronia no fordismo são as panes no sistema de produção. A máquina pode atrasar o ritmo e gerar folgas desnecessárias nas outras máquinas, ou adiantar e acumular tarefas, implodindo a sincronia.

Na era da microeletrônica, as máquinas informatizadas operam sob as ordens de um software específico para o tipo de operação desejada. Dispensam o controle manual do operário, reduzindo, dessa maneira, a mão-de-obra necessária para que a produção fique sob controle. Com isso, uma única pessoa pode controlar várias máquinas ao mesmo tempo. Atualmente, é possível encontrar inclusive máquinas agrícolas tão informatizadas podem ser controladas a distância. Dependem de um programa e do controle remoto para realizar múltiplas tarefas como plantar, colher, peneirar, ensacar o produto e colocar no caminhão para o transporte.

Por outro lado, como o desempenho da máquina segue uma determinação programada, as mudanças de operações são permitidas. Com

pequenos ajustes e um novo programa computacional, a máquina têm alteradas suas operações, modificando o produto que desenvolve. Este é um dos fundamentos da flexibilidade na produção. Era impossível realizá-la com as antigas máquinas, fabricadas para operarem em determinada direção, rigidamente. As alterações no produto exigiam adaptações de custo muito elevado ou então nova maquinaria.

Como consequência desta visão, apoiada na evolução da microeletrônica, muitas tarefas tornam-se obsoletas, levando à dispensa de parte dos trabalhadores e qualificação do desempenho dos que permanecem. Ao exigir que o operário desempenhe atividades programadas no âmbito da informática, pretende-se que o forte de seu desempenho deixe de ser o manual e passe a ser o intelectual. Com isto não se pretende dizer que suas operações deixarão de ser repetitivas, apenas deixa de usar a força física. As operações computadorizadas são padronizadas e mecânicas. A ele cabe o desenvolvimento de características como atenção, paciência na repetição de operações mentais, a realização de pequenos cálculos, agilidade de pensamento, certa tomada de decisão, manuseio de teclado, familiaridade com termos em língua inglesa, etc., como uma nova face em suas atividades.

Os jovens, mesmo que já tenham desempenhado atividades que exigem a força bruta, têm mais facilidade de adaptar-se a esse tipo de exigência. Vivem num mundo mais próximo da automação que já é a palavra de ordem mesmo no mundo do lazer. Com isto dispensa-se em parte a experiência acumulada, o operário têm que desenvolver uma capacitação para a mudança em suas atividades. É chamado a ser multifacetado, capaz de operar vários níveis de operação e mudar rapidamente de função. Esta transformação não ocorre unicamente no nível industrial mas estende-se a todos os ramos de atividade.

A compreensão do processo de trabalho requer conhecimento formal, escolar, preparação para uma adesão em termos de participação na gerência da produção. A inserção no processo produtivo ocorre de tal modo que cabe ao trabalhador, muitas vezes, opinar sobre a sequência de atividades, sugerir mudanças. Ele, inclusive, é chamado a tomar decisões que podem afetar a continuidade das atividades na empresa como um todo. Esse sistema de produção é ainda restrito a pequenos nichos.

As máquinas computadorizadas exigem um manejo correto, pois são sensíveis. Podem estragar com a poeira, desajustar-se com o mau uso, com problemas energéticos e de configuração. Como se observa, o manejo incorreto pode acarretar prejuízo nas operações, em muitos casos até interrompendo, ainda que temporariamente, o processo de produção. A flexibilidade causa obsolescência e isto impõe um aprendizado contínuo. Novos perfis operacionais têm de ser absorvidos agilmente para não prejudicar a produtividade. Esta sensibilidade e o nível de obsolescência caracterizam o tipo de trabalhador que se pretende.

Observa-se que a qualificação do operário se direciona para educação formal voltada para o desenvolvimento de raciocínio matemático, rapidez de raciocínio, mudança de conceitos em relação à administração, participação na produção, conhecimento de língua estrangeira, entre outros. A exigência de qualificação do trabalhador transcende os limites da profissão para adaptar-se às novas regras.

O trabalho, nas empresas que adotam o sistema japonês, tende a ser não parcelado, com o trabalhador apto a desempenhar atividades que podem rapidamente ser reencaminhadas em outra direção, o chamado trabalho flexível. O sistema de produção apresenta, então, uma nova face, procurando atender as exigências de um consumidor mais qualificado, rápido na absorção de novidades. Essa flexibilização se reflete no "modus

operandi" das empresas. Formam-se núcleos de produção, que iniciam e finalizam os produtos. Estes mesmos grupos se reúnem para discutir os melhores meios de produzir.

A flexibilização da produção produz um efeito de "enxugamento" nas empresas. As chamadas de empresas-mãe terceirizam grande parte das operações de produção e retêm para si a produção dos carros-chefe do produto, como o motor no caso do automóvel. Desse modo, criam-se aspectos distintos de produção, parque de máquinas, exigências de qualificação e de remuneração.

Nas empresas-mãe, a produção é realizada por grupos de operários que detêm todo o conhecimento necessário para realizar a tarefa a que estão se propondo. O produto é iniciado e acabado no próprio núcleo. Este sistema evita as grandes esteiras e faz com que o sistema de marcação de tempos perca sua essência no modo de produção. Ele possibilita a realização do trabalho flexível, evita a superprodução e não gera grandes estoques que tanto custam em termos de armazenagem. Porém a empresa-mãe não realiza todas as etapas necessárias para a produção do bem, e reduz o contingente de trabalhadores em seu trabalho. Com isso os possíveis benefícios que a classe trabalhadora possa estar usufruindo em termos de qualificação, remuneração, participação nas decisões, humanização do processo produtivo fica restrito à empresa-mãe.

As outras empresas continuam a produzir no sistema fordista, empregando essencialmente trabalhadores que historicamente são mais explorados. Esta situação reforça a dúvida sobre o novo modo de produção: pós ou neofordista? Aparentemente são duas formas de produção que convivem e interagem subsidiando a continuidade do sistema capitalista e permitindo o avanço da produção de mais-valia. Este sistema evita que a empresa-mãe tenha que investir em maquinaria, o mesmo

ocorre com as empresas que terceirizam. Como cada uma delas se encarrega de fornecer partes dos itens necessários, especializa-se a produção no seu interior. Com isso, reduz o nível de exigência em termos de qualificação dentro da fábrica, bem como seu parque de máquinas se torna restrito ao que produz.

Esta forma de se organizar evidencia que as empresas são solidárias entre si, quando se trata de sobrevivência. Os operários agem um tanto isoladamente em seus sindicatos, ou mesmo dentro da empresa. Aliás esta atitude é reforçada pelos interesses das empresas que precisam da cooptação dos trabalhadores. A existência de sindicato por empresa evita o risco de implosão do sistema adotado. Este tipo de sindicalismo é de interesse das empresas porque se torna difícil manter a independência dos operários com essa proximidade. O sindicato é cooptado para lutar pela manutenção e sucesso empresarial. A classe operária se desestrutura ao perder a união solidária que lhe confere poder de enfrentamento.

Para manutenção desse novo modo de produção, a competição escapa à dualidade, capital x trabalho, inserindo-se entre os próprios trabalhadores. A oposição começa a tornar-se uma oposição entre incluídos e excluídos. É uma pirâmide social, dentro da classe trabalhadora. Um conjunto pequeno de trabalhadores torna-se elemento privilegiado sustentado pela grande massa. Estes privilégios só são garantidos exatamente porque o restante trabalha de forma aviltante, recebe ou até não recebe um salário, quase sempre insuficiente para sua própria reprodução. Inicia-se uma nova era para o movimento operário. A necessidade de assumir poder torna-se cada vez mais presente, pois o movimento têm que ser mais amplo, deve-se buscar garantias de participação com forças idênticas na evolução da sociedade.

Observa-se que os diferentes níveis de produção interagem para que seja garantida a qualidade que cada intermediário do processo exige. O interesse da empresa está representado em todos os elementos que interagem, dispensando outros elos de controle. Tanto o engenheiro como o operário podem interferir ou exigir, avaliando e introduzindo melhorias no sistema de produção. Isto implica que os níveis de qualificação a que os trabalhadores se submetem devem levar em consideração aspectos mais gerenciais que profissionais. É uma nova mentalidade que se contrapõe a todo um período de massificação. É uma nova forma de definir qualificação, mais em relação à postura e conceitual que profissional.

1.4 - A QUESTÃO DA QUALIFICAÇÃO NO CASO BRASILEIRO

No caso brasileiro, o distanciamento entre os que estão incluídos e os excluídos exacerba as relações, principalmente pelas carências em termos de formação. A política paternalista adotada pelo governo brasileiro, o sucateamento dos patrimônios estatais, o controle de grupos internacionais sobre as riquezas nacionais agravam a crise, provocando recessão e maior exclusão social.

Nesse contexto, pretende-se abordar a questão da qualificação no caso brasileiro. Pensando no número de analfabetos e semi-analfabetos do país e no número de miseráveis que vivem à margem da sociedade, excluídos dos princípios mínimos de cidadania, reforça-se a urgência de encontrar encaminhamentos possíveis. A exclusão vai atingindo as próprias empresas que se recusam a lutar por transformações na organização social e econômica. Atitude esta contraditória com sua própria situação, não percebem que também estão, em muitos casos, excluídas. Em meio às mudanças que as organizações vão promovendo para subsistirem, os trabalhadores em risco de perder emprego buscam garantir algum nível de

empregabilidade. Eles vêem a qualificação profissional como uma forma de garantir sua inserção, manutenção no mercado de trabalho. Essa visão decorre principalmente dos argumentos utilizados pelas empresas para realizar as reengenharias em suas empresas. Como Ohno diz, a fábrica do modelo japonês é a fábrica mínima, em estoque e pessoal. As atividades são redistribuídas, reformuladas sobrecarregando os trabalhadores remanescentes.

*As economias capitalistas estão em meio a uma mudança estrutural, (...). Uma das faces de tal mudança é a impressionante aceleração do progresso técnico, já popularizada como revolução tecnológica. Esta aceleração é resultado do salto de investimentos dos países de industrialização avançada em atividades científicas e tecnológicas. (...) Nesse quadro, a difusão de uma nova tecnologia genérica - a microeletrônica - está na raiz da reestruturação em curso na indústria e nos serviços, em escala global."*²²

Esta reestruturação muda o pólo das relações de trabalho aproximando a concepção da execução. O trabalho adquire nova importância no contexto da produção e o nível de percepção que as gerências têm do mesmo. O modelo taylorista/fordista perdia com a desumanização do trabalhador toda essa capacidade de intervenção no processo de produção. Ao capital interessa recuperá-la como forma de obter avanços e melhorias na qualidade da produção. Uma das mudanças que se pode delinear é a

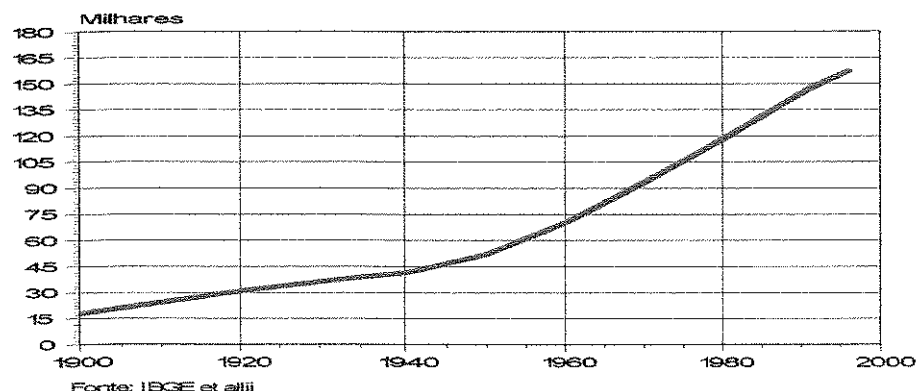
*(...)tendência à re-profissionalização do trabalho industrial, o aumento do grau de qualificação médio da força de trabalho, um aumento significativo do nível de escolaridade dos trabalhadores, e o desenvolvimento de estratégias de gestão de trabalho que visam, sobretudo pela estabilização do vínculo de emprego, a obter a cooperação dos trabalhadores."*²³

²² CARVALHO, R. Q. Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho de terceiro? Campinas : DPCT, IG-UNICAMP, Textos para discussão nº 12, 1992

²³ CARVALHO, R. Q. Op. Cit. 1992

Estas prerrogativas fazem a diferença no caso brasileiro.

Figura 001 Evolução da população brasileira de 1900 a 2000.



A população brasileira, conforme se observa na figura 1, apresentou um crescimento relativamente estável até as décadas de 40/50. A partir de então apresenta uma taxa crescente, em média 31,6% a cada década até 1980. No período de 80/91, a taxa foi de 25%, demonstrando que esse crescimento começa a ser refreado. E a tendência é a de apresentar crescimento com índices cada vez menores como resultado do planejamento familiar e mudanças na estrutura familiar devido a causas sociais, econômicas e políticas.

O caso brasileiro, como vimos, contrasta com as tendências mundiais pois devido às suas características de difusão da escolaridade de forma particular, extremamente parcial e de exploração da mão-de-obra, apresenta uma estrutura ocupacional na indústria *"polarizada entre uma grande massa de trabalhadores semi-qualificados ou sem qualificação e uma parcela bem menor composta por trabalhadores qualificados, técnicos de nível médio e superior e pessoal de direção."*²⁴

²⁴ CARVALHO, R. Q. Op. Cit. 1992

A baixa escolaridade é uma das características mais gerais dessa mão-de-obra, em geral em nível primário, quando não analfabeta ou semi analfabeta, ganhando salários baixíssimos. Como consequência direta desse estado de coisas observa-se alta rotatividade nas empresas. Ao industrial interessa manter níveis salariais os mais baixos possíveis, evitando qualquer relação de "estabilidade" no emprego. Ao trabalhador resta um sentimento de desapego ao setor de atuação e uma ânsia de buscar espaços novos com maiores possibilidades de ganho financeiro. O trabalho que realiza nada têm a ver consigo e não se efetiva uma ligação mais profunda com a empresa. Tudo isto contribui para que *"(...) o trabalho com pouca qualificação, barato e "descartável" continue sendo a base que sustenta a maior parcela das atividades do setor secundário no Brasil."*²⁵

Sendo esta a realidade nacional, predomina entre os trabalhadores a desqualificação para o trabalho, o despreparo profissional coerente com o tipo de atuação dele exigido.

*A desqualificação é inerente ao processo de trabalho capitalista porque o capital visa ter funções de trabalho que sejam rotinas calculáveis, padronizáveis, porque este trabalho pode ser executado à velocidade máxima e com mínimo de "porosidade" e porque o capital quer força de trabalho mais barata e substituível.*²⁶

A evolução do modo de produção busca aumentar a quantidade de bens produzidos e o crescimento da qualidade do bem oferecido. Estas mudanças impuseram um movimento quase próprio ao binômio qualificação/desqualificação. Algumas vezes mais destacado e outras vezes esquecido em função dos objetivos do capital. A qualificação serve de regulador para a valorização do trabalho através do salário, ou "explica" a

²⁵ CARVALHO, R. Q. Op. Cit. 1992

²⁶ BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In Tomaz Silva (org.) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991..

exclusão do trabalhador dos meios de sobrevivência. As exigências em termos de qualificação evidenciam uma evolução em termos de abrangência e direcionalidade. Consciente ou inconscientemente, o trabalhador é parte dessa evolução. Recoloca-se, então, a questão da sua participação perante as mudanças no sistema econômico. São três diferentes grupos economicamente ativos de trabalhadores, ocupados ou desocupados, que interagem nessa evolução: a) grupo que têm emprego, com suas diferentes áreas de atuação e níveis salariais; b) grupo que luta por participar desse processo de produção; c) grupo que está à margem na economia mais do que informal, apenas procura abrigo, alimento e mesmo estes, minimamente.

Estes grupos interagem e concorrem entre si. O movimento entre eles depende de muitos fatores. O controle desses fatores, na maioria dos casos, não está sob a ótica dos trabalhadores.

A introdução de novos métodos de produção com a adoção do modelo japonês impôs um repensar da dinâmica da produção e, como consequência, uma reformulação dos paradigmas da sociedade industrial. "Quem" desaparece e "quem" sobrevive nesse novo contexto? Na dinâmica interna da sociedade, com a busca da racionalização, podem ser definidos quatro grupos:

1) os trabalhadores qualificados da produção moderna, os técnicos da manutenção e aqueles que podem postular estes postos são os que ganham com a racionalização e pelos postos que ocupam na produção podem reclamar privilégios;

2) trabalhadores tradicionalmente existentes, que por características pessoais - idade avançada, falta de qualificação polivalente, raça, sexo feminino - são apenas tolerados de acordo com os novos conceitos de

trabalho, quando são protegidos por leis, acordos coletivos, mas correm risco de serem altamente discriminados;

3) os trabalhadores dos setores em crise - nestes as competições internas podem dominar e bloquear a negociação coletiva. O espaço que os separa do desemprego é muito pequeno, submetem-se em função disso a trabalhar sem garantias trabalhistas, como carteira assinada;

4) os desempregados que, cada vez mais, têm menos oportunidades de entrar para o setor produtivo servem para manter os trabalhadores em condições de subemprego; em muitos casos podem converter-se em movimentos sociais, e seguem sendo um alerta para aqueles que se beneficiam com a racionalização.

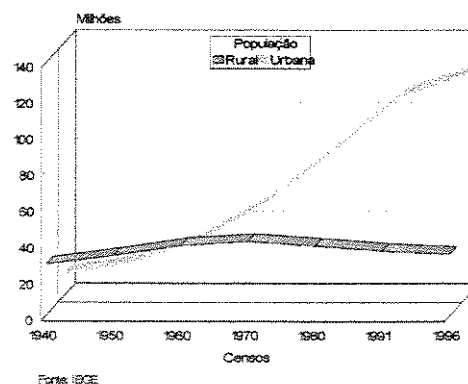
É certo que os setores-chave produtivos prosperam às custas dos demais, com o conseqüente empobrecimento das categorias dois, três e quatro dos trabalhadores, porém, ao mesmo tempo, sua expansão permite a absorção de parte da mão-de-obra desempregada.

Quadro 001: População segundo domicílio - Brasil - 1940/1996

Ano	Rural	Urbana
1940	68%	32%
1950	64%	36%
1960	55%	45%
1970	44%	56%
1980	33%	67%
1991	24%	76%
1996	22%	78%

Fonte: IBGE

Figura 002 População rural e urbana no Brasil de 1940 à 1996



No Brasil, a partir da década de 60, inverte-se a população brasileira segundo o domicílio, de 55% da população que vivia e trabalhava no meio rural passa para 56% no meio urbano em 1970. Muitos eram trabalhadores rurais que, em geral, moravam na propriedade e

produziam seus meios de subsistência, outros eram proprietários de pequenas áreas que produziam diversificadamente. A economia, portanto, era essencialmente rural.

A explicação dessa inversão, observada na figura 2 e acompanhada no quadro 1, se encontra nas mudanças apresentadas pelos meios rural e urbano nesse período em termo de população. Com o incentivo à indústria nacional, principalmente automobilística, os trabalhadores rurais foram atraídos a ocupar os espaços de trabalho criados na cidade. No meio rural, por sua vez, como efeito de uma nova ordem internacional de produção, cresceu a adesão à monocultura destinada à exportação. A introdução de tecnologias mais avançadas para o manejo do solo e das culturas modifica o trabalho no campo. A substituição da diversidade de culturas no meio rural, na década de 60 pela monocultura – trigo e soja - promove uma das maiores dispensas de trabalhadores, reformando a própria geografia populacional no país, como se pode observar na figura 3, acima.

A adesão à monocultura, inicialmente, apresenta maiores índices de aceitação entre proprietários rurais que não eram moradores típicos da área rural. Tratava-se de empresários, profissionais liberais do meio urbano que, atentos ao movimento internacional, procuravam apropriar-se dessa oportunidade de aumentar seu capital. Esses homens estavam habituados a tratar com o mundo financeiro, "lidar" com papéis, empréstimos, e tiraram proveito disso. O pequeno proprietário rural não detinha esse conhecimento, ele sempre se autofinanciou, trabalhando com uma economia e mão-de-obra familiar. E não conseguiu o mesmo sucesso com a monocultura. Esta é dedicada a culturas extensivas, necessita de grandes áreas para plantio, de grandes investimentos financeiros e de uma produção de grãos para exportação. Estas exigências superavam suas tradições e ele quase sempre acaba "perdendo" (sistema financeiro) ou

vendendo sua propriedade, indo morar na cidade. A dedicação à monocultura abriu espaço para o surgimento de indústrias de implementos agrícolas, que absorveram parte dos trabalhadores e pequenos proprietários emergentes do campo.

No princípio, a monocultura ao mesmo tempo que excluiu os trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terra, aumentou o espaço de trabalho no campo. Cresceu o número de trabalhadores temporários no campo, os assim chamados "bóias-fria". Trabalhadores, estes já moradores do meio urbano, são transportados por caminhões diariamente até a área a ser trabalhada, onde realizam capinas, cortes ou colheitas manuais.

Com o passar do tempo, os novos implementos excluem esse tipo de trabalhador. É o uso de capinadeiras, herbicidas ou do sistema de "plantio direto", que eliminam muitas tarefas como aração e gradeação (nivelamento) do solo. Os excedentes deste processo, somados a filhos de pequenos proprietários rurais impossibilitados de terem acesso a posse da terra, organizam-se, em muitos casos, em movimentos como o "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)"²⁷. Esse movimento têm perspectivas reais de reassentamento, basta fazer a reforma agrária que este país necessita. Sabe-se que 80% da produção de alimentos é proveniente do minifúndio. O Brasil é um país com grandes áreas improdutivas, inexploradas e uma reforma agrária bem planejada e executada pode encaminhar a solução dos problemas.

Por outro lado, a situação do trabalhador urbano têm menores perspectivas de solução, a não ser que programas que gerem empregos

²⁷ Para facilitar a citação do "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra" este será referido por MST a partir deste momento, neste texto.

sejam implementados. A organização de movimentos urbanos como o dos ‘Sem Terra’ impulsionaria as mudanças necessárias.

Pouca gente põe em dúvida (...) a necessidade social da realização da Reforma Agrária no Brasil. O que muitos discutem é sua viabilidade econômica e sua necessidade no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira (...) Pois bem, temos agora, a nível de Brasil, um número significativo de assentamentos, áreas conquistadas na luta política, no peito e na raça, pelos trabalhadores rurais sem terra, e que estão produzindo no chão repartido. (...) 28

O MST está conseguindo transpor os limites do padrão de posse da terra com exclusão de quem nela trabalha. Inspirados no sucesso do MST, outros movimentos de trabalhadores podem romper com as “verdades” para buscar alternativas de sobrevivência. Essa nova “dóxa” – valores, crenças, opiniões, em última instância, é a “verdade” que redefinirá as atitudes.

A “verdade” têm “senhor” não é neutra. Historicamente, a luta esteve instaurada. O capital não se estabeleceu, em momento algum, pacificamente, porém nem sempre as formas de lutas estiveram tão visíveis. Assim como o MST, no meio urbano a diferença será os movimentos organizados, como o ‘Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)’²⁹, dos ‘Sem Trabalho’, ‘Sem Escola’, ‘Sem Estabilidade’, ‘Sem Renda’, etc.

28 GÖRGEN E STÉDILLE (orgs) **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis : Vozes, 1991..

29 Este grupo - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto será referido por MTST. Este grupo é o mais organizado em nível urbano, realizando ocupações de terras devolutas ou sem uso para construir moradias. Formam novos bairros, verdadeiras mini cidades, com preocupações sociais em termos de possibilitar educação, transporte, saneamento, comunicação. temos conhecimento de várias ocupações, em Campinas que constituíram inclusive rádios comunitárias que permitem que seus membros participem e estejam a par das decisões, além de permitir a expressão cultural de seus membros, que em muitos casos ainda conservam uma cultura rural.

O crescimento do desemprego é uma realidade mundial e no Brasil cresce agressivamente. Algumas soluções são apontadas como a redução da jornada de trabalho, a qualificação da mão-de-obra, no entanto a solução mais viável é a geração de empregos através de uma política de planejamento social humanizado, e maior distribuição da renda. Para onde vai a massa de desempregados urbanos, sejam eles os demitidos, sejam eles os jovens em idade de começar a trabalhar? Eles não podem ter o sonho da "terra prometida" como o Sem-terra, eles precisam de frentes de trabalho, estável, bem remunerado, devem lutar pelo 'sonho' de ter um trabalho digno, saúde mental!

A questão da qualificação para o trabalho passa por uma redefinição dentro do atual modo de produção.

A ampliação do conteúdo inovativo do trabalho, em maior ou menor grau, é o eixo comum da mudança dos processos de trabalhos industriais. A percepção dessa importância está na raiz da revisão das políticas de gestão e uso do trabalho nesses países. (...) o nosso "atraso" no que diz respeito ao perfil da força de trabalho industrial e ao uso que dela se faz está profundamente associada à fragilidade tecnológica da indústria brasileira. A superação dessa situação requer mudanças significativas nas políticas empresariais e governamentais.³⁰

O país vem assumindo o discurso da qualidade, reforçado pela implantação da lei da Qualidade e Produtividade em 1990. Algumas empresas de São Paulo vêm modificando suas atividades e a automação vem sendo adotada. Porém a Pesquisa e Desenvolvimento ainda são incipientes no país e não se pode generalizar a abrangência das mudanças. Segundo dados colhidos no artigo de CARVALHO³¹, os investimentos em P & D como proporção do PIB entre 1980/85 permaneceram estáveis no

³⁰ CARVALHO, R. Q. Op. Cit. 1992

³¹ CARVALHO. Op. Cit. 1992.

Brasil, representando apenas 0,6%, no qual o investimento próprio do setor produtivo representa apenas 7%. Isto dá uma amostra do papel paternalista do Estado no país ao eximir as grandes empresas de investirem para garantir seu próprio lucro. A prática da pesquisa está praticamente toda alocada nas universidades e subsidiada pelo Estado, as empresas nada ou pouco investem. Nos Estados Unidos, a participação do setor produtivo é de 51% enquanto no Japão é de 80%, em 96. Este alto grau de participação leva as empresas a gerar inovações tecnológicas em seus próprios domínios, potencializando sua evolução tecnológica contrariamente ao que ocorre no Brasil.

No Brasil, a adesão não têm significado inovação. Muitas empresas continuam no processo fordista de produção mudando apenas as formas de gerenciamento. Permitem mudanças no nível de participação dos trabalhadores buscando a cooperação dos mesmos para socializar os conhecimentos adquiridos no chão de fábrica. Este é uma espécie de laboratório em que fatores não controlados interferem no dia-a-dia, testando diariamente as rotinas de produção. Essa prática gera um conhecimento, nem sempre atingido através de estudos teóricos realizados pelos engenheiros e técnicos. Com o objetivo de participar desse conhecimento, o trabalhador é chamado a cooperar.

Enquanto isso, o jovem, com o estigma do desemprego cada vez mais presente, entende a qualificação como a preparação, ainda que superficial, para qualquer trabalho. Ele 'não têm mais vocação', ou seja, sua vocação é empregar-se, sustentar-se. Nessa busca de qualificação genérica, uma verdadeira panacéia cuja intenção é estar preparado em qualquer circunstância, faz cursos aleatoriamente, de inglês, informática, auxiliar de escritório, enfermagem, esteticista, etc. sem nenhuma orientação ou encaminhamento. São orientados apenas pela informação de

que existe emprego, existe salário para quem têm qualificação profissional. Esta informação é reforçada pelo Estado quando assume a qualificação e a requalificação dos trabalhadores e pelas empresas com suas exigências . Mas não se concretiza na maioria das vezes.

A nova mentalidade é a de que se não tiver uma diversidade de cursos, como não busca uma profissão, mas sim uma colocação, pode não ter o preparo exigido no momento certo. É um trabalhador em potencial, flexível mas não um profissional especializado. Seu conhecimento não é aprofundado, fica no entorno do básico. A partir dessa prática, os empresários desobrigam-se de preparar seus antigos trabalhadores para executar as novas tarefas, uma vez que instou o ‘exército de reserva’ a preparar-se.

A meta do atual método de produção não distingue o trabalhador pela sua qualificação profissional pois ela, de uma certa forma, pode ser generalista e comum a todos. As “verdades” são disseminadas no sentido de manter o “status” desejado como diz FOUCAULT.

O importante, (...), é que não existe verdade fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário, esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade têm seu regime de verdades, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.³²

O capital têm fontes diversas de poder:

- a maquinofatura projetada e criada em função da valorização;

- a organização social da produção dentro da empresa projetada e organizada em função da valorização;
- as relações de poder que fazem valer a disciplina, a adesão, a organização do processo de trabalho;
- a produção e a manipulação da informação veiculada pelos meios de comunicação social.

É possível considerar que as mudanças no processo de trabalho implicaram em transformações de materiais, disciplina e informação. Também aqui informação é poder. Seria esta uma forma de reversão do processo em favor do trabalhador, a obtenção, o domínio da informação, do conhecimento? É prematura esta consideração diante das circunstâncias atuais. A tecnologia não é neutra, pois é projetada e organizada em função da valorização, quando poderia estar sendo pensada em função de outros interesses. Poderia estar em função da conservação do meio ambiente, uso de conhecimento especializado desenvolvido pelos trabalhadores, segurança do trabalhador, qualidade de vida do ambiente, do trabalhador, da humanidade.

O importante é projetar sistemas de informação, disciplina e a forma pela qual o trabalhador é colocado em relação à maquinaria, que tenham em vista outros objetivos: diferentes definições de posto de trabalho, diferentes divisões e rotações de tarefas, diferentes sistemas de poder/política na direção, em vez de valorização.³³

O trabalhador brasileiro, em grande parte, não é qualificado profissionalmente. Perdendo emprego em uma empresa, ele não reúne conhecimento suficiente para exercer atividades em empresas afins. Por

³² FOUCAULT, M. Op. Cit. 1992.

³³ BRIGHTON. Op. Cit. 1991.

outro lado, também muitos são analfabetos ou semi-alfabetizados, não têm sequer a educação formal básica, demonstrando qual é a ponta do fio que é preciso conduzir num processo de resgate popular. A educação é a chave mestra que poderá desencadear o processo de transformação social e econômica.

Distinguem-se duas formas de educação possível: a educação no trabalho e para o trabalho. A primeira dar-se-ia dentro da empresa com a busca de qualificação do pessoal interno da empresa. Ela atinge poucos trabalhadores, direcionando-se mais para cursos específicos e desenvolvimento de aptidões compatíveis com a qualidade. A segunda é um incentivo que se dá à educação formal, os operários são pressionados a obter, ao menos, o conhecimento do primeiro grau. Estes cursos podem ser ministrados para o pessoal que já trabalha na empresa, porém atinge também aqueles que têm a pretensão de procurar trabalho. Este movimento "educacional" quase sempre atinge apenas as grandes empresas, que já entraram no modelo de produção japonesa, em geral restrito às empresas - mãe.

Existe um desenvolvimento autônomo das forças de produção que entram em conflito com a exploração capitalista dentro da própria produção; e que essas forças de produção desenvolvidas (processos automatizantes, trabalhadores tecnicamente qualificados) são a efetivação embriônica e antecipada de processos socialistas de produção.³⁴

A qualificação do trabalhador como formação educacional pode ser um espaço para o resgate da cidadania tendo em vista que pode resgatar o ser humano dentro de cada um. Ela possibilita melhor compreensão dos fatos, permite a sua leitura. É um ponto de partida e, por si só, não opera milagres, reabre possibilidades. Porém o grande entrave é que

paralelamente às mudanças no processo de produção e de trabalho, não ocorrem mudanças nos conceitos de lucro e mais-valia. *"Alguns mitos sustentam a idéia de uma nova era: a idéia de que as modernas técnicas de produção exigem um aumento geral nos níveis de qualificação de uma forma tão direta quanto possível."*³⁵

Este reforço leva o trabalhador a colaborar com a empresa e fazer da luta pelo desenvolvimento desta sua própria luta. Ele pretende apenas ser respeitado em suas opiniões, valorizado ainda que individualmente e se manter trabalhando. A politização da racionalização pode significar pela parte da mão-de-obra um compromisso com o processo de modernização das empresas e a exigência de um preço por sua colaboração: proteção contra demissões ou administração inevitável de redução de pessoal através de aposentadorias antecipadas, novas regras de jornada de trabalho sem perdas financeiras tão penosas, nas reconversões assegurar os ativos, obter uma regulamentação da transição pelo menos aceitável, participar dos ganhos da racionalização como compensação dos riscos e cargas assumidas. *"Em lugar de lutar por uma racionalização alternativa, lutar por uma participação na racionalização empresarial"*.³⁶

Na luta sindical, existe um compromisso de trabalho para todos, fundada na solidariedade da consciência política e atitudes sociais globais. Eles têm que ampliar suas bases, abrigoando os desempregados, os trabalhadores informais, os jovens ingressantes para que, diminuindo a competição interna na classe trabalhadora, aumentando os níveis de solidariedade cresça a força, o poder para garantir qualidade de vida.

³⁴ BRIGHTON, Op. Ccit. 1991.

³⁵ BRIGHTON, Op. Cit. 1991.

³⁶ SCHUMAN, M. KERN, H. *La fim de la division du travail?* Barcelona, 1988.

CAPÍTULO 2

HERANÇA PARA O SÉCULO XXI: DESEMPREGO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

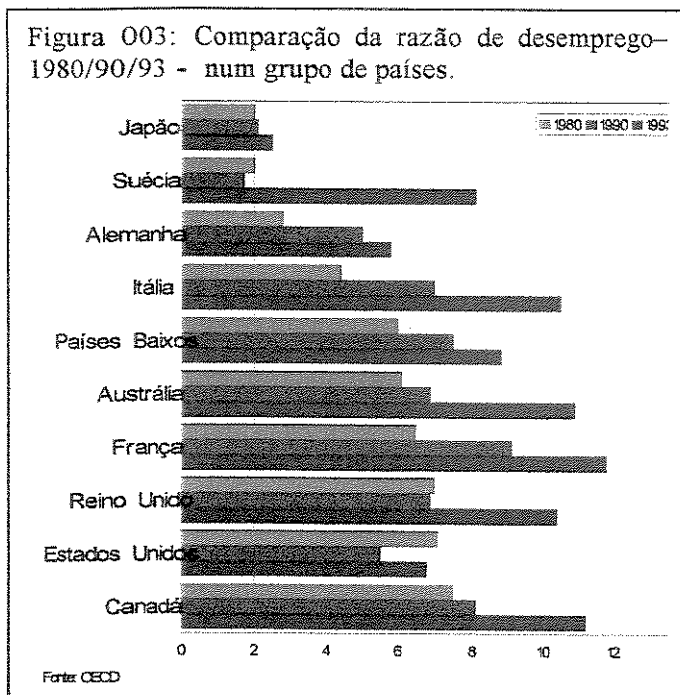
CAPÍTULO 2

HERANÇA PARA O SÉCULO XXI: DESEMPREGO E CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Neste fim de século, muitos paradigmas de referência foram abalados e deixaram de existir em função de seu confronto com a evolução da realidade. Em parte, fatos como o abalo econômico da nação mexicana, a queda do muro de Berlim com a união das Alemanhas, o fim da União Soviética e o acordo de paz entre Israel e Palestina trouxeram a necessidade de repensar a generalização desses paradigmas. Entre estes, situa-se o discurso da globalização e da competitividade com poderes mágicos de serem a panacéia de todos os setores, da indústria ao Estado, da produção à Educação, da empresa ao conjunto das nações.³⁷

Atualmente, estes paradigmas mesmo ao nível empresarial não podem ser generalizados haja vista o exemplo japonês. Em pouco tempo está apresentando muitos dos mesmos vícios do capitalismo taylorista: nichos de desenvolvimento, crescimento da exclusão, acrescentando a subordinação das empresas como a dos trabalhadores. O operário japonês, um mito do mundo moderno, - altos salários, emprego vitalício, dedicação exclusiva - não representa o conjunto de trabalhadores daquele país. Apenas um grupo detém os privilégios enquanto o restante da mão-de-obra apenas viabiliza a sua existência e possibilita o modelo econômico. Neste contexto, observe-se a presença do trabalho de milhares de japonesas e de

estrangeiros subempregados. Os resultados não podem ser generalizados, nem mesmo garantidos, muito menos estendidos ao conjunto dos trabalhadores. No espaço internacional, a redução de custos, a disputa de mercado e da competitividade podem ser um enorme contra-senso pelo custo social que representam.



Não se pode afirmar que exista um modelo único para o desenvolvimento harmônico e sustentável, nem sequer que foi encontrado um que o produzisse. Na década de 90, praticamente nenhum país escapa da performance crescente dos índices de desemprego. Na figura 3 são comparados alguns dos países desenvolvidos quanto a razão

de desemprego. O crescimento médio dos índices de desemprego nesses países entre 80/90 é de 18,98% e entre 90/93 é de 67,91%. Comparando as duas performances, uma vez que os períodos são subsequentes, observa-se que o crescimento é 3,6 vezes maior. O aumento de 90/93 está sendo mensurado para um período de 3 anos enquanto o primeiro considera uma década. A agudização do problema leva a algumas tentativas localizadas de refrear esse crescimento. A busca de soluções ainda são parciais e embrionárias, exigiriam acima de tudo vontade política, mudança de direcionamento das políticas vigentes.

³⁷Os dados utilizados, neste capítulo são resultados de pesquisa nos textos publicados pela OECD, IBGE, DIEESE, CUT, FSP, os quais estarão referidos na relação bibliográfica

O choque japonês introduziu novas variáveis no mundo capitalista e o custo social gerado pela crise no mercado de trabalho inviabiliza muitos valores tradicionalmente considerados. Com o conceito de trabalho em evolução, necessita-se de novos paradigmas e novos conceitos que reflitam as atuais tendências de extinção de postos de trabalho. As possibilidades de absorção dos novos contingentes humanos que a cada ano reforçam a força de trabalho disponível na sociedade humana são pequenas.³⁸ Muitos conceitos estão se alterando, como o da não utilização da mão-de-obra feminina, da jornada de trabalho com carga horária semanal fixa, da não absorção com trabalho temporário e informal. A não neutralidade das mudanças vai determinar, mesmo que seja por acomodação, uma reação às conseqüências do processo instaurado, provocando a reorganização dos diversos grupos humanos.

Na primeira revolução industrial, ocorrida no século 18 (por volta de 1760), caracterizada pela introdução da máquina - ferramenta, foi introduzida a máquina a vapor para substituir a roda d'água. Essa mudança permitiu que a fábrica independesse do local geográfico para sua instalação, não precisava mais de uma queda d'água. Dessa forma, a fábrica podia se instalar próxima aos fornecedores de matéria-prima, permitindo a reprodução das fábricas e o crescimento da especialização de uma região. Gerou a concentração de mão-de-obra e maior exploração da mesma. Isto modificou substancialmente o quadro de atividades humanas, porém não alterou o sistema operacional da fábrica. O "lay-out" da fábrica continuava o mesmo, com grupos de correias e de polias. O conceito de fábrica continua o mesmo. Na segunda, no século 19, a máquina a vapor deu lugar a motores à explosão e elétricos. Novamente o quadro de

³⁸ Segundo Márcio Pochmann, O Globo de 23/04/99, "entre 89 e 96 a expansão das ocupações no Brasil foi de 11%, enquanto a PEA total aumentou 16,5%. Surgiram 6.6 milhões de postos de

atividades humanas é modificado, porém modificou também o conceito de fábrica. Esta independe do sistema de correias e polias e é possível isolar as sessões, individualizando de uma certa maneira a produção. Com a máquina a vapor, a força propulsora da fábrica é uma só. Com os motores elétricos e a explosão, a força está em cada máquina, e um homem passa a operar uma máquina. Isso permite inclusive que partes da produção sejam realizadas em outras fábricas. A separação da produção em sessões, isolando as atividades, leva ao parcelamento das tarefas e à especialização da atividade do trabalhador. A exploração do trabalhador se torna mais acirrada.

Atividades novas surgem com exigências de nova qualificação, outras desaparecem. Talvez, por influência dessas mudanças, restritivas em quantidade de mão-de-obra absorvida, os postos de trabalho criados não acompanham linearmente o crescimento populacional. Os fatos levam a um crescimento acelerado do desemprego. As causas podem estar na adoção das novas tecnologia, com a substituição de postos de trabalho, como podem ser estruturais - novos tipos de trabalho surgem e outros se tornam obsoletos em função das características da produção. Essas novas atividades são restritivas em termos de qualificação, pelo tipo de exigência que não se refere ao ofício mas ao desempenho.

Para combater o desemprego, o processo de trabalho foi sendo modificado no tempo de trabalho individual. A jornada foi reduzida gradativamente, nesse período, de 16 para 8 horas diárias. Algumas atividades evoluíram para uma jornada de 6 horas diárias.³⁹ Muitas

trabalho, mas 7,9 milhões de brasileiros entraram no mercado à procura de uma vaga."

³⁹ Aparentemente, um grande avanço, porém é preciso considerar que com a redução de carga horária por jornada abriu-se a possibilidade de uma elasticidade na jornada individual dos

modificações resultam da luta dos trabalhadores que buscam um equilíbrio nas leis para que não beneficiem apenas aos capitalistas. E a busca de um reequilíbrio gerado pelas próprias mudanças permitiu, em muitos casos, a redução do desemprego mantendo-o em taxas suportáveis no geral mas que gerou grupos permanentemente.

Porém foi um efeito efêmero, pois “a terceira revolução, social e tecnológica, a partir dos anos 60, faz sentir os primeiros sinais positivos de regressão social”⁴⁰.

Com a globalização, as ações têm efeito multiplicador pois provocam mudanças em todos os setores, não só no industrial. E um resultado esperado de absorção de mão-de-obra dispensada na indústria em serviços e no comércio não acontece. A reestruturação das empresas em geral, do próprio Estado, provocam um efeito crescente de desemprego como forma de permitir o crescimento do processo de acumulação de capital e concentração de renda.

A situação parece se agravar, pois um dos sustentáculos do atual modelo é a desarticulação que provoca no movimento dos trabalhadores. Os trabalhadores dos sindicatos e centrais sindicais também necessitam redimensionar seus paradigmas para acompanhar a nova realidade. É impossível articular o conjunto de trabalhadores sem considerar os desocupados, os trabalhadores parciais, temporários, informais. Torna-se cada vez mais complicado conseguir a redução da jornada de trabalho, mantendo garantias para o trabalhador. Dificilmente todas as empresas cumprem a legislação trabalhista vigente, uma vez que com o agravamento

trabalhadores. A busca de sobrevivência impeliu os trabalhadores a aceitarem cargas de 60 a 80 horas semanais, trabalhando em dois ou mais empregos.

⁴⁰ POCHMANN, M. in: www/ibge.gov.br, 1998

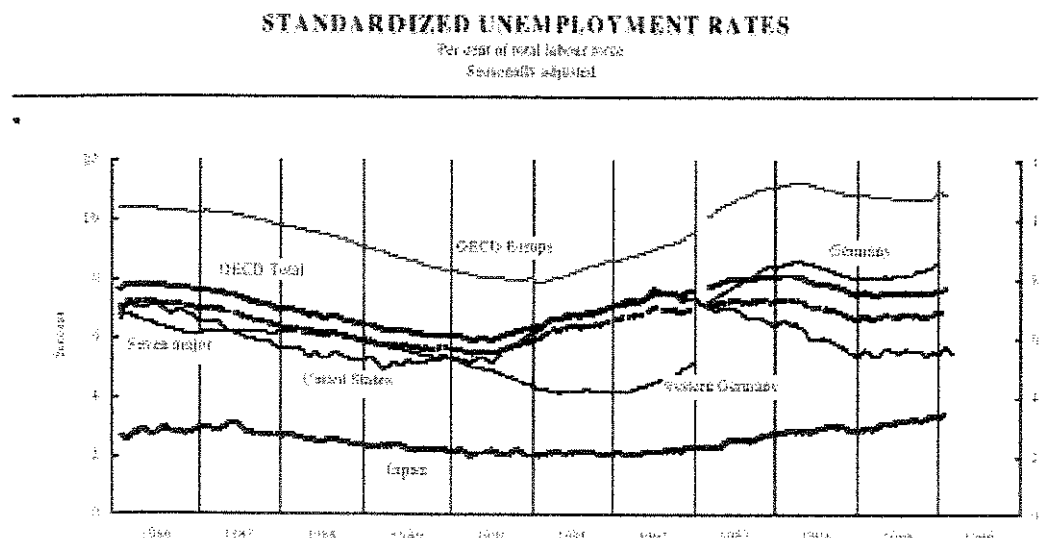
da situação, os empresários reforçam seu poder de barganha junto aos trabalhadores. As próprias conquistas dos trabalhadores deixam de ser usufruídas por todos, restringindo-se ao quadro dos que têm emprego formal. O seguro-desemprego é um exemplo claro das alegações acima. Acenado como solução temporária num tempo recessivo, só beneficia os trabalhadores dispensados que têm carteira assinada.

Em todos os setores, as mudanças são necessárias: criando novos postos de trabalho onde hoje inexistem, repensando o currículo escolar na direção da qualificação e nas formas de repassar conhecimento. É preciso desenvolver novas formas de articulação para a sobrevivência dos seres humanos.

2.1 DESEMPREGO: OCORRÊNCIA E EVOLUÇÃO LIGADA A OUTROS FATORES DA ECONOMIA

O desemprego afeta a qualidade de vida em praticamente todas as sociedades. O índice de desemprego (% de pessoas que procuram emprego entre a população economicamente ativa) vem se agravando tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos. Esta década pode ser chamada de década do desemprego. Como as condições sociais básicas para a sobrevivência dos indivíduos são muito diferentes em cada país, o desemprego não afeta igualmente os indivíduos que participam do contingente de desempregados. São medidas paliativas. Homens e mulheres têm direito ao trabalho pleno e de qualidade. Mesmo assim as medidas que se traduzem em seguro-desemprego, acesso à saúde, educação, saneamento podem permitir que os indivíduos ainda mantenham as condições mínimas de sobrevivência, mesmo sendo desempregados. É uma renda indireta mas se estiver sendo acrescida com o rendimento de algumas oportunidades de trabalhos temporários vai garantir, ainda que minimamente, a sobrevivência.

Figura 4: Taxas de desemprego padronizadas (Ajuste de sazonalidade) – 18 países da OECD - 1986/96

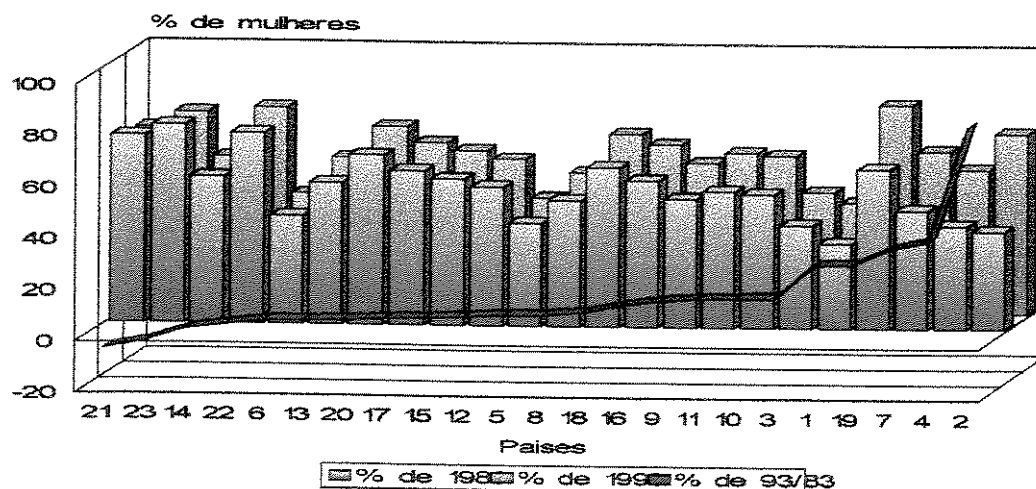


Fonte: SG/COM/NEWS(96)32

A taxa média de desemprego nos 15 países que fazem parte da União Europeia (UE) é de 10,6% (nov./95 conforme Secretaria de Estatística da UE), mas apresenta alta variabilidade entre eles. A figura 4 evidencia a tendência crescente da taxa de desemprego a partir dos anos 90. Os Estados Unidos apresentam um decréscimo seguido de uma estabilidade relativa no ano de 95.⁴¹ De um modo geral, entre os países da UE as taxas de emprego ainda são mais elevadas entre os homens e o índice de jovens desempregados é bastante alto, mantendo-se em constante elevação.

⁴¹ Ver a nota técnica sobre a obtenção das estatísticas sobre desemprego baseadas nas definições da 13ª Conferência de Estatísticas do Trabalho (ILO orientações) na Internet. Definição de desempregado: Pessoa em idade para trabalhar, que no período está sem trabalho e busca trabalho.

Figura 005 Crescimento da razão de participação da força de trabalho feminina, por país - 1983/93



Como se observa, na figura 5, a participação da mulher na força de trabalho cresceu na década observada. O crescimento no período só foi negativo em dois países: na Finlândia quando decresceu em (-) 4.11% e na Suécia com a taxa (-) 1.3% menor. Observa-se que nesses dois países o índice de participação da mulher na força de trabalho já era alto, o decréscimo pode ser apenas uma flutuação e não uma tendência. De um modo geral, nos 23 países avaliados variou de (-) 4.11% a 84.21% numa razão média de 16.84%, resultado positivo para a participação feminina.

O maior crescimento foi apresentado na Irlanda. As razões desse crescimento, além da luta da mulher por inserir-se na atividade produtiva, pode ser explicada nas mudanças no processo de produção. As empresas, com a era da microeletrônica, dão preferência às potencialidades garantidas pela educação feminina para assegurar melhor desempenho e ganho de produtividade. Representa também um esforço da mulher em participar do processo produtivo, procurando evidenciar que não existe

diferença entre gênero na execução de tarefas. A mulher luta por remuneração de suas atividades, o que não ocorre no plano doméstico, e no mundo do trabalho, ainda muito abaixo da remuneração masculina em postos iguais. Assegurar direitos e deveres iguais em todos os níveis de ação, inclusive no lar, parece ser ainda uma meta inatingível.

Usualmente, a taxa média de desemprego masculina é quase sempre a metade ou menos que a taxa feminina como na Itália (7,3% entre os homens e 17,1% entre as mulheres em 1990), na Holanda (5,7% e 10,5% respectivamente em 1993), França (8,1% e 12,7% respectivamente em 1992), Bélgica (6,5% e 13,2% respectivamente em 1991) e Espanha (14,3% e 25,6% respectivamente em 1992⁴²). As taxas evidenciam, como diz o autor Paul Willis,⁴³ que *“ainda predomina a concepção de que trabalho manual é uma atividade masculina”*.

A mulher se mantém muito no recesso do lar, afastada das atividades remuneradas. As causas dessa baixa participação são: "inexistência" de frentes de trabalho que admitam a participação da mulher, seja pela sua não preparação para atuar na produção ou pela política de remuneração que discrimina a mulher em suas atividades.

A luta das mulheres para se inserirem nas atividades humanas de produção e serviços encontra eco neste momento de mudança no processo de trabalho. O eco deve-se em parte porque muitas atividades da era tecnológica estão abrindo espaço para a mulher, valendo-se de capacitações que a educação da mulher ressalta e desenvolve mais como:

⁴² OECD

⁴³ WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador** : Escola, resistência e reprodução social. :_Tr. Tomaz Tadeu da Silva, Daise Batista. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991

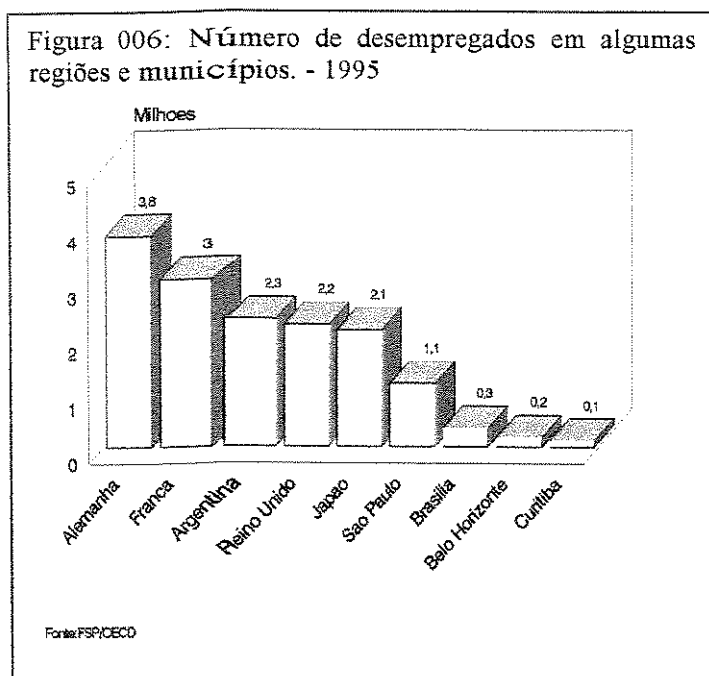
atenção a detalhes, organização, concentração.⁴⁴ No entanto, o crescimento do desemprego está proporcionalmente também evoluindo de forma semelhante segundo os sexos. As diferenças tendem a se manter mesmo que se aproximem pela diminuição de uma (taxa de desemprego feminina) e crescimento da outra (taxa de desemprego masculina). Por outro lado, a política de absorção está servindo apenas para regular o mercado e logo se esgotará.

Para os empresários, a baixa criação de novos postos de trabalho que absorveriam um percentual maior da PEA é atribuído aos altos custos da contratação. Esta concepção é apenas um aspecto do problema pois a redução é um dos paradigmas da era da globalização, que preconiza a reestruturação das empresas como forma de redimensionar os lucros das mesmas. Muitas empresas assumem um papel de prestadoras de serviços. As grandes empresas passam a ser seus clientes, criando uma relação de subordinação e dependência em relação às mesmas. Este papel, aparentemente mais cômodo, as exclui de uma certa forma da luta competitiva do mercado pois lhes garante um mercado certo. A produção de bens vai assumindo o caráter de produção de dinheiro (geração de lucro) em que os trabalhadores, o próprio produto e as empresas não globais são os elementos que garantem tal efeito. Esse caráter provoca maior concentração da riqueza do mundo em empresas globais que não só têm o poder como definem os rumos da sociedade. Neste contexto, o ser humano perde seu caráter geral e passa a ter função de grupo em vista de sua utilidade ou inutilidade para o poder.

⁴⁴ Não se pretende entrar nesta discussão, são arroladas em falsas percepções das diferenças fundamentais de gênero, apenas pelas capacitações desenvolvidas pela educação e modo de vida imposto às mulheres desde seu nascimento.

O número de desempregados é muito grande. Verdadeiros contingentes populacionais vivem em situação de instabilidade financeira com o desemprego, evidenciando o caráter excludente deste modelo de sociedade. Em geral, esses contingentes se encontram nos centros urbanos, dominando áreas periféricas onde a baixa qualidade de vida, diminuição dos serviços públicos levam a considerar que vivemos o século dos mendigos.

Figura 006: Número de desempregados em algumas regiões e municípios. - 1995



Observa-se na figura 6, que o Reino Unido (RU) têm 2,2 milhões de desempregados, com uma taxa de desemprego que está em torno de 8,7% da PEA, 16% menor do que em 93, conforme se observou na figura 3. Essa estatística é menor que a esperada porque como média equilibra as diferenças de

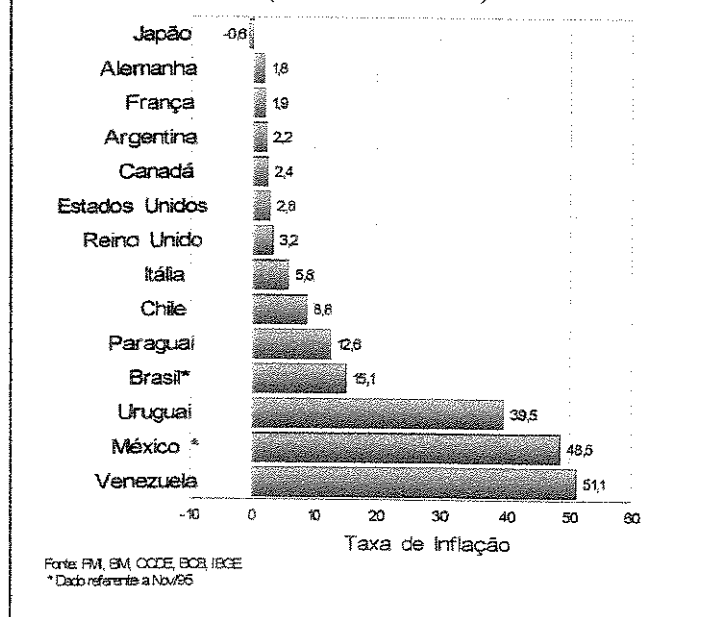
crescimento da taxa entre os países que fazem parte do RU.

Além disso ocorre uma mudança no pessoal que absorve os novos postos de trabalho criados: 51,9% foram preenchidos por mulheres. Como a tendência, ainda hoje, é de menor remuneração para mão-de-obra feminina, esta mudança pode estar refletindo a vontade dos empresários de reduzir custos da produção, aproveitando-se também da menor tradição de conquistas trabalhistas entre elas ou da tradição de exploração em relação à mulher. A mulher sempre exerceu dupla jornada e multitarefa no lar, isto

a capacita melhor para exercer funções em empresas que, atuando no sistema japonês, querem um trabalhador poliespecializado.

Observando a situação na França, em dezembro de 95, este país tinha 3.019.400 desempregados (segundo o Ministério do Trabalho francês) representando uma proporção de 11,7% da PEA, taxa crescente em relação ao mês anterior. O principal ponto que o Governo Francês desenvolveu no combate ao desemprego foi o incentivo ao consumo ao invés de apoiar a poupança. Acredita na possibilidade de reaquecer, dessa forma, alguns setores da economia, possibilitando a reabertura de frentes de trabalho e absorção de parte dos desempregados. Muitos dos desempregados são mão-de-obra experiente e capacitada. Nesse país, é a mão-de-obra ativa que está sendo desligada em proporções maiores pelas mudanças no processo de trabalho do que a pequena absorção de quem atinge idade para aposentar-se. Esta dedução interfere diretamente na crença na qualificação, escolaridade e experiência na manutenção do emprego. É um encaminhamento no mínimo interessante, pois trata de

Figura 007: Taxa de inflação – 1995 – Grupo dos Sete – MERCOSUL – AL (últimos 12 meses)



garantir uma espécie de raciocínio circular: o aumento de consumo garante o nível de atividade produtiva, este mantém salário e renda, que por sua vez garantem o consumo.

Observa-se, na figura 7, que o nível inflacionário cresce numa razão quase direta à da

taxa de desemprego, os países de economia mais estabilizada tendem a apresentar baixas taxas. Este raciocínio nem sempre é válido, haja vista a situação da Argentina, nesse conjunto de dados, apresenta baixa inflação e alta taxa de desemprego.

Na Alemanha, o desemprego apresenta uma tendência crescente na taxa de desemprego. Em outubro de 95 a taxa de desemprego era de 9,2% da PEA e em dezembro chegou a 9,9%. Os desempregados nesse país atingiram a cifra de 3,8 milhões, nesse período. A taxa de dezembro de 95 é a maior taxa verificada desde a unificação das Alemanhas em 1989. Entre as duas Alemanhas a taxa é diferenciada. Pelos índices apresentados em 1994, no lado oriental, a taxa foi de 16% contra 9,2% no lado ocidental. A supremacia do índice no lado oriental, em parte, é devida ao fechamento das fábricas que se tornaram obsoletas ante a mudança de regime político e organização do país. O governo alemão e os sindicatos se uniram aos órgãos dirigentes das empresas, principalmente do setor automobilístico, para buscar a redução de custos e de encargos trabalhistas.

É um verdadeiro pacto social entre grupos que isoladamente ainda detêm poder possibilitando a conjugação de esforços. Uma forma de pressão no setor automobilístico utilizado pelos empresários foi o deslocamento de parcelas de produção para o exterior, aproveitando incentivos fiscais, matéria prima de menor custo, mão-de-obra mais barata.

Muitos grupos propuseram as soluções para o problema do desemprego. O Sindicato da Indústria Mecânica Alemã, por exemplo, propôs o congelamento dos salários ou redução do índice de reajuste salarial com comprometimento das empresas do setor em criar 300 mil novos postos de trabalho em 1996. Este congelamento não teria, aparentemente, um efeito tão dramático para os trabalhadores do setor na

Alemanha, diante da expectativa de reajuste salarial de 3,5%, pois a inflação em 95 foi de 1,8%.

Por outro lado, a crise pela qual passa a economia e a política japonesa preocupa muito pela generalização do seu modo de produzir e/ou gerenciar as empresas. Enquanto a China apresentou um crescimento econômico de 12,5% em 95, o Japão, país da Qualidade Total, chegou ao limite dos investimentos intensivos e precisou abrir suas fronteiras econômicas. Estes fatos representam fortes obstáculos a uma recuperação pois abalam seus pilares mestres. Durante muito tempo, o país, buscando a recuperação econômica de pós-guerra, fechou suas fronteiras e procurou o desenvolvimento das empresas internamente. Empresas estrangeiras com produção similar eram vedadas de atuar no país. Além da política econômica não poder mudar muito, os problemas estruturais japoneses não têm solução a curto prazo. A taxa média de desemprego no Japão foi de 3,2% em 95. Atingiu 3,4% em dezembro, sendo a mais alta dos últimos 40 anos, ou seja, do período pós chegada de Deming, em 1950, com a teoria da Qualidade. O crescimento proporcionado pelo modelo japonês não é linear e esse revés social é um dos responsáveis pela ruptura com as imagens criadas pelo ocidente a partir de seu sucesso.

A proporção atingida implica em 2,1 milhões de japoneses procurando emprego em 1995. A tendência é de crescimento em 96 uma vez que os empresários japoneses procuram atrair estrangeiros que não têm tradição nas vantagens trabalhistas asseguradas a parte dos trabalhadores japoneses. O grupo mais atingido é o dos jovens entre 15 a 24 anos, com 6,1% de desempregados.

A crise chegou ao setor industrial, maior responsável pela queda do nível de emprego japonês. Por outro lado, como o Japão é altamente segregativo quando se trata dos empregos vitalícios, com pouco acesso a

mulheres e aos estrangeiros, pergunta-se se realmente estes últimos estão sendo considerados nestas estatísticas. Alguns setores crescem, nesse ínterim, os de serviços (13,2%), telecomunicações e transportes (8,4%) e construção (5,9%), evidenciando uma mudança no panorama econômico, porém não suficiente para alterar o quadro proporcionado pelas baixas no setor industrial. É o rompimento da cadeia produtiva. As empresas continuam a apresentar altos índices de lucratividade com baixos níveis de emprego.

Oficialmente, o aumento do desemprego nos Estados Unidos foi explicado por fenômenos físicos, uma vez que o inverno no ano de 95 foi um dos mais rigorosos, levando muitas fábricas e zonas comerciais a fecharem suas portas. Com essa visão, o fenômeno do crescimento do índice de desemprego ocorrido nos Estados Unidos está sendo visto como um fenômeno circunstancial e passageiro. Estes fechamentos foram responsáveis por um crescimento do desemprego de 5,6% em Novembro de 95 para 5,8% em Janeiro de 96, com isso 210 mil empregos foram extintos no período. O americano não atribui este crescimento à crise econômica no país. Ainda assim, também naquele país, os processos de trabalho estão sendo modificados e o avanço da automação industrial, da reengenharia nas empresas para se adequar à globalização da economia podem estar sendo responsáveis pelo crescimento do desemprego.

A partir do sucesso do modelo japonês, as outras nações, aderiram de vez ao neoliberalismo, através da adesão irrestrita às chamadas leis do mercado. As crises verificadas acumulam obstáculos para obter o mesmo sucesso. Para contorná-las, os governantes mudaram a estrutura de recursos no país. Conforme pode ser acompanhado no quadro 2 acima, os países diminuíram a destinação de recursos nos chamados setores sociais -

Quadro 02: Gastos públicos em alguns países nas rubricas: Outros e Gastos com previdência, habitação e outras políticas sociais.

Países	Outras 80	Outras 93	Sociais 80	Sociais 93
EUA	18,2%	23,7%	37,8%	31,7%
França	15,6%	20,4%	46,8%	45,9%
Inglaterra	32,9%	33,7%		
Alemanha	12,6%	20,4%	49,6%	45,9%
Espanha	14,8%	37,4%	60,3%	38,8%

Fonte: OECD

na educação, saúde, saneamento básico - aumentando a alocação para a rubrica "Outras", que inclui o pagamento de juros. Este desvio de recursos não garante a criação de postos de trabalho, nem sequer a manutenção das garantias

mínimas para desempregados. Porém, ainda assim, os Estados Unidos é um dos poucos países que vai fechar o segundo milênio com queda no nível de desemprego.

Nos países do MERCOSUL/AL, países em desenvolvimento, a situação do desemprego é crescente. O agravante nesses países é que têm suas empresas dependentes das empresas globais. Com o endividamento dos países de Terceiro Mundo, sua economia acha-se subordinada às leis dos bancos e FMI. Várias são as mudanças exigidas pelos Bancos Internacionais, Fundo Monetário Internacional, em relação aos Países subordinados para que se adaptem ao novo modelo. A liberação de preços em nome da competitividade, a flexibilização do mercado de trabalho, a sustentação da economia, o aumento dos juros, a redução de gastos sociais levam, na verdade, a uma ciranda financeira astronômica. As mudanças

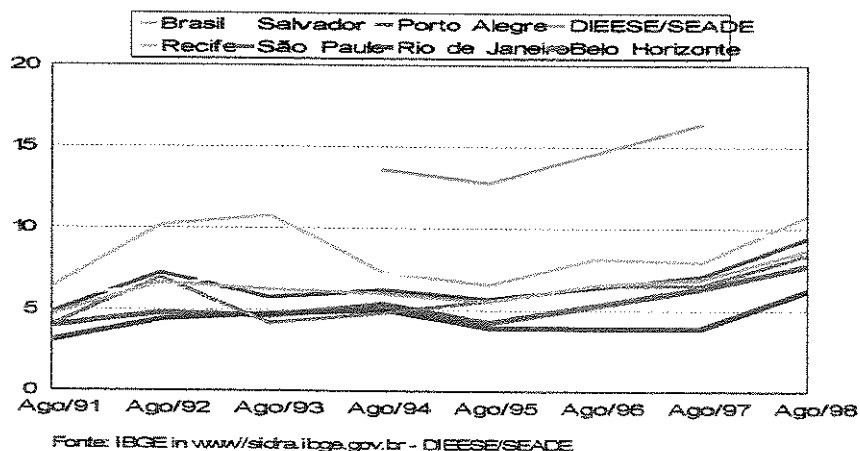
produzem acumulação de capital com transferência de renda para os setores mais rentáveis da sociedade em detrimento do trabalhador.

O desemprego na Argentina é alto. Ainda assim, alguns sinais de recuperação foram observados nesse período, em maio de 1995 foi de 18,6% e 16,4% em outubro do mesmo ano. Segundo esta estatística, 2,3 milhões de argentinos estão desempregados, o que representa 300 mil desempregados a menos que no período anterior. Segundo o INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo), o decréscimo da taxa naquele país deve-se à uma diminuição do número de pessoas procurando emprego, e a um crescimento no setor informal. O governo argentino previa um crescimento de postos de trabalho em função de investimentos estrangeiros e pretensão de início de projetos habitacionais de moradia popular. Com isso, esperava a criação de 1.058 mil novas vagas, o que supriria 46% das necessidades. Estes postos de trabalho não contribuem para refrear a taxa de desemprego pela sua temporiedade, mas servem para minimizá-la a curto prazo. É um investimento temporário, não gera pleno emprego, e sim alternativas de ocupação. Por outro lado, são projeções sobre expectativa de efetivação de investimentos, podendo não representar mudanças significativas na rotina econômica e padrão de ocupação no país vizinho.

2.2 DESEEMPREGO AVALIADO NO BRASIL

No Brasil, a taxa média de desemprego aberto foi de 5,81% no período de 91/95, quando comparado o mês de agosto de cada ano, enquanto no período subsequente de 95/98 a média atingiu 7,39%, conforme dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A par da Região Metropolitana de Recife, que apresenta as taxas mais altas, todas as regiões tenderam a evidenciar a tendência crescente da taxa de desemprego que inicia em 96.

Figura 008: Taxa de desemprego aberto - média e por região metropolitana 91 a 98 - Brasil
mês de referência - Agosto



Conforme se pode observar, em São Paulo, a taxa acompanhou a média nacional. A taxa é calculada sobre a população economicamente ativa das 6 maiores cidades do país, com suas regiões Metropolitanas, sendo daí projetada nacionalmente. Nessas regiões se concentram também os setores que mais empregam, não permitindo que se faça uma comparação realista com as taxas de outros países. Como se observa na figura 8, o índice nacional de desemprego vem apresentando tendência ao crescimento. Se comparado com dados do DIEESE/SEADE para período concomitante, a mudança de metodologia e de ótica conduz a uma informação diferenciada: a taxa média é de 13,2% no período 94/95 e sobe para 15,5% no período de 96/97.

A par disso, os trabalhadores brasileiros estão em desvantagem quanto à seguridade social no sentido de protegê-los quando estiverem desempregados. Os indivíduos que não trabalham com carteira assinada não têm direitos assegurados. Há algum tempo vem se tentando implementar uma proposta de renda mínima para as famílias que não atingem um salário mínimo. Porém para que ela seja implementada é preciso vontade política. Certamente que o projeto de Renda mínima não

vai assegurar direitos plenos de reprodução a estes trabalhadores e suas famílias, mas vai permitir que mantenham suas expectativas de inclusão e capacidade de luta. Ainda que existam tentativas concretas de viabilizar a garantia de renda mínima, governo e empresários procuram diminuir, aos poucos, as situações de emprego formal. Só com a carteira assinada serão mantidos os direitos trabalhistas e o acesso às condições sociais básicas como o seguro-desemprego de que se falava anteriormente.

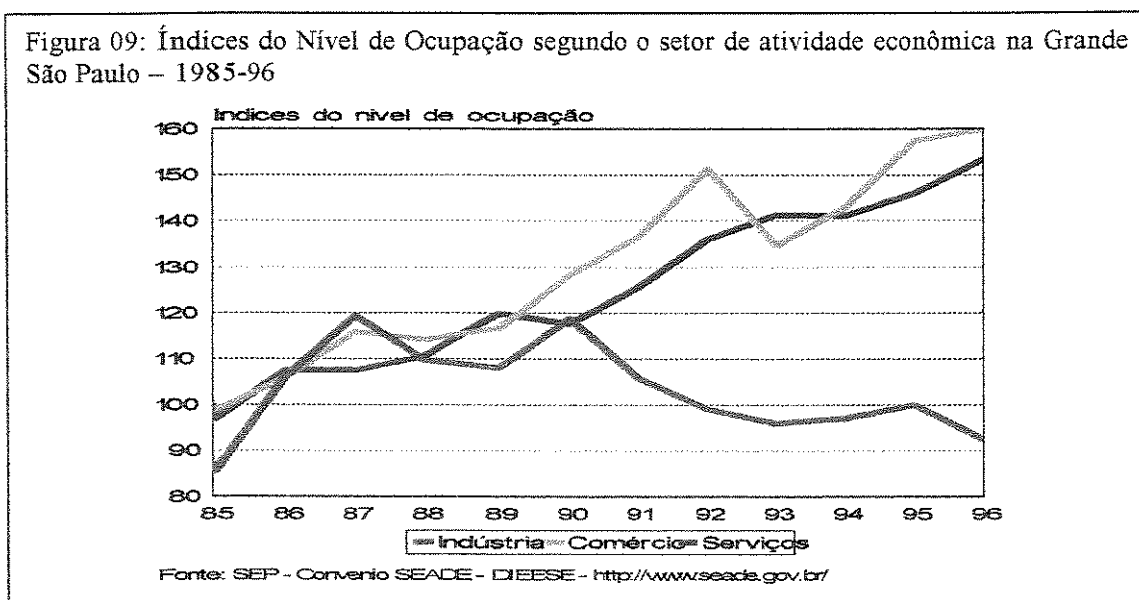
Em SP, a taxa de desemprego em novembro de 1995 foi de 13,7% segundo o DIIESE. Este fato contraria um comportamento esperado do período de final de ano: época em que ocorre tipicamente um aumento do consumo popular e do número de vagas. Elas absorvem parte da mão-de-obra desempregada e, ainda que sejam temporárias, fazem cair a taxa de desemprego. Este comportamento atípico pode ser debitado às medidas de redução do ritmo de crescimento da economia impostas pelo governo. Enquanto o governo francês procurou incentivar o consumo para garantir o crescimento de alguns setores e a conseqüente criação de vagas, no Brasil, foram tomadas medidas restritivas ao consumo e incentivadoras da poupança. Estas medidas beneficiam diretamente o setor financeiro e, mesmo assim, este setor está vivendo um clima de crise.

O aumento de pessoas procurando emprego, nos estados do sudeste, foi atribuído às migrações internas no país, principalmente dos estados do Nordeste, e pelo número de jovens que ingressam na PEA. A longo prazo, estes dois movimentos tendem a decrescer. O índice de natalidade diminuiu sensivelmente e a família brasileira padrão têm em média 4 pessoas. Além disso, muitos nordestinos começam a retornar aos seus estados de origem por entender que esse ciclo chegou ao fim. E também é necessário responsabilizar as mudanças no setor produtivo por esse crescimento.

Numa avaliação mais detalhista, o desemprego vem atingindo, principalmente, os homens (6,9%), pessoas com 40 anos ou mais (21,5%) e chefes de domicílio (5,3%). A taxa de desemprego na Grande São Paulo equívale a 1,137 milhão de pessoas sem emprego em 1995, número este quase comparável ao da Argentina, conforme se observa na figura 6, citada anteriormente. Estas demissões, de um modo geral, são na indústria paulista. Só na primeira semana de dezembro, o nível de emprego caiu 0,26%. A variação percentual de pessoal ocupado na indústria em relação ao mesmo mês do ano de 94 mostrou uma queda, sempre crescente, de (-) 8,2% em novembro de 1994 e (-) 7,1% em dezembro com as horas trabalhadas na produção equivalente a (-) 9,8 em Novembro de 1995 e (-) 18,1 em dezembro do mesmo ano.

Estes resultados podem ser atribuídos à política de restrição ao consumo que o governo brasileiro levou a termo a partir de maio de 1995. Os industriais estimularam o crescimento necessário para a indústria, e, na opinião deles, também necessário para a melhoria da situação social do país com base em dois pontos fundamentais: exportações e investimento. Estes dois pontos indicam que o consumo interno, que já era deficitário, não foi priorizado. Implica na busca de recursos por meio de benefícios que podem ser distribuídos para atrair investidores. Estes incentivos geram falta de recursos para o Estado e cortes nas áreas sociais pelas isenções propostas. Além disso, a reengenharia adotada nas empresas, visando maior lucratividade e competitividade, fecha postos de trabalho que não são substituídos por outros. A automação dispensa muito do trabalho manual ligado à produção. A atuação do trabalhador começa a se restringir ao controle dos equipamentos fazendo com que um único operário opere mais de uma máquina.

Assim, contrapondo o dado constante na figura 8, a taxa de desemprego brasileira pode ser avaliada com outro impacto quando observada numa região determinada e por setores, como se acompanha na figura 9.

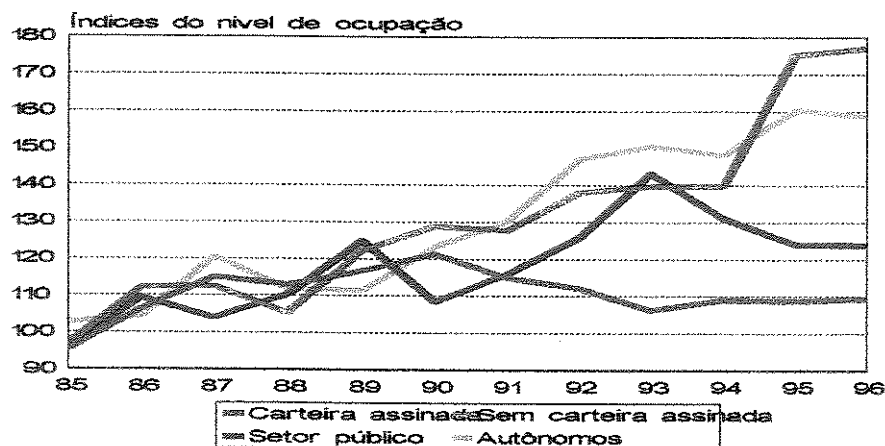


De janeiro a dezembro de 95, o número de postos de trabalho que foram fechados, 185.560, representaram uma queda de 6,76% no nível de emprego industrial. Esse ritmo aumentou nas últimas semanas do ano de 1995 e nas primeiras de 96. As empresas justificam a diminuição de postos de trabalho como uma estratégia de reestruturação ante a crise do setor, a perda de mercado e a queda na produção. No setor automobilístico, só as revendas VW reduziram em 20% seu quadro de pessoal em 1996, representando 55 mil empregados, uma média de 73 empregados por concessionária! Essa redução visou diminuir o prejuízo de 1995, que foi muito significativo, apesar do crescimento das vendas em 13,3% em relação a 94, pois foram necessários muitos descontos para que este crescimento ocorresse diante da competição no mercado – competição dos carros importados e queda no poder aquisitivo.

A queda da inflação acompanhada dessa política restritiva ao consumo torna mais complicado para as empresas ganharem dinheiro. A inflação permite diminuir o salário real, mantendo o nominal mas, ao mesmo tempo, são adotadas políticas de reposição indexadas ao crescimento dos índices inflacionários. Com a queda da inflação, esses gatilhos não são mais acionados e os salários permanecem estabilizados, perdendo seu poder de compra. A política de juros para o consumidor é crescente, mesmo quando a taxa de inflação atinge o limite “zero”, as taxas de juros superam os limites de 10% ao mês nas compras a prazo, nos juros bancários e financiamentos de pequeno porte. A taxa sobre os bens de consumo é alta e supera os índices inflacionários. Perde o consumidor interno e as empresas pequenas e médias que têm a base de seu faturamento no consumo interno.

A idéia que predomina nas administrações empresariais é que o lucro só pode ser obtido com base na eficiência e na redução de custos. Como todas as áreas estão sendo afetadas, isto exige que o pessoal que permanece na empresa substitua os demitidos, assumindo suas tarefas para

Figura 10: Índice do Nível de Ocupação por posição na ocupação – Grande São Paulo – 1985-96



Fonte: SEP - Convenio SEADE - DIEESE - <http://www.seade.gov.br/>

Ano base = 85 – Comparações dos meses de janeiro em cada ano.

as quais irá necessitar de treinamento, melhores salários e maior investimento na informatização.

Como se pode constatar, na figura 10, a política japonesa de privilegiar um grupo de trabalhadores perante os demais que exercem trabalho temporário, tempo parcial, ou estão desempregados está sendo amplamente seguida pelos empresários brasileiros. As duas posições que cresceram em relação a 85 foram as dos trabalhadores sem carteira assinada, (77% a mais que em 85) e dos trabalhadores autônomos, (58% a mais que em 85). Até o início da década de 90 a evolução das três posições era mais ou menos equilibrada. A partir daí se diferenciam os comportamentos sendo que o crescimento do Índice do Nível de Ocupação dos trabalhadores com carteira assinada, (9,4% a mais que em 85), e do setor público, (23,8% a mais que em 85), volta a ocupar níveis semelhantes aos de janeiro de 1985 na Grande São Paulo. Este último ainda apresentou altos índices até 93, quando começou o descenso. Instaura-se no país o trabalho precário com amplos defensores. A julgar por estes indicadores, muitos jovens estão destinados a nunca ter um emprego fixo, regido por leis trabalhistas, com direitos assegurados.

Observando o crescimento no número de desempregados, vê-se que os postos de trabalho que fecham, em geral, são no parque industrial e no setor da construção civil, levando a uma verdadeira ciranda demissionária. O setor de serviços vem crescendo e absorvendo a maior fatia da PEA, porém a mão-de-obra contratada nesse setor, de um modo em geral, é a mais qualificada pois vai ocupar postos que exigem conhecimento especializado e, nesse caso, pouco vai absorver dos demitidos da área industrial. Em Belo Horizonte (BH/Minas Gerais), segundo o

DIEESE/SEADE⁴⁵, 49,3% da PEA atua no setor de serviços enquanto apenas 15,5% trabalha na indústria de transformação e 7,9% na construção civil. Com o desemprego em BH atingindo 11,1% da PEA, existem 181 mil desempregados na área metropolitana no mês de dezembro de 95. Em Curitiba (Paraná), também região metropolitana, os desempregados somam 116 mil. Mesmo assim a taxa de desemprego sofreu ligeira queda, 11,6% em novembro contra 11,4% em dezembro. Já em Brasília o nível de emprego caiu 0,32% só em novembro e no ano de 1995 houve 340 mil demissões a mais que o número de contratações. Em Campinas, o nível de emprego caiu mais ainda que na região metropolitana de BH, atingindo 0,69% em novembro, e a maior queda foi verificada no setor de produção de plásticos.

O desemprego não é um típico problema urbano atualmente. Ele atinge novamente o meio rural cortando postos de trabalho, não só pelas mudanças que ocorrem no setor, mas também causado pelas questões inerentes ao plantio, colheita, sua dependência dos fatores clima, insumos, preço/custo de produção do produto agrícola. A queda de 15% na área de plantio das culturas anuais na safra 95/96 implica no corte de 54 mil vagas no meio rural paulista, segundo o IEA (Instituto de Economia Agrícola). Este corte prognostica o agravamento da crise nesse setor, que traz de roldão maior migração para as áreas urbanas, aumento do número de desempregados na cidade e crescimento do número de famílias rurais sem terra, questão esta sempre adiada por meio de medidas paliativas e sem uma decisão firme e vontade política de promover a reforma agrária, a qual traria benefícios tanto sociais quanto econômicos ao país. Para ter uma idéia do tipo de repercussão que estes cortes de postos de trabalho

⁴⁵ DIEESE/SEADE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômico/Fundação Sistema de Análise de Dados

representam no setor rural, o IEA avalia que entre as fases de plantio e de colheita a redução foi de 18 mil vagas e no pós colheita as consequências foram a redução de mais 36 mil empregos. A cultura mais atingida foi a do algodão, com uma queda em torno de 22% a menos que na safra anterior, seguida das safras de milho e soja que tiveram seus resultados em 95 reduzidos em 13%.

O desemprego é um problema típico do pós-guerra, se desconsiderados períodos de crises agudas de recessão, até esse período as atividades eram emergentes e novos postos de trabalho surgiam com o avanço das tecnologias, necessidade de produzir massivamente, impulsionados pela popularização dos bens e apelo ao consumo. A discussão destes números avança na formação de um quadro de referência que impulsiona a leitura dos fatos em sua própria inter-relação com o cotidiano. O fenômeno do desemprego, com essa tendência expansionista, não só em termos de quantidade mas também de abrangência setorial e geográfica, é talvez o fator mais claro a ser referido como divisor em termos de inclusão e exclusão social. Este fenômeno leva os trabalhadores a buscar explicações que tragam, em seu bojo, indicações sobre soluções possíveis e encaminhamentos factíveis. “No Brasil, têm como causas a transição entre a economia planejada e a economia de mercado e a preocupação dos governantes voltados para o combate à inflação, o que torna o desemprego um problema também político.”⁴⁶

Nesse ínterim, a “dóxa” – crenças, valores, opiniões, ao mesmo tempo que servem de justificativa, “explicam” as relações dos trabalhadores com o mundo do trabalho, também postergam, de forma

⁴⁶ POCHMANN, M. Op. Cit. 1998

virtual, as reais constatações sobre a possibilidade de intervenção e mudança nesse mundo.

A sociedade tenta reagir ao problema do desemprego que passa a ser uma questão coletiva. Alguns acreditavam que o desemprego era uma questão individual, ou de falta de qualificação profissional. Mas a constatação atual é de que o desemprego passou a ser uma questão mundial, generalizada em quase todos os países.⁴⁷

É importante, neste contexto, detectar como se configura a “dóxa” – opiniões, crenças sobre o valor e o papel do estudo, qualificação, automação, democratização e movimentos sociais, ao constituírem variáveis explicativas da variável resposta: situação de emprego dos trabalhadores de Campinas. Desconhece-se o percentual de variação explicada quando estão relacionadas com fatos, do tipo emprego / desemprego, a que estão sujeitos os trabalhadores em sua vida profissional. A decodificação das informações, dados referentes às suas crenças e descrenças, quando estabelecidas essas relações, permite começar a avaliar o modo como permanecem de referência dos fatos do cotidiano. Também permite acompanhar as modificações que ocorrem na “dóxa” – opiniões, crenças, em termos de resultado do embate diário, projetando virtualmente as responsabilidades sobre o resultado da busca e/ou manutenção do emprego. Pretende-se com isso estabelecer um tipo de resposta do trabalhador como percepção de encaminhamento possível, quando emprego e qualificação estão em debate.

Pretende-se traçar observações sobre os reflexos da globalização da economia e seu efeito social no mundo do trabalho sob o ponto de vista do trabalhador de Campinas (SP). É uma tentativa de entender a educação como uma “dóxa” ou como espaço de realidade. A pesquisa de campo com

⁴⁷ POCHMANN, M. Op. Cit. 1998

a apresentação das crenças na realidade vai evidenciar o acesso, a formulação de paradigmas populares e seu confronto com o presente, com necessidades objetivas do trabalhador e seus perfis. Nessa via, formulam-se as respostas da educação para o trabalhador e do trabalhador para a educação.

CAPÍTULO 3

TRABALHADOR E TRABALHADORA DE CAMPINAS: PREOCUPAÇÕES E REALIDADE

CAPÍTULO 3

TRABALHADOR E TRABALHADORA DE CAMPINAS: PREOCUPAÇÕES E REALIDADE

Como em qualquer outro espaço humano que fosse privilegiado para esta análise, a “dóxa” – crenças, valores e opiniões - também gera expectativas e desilusões entre os trabalhadores em Campinas, segunda maior cidade do estado de São Paulo(BR). Esta, por ser o segundo pólo sócio-econômico e educacional do estado, têm um poder muito grande de atrair pessoas. É conhecida por seu alto padrão de vida, possui duas das maiores universidades do estado, grandes bancos, comércio forte e um parque industrial que comporta empresas multinacionais e nacionais.

Campinas é uma antiga cidade paulista, 225 anos, espaço político e de produção dos barões do café. Em 1996, conta com 908906 habitantes⁴⁸, com uma média de 3,57 moradores por domicílio. É densamente povoada, 1020 hab./km², está localizada a apenas 98 km de São Paulo, capital. Deixou de ser a região do café, mas ainda existem grandes fazendas, dedicadas ao gado, cana-de-açúcar, café, haras, etc. Suas características como pólo regional são as mais diversas.

⁴⁸ Estimativa do IBGE/96

Figura 011: Pirâmides etárias segundo o local de moradia – **meio rural** - dos trabalhadores de Campinas – SP – 1996

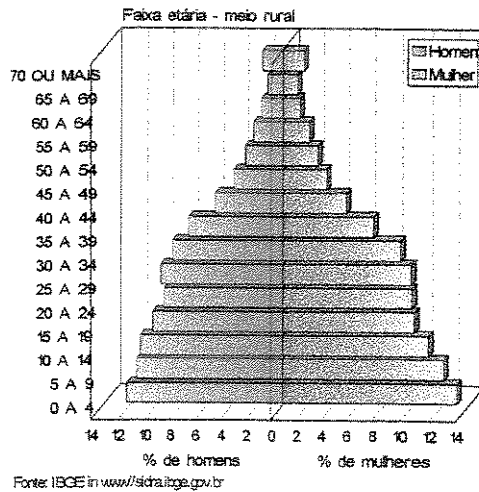
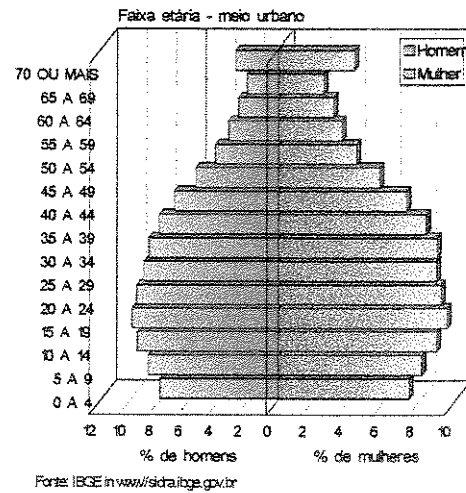


Figura 012: Pirâmides etárias segundo o local de moradia – **meio urbano** - dos trabalhadores de Campinas – SP – 1996



Campinas é um desses espaços que, além de toda a sua inserção no mundo capitalista como uma grande metrópole com uma população concentrada na área urbana, 96,08%, apresenta nesses dois grupos, segundo o local de moradia, também um comportamento diverso em termos de estrutura etária e por gênero. No meio rural, observa-se, na figura 11, uma pirâmide típica de regiões mais conservadoras consideradas “atrasadas”, com uma base larga (alta natalidade) e uma cúpula aguda (alta mortalidade) e pouco concentrada nas pessoas em idade produtiva (59,94% contra 35,65% de jovens com menos de 15 anos e 4,41% de idosos com 60 anos ou mais). Enquanto isso, a população urbana responde claramente às mudanças apregoadas em termos de planejamento familiar e observa-se, na figura 12, uma pirâmide típica das regiões desenvolvidas com uma base estreitada (baixa natalidade), uma cúpula ampliada (baixa mortalidade), e população concentrada nas faixas de idade produtiva (65,81% contra 25,34% de jovens com menos de 15 anos e 8,85% de

idosos com 60 anos ou mais). Estas informações situam duas estruturas antagônicas, típicas das situações domiciliares em estudo.

Com base na concentração urbana na cidade de Campinas, com ínfima presença rural, é possível considerá-la tipicamente urbana e desenvolvida⁴⁹ com as características dominantes da problemática urbana em termos de geração de renda, políticas públicas, desumanização da reorganização do processo produtivo, com crescimento significativo de pessoas da terceira idade, e crescente diminuição de crianças e jovens.

É um pólo educacional – 3 universidades, situadas em Barão Geraldo, as quais atendem 35 000 estudantes. A rede educacional do ensino de primeiro e segundo grau conta com 346 escolas, dezenas de cursos profissionalizantes e de línguas, evidenciando o grande interesse pela educação, ao menos de quem têm condições econômicas para tal. Os trabalhadores que estão empregados somam 219,6 mil pessoas das quais 27,55% na indústria, 25,6% no comércio e 46,9% em serviços. Estes dados não incluem os trabalhadores rurais, informais, autônomos, domésticos, empresários. Fala-se que Campinas é uma cidade classe “A”, a renda “per capita”, renda média anual, dos campineiros é elevada, US \$ 10700 / ano, 3,6 vezes acima da média nacional, justificando essa classificação. Como valor médio, não atinge uniformemente a população, em geral concentrada nos baixos rendimentos. Nesse contexto, é uma cidade dos contrastes com grande parte das pessoas excluídas dessa imagem restrita a uma minoria, com uma característica muito especial em função desses altos valores. Pode-se dizer que é uma cidade onde o

⁴⁹ Ver definição de “desenvolvida” no glossário para este contexto de estrutura etária por gênero e meio.

consumo, em todos os níveis, está presente fazendo “girar” a economia, tanto formal como informal.

Ainda assim, é evidente que essa grande metrópole apresenta uma grande diversidade nas condições de sobrevivência de seus habitantes, sejam eles naturais da localidade ou migrantes que vieram atrás de oportunidades, emprego, estudo, saúde, negócios. Logo ao ser escolhida, escolha não aleatória, como campo para estudo desses valores, entende-se que a informação possivelmente gerada pelos trabalhadores de Campinas, ativos ou inativos, com mais de 15 anos, permite que sejam definidos como população em estudo. Esta delimitação toma por base a idéia de que os indivíduos com menos de 16 anos formam um subgrupo com características muito próprias, constituindo-se em ingressantes no mercado de trabalho, que ainda estão em tempo de formação com necessidade de estudo próprio para tal. A delimitação também têm por base a limitação do espectro de análise para um enfoque mais situado na experiência, possível, de trabalho e luta por sobrevivência.

Tem-se ainda como pressuposto básico que este estudo abrange aleatoriamente a população trabalhadora de Campinas em sua condição de trabalho. Isto permite que seja avaliada sua composição e distribuição sob três condições, em termos de situação atual de trabalho, os empregados, desempregados e os que não exercem atividade remunerada.⁵⁰

⁵⁰ Por praticidade na redação, campineiros que não exercem atividade remunerada serão denominados de inativos, considerando-se que estas pessoas não estão sem atividade, apenas são inativas em atividades remuneradas.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS⁵¹

No Brasil, a falta de tradição de preservar a história popular através de dados estatísticos prejudica qualquer trabalho que pretenda realizar um estudo comparativo entre as transformações sociais em face das mudanças no processo de trabalho e a globalização da economia, assim como outros. Por isto pretende-se captar alguns conceitos do universo de referências dos trabalhadores de Campinas diante de temas que se inserem em suas vidas sob vários aspectos, mas que travestidos de realidade atuam como palavras de ordem manipuladoras de ações e reações. Pretende-se desvendar como o trabalhador percebe essas idéias que lhe são colocadas diariamente através da imprensa, das exigências nas empresas e quais as relações com suas práticas, seu alento e desalento na busca de trabalho, na manutenção do emprego. Pretendeu-se, portanto, coletar dados para definir o pensamento do trabalhador ante Qualificação, Desemprego, Globalização com a finalidade de subsidiar a análise do tema: Trabalhador, desemprego e Educação num contexto globalizado – real ou virtual.

Para tanto, os entrevistados foram confrontados com alguns valores que comumente são veiculados como verdadeiros e que se estabelecem por tradição sem comprovação científica. À medida que são constantemente citados e fazem parte do ideário de referências dos indivíduos, assumem um poder determinante nas ações dos mesmos pois são reforçados, como argumentos para atingir comportamentos desejados dentro da família, no seio da empresa, no marketing empresarial, político e religioso.

Duas são as referências que mais costumam ser veiculadas em relação ao acesso educacional – formal, regular e/ou profissionalizante –

⁵¹ Para acompanhar o processo de pesquisa como um todo, ver o projeto de pesquisa no anexo 1.

uma idéia é a de que “*a pessoa que estuda têm trabalho*” e a outra é a de que “*o trabalhador qualificado está garantido na empresa*”. Aparentemente são “frases de ordem” bem intencionadas utilizadas para desenvolver parâmetros de comportamento desejáveis nas pessoas. Por outro lado, elas estão integradas no modelo de sociedade capitalista, que responsabiliza o indivíduo por seus fracassos e atribui ao Estado o papel de benfeitor mas não de responsável. O próprio “desemprego” foi retomado sob o ponto de vista do trabalhador, uma vez que assume um caráter mitificado com seu papel regulador no mercado de trabalho. Este foi chamado a se posicionar e avaliar formas de modificar seus níveis de ocorrência.

Outros valores, opiniões que se inserem no ideário capitalista, ou seja, no modo capitalista de viver, são crenças como a de que “*existe trabalho remunerado para todos*”. Novamente o indivíduo é o responsável por sua condição de trabalho atual. As mazelas do presente têm um único culpado além do trabalhador, uma vez que “*o desemprego cresce com a automação, uso de máquinas para fazer os trabalhos*”. Ante essa realidade, o trabalhador é quase totalmente impotente, gerando desalento e falta de perspectivas.

Os próprios trabalhadores, no afã de encontrar soluções, podem estar criando uma “dóxa” própria como a de que “*a reforma agrária é uma solução para os desempregados da cidade*”.

Relacionado com o desvelar dos mesmos, o instrumento de levantamento de dados associou também a percepção que o indivíduo faz de si mesmo como trabalhador, sua percepção da problemática globalizada que atinge o pessoal e o espaço mais amplo em que ele se insere. Interessou também situá-lo em relação ao seu lado pessoal e profissional,

através de dados como a escolaridade e situação de trabalho atual do indivíduo, além de outros.

Tendo em vista estas pretensões, foi traçado o instrumento de coleta de dados, o qual passou por um período de teste, denominado de pré-teste. O uso do pré-teste possibilitou a adequação da linguagem, dos procedimentos de coleta e a própria reformulação das questões para diminuir a ocorrência de erros não-amostrais que possam vir a introduzir tendenciosidades nos resultados. Esses fatores, que não podem ser controlados, apenas minimizados, quando presentes, produzem efeitos não dimensionáveis que estarão influenciando nos resultados e por sua vez compondo o denominado erro residual na análise de resíduos, como se fossem ruídos perturbando a visão dos fatos em situação experimental.

3.1.1 METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO DE DADOS

Para permitir o levantamento de dados, juntamente com a construção do instrumento de coleta, foram tomadas algumas decisões quanto à padronização no sistema de coleta de dados, à população em estudo e conseqüentemente quanto à abrangência do estudo e em relação ao delineamento do processo amostral.

1. Padronização do sistema de coleta de dados:

A criação de rotinas de atuação para os entrevistadores permitiu que fossem diminuídas as diferenças na obtenção dos dados e evitou, em parte, a presença de viés nos mesmos. As rotinas básicas referem-se:

- ⇒ à abordagem do entrevistado,
- ⇒ à condução da entrevista em si,
- ⇒ à forma de realizar o questionamento,

⇒ à forma de ampliar a explicação no caso de incompreensão da questão,

⇒ à forma de proceder em relação às questões abertas para não perder informação,

⇒ à forma de registrar os resultados,

⇒ às rotinas para devolver a informação.

Todos estes cuidados buscaram autenticidade nas respostas, evitaram a perda da informação e a presença de “missing values”. A presença de “missing values”⁵², quando em proporção excessiva numa pesquisa, pode levar à supressão de variáveis e crescimento do viés nos resultados.

2. População:

A definição da população em estudo possibilitou determinar com precisão as unidades populacionais e, também, estabelecer os limites de abrangência do estudo realizado. Pode-se caracterizar como um bom estudo aquele que delimita a sua população de tal maneira que as unidades populacionais estejam claramente determinadas através das características de interesse projetadas pelos próprios objetivos do mesmo. Neste caso, constituíram-se em unidades populacionais, U_{is} , com $i = 1, 2, \dots, N$, o trabalhador que mora na cidade de Campinas e que tenha 15 anos ou mais de idade, independente de pertencer à PEA (empregados, desempregados num sentido mais restrito) ou estar fora dela (inativos)⁵³.

⁵² Entende-se por “Missing values” a falta de informação ou informação inadequada.

⁵³ Para este trabalho, foram utilizadas as definições do IBGE para empregado e desempregado.

No grupo denominado de empregado foram classificados os entrevistados que exerciam uma atividade remunerada, fixa ou temporária, autônoma ou não. Esta categoria engloba os que estavam empregados no momento da pesquisa, eram trabalhadores temporários há mais de um mês na função, os empresários e autônomos que trabalham por conta própria. No entanto, existe ciência de que, pelo sistema adotado na pesquisa de campo, grandes empresários⁵⁴ não foram abordados e, portanto, não estão nos limites de referências deste trabalho.

Na categoria dos desempregados foram classificados os trabalhadores que referiram estar desempregados no momento da pesquisa, estar exercendo tarefas eventualmente, ou ser trabalhador temporário há menos de um mês.

Entre os inativos, pessoas que não exercem trabalho remunerado sistematicamente, foram classificados os estudantes, aposentados, donas de casa, voluntários não remunerados, religiosos não remunerados. Estes podem revelar um desejo latente de exercer atividade remunerada e pretende-se fazer uma tentativa de compreender os fatores limitantes para esses desejos.

A “situação de trabalho atual” constitui-se na variável resposta centralizadora do estudo pela identidade estabelecida com os objetivos do mesmo. Para efeitos de análise das variáveis que possam estar identificando comportamentos típicos a uma resposta esperada, esta foi avaliada em dois aspectos separadamente. Inicialmente foi dado destaque à situação em três níveis: “estar empregado”, “estar desempregado” e “sem

⁵⁴ Como este trabalho refere-se aos trabalhadores, entende-se que micros e pequenos empresários estão em sua abrangência, porém grandes não.

atividade remunerada”. A variável para análise foi denominada de Situação de trabalho, (SITRAB) simplesmente, onde $Y_{1i} = \{1, 2, 3\}$. Na situação seguinte foi transformada na variável denominada de Situação de trabalho 3 (SITRAB 3), binária e dicotômica, com eventos mutuamente exclusivos e independentes, em que $Y_{2i} = \{0, 1\}$ teve atribuído zero ao fator ausente, no caso “empregado”, e um ao fator presente, neste caso “desempregado”. Em “sitrab3” foram isolados os “inativos”, isto é, todas as unidades com essa condição de trabalho não compareceram ao estudo. Este isolamento permitiu imprimir um caráter relativamente experimental ao estudo favorecendo a análise, de uma certa maneira, centrada no efeito da relação do emprego/desemprego. Esta transformação da variável original permitiu o estudo da dependência dessa variável resposta a um conjunto de variáveis explicativas através da aplicação do modelo de Regressão Logística, conforme está sendo definido posteriormente.

3.1.2 METODOLOGIA DO DIMENSIONAMENTO AMOSTRAL

A otimização do processo amostral passa pelo delineamento que abrange o seu dimensionamento, a definição do tipo de amostra, e sua seleção aleatória. Como o índice de desemprego (no Brasil) é calculado através de pesquisa em algumas capitais brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, identificamos nosso universo como uma cidade tipicamente representativa do padrão de referência, pelo porte, atividade econômica e forte presença de atuações contrastantes tanto ao nível de movimentos sociais, de mão-de-obra e oportunidades educacionais como das elites hegemônicas com poder financeiro e político. É possível afirmar que essa cidade é Campinas em São Paulo, e o poder de generalização, neste estudo, restringe-se a ela. Os entrevistados foram selecionados aleatoriamente, procurando-se uma distribuição igualitária por sexo e proporcional por faixa etária.

O tamanho da amostra necessário para garantir uma confiabilidade de 99% e uma margem de erro de 3% é de $n \geq 323$, dado que:

$$n = [z/Er]^2 \cdot (CV)^2 \quad , \text{ em que} \quad (3.1)$$

n = tamanho mínimo de amostra nas condições estipuladas;

z : valor que define a confiabilidade 99%, na curva normal;

Er : valor máximo de erro relativo definido para esta pesquisa de 3%;

CV : Coeficiente de variação calculado a partir da proporção de pessoas economicamente ativas e que estão empregados no Brasil, em 1996, segundo dados do IBGE, $p=0.9493$ (fev/1997), tal que

$$(CV)^2 = \{[(p)(1-p)]^{1/2} / (p)\}^2 = \{[(1-p) / (p)]^{1/2}\}^2 = (1-p)/(p), \quad (3.2) \text{ sendo assim, têm-se que:}$$

$$(CV)^2 = (1-p)/(p) = (0.0507)/(0.9493) = 0.0534078$$

se $Pf = 0.99$ então $z = 2.33$ e $Er = 0.03$, então:

$$n = [z/Er]^2 \cdot (CV)^2 = [2.33/0.03]^2 \cdot (0.0534078) = 322.16163 \sim 323^{56}$$

⁵⁵ COCHRAN, W. G. **Técnicas de amostragem**. Fundo de Cultura (Trad.) RJ, 1965.

⁵⁶ Na pesquisa de campo realizada em Fev/96 na cidade de Campinas foram entrevistadas 364 pessoas com uma margem de erro máxima de 0.03.

3.1.3 METODOLOGIA UTILIZADA NA SELEÇÃO AMOSTRAL

Foram selecionados aleatoriamente moradores de Campinas em 6 pontos da cidade⁵⁷, onde os mesmos eram entrevistados pessoalmente dentro de um clima de diálogo gerenciado pelo instrumento de pesquisa. A orientação primordial foi a de distribuição eqüitativa segundo o sexo, idade superior a 15 anos com predominância nas faixas de 20 a 50 anos, moradores do município de Campinas. Os locais foram selecionados pela circulação de moradores de Campinas, diversidade de elementos, e, com exceção de parte das entrevistas realizadas em bairros, quando os moradores foram entrevistados em seus domicílios, a maioria foi abordada na rua, com percentual considerado ínfimo de recusa de resposta, em torno de 5%. Este sistema foi adotado tendo em vista que a população foi considerada como tendendo a infinito pelo seu tamanho, não permitindo a formalização de um sorteio sistemático que pudesse atribuir um número a cada unidade populacional e sua posterior seleção aleatória.

3.1.4 METODOLOGIA DO TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Os procedimentos estatísticos para sistematização e tratamento dos dados foram definidos previamente, de modo a permitir que a análise fosse a mais ampla possível e que o próprio tratamento estatístico desvendasse as relações que as variáveis estabelecem entre si. A metodologia estatística utilizada no tratamento dos dados pretendeu descrever os dados e aplicar procedimentos que buscassem definir as relações que se

⁵⁷ A saber: região do Mercado Público; Região do Largo do Rosário; Região universitária; Terminal de transporte urbano e rodoviário; Sindicatos; parques públicos. Parte dos indivíduos foram entrevistados em suas próprias residências para aleatorizar os fatores não controlados, como é a influência da abordagem na rua, no banco, na igreja, na loja, no transporte, ... Esta outra forma de abordagem foi realizada, aleatoriamente, nos quatro quadrantes da cidade..

estabelecem entre os dados, projetando principalmente uma avaliação da dependência de fatores explicativos com uma resposta do tipo binária.

Os dados foram avaliados, inicialmente, utilizando-se técnicas para Análise Exploratória de Dados que permitiram decidir sobre as técnicas estatísticas com potencial para proceder à análise das relações entre as diversas variáveis. Estas técnicas constituem-se de análise gráfica e tabular com as variáveis qualitativas que predominam em estudos de natureza sociológica como é este caso e, além destas, também o emprego de Box-Plot, para o caso de variáveis quantitativas que analisa a relação entre as medidas que descrevem o comportamento típico dos dados com o uso de estatísticas de referência como média aritmética, mediana, moda e limites da distribuição.

Nesta análise inicial, os principais objetivos enfocam a necessidade de antecipar o conhecimento da distribuição dos dados e reconhecer seu padrão teórico, para avaliar os tratamentos mais adequados em cada situação. Outro objetivo é o de realizar uma prospecção para detectar a possível presença de “outliers”, valores que provavelmente não pertencem ao padrão de distribuição detectado. A presença de “outliers” pode ocorrer em casos de erros de amostragem, de coleta, ou ainda, apenas estar evidenciando a presença de valor “estranho” à distribuição da maioria das informações obtidas. Esta presença prejudicaria a análise dos dados pelo viés introduzido nas estatísticas, nesse caso procedeu-se sua exclusão.

Outro procedimento adotado nesta fase foi o de realizar uma avaliação da coerência dos dados obtidos. Conforme se pode observar em anexo, a coerência se baseia em avaliar situações de respostas conflitantes, estabelecendo-se pontos de observação, analisando-as para verificar possível incoerência do indivíduo, incompreensão do questionamento à.

Com base nessa avaliação tomou-se uma decisão em relação supressão ou não do indivíduo do conjunto de dados para evitar erros de interpretação e viés na análise.

Além da sistematização descritiva dos dados, através da representação gráfica e tabular usual, os dados foram observados de forma bivariada através de tabelas cruzadas e uso da estatística do Qui-quadrado. Esta técnica de análise de associação permitiu observar as relações entre duas variáveis e concluir sobre o quanto os valores das mesmas ocorrem preferentemente associados. Procedeu-se neste caso a um teste de hipótese para verificar se existe evidência estatística de que as variáveis estão associadas para que as conclusões a partir dos dados amostrais possam ser projetados para a população. Com isso, tem-se condições de conhecer melhor o comportamento esperado em relação à variável resposta.

Para a avaliação da evolução da população brasileira, a par de aplicar índices de crescimento relativo com base móvel, foi realizada uma análise de regressão linear com dados populacionais no período de 1900 a 1996⁵⁸, sendo estimado o valor para o ano 2000 com um nível de confiança de 95%.

Outro tratamento adotado para permitir um estudo mais abrangente e sustentar a análise realizada foi o de estimação de parâmetros, seja por ponto ou por intervalo. De um modo em geral, pressupomos a aplicação de estimadores não tendenciosos, e se possíveis ótimos, como a média amostral na estimação da média populacional (μ), a variância amostral corrigida para estimar a variância populacional (σ^2) nas variáveis

⁵⁸ IBGE

quantitativas, enquanto no caso das qualitativas a proporção avaliada pela frequência que tende a ser uma probabilidade quando $n \rightarrow \infty$, sendo utilizada como um estimador da proporção populacional (π). Na estimativa por ponto, utilizamos o próprio estimador como estimativa do parâmetro de interesse e no caso de considerar a margem de erro do delineamento amostral prevista para a estimação através de estatísticas amostrais, utilizamos os Intervalos de Confiança (IC)⁵⁹

IC de 95% para a média populacional é dado pela expressão:

$$P\{X^- - z_{\alpha/2} s^*/\sqrt{n} \leq \mu \leq X^- - z_{\alpha/2} s^*/\sqrt{n}\} = P_f^{60} \quad (3.3)$$

Em que

$z_{\alpha/2}$: valor da curva normal para um dado nível de confiança;

s^* : desvio padrão amostral, corrigido

μ : média populacional;

P_f : nível de confiança estipulado para o IC

IC de 95% para a média populacional é dado pela expressão:

$$P\{p' - z_{\alpha/2} \sqrt{(p')(1-p')}/\sqrt{n} \leq \pi \leq p' + z_{\alpha/2} \sqrt{(p')(1-p')}/\sqrt{n}\} = P_f \quad (3.4)$$

Em que

$z_{\alpha/2}$: valor da curva normal para um dado nível de confiança;

$\sqrt{(p')(1-p')}$: desvio padrão amostral,

p' : é a proporção amostral

⁵⁹ Intervalos de Confiança será denominado de IC acrescido do nível de confiança do teste realizado, tal que IC será referido como (IC $P_f\%$)

⁶⁰ X^- será utilizado como símbolo da média amostral, denominada de X barra.

P_f : nível de confiança estipulado para o IC

Este procedimento, em si, não é suficiente, pois traça um quadro bidimensional, importante mas limitado. O interesse é o de traçar as relações entre os indivíduos de forma multidimensionada, buscando conhecer o comportamento da variável resposta ante a inclusão de p variáveis explicativas. Este, realizado através de Regressão multivariada, exige normalidade dos dados e dados quantitativos, finitos ou infinitos, enumeráveis ou não enumeráveis. Como este estudo envolve variáveis categóricas e quantitativas, uma técnica adequada é a de Regressão Logística.

O modelo de regressão logística é uma estatística de interesse no estudo das relações entre a presença ou ausência da resposta diante das variáveis explicativas como composição da explicação de sua ocorrência.

O modelo é empregado quando a variável resposta é binária do tipo $Y_i = \{0, 1\}$, presença ou ausência do fator de interesse, e um conjunto de p variáveis explicativas que podem ser categóricas ou não, sem limitação do número de categorias em sendo categórica, e intervalares para o caso de variáveis quantitativas.

$$Y_i = a_i + \sum_j b_j X_j + e_{ij}, i = 1, 2, \dots, n \quad (3.5)$$

Com este procedimento se pretende conhecer o padrão de comportamento das variáveis explicativas, X_j , $j = 1, 2, \dots, p$, que estão apresentadas num vetor $(x_{t1}, x_{t2}, \dots, x_{tn})$, composto de variáveis que podem ser contínuas ou discretas, resultando na presença da variável resposta, isto é quando $y_i = 1$, $i = 1, 2$, que é binária, de tal forma que $Y = \{0, 1\}$, sendo 0, ausência, e 1, presença do fator de interesse, a_i é o fator constante no modelo, b_j são os coeficientes de participação das X_j e e_{ij}

são os componentes não controlados ou erros. No modelo logístico, a probabilidade de sucesso está sendo modelada como uma função linear das variáveis explicativas.

“O modelo logístico equaciona o logaritmo da superioridade condicional do sucesso sobre o fracasso como uma função linear das variáveis explicativas. Isto propõe que

$$\text{Logit}(p_i) = \log(p_i/(1-p_i)) = x_{i1}\beta_1 + x_{i2}\beta_2 + \dots + x_{im}\beta_m \quad (3.6)$$

*Um resultado padrão na estimação de máxima verossimilhança é que sob certas condições β' é assintoticamente normal com média β igual ao inverso da matriz de informação observada (ou esperada) Este resultado é usado na regressão logística para o teste de hipóteses e a formação das regiões de confiança.”*⁶¹

Um comportamento padrão quando tratamos de dados com a aplicação de análise de regressão linear é o de, através da Análise Exploratória de Dados, detectar a presença de “outliers” e retirá-los da análise para evitar viés nas estimativas de β . Segundo JENNINGS,⁶² a censura dos “outliers”, na regressão logística, têm um efeito diferente do que na regressão linear. Isto se deve ao fato de que nesta, a distribuição do erros não depende das variáveis explicativas e o erro é normalmente distribuído, $\varepsilon \sim N(0, \sigma^2)$. No entanto este não é o caso do modelo de regressão logística em que os erros dependem das variações das variáveis explicativas, uma vez que a variável resposta é do tipo binário.

“Na regressão logística a censura dos “outliers” têm um efeito diferente. Censurando os “outliers” aqui implica que se $\Pr(Y_i = i/X_i) < \varepsilon$, nós não observamos $Y_i = i$. Com efeito, estaremos censurando apenas uma cauda. Isto muda a parte sistemática do modelo. Ajustando o modelo verdadeiro para dados censurados produzimos estimadores β que são viciados. A censura prévia nos previne de encontrar o componente sistemático correto mesmo assintoticamente.

⁶¹ JENNINGS, D. E. Outliers and Residual Distribution in Logistic Regression, *JASA*, v. 81 (396), 987-990, 1986

⁶² JENNINGS, Op. Cit. 1986.

*Sob esta definição "outliers" são necessários para a estimação da regressão logística."*⁶³

Outro fator que auxilia a análise dos resultados na estimação de Y_i através do modelo de regressão linear é o acompanhamento do padrão dos resíduos por estar indicando a adequação do modelo aos dados observados. *"Existe alguma ambigüidade na regressão logística em definir os resíduos"*⁶⁴.

A análise de resíduos na regressão linear apresenta uma grande dificuldade, pois os resíduos na distribuição ajustada dos dados não têm as mesmas propriedades dos resíduos no modelo verdadeiro, em que os erros estão definidos como $y - x'\beta$ resultando que, na regressão logística, isto fica confundido, pois os erros dependem de $P(x)$. JENNINGS sugere o uso do método do erro quadrático médio para evitar a relevância das probabilidades subjacentes que afetam o método do desvio local médio na definição dos resíduos.

"A avaliação da adequacidade do modelo parte da suposição básica que produz a inferência baseada na inversa da matriz de informação observada é que a log-verossimilhança é bem aproximada pela expansão quadrática em torno de β' dada pela expressão

$$l(\beta) \cong l(\beta') + \frac{1}{2} \sum \sum (\beta_j - \beta'_j) (\beta_j - \beta'_j) \delta^2 l / \delta \beta_i \delta \beta_j / \beta'_j \quad (3.7)"$$
⁶⁵

A ocorrência de grandes valores na terceira derivada da verossimilhança podem estar sugerindo problemas em potencial com a adequacidade do modelo.

Como a inclusão de variáveis explicativas no modelo permite observar seu efeito sobre a variável resposta, em alguns casos é possível que se venha a adicionar outras variáveis que têm o efeito de controle no modelo, denominadas de covariáveis, pretendendo-se auxiliar na

⁶³ JENNINGS Op. Cit. 1986

⁶⁴ JENNINGS Op. Cit. 1986

compreensão do comportamento da variável resposta e controlar o efeito das interações. Segundo BEGG AND LAGAKOS,⁶⁶ a inclusão ou omissão de variáveis de controle, ou ainda a especificação deficitária das variáveis explicativas podem determinar perda de eficiência no uso do modelo de regressão logística. Estes autores estudaram as propriedades de testes de associação entre as variáveis explicativas (X) e a variável resposta (Y), quando as covariáveis (variáveis adicionais) são omitidas do modelo ou quando as variáveis explicativas são mal especificadas.

Para isso definiram um modelo relacionando Y com X e Z:

$$\text{Logit Pr}(Y = 1/x, Z) = \theta + \alpha x + \beta'Z, \quad (3.8)$$

Em que:

θ e α são parâmetros escala desconhecidos;

β é um vetor de parâmetros desconhecidos (px1);

Y é uma variável resposta binária;

X é um vetor de (p x n) explicativa;

Z é (px1) vetor de covariáveis.

A hipótese de nulidade é de que se Y e X não são associadas, o parâmetro α é nulo, isto é:

$$H_0: \alpha = 0, Y \text{ e } X \text{ não estão associadas} \quad (3.9)$$

Para verificar esta hipótese temos três diferentes tipos de teste: o teste de Wald, o teste razão de verossimilhança e o teste escore de verossimilhança, de COX AND HINKLEY, 1974.. Este último denotado

⁶⁵ JENNINGS Op. Cit.1986

por BEGG AND LAGAKOS (1993) de $Q(x,z)$ que foi por eles analisado para a situação $(x^*; 0)$; em que x^* é mal especificado e as covariáveis(z) foram omitidas. Finalmente, concluem que

“Embora a falta de especificação da variável explicativa X não afete a validade assintótica do modelo, ela reduz a eficiência do teste de associação entre o tratamento e a resposta. Similarmente, a omissão de uma covariável independente z não distorce o tamanho do teste (Gail et al. 1988), mas uma perda de eficiência é resultante”⁶⁷

Nesse caso, a garantia de simples aleatorização leva o modelo de regressão logística a conservar o tamanho nominal mesmo com perda.

Análise Estatística de associação

A análise de associação, através do teste do Qui-quadrado, avalia a ocorrência associação entre os valores observados e os esperados numa variável. Com a análise do Qui-quadrado podemos observar se as frequências conjuntas indicam uma tendência, um comportamento padrão associado.

Sendo que, a definição de Qui-quadrado é dada por:

$$\chi^2 = \{ \sum_{ij} (f_{oij} - f_{eij})^2 \} / (f_{eij}), \text{ onde } f_{oij} = \text{frequência da casela } ij$$

(3.10)

Desde que o qui-quadrado varia de $(-\infty; +\infty)$, a informação obtida precisa ser testada. O teste de hipóteses parte da seguinte oposição:

$H_0: \chi^2 = 0$, as variáveis x , y são independentes, isto é, não estão associadas

⁶⁶ BEGG, M. D. LAGAKOS, S. Loss in efficiency caused by omitting covariates and Misspecifying exposure in Logistic Regression Models. *JASA*, (88) 421 – march- 1993

⁶⁷ BEGG, M. D. LAGAKOS, S. Op. Cit. 1993

$H_0: \chi^2 > 0$, as variáveis estão associadas, neste caso aplica-se um coeficiente de determinação, (CC), para determinar a intensidade da associação.

$$CC = \{ \chi^2 / \chi^2 + n \}^{1/2} \quad (3.11)$$

Análise Estatística dos resultados

A análise estatística é uma espécie de re-leitura, que decodifica as relações observadas. Interpreta as informações após a sua sistematização procurando máximos e mínimos, sua importância relativa em consonância com as medidas descritivas que buscam ampliar a leitura dos dados. Também procuram-se os elementos que podem ser projetados a partir das estatísticas amostrais para a população, após sua validação pelos testes de hipótese. Esta leitura é complementar e argumentativa, ajusta-se, por um lado, à necessidade de evidenciar relações não tão aparentes, comprovar e validar resultados, projetando-os amplamente, e, por outro lado, a corroborar as afirmações “visualizando-as”, sustentando-as como argumentos textuais.

CAPÍTULO 4

PADRÃO DE REFERÊNCIA DO TRABALHADOR CAMPINEIRO EM TERMOS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 4

PADRÃO DE REFERÊNCIA DO TRABALHADOR CAMPINEIRO EM TERMOS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Os perfis possíveis constituem-se em variáveis aleatórias, estatisticamente avaliáveis nesse caso, em virtude de sua diversidade, variabilidade e possibilidade de estabelecimento de padrões de referência. Neste caso específico, pretende-se traçá-los sob o ponto de vista de evidenciar o trabalho, educação, inserção social. Num primeiro momento, este perfil está sendo delineado em função da variável resposta - situação atual de trabalho - com três possíveis respostas: trabalhadores empregados, desempregados e inativos; sob as nuances - pessoal e profissional. Deste modo, todos os aspectos podem ser avaliados através desta contribuição conjunta. Interessa especificamente conhecer a natureza das diferenças ocasionadas pela intervenção de variáveis explicativas ou de controle nas respostas. Como observar as nuances de diferenciação sem avaliar em detalhes a variação conjunta?

4.1 PERFIL DO TRABALHADOR CAMPINEIRO

Este estudo abrangeu uma população trabalhadora, ativa ou inativa, com idade média geral de 33.57 anos, conforme se observa no quadro 3. Um grupo ainda conservando no limite a homogeneidade em torno da média, uma vez que a dispersão relativa se encontra na faixa de 31%. Com isso revela-se uma leve assimetria na distribuição da população em relação à idade, valendo a relação:

$$(\mu_x = 33.57) > (M_d = 31.82) > (M_o = 26.85)$$

(μ_x : estimativa por ponto da média populacional.)

Esta relação implica que a idade dos trabalhadores apresenta um pico típico nas idades mais baixas, e a média tendendo, com viés, para os valores mais altos. A pesquisa abrangeu pessoas na faixa de 17 a 62 anos que se encontram

Quadro 003 Estatísticas da idade em relação à atual situação de trabalho entre os trabalhadores de Campinas. - 1996

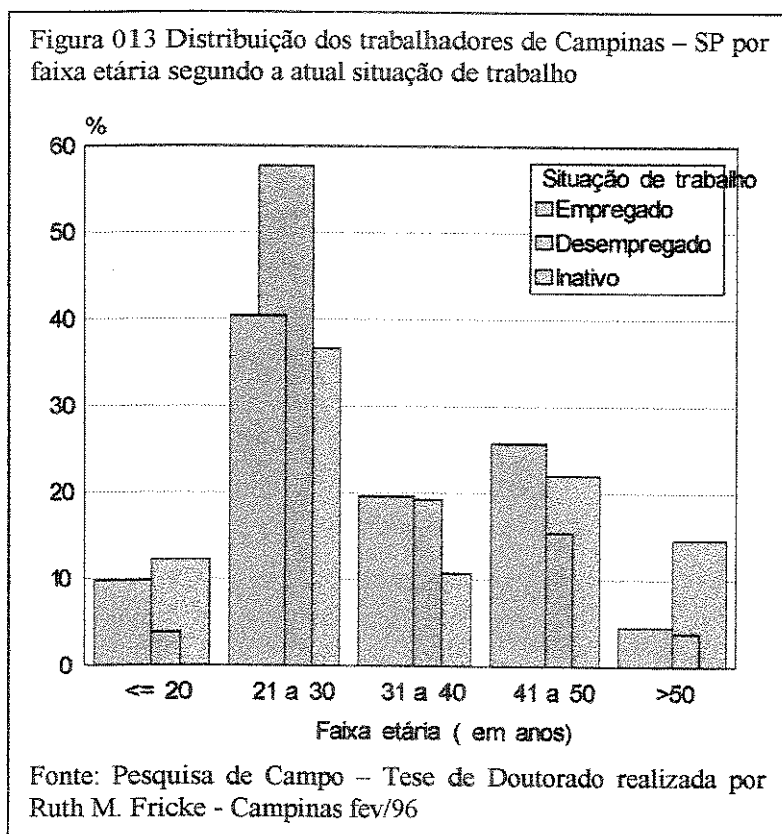
Situação de Trabalho	Média	Desvio padrão	Li	Ls
Empregado	33.268	10.509	17	54
Desempregado	31.808	9.033	20	56
Inativo	35.786	14.498	18	62
Geral	33.246	10.704	17	62

Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

Obs. As médias não diferem estatisticamente ($P>0.05$)

trabalhando, sem emprego ou que não pertencem à PEA. Estas pessoas estão procurando ou não trabalho. O padrão de idade observado se justifica pela própria composição da classe trabalhadora, com um grande grupo de pessoas na faixa de 21 a 30 anos (43,7%). (Tabela 1–Anexo 2)

Comparando-se os três grupos de interesse, observa-se através da figura



13, que eles não diferem entre si em termos de idade média ($P>0.05$). Este fato nos permite projetar a idade como um fator de controle. Porém entre as faixas etárias consideradas, observa-se a presença massiva de desempregados na faixa de 21 a 30 anos e de inativos na faixa de mais de 50 anos.

Segundo texto da Fundação SEADE, a dinâmica demográfica recente, ao gerar uma estrutura etária em rápida

transformação, suscita novas desigualdades sociais, somando-se ao quadro geral de carências e demandas por políticas públicas.⁶⁸

O envelhecimento da população, observado nas pirâmides etárias, traz como consequência a necessidade de repensar o cuidado com o idoso, que recai sobre a família, a comunidade e o Estado. Com o grau de carência que afeta as famílias de baixa renda, é quase impossível esperar que o idoso receba a atenção e os cuidados adequados. A falta de atividades voltadas para o idoso, de políticas públicas em torno de habitação e previdência adequadas para a terceira idade geram vastos canais de atuação comunitária. O aposentado, fora da atividade econômica, é um repositário de experiências relevantes que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos mais jovens.

Uma outra variável de controle de cunho muito interessante é a que avalia a contribuição do gênero na diferenciação dos grupos de resposta. Historicamente a participação da mulher trabalhadora ocorreu sistematicamente sem o devido reconhecimento, fenômeno que se explica na luta pelo poder, dominação e acumulação de bens. Sua participação vem sendo paulatinamente reconhecida a partir da confrontação de forças. A classe trabalhadora organizada vem conquistando espaço, são direitos simples ou complexos, explícitos ou implícitos como o de amamentar seus filhos, votar e ser votada, conservar sua própria identidade. Ainda permanecem contraditórios, sem solução, direitos como o da igualdade de salários por funções iguais, o respeito à condição de mulher, do direito ao trabalho, do exercício de funções consideradas “masculinas”, e outras. Neste aspecto, a variável gênero, neste estudo, pode ter grande

⁶⁸ **SEADE, DIEESE, UNICAMP.** Pesquisa de emprego e desemprego: principais resultados, análise de fevereiro de 1988. São Paulo : SEADE, fev. 1988.

contribuição ao identificar em detalhes a distribuição conjunta. (Tabela 2 – Anexo 2) Foi uma preocupação do delineamento que mulheres e homens comparecessem igualitariamente no estudo, por isso a distribuição segundo o gênero foi estatisticamente igualitária ($P > 0.05$).

Ao avaliarmos a variável resposta quanto a gênero, verificamos que existe uma associação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ($\chi^2 = 6,49$, $P < 0.05$). Uma observação mais detalhada do quadro 4 revela que mulheres e homens não diferem significativamente nas

Quadro 004 Proporção de Mulheres e Homens segundo a condição de emprego atual.

Situação de trabalho atual	Proporção	
	Mulheres	Homens
Empregado	42.4	57.6
Desempregado	42.3	57.7
Inativo	63.4	36.6
Geral	44.8	55.2

Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

condições de empregado e desempregado. Certamente esta situação pode determinar que um confundimento nas questões avaliadas sob o controle da variável gênero, porém, ao mesmo tempo, igual comparecimento favorece as análises de valores associados. A grande diferença ocorre na situação de inativo, em que praticamente ocorrem 2,13 mulheres para cada homem na condição. Nesta categoria, aqui denominada de inativo em função do não exercício de atividade econômica remunerada, são contabilizadas as donas de casa, estudantes e aposentados. Esta diferença deve estar ocorrendo porque o trabalho doméstico continua sendo exercido e assumido significativamente por mulheres. Segundo BRAVO a inserção social da mulher afeta sua situação específica, através de um conjunto de variáveis estreitamente relacionadas entre si: as oportunidades

educativas, a quantidade e as características do trabalho doméstico que devem realizar e as oportunidades de integrar-se ao trabalho remunerado.⁶⁹

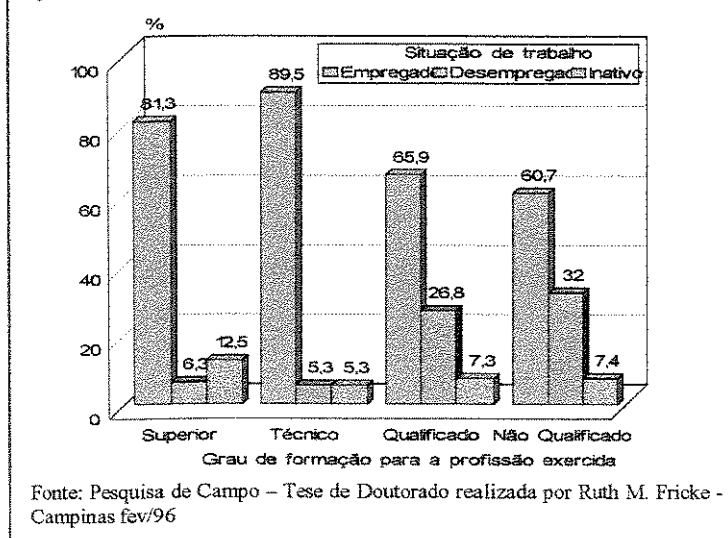
Porém constata-se a participação crescente da mulher na busca da escolaridade formal. Já começam a ser em maior número no grupo de estudantes, haja vista as estatísticas de Campinas em relação ao estudo, com uma maior participação de estudantes de gênero feminino.

Outro fator de controle para a inserção da mulher, social e economicamente em igualdade de direitos, se dá pela via do poder em relação ao comportamento sexual e de reprodução. A questão populacional, hoje, é uma questão de caráter político redefinindo os problemas demográficos no contexto econômico e político. A urgência é enfatizada ao se promover a participação da mulher na vida social, econômica, cultural e política. Atingir autonomia na decisão da

reprodução é uma consequência básica na libertação feminina.

Para avaliar a variável resposta, é essencial observar, na figura 14, as informações quanto ao nível de qualificação exigido para o exercício da profissão declarada pelo

Figura 014 Distribuição dos trabalhadores segundo o nível de qualificação da profissão por situação atual de trabalho.



⁶⁹ BRAVO, Rosa. Mujer, Desarrollo y poblacion en America Latina. Notas de Población, Santiago, (48):35-59, dic. 1989

trabalhador. Por isso procedeu-se a uma transformação da variável profissão em outra agrupada em quatro categorias mutuamente exclusivas:

- “superior” - formada pelos trabalhadores cuja profissão exige curso superior ou mais;
- “técnico” - é a categoria em que agrupamos os que exercem uma profissão que exige capacitação técnica, no mínimo ao nível de segundo grau;
- “qualificado” - exerce uma profissão que é um trabalho qualificado ao menos pela aprendizagem em cursos profissionalizantes nem que sejam de curta duração;
- “não qualificados” - é o grupo que não necessita de curso, apenas um treinamento mínimo.

Tabela 001: Distribuição dos trabalhadores segundo o nível de qualificação da profissão por situação atual de trabalho.

Profissão	Situação de Trabalho			
	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Superior	39	3	6	48
	81.3%	6.3%	12.5%	13.2%
	15.9%	3.8%	14.6%	
Técnico	51	3	3	57
	89.5%	5.3%	5.3%	15.7%
	20.8%	3.8%	7.3%	
Qualificado	81	33	9	123
	65.9%	26.8%	7.3%	33.8%
	33.1%	42.3%	22.0%	
Não qualificado	74	39	9	122
	60.7%	32.0%	7.4%	33.5%
	30.2%	50.0%	22.0%	
Do lar/ Estudante			14	14
			100.0%	3.8%
			34.1%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

Pode ser constatado na tabela 1, que predominam trabalhadores qualificados e não qualificados com 66.30%, enquanto 13.2% estão no grupo de profissões de nível “superior”. A participação de indivíduos que são do lar ou estudantes é de apenas 3.8%.

Observa-se uma relação interessante entre estar empregado e nível de qualificação da profissão. Ocorre uma tendência decrescente na participação de indivíduos atualmente empregados à medida que decresce

o grau de qualificação exigida na profissão exercida. Pode-se estabelecer dois subgrupos:

- primeiro com relação a quem exerce profissão de nível técnico ou superior, em que a predominância de pessoas empregadas apresenta uma proporção superior a 80%;
- o segundo subgrupo, formado por trabalhadores que exercem profissão qualificada e não qualificada, apresenta proporção em torno de 60%, aproximadamente 25% inferior que a do primeiro subgrupo.

A situação é inversa quando observamos os indivíduos que estão desempregados. À medida que cresce o nível de exigência de qualificação na profissão decresce a participação dos desempregados. Novamente observam-se dois subgrupos:

- primeiro com os de nível superior e técnico, as mais altas formações, com um percentual de desempregados em torno de 5%;
- outro subgrupo com indivíduos qualificados ou não qualificados com uma proporção de desempregados em torno de 30%.

Entre os inativos apenas o grupo com profissão de nível técnico comparece em pequena proporção, em torno de 5%, os outros grupos superam 10% chegando a 22%.

Com estas observações pode-se formular uma hipótese de que o desemprego cresce com a desqualificação do trabalhador, o emprego cresce com a qualificação. Mas é a qualificação formal que fornece os elementos para esta distinção quanto a profissão. Com isso, pretende-se dizer que o conhecimento que pode estar garantindo emprego é o proveniente de cursos que garantem profissões cuja especialização é



obtida em cursos de graduação ou de segundo grau técnico. Esta, portanto, é uma variável de interesse como efeito de controle ou covariável neste estudo.

O trabalhador mora preferentemente em um dos bairros de Campinas (72.5%). Nenhum padrão de local de moradia se apresenta de forma diferenciada entre os três grupos segundo a situação de trabalho atual. Esta é uma variável que pode não ser um fator distintivo porém permite evidenciar diferenças de comportamento quando utilizada como fator de controle. Ela supera as tendenciosidades e influência desse fator por estar distribuída aleatoriamente, influenciando em todos os grupos da mesma forma. A proporção de moradores do centro se assemelha a proporção dos moradores de outros locais. Nestes outros locais estamos colocando periferia, favelas, ocupações, interior. (Tabela 4 – Anexo 2)

O elemento que distingue os três grupos é a infra-estrutura urbana de caráter público e particular que está à disposição do morador em todos os campos - saúde, transporte, educação, comércio, energia, telefonia, água e esgoto, etc. Pressupõe-se que o centro de Campinas apresente todas as condições de infra-estrutura além de ter concentrado o sistema bancário, mas aliado a isso temos a grande agitação e problemas inerentes a um grande centro urbano que cresceu, porém já está em fase de saturação em termos espaciais.

Também é possível avaliar que o centro é um local que, embora exerça muitos atrativos em termos de moradia, apenas 13.7% dos entrevistados referiram morar nesse local. A maioria dos campineiros busca locais que, embora mais distantes, são mais tranquilos. Por outro lado, temos aqui um fator que inclui uma perda na abrangência da informação com conseqüente presença de um certo viés nos resultados. Viés este resultante da dificuldade de entrevistar proporcionalmente,

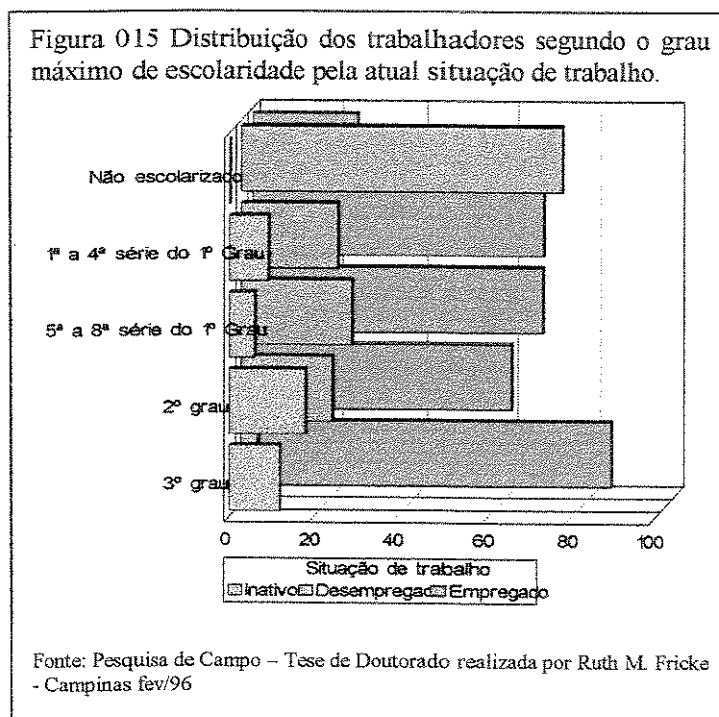
dentro do delineamento, moradores do centro. Não é controlado, nem dimensionável, mas possivelmente previsível, pela informação sobre o número de domicílios nessa área e total de moradores. Estes, em geral, se concentram em prédios de apartamentos difíceis de serem contatados pelos esquemas de segurança adotados nesses locais. Por estas razões, buscou-se atingir pelo menos uma fatia para não perder as informações desse grupo de trabalhadores.

Uma diferença extrema se estabelece entre os locais de moradia aqui denominados de “centro” por um lado e de “outros” por outro lado. Se no centro concentram-se muitas das benesses dos avanços da sociedade de hoje, no local “outros” que engloba periferias, favelas, ocupações e interior vamos ter exatamente a situação oposta. Falta infra-estrutura urbana pública e privada, e na maioria dos casos são estes moradores que apresentam as piores condições econômicas. Isto causa grandes dificuldades de acesso aos fatores que proporcionam maiores e melhores condições de vida, acesso cultural e distanciamento das oportunidades de atualização e formação. As carências se sobrepõem, haja vista que as áreas com baixo índice de alfabetização em geral coincidem com as de pequenos rendimentos, bem como do tipo de atividade exercida. Essa interligação projeta concentrações de desigualdades sociais. Um estudo de CAMARGO e MONTALI constata três evidências das desigualdades sociais: a superposição de carências, ou seja, onde residem as famílias pobres são as áreas menos providas de serviços públicos; a superposição dos indicadores de carência ou, em oposição, de melhores condições de vida com os indicadores de comportamento da população metropolitana; e, por fim, a superposição dos indicadores de baixos rendimentos familiares e maior

proporção de jovens na população, ressaltando-se que a maior parte dessa população jovem (61%) reside em áreas onde mais da metade das famílias dispõe de renda familiar menor ou igual a 5 salários mínimos.⁷⁰

Esta discussão referente à região metropolitana pode ser estendida a regiões idênticas em Campinas, uma vez que as famílias com baixos rendimentos moram na periferia onde há escassez de recursos urbanos, o custo de vida é maior, as famílias são maiores. Nessa condição de moradia, moram 13.7% do total de campineiros, como os da área central.

Uma das variáveis mais importantes neste estudo é a situação de escolaridade em confronto com a atual situação de trabalho. Sua visualização, na figura 15, permite que sejam traçadas linhas de distinção entre os grupos. É um fator que por si só fornece elementos de análise,



portanto destaca-se como uma variável explicativa para a nossa variável resposta. A distribuição conjunta de X como escolaridade e de Y como situação atual de emprego apresenta uma associação altamente significativa do ponto de vista estatístico e de grau médio ($\chi^2=44.10$; $CD = 0.32$; $P<0.01$). A

⁷⁰ CAMARGO, A. B. M. MONTALI, L. T. A manifestação das desigualdades sociais no espaço metropolitano. In: **FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – O jovem na Grande São Paulo**. São Paulo : **SEADE**, 1988. p.35-66

situação de emprego é altamente distinta para não escolarizados preferentemente associados ao desemprego do que quem tem 1°, 2° e 3° graus, como podemos observar na figura 13, que procura mostrar as distintas situações. (Ver Tabela 5 no Anexo 2)

A associação verificada indica que a escolaridade é determinante na busca e manutenção do emprego numa sociedade organizada como Campinas. O nível de exigência está fundamentalmente ligado ao fato de que esta é uma sociedade inserida no modo de produção capitalista e adota uma forma de produção automatizada e sempre a par das inovações tecnológicas. Estas novas tecnologias, entre outros fatores, sugerem maior capacitação dos trabalhadores e escolarização formal. Num município que importa mão-de-obra principalmente dos estados do nordeste do Brasil, podemos perceber novamente uma situação altamente contrastante, introdução de novas tecnologias ao lado de procedimentos agrícolas manuais e altamente desvalorizado em termos de rendimentos. Segundo CHAVES

“(...) o fato de o indivíduo não ter frequentado escolas abre-lhe a possibilidade de ocupar-se apenas de trabalhos que exigem pouca qualificação e que produzem uma baixa remuneração. Os excluídos da escola participam do processo produtivo como massa de trabalhadores não qualificados, ficando à margem dos benefícios e confortos elementares, oferecidos pela sociedade.”⁷¹

Aos analfabetos, (3.3%), e com escolaridade mínima, (17.9%), de um modo em geral, resta absorver os trabalhos que não exigem qualificação, e que por isso mesmo são muito disputados contribuindo para sua desvalorização. Constata-se que 75% destes trabalhadores estão desempregados, e/ ou realizando trabalhos eventuais em alguns casos.

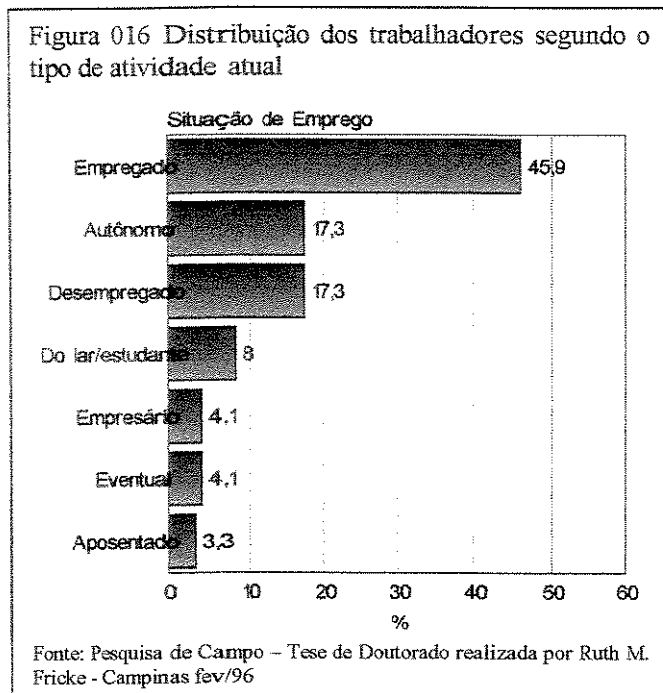
Estes trabalhos certamente vão reforçar “a pobreza intelectual” (traduzindo deste modo a falta de acesso ao meio cultural) desse povo, absorvendo-lhe o tempo em termos de jornada de trabalho e ganho. O que eles recebem pode não permitir que busquem qualificação formal ou informal que resulte em maiores opções de trabalho e compreensão da realidade que os cerca.

Os trabalhadores que apresentam a maior proporção de empregados são os que possuem o 3º grau, 84% dos que indicaram possuir esse nível de escolaridade estão empregados. A consequência direta do avanço tecnológico é que as frentes de trabalho que são abertas absorvem pessoas com escolaridade máxima, exige-se especialização devido à especificidade do trabalho decorrente, ainda que se constate que pessoas com níveis de escolaridade elevados exercem atividades que não exigem tanta qualificação. Por outro lado, tarefas repetitivas aos poucos vão sendo substituídas por equipamentos e maquinários altamente robotizados e que podem assumi-las. Hoje a própria colheita da laranja, do café, corte de cana, atividades que absorviam preferentemente pessoal não qualificado, “bóias frias” e trabalhadores temporários com baixa ou nenhuma escolaridade, já estão sendo realizados por máquinas. Estas reduzem as perdas e o custo, pois substituem o trabalho de muitos homens e mulheres. Fatos como estes reforçam a valorização da escolaridade na luta pela sobrevivência.

Por outro lado, o tipo de atividade atualmente desenvolvido define o grau de inserção social, de representatividade do indivíduo numa sociedade organizada como a nossa em que o poder político continua

⁷¹ CHAVES, A M. Consequência a longo prazo da exclusão escolar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 45(5/6): 347-353, 1990

sendo absorvido por elementos que governam para as minorias com alto poder econômico, em que a participação popular é restrita ao momento do voto e, ainda assim, usurpada por falsas promessas e pressões que implicam em ameaças de perda ou não obtenção de emprego, de perda de apoio na área da saúde.



Pode-se observar na figura 16 que apenas 67,3% mantêm uma atividade regular (aqui estamos considerando neste subgrupo os empregados, autônomos e empresários) que garanta uma relativa segurança. (Tabela 6 – Anexo 2) A par de um indicador oficial do desemprego na faixa de 5%, observamos que a participação do desempregado é de 17,3% e, se somado aos

que exercem uma atividade eventual, esse patamar passa a 21,4%. Se essa taxa for expandida à população de Campinas na faixa de 15 anos ou mais chega-se a um número de 66216 indivíduos desempregados. Se este número for distribuído, em média, nas famílias deste município vai representar uma proporção de 29,14% das famílias com pelo menos um desempregado. Este é um custo social muito alto se for considerado que a PEA é responsável também pelos idosos e pelas crianças.

Esta situação é um tanto recente se considerarmos o tempo que o trabalhador está na condição declarada para o caso de desempregados. Neste grupo, um total de 65,4% declararam que estão desempregados há

menos de dois anos, por outro lado praticamente 20% se encontra desempregado há mais de 5 anos. Entre os empregados a situação é inversa; o tempo que a pessoa está empregada, na maioria dos casos, é maior que dois anos (69.4%). Este aspecto do fenômeno evidencia a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho no caso de reingresso ou no caso de pessoa que nunca trabalhou remuneradamente. (Ver Tabela 7 – Anexo2) A associação é válida estatisticamente e altamente significativa ($P < 0.001$).

Ainda assim, a luta pela sobrevivência continua e, mesmo na condição de desempregado e inativo, a realização de algum trabalho eventual proporciona algum tipo de renda aos trabalhadores. Apenas 22.6% deles declararam ter nenhuma fonte de renda. (Tabela 8 – Anexo 2). A grande

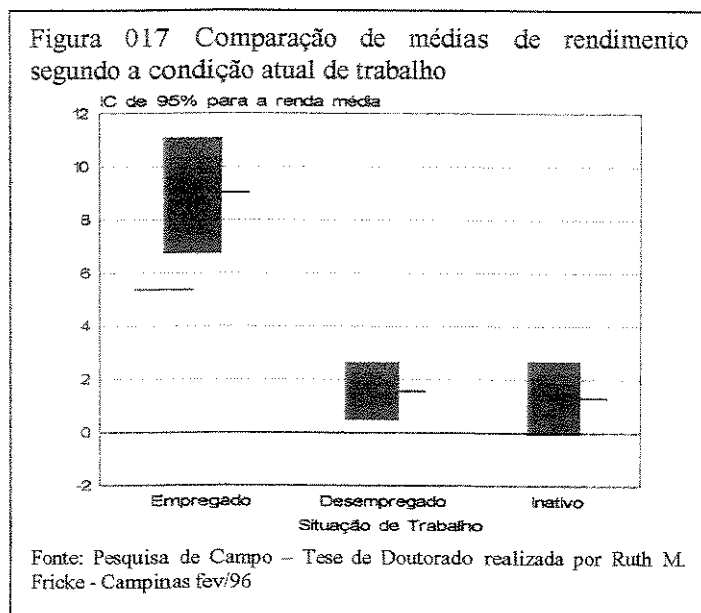
Quadro 005 Estatísticas sobre o rendimento dos trabalhadores segundo a condição de trabalho atual

Rendimento	Média	IC de 95% p/μ	Li	Le
Empregado	9.01	6.73 11.05	0.89	57.53
Desempregado	1.56	0.48 2.63	0.0	11.16
Inativo	1.31	-0.05 2.66	0.0	6.70

Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke – Campinas fev/96

concentração dos trabalhadores que estão empregados está na faixa de 3 a 10 salários mínimos (58.7%), em média, os empregados recebem 9.0 salários mínimos (R\$ 1080.00 pelo salário mínimo vigente na época) por mês. A concentração nos valores mais baixos é coerente com o modelo concentrador de renda do país. Nesse sentido, observamos que apenas 7.0% deles recebem remuneração superior a 20 salários mínimos (R\$2400.00, salário de uma parcela mínima no país). Entre os desempregados e inativos, o ganho da maioria é nulo, isto é, 0 salários mínimos (65.4% e 64.3% respectivamente) e nenhum deles atinge o patamar de 20 salários mínimos. O rendimento médio entre os desempregados é de 1.56 salários mínimos (R\$187.20 na época da pesquisa) e entre os inativos de 1.31 salários mínimos (R\$ 157.20 na

ocasião). Como este grupo engloba donas de casa, estudantes e aposentados, é possível avaliar, também, o grau de dificuldade dos aposentados com um rendimento tão ínfimo. A reprodução do trabalhador, em termos de necessidades básicas, certamente não está garantida com esse valor.



A aplicação de ANOVA, conforme se observa na figura 17, rejeita a igualdade de médias entre os grupos ($P < 0.00$). A realização de contraste entre as médias com utilização dos métodos de teste de Tukey, Scheffé e Duncan permitiu comprovar a ocorrência de diferença entre a média de

rendimentos dos empregados significativamente maior do que a média de rendimentos tanto dos desempregados como dos inativos. Esta diferença fica comprovada pelas faixas de variação nos IC de 95% para os valores médios.

Analisando os trabalhadores de Campinas, observa-se que a vinculação a uma entidade de classe não é uma prática muito frequente entre estes indivíduos. Apenas 37.6% dos empregados são sindicalizados, seguidos por 14.6% dos inativos e menor ainda entre desempregados que é de 11.5%. (Tabela 10 – Anexo 2) Historicamente, no Brasil, a organização dos trabalhadores brasileiros é tutelada pelo Estado, pela obrigatoriedade do desconto sindical que impõe um caráter não participativo e espontâneo para os trabalhadores. Com essas prerrogativas, o papel atribuído aos

indivíduos em relação aos sindicatos é o de esperar uma atuação paternalista e representativa sem adesão pessoal.

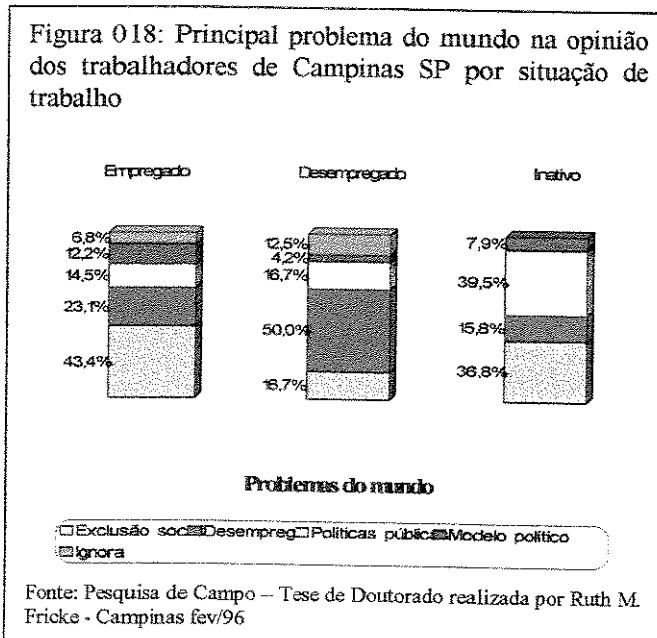
4.2 GRANDES PROBLEMAS NA ÓTICA DO TRABALHADOR

O cotidiano do trabalhador, em parte, é definido por problemas que atingem a humanidade, o país, e também por problemas que evidenciam sua integração social em busca de sobrevivência. Esta problemática, real ou virtualmente, redefine muitos projetos que possam ser concebidos em nível particular e, ao interagir com a prática, os modificam. Com a percepção que o indivíduo faz dessa problemática, projeta suas representações buscando explicar seu grau de sucesso ou de insucesso. Assim, esclarecer sua visão, o grau de importância, a própria ordem de prioridade que ele estabelece para essa problemática vai possibilitar a observação da delimitação dos valores em seu cotidiano.

O desemprego, na ótica do trabalhador, é o problema que ocorre de forma primordial em todos os níveis, mundial, no país e pessoal. Nas citações, se o desemprego não é o problema número um, são as

conseqüências do mesmo que estão como os problemas financeiros que impedem as pessoas de realizar muitos dos seus objetivos.

A natureza dos problemas, conforme se observa na figura 18, que em seu entender afetam a sociedade mundial, podem ser ditos como políticos, isto é,



consequência do modelo político/econômico vigente nas nações ocidentais nas quais comumente se insere. Sua visão abrange, de um modo geral, apenas as sociedades capitalistas, sem perceber que não são únicas, pois o próprio modo de viver está construído sob esse prisma. (Ver Tabela 13 do Anexo 2.)

O principal problema no mundo refere-se à exclusão social (36,9% das respostas) reservada à grande parte da humanidade, com papel de espectador passivo da distribuição de bens, salários, empregos, participação social, cultura, saúde. Outro problema citado é o desemprego, (26,1%). O trabalhador avalia a situação de precariedade que as taxas de ocupação revelam no momento de reestruturação do processo de trabalho pelo qual passam os países. De um modo em geral, são premidas pela concentração de renda e de poder, novas tecnologias e competitividade. As políticas públicas, (17%), e o modelo político, (10%), são também problemas, na opinião dos trabalhadores. A visão que ele têm da situação geral no plano mundial é dominada por sua própria situação de trabalho atual. Assim para os indivíduos que estão empregados, o problema que assume maior importância é o da exclusão social, para os desempregados é o desemprego que se torna o centro de referência, e para os inativos são as precariedades das políticas públicas. Nenhuma visão e/ou análise é neutra, e a própria condição do indivíduo conduz sua análise.

Com essas observações, verifica-se que o olhar sobre a problemática mundial reflete as percepções mais locais, e grande parte dos trabalhadores, (80%), vê como problema as consequências da organização da sociedade (no caso exclusão social e desemprego), enquanto um pequeno grupo (10%) analisa, como problema, a causa dos mesmos,

enquanto 10% ignora qual é a problemática em nível mundial. BRUM, em 1983, já dizia que

“Os principais problemas do país na atualidade são: o desequilíbrio na balança de pagamentos,...), o acentuado endividamento externo (...), a escassez de recursos para manter altas taxas de crescimento da economia (PIB) e de emprego, uma vez que o Brasil precisa crescer economicamente e gerar cerca de um milhão e quinhentos mil novos empregos por ano a fim de absorver os novos contingentes que ingressam anualmente no mercado de trabalho, o que tende a agravar a dependência financeira do exterior; a dívida interna (...); a concentração econômica na região Sudeste, em consequência a acentuada disparidade entre as regiões do país; a concentração de renda pessoal e o agravamento das disparidades na sua distribuição; a dependência externa de combustíveis (...); o estrangulamento da pequena e média empresa, que utiliza basicamente tecnologia nacional e gera sua própria tecnologia, e cuja germinação e expansão favoreceria uma melhor distribuição espacial e pessoal da renda; o atraso tecnológico e a conseqüente dependência de tecnologia importada do exterior, num modelo orientado para a produção de bens de luxo; a acentuada desnacionalização da economia, cujo processo continua a avançar, transferindo para o exterior os centros de decisão; a profunda distorção no perfil da produção e da demanda, voltadas prioritariamente para bens sofisticados e superfluos e para a exportação, em detrimento do atendimento das necessidades essenciais básicas da população, para cuja produção se utilizaria de tecnologia brasileira; a recessão econômica e o desemprego; a subordinação aos interesses hegemônicos do capitalismo internacional”⁷²

Todos estes problemas são, ainda hoje, os problemas do país que afetam o dia-a-dia, acrescidos de uma inflação disfarçada, porém evidenciada pela desproporção entre salário e custo real de vida, e pela globalização da economia e custo da dívida externa e interna. Nas vésperas do século XXI, a escolaridade é mínima, o analfabetismo elevado, a empregabilidade e taxa de bem estar baixas, concentradas, a participação cultural praticamente inexistente. Ao povo, resta a “cultura” massificada e degradante, globalizada, circo apenas, pois pão “não há para todos”. Ocorre um baixo crescimento e quase estabilidade dos salários aliado às

⁷² BRUM, A . Desenvolvimento econômico brasileiro. 17. ed., Ijuí : UNIJUI Ed., 1997.

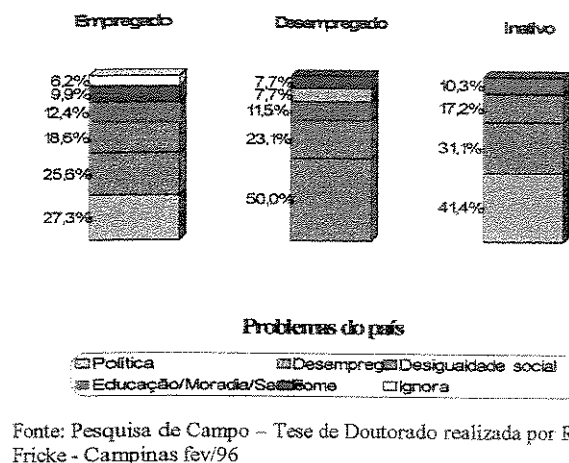
altas taxas de juros, crescimento acelerado dos preços dos produtos de primeira necessidade (ainda que seja dito que a cesta básica está estável) Aliado a estes fatores observa-se o crescimento da concentração de renda e desalento na busca de emprego. Além disso, constata-se o sucateamento dos bens nacionais privatizados em nome de um modelo neoliberal vigente na política do país sem esclarecimento e compreensão do destino desse aporte de recursos. Como se vê, todos os problemas citados não se constituem na verdade na questão principal e sim nos efeitos. (Ver Tabela 14 do anexo 2).

*"A questão principal é o próprio modelo de desenvolvimento adotado e baseado, por um lado, no mercado, nos capitais e na tecnologia externos e, por outro lado, na concentração da propriedade da terra, da riqueza e da renda nacional"*⁷³

Os principais fatores que promoveriam a recuperação da sociedade brasileira como um todo, com perspectivas reais e justas de crescimento, envolvem três aspectos de natureza distinta mas inter-relacionados profundamente, talvez até mesmo se possa dizer interagentes: no nível econômico, social e político. Em termos econômicos, há necessidade de proceder a uma realocação de recursos e sua utilização racional e otimizada na direção da recuperação nacional de objetivos básicos. Estes passam pela integração de grandes contingentes que vivem à margem da economia; em termos sociais, a participação equilibrada nos bens culturais e dos frutos do trabalho; e, na linha política, atingir a democracia, a liberdade e realocação do poder.

⁷³ BRUM, A. Op. Cit. 1997.

Figura 019 Principal problema do país na opinião dos trabalhadores de Campinas - SP por situação de trabalho



Como se pode observar na figura 19, o olhar do trabalhador, instado pela enquete a refletir a problemática em nível nacional, situa-a, no desemprego (31,3%). Durante anos, o governo definiu o desemprego através do cálculo do índice com uma base territorial bem definida, como já foi esclarecido no cálculo do

tamanho da amostra (seis das principais capitais brasileiras), sem considerar a heterogeneidade das condições de emprego e a sua disseminação. O índice encontrado em Campinas, em fevereiro de 1996, foi de 17,2%, proporção estimada com um IC de 95% variando entre 10,5% a 23,9%, significativamente diferente do índice informado pelo governo de 6,13% para o país, ($P < 0.05$)

Como foi já observado, a opinião difere com significância estatística ($P < 0.05$)⁷⁴, entre os três grupos formados segundo a atual condição de emprego. A proporção encontrada entre empregados e desempregados apresenta uma diferença significativa, entre desempregados e inativos também, porém entre empregados e inativos não, isto testado a um nível de 5%. Estes resultados dizem respeito à alternativa “desemprego” como o

⁷⁴ A verificação estatística encontra-se em anexo.

maior problema do país.⁷⁵ Os três principais problemas, os quais não diferem estatisticamente entre si em termos de proporção de respostas, são o “desemprego” (31,3%), a política (22,4%) e as desigualdades sociais (20,8%). A política brasileira deixa a população apreensiva e não se pode afirmar que, apesar de entre os desempregados este índice cair para 7,7%, as problemáticas apontadas não tenham todas a mesma origem, ou seja, o modelo político.

A situação da violência no Brasil, principalmente nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, recoloca os fatos nesses termos. A violência assusta, porém nem sempre é a violência explícita responsável pelos maiores danos ao bem estar e à vida. No entanto, é a mais explorada pelos meios de comunicação, o que determina maior grau de consciência de sua existência, ignorando-se a violência real com a supressão dos direitos básicos do cidadão. Pelas afirmações dos trabalhadores, avalia-se a existência de uma conscientização crescente de que a crise imposta pelo desemprego (31,3%) e desigualdade social mais fome (29,9% das afirmações) são violências contra os brasileiros, necessariamente não explicadas no modelo de sociedade vigente, mas impostas por suas condições de continuidade e sucesso. Entre elas está a fome apontada principalmente pelos trabalhadores, (9,9%), que estão empregados atualmente. Conforme salienta PIRES, distinguem-se três tipos de violência: a “violência branca”, definida como a violência cotidiana contra o exercício dos direitos do cidadão; a “violência silenciosa”, que consiste na morte por motivos de desnutrição e falta de saneamento; e a “violência

⁷⁵ Ao realizar esta análise, é necessário lembrar que a resposta foi subjetiva e nada foi colocado ao trabalhador que introduzisse vies nas mesmas.

do governo”, expressa na repressão política e determinação da criminalidade pela pobreza.⁷⁶

A situação sócio-econômica e política do país contribui para o aumento da violência pela a falta de manutenção de direitos básicos na Educação / Saúde / Moradia / Emprego. Apenas com a participação de todos através da democratização de canais de expressão da população, encontrar-se-á resposta para a questão da violência no país.

A falta de moradia leva milhares de famílias do MTST às ocupações. Estão organizados e tentando conquistar um direito que deveria estar assegurado. Este tipo de fator é percebido por todos, independente de sua condição de emprego, uma vez que as proporções não diferem significativamente nas diferentes situações de trabalho dos trabalhadores, (12,4; 11,5 e 12,2% respectivamente). A falta de moradia é uma consequência da especulação imobiliária, que impõe a elevação do custo do metro quadrado de terra na área urbana, mesmo que esteja situada na periferia, sem que todas as condições idealizadas de infra-estrutura urbana estejam satisfeitas. As consequências da especulação podem ser sentidas na proliferação de postos do mercado imobiliário, na situação dos aluguéis, nas ações de despejo e nas condições de moradia à que as pessoas se sujeitam. Em texto divulgado pelo NEPP da UNICAMP, esta falta é consequência da crise generalizada que se abate em todo o setor da política de desenvolvimento urbano. No âmbito da política habitacional, com a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), verifica-se uma

⁷⁶PIRES, C. **A violência no Brasil**. 4. ed., São Paulo : MODERNA, 1987.

política institucional agravada pelo recrudescimento da aceleração inflacionária e pela paralisia do SFH.⁷⁷

Estas três problemáticas, definidas pelos trabalhadores, Educação, Saúde e Moradia (12,2%) estão relacionadas com políticas públicas. Logo o problema é de natureza política em função da opção por um modelo de concentração de renda. As políticas públicas, em última instância, acabam por beneficiar as famílias de renda superior. De um modo geral, os benefícios de infra-estrutura urbana como asfalto, canalização de córregos, esgoto público, telefonia, iluminação pública, serviço de transporte urbano, escolas públicas de segundo e terceiro graus se concentram nas áreas centrais, fora das regiões de moradia dos trabalhadores. Para LIMA, esta localização dificulta o acesso. Os serviços de saneamento cobrem extensivamente os estratos de renda mais elevados, os quais também têm melhores condições de habitações e recursos de saúde. A análise da cesta básica revela que a adequação nutricional amplia-se com o aumento da renda, atingindo níveis mais adequados apenas no estrato com a renda superior a dez salários mínimos. O nível de percepção apresentado pelas famílias quanto à “suficiência” da alimentação reforçou os resultados da adequação da cesta, em cada estrato. Quanto ao estado nutricional das crianças, verificou-se que a prevalência de desnutrição apresentou-se coerentemente com as condições

⁷⁷ UNICAMP. NEPP. Políticas de desenvolvimento urbano: habitação, saneamento básico e transportes coletivos. In: UNICAMP, NEPP. Relatório sobre a situação social do Brasil, Campinas : NEPP, 1989

sócio-econômicas, diminuindo com o aumento da renda e desaparecendo acima de 10 salários mínimos.⁷⁸

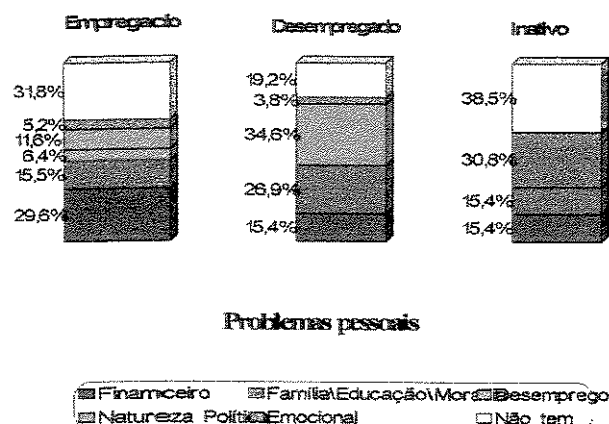
Medidas paliativas são tomadas pelo poder público para, aparentemente, democratizar esse acesso. Fazem-se campanhas de doações de agasalho e alimentos, movimentos de solidariedade, criam-se postos de trabalho, campanhas de combate à dengue, por exemplo, mas não se muda a estrutura social que privilegia uma camada restrita da população. Enquanto a opção política não se desviar desse enfoque, todas as medidas serão relativizadas e não alterarão o rumo dos fatos. A miséria, a desnutrição, a fome, a falta de condições mínimas de sobrevivência subsistirão. Como diz MONTEIRO, conclui-se que as intervenções médico-sanitárias jamais podem ser encaradas como substitutas de transformações sociais que promovam uma repartição mais justa da riqueza.⁷⁹

Na realidade, o olhar do trabalhador em qualquer direção, seja em relação ao mundo, país, ou em nível pessoal, está refletindo basicamente a problemática da exclusão social, motivada exatamente pela falta dessas transformações sociais. Quando ele se auto-avalia em termos de problemas e / ou dificuldades pessoais, encontramos uma diferença estatisticamente significativa entre as opiniões dos trabalhadores segundo a condição de emprego. ($\chi^2 = 102.86$; gl. = 10; $P < 0.0000$) (Ver Tabela 15 no Anexo 2).

⁷⁸ LIMA, E. et alii. Condições sócio-econômicas, alimentação e nutrição da população urbana de uma localidade do estado de Minas Gerais (Brasil). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 23(5): 410-421, out. 1989. 1989

⁷⁹ MONTEIRO, C. A Mortalidade infantil: nutrição e desigualdade social. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, 3(3): 31, jul./set. 1989.

Figura 020 Principal problema pessoal na opinião dos trabalhadores de Campinas – SP segundo a situação de trabalho



Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

Pela figura 20, observa-se que o trabalhador empregado informa dois tipos de problemas: ou não têm problemas pessoais (31,8%), ou os problemas pessoais são de natureza financeira (29,6%). De um modo em geral, os salários estão defasados,

relativamente congelados desde o Plano Real de combate à inflação, ocasionando problemas de natureza financeira. E os preços dos bens de consumo, numa economia liberal que reforça a competitividade entre as empresas, continuam crescendo. Além disso, a desestabilização das garantias de emprego, com a aprovação do contrato temporário de trabalho, relativiza também o valor da força de trabalho. Os trabalhadores enfrentam atualmente desafios no sentido de revisar as formas tradicionais de luta por melhores condições de trabalho e emprego, tendo em vista este novo quadro de referência. Assim, o aspecto financeiro preocupa a todos os segmentos, mas em especial aos empregados e empregadas.

A preocupação essencial do trabalhador desempregado gira exatamente em torno do desemprego (34,6%) seguido de problemas com Família, Educação e Moradia (26,9%). Para ele, o problema do desemprego traz, inerente a ele, uma via de solução que preenche seu imaginário. Se conseguir um emprego, terá seus problemas pessoais solucionados. Esta relação pode ser uma grande falácia, uma vez que o desemprego não é a causa primária. Uma vez solucionada essa falta, o

trabalhador estará às voltas com a precariedade da sobrevivência garantida por esse trabalho. Obviamente, este círculo vicioso gerado pelo desemprego, a desestabilidade e o fim das garantias de sobrevivência se refletem na nível família. Nestes reflexos estão arraigados os resultados de um modelo político que vão se agravando, uma vez que são calcados na base sócio-econômica de pobreza e exclusão social.

DRAÍBE afirma que em termos dinâmicos este modelo terminou por reproduzir-se segundo princípios bem definidos: extrema centralização política e financeira, acentuada fragmentação institucional, ausência de participação de usuários nos processos fundamentais de tomada de decisões, autofinanciamento de inversão social, privatização da esfera pública de recursos e uso clientelista do aparato social. Estes princípios de reprodução explicam em parte o grau atual de exclusão social do sistema, assim como seu caráter assistencialista cada vez maior. As perspectivas da proteção social no Brasil variarão segundo se desenvolva a equação desenvolvimento / igualdade social. O melhoramento dos salários é uma premissa da ruptura do círculo vicioso social. Por outro lado, a gestão estatal deve ser reformulada, do contrário corre risco de constituir-se em um elemento desintegrador a mais.⁸⁰

Como se pode ainda observar na figura 16, para os inativos, a consciência de problema pessoal é minimizada, 38,5% afirmam não ter problemas dessa ordem. No entanto chama a atenção que os problemas de natureza emocional predominam neste segmento (6 inativos com problemas emocionais contra um empregado; 8 inativos contra um desempregado).

⁸⁰ DRAIBE, S.M. Uma perspectiva del desarrollo social en Brasil. *Revista de la CEPAL*, Santiago, (39):49-63, 1989.

Este fenômeno pode estar relacionado com a falta de segurança, cujos motivos podem ser:

- a) ansiedade por não estar participando de atividade geradora de renda para a família (donas de casa e aposentados);
- b) expectativa em relação ao futuro ingresso no mercado de trabalho (ingressantes);
- c) sentimento de obsolescência por não ter mais espaço de atuação profissional e baixos rendimentos (aposentados).

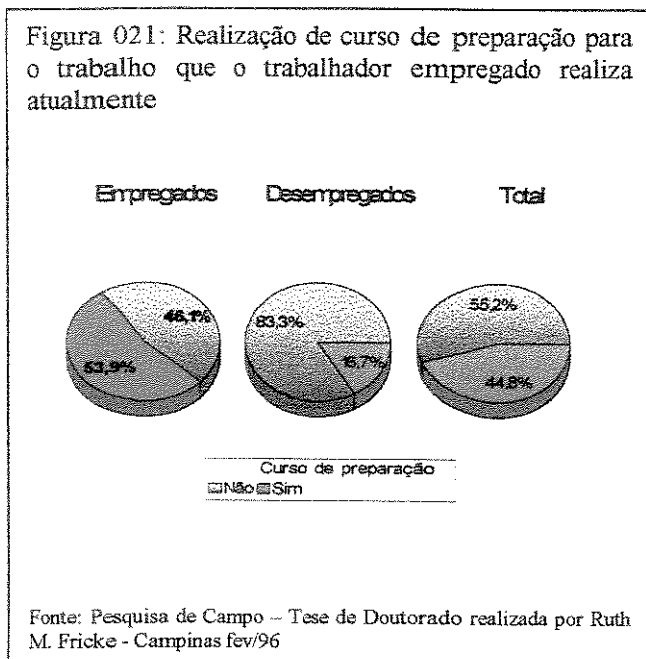
Estes sentimentos decorrem da condição de emprego de cada um e suas expectativas em relação ao presente e ao futuro.

Em resumo, os problemas apontados situam-se como conseqüências do modelo político, social e econômico que organiza e define as esferas de poder tanto ao nível local como mundial. Entre os problemas, que mais intensamente estão presente nas preocupações referidas pelos trabalhadores, o desemprego têm prioridade destacada. Ele se constitui num desafio, pois a cada avanço tecnológico, desenvolvimento de novos paradigmas para as relações das forças produtivas, reorganiza-se a estrutura de trabalho e trabalhadores, empresas competem umas com as outras para se manterem no mercado. O movimento é acelerado, porém as novas formas de trabalho ainda estão em ritmo desacelerado, gerando descompasso entre a absorção de trabalhadores e empresas no processo produtivo.

4.3 A BUSCA DE QUALIFICAÇÃO

A realização de uma atividade, no sentido de obter maior sucesso, pressupõe que exista um preparo prévio para o seu desenvolvimento. Esta necessidade independe do tipo de atividade exercida, seja um trabalho na

produção, nos serviços, seja no cuidado de uma casa ou na conquista do conhecimento. (Ver Tabela 11 do Anexo 2).



No Brasil, a importância desse preparo têm um impacto crescente impulsionado pela crise que afeta nosso país. Entre os trabalhadores campineiros, conforme a figura 21, somente para os que estão empregados predomina a realização de curso, (53,9%), enquanto para os outros essa proporção está defasada. As políticas de ajuste econômico

afetam as relações de trabalho. Conforme se verifica em CHAHAD e CERVINI essas políticas de ajuste tradicional tendem a reduzir a quantidade de emprego, a renda dos mais pobres e os gastos do governo com serviços básicos, gerando insegurança nos trabalhadores.⁸¹

Por outro lado, as novas tecnologias e políticas de gestão dentro das empresas exigem que o trabalhador se requalifique profissionalmente. Esta busca de preparação tende a ser vista mais como uma responsabilidade do próprio trabalhador e do Estado e poucas vezes das empresas. Com esse pressuposto, nem sempre o acesso a cursos de treinamento é facilitado e proporcionado a todos. Na maioria das vezes a oferta de cursos depende da iniciativa privada. Envolve um custo muito

⁸¹ CHAHAD, J.P.Z.. CERVINI, R.A. **Crise e infância no Brasil** : o impacto das políticas de ajustamento econômico. São Paulo : IPE/USP, 1988

acima do potencial orçamentário das famílias, quase sempre inviável, exercendo mais um papel seletivo e decisivo para a participação nos mesmos. Quando o Estado proporciona cursos, através da liberação de recursos, a oferta apresenta um número limitado de vagas, em que são utilizados processos seletivos para distinguir os que terão direito à vaga. Os selecionados passam a ser vistos como privilegiados por obterem o acesso a um direito que é de todos.

4.3.1 A TRAJETÓRIA DE TRABALHO DOS TRABALHADORES COMO CARACTERIZAÇÃO DO PROFISSIONAL

Uma das saídas apontadas usualmente para a redução do nível de desemprego é o da redução da jornada de trabalho. Matematicamente, conclui-se que a redução de 44 para 40 horas semanais levaria ao aumento do número de trabalhadores necessários para realizar as mesmas atividades. Se as relações entre o discurso e o cotidiano fossem lineares, mesmo assim seria difícil que esta matemática se efetivasse, pois as relações de produção efetivamente têm a redução de pessoal como elemento desencadeador do processo de reorganização produtiva, principalmente através de reengenharia.

Por exemplo, nos bancos, os caixas eletrônicos, o cartão magnético, o sistema de “home banking” permitem transferências, pagamentos, consultas, extratos, empréstimos e outros, reduzindo o trabalho de expediente bancário aos financiamentos, vendas e promoções dos “produtos bancários” e atendimento ao público nos caixas. Este último persiste, porém de forma quase transitória, enquanto as pessoas não se habituarem completamente com as ditas “modernidades”. É óbvio que o bancário pode prestar serviços bem mais importantes, se não estiver ocupado em rotinas maçantes, porém ao mesmo tempo perde-se cada vez

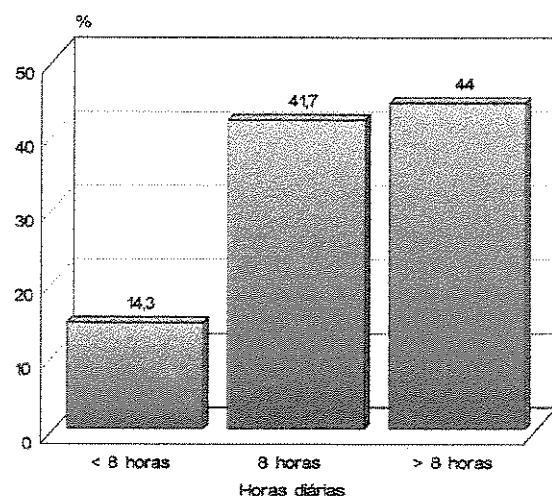
mais o elemento humanizado do contato pessoal. Um banco robotizado ao máximo passa ao largo das relações pessoais. Essa perda alia-se ao fato de que a redução dos custos operacionais não reverte ao público consumidor, como diminuição de tarifas e juros. Essa ênfase ao caráter de especulação pretende que a “vocação” de fazer render o dinheiro, de capitalizar o lucro esteja baseada não tanto em produtos e serviços, mas em juros.

Os trabalhadores de Campinas trabalham em média há 15 anos ($P < 0.00$). Uma média com extrema variabilidade em torno dela, com cerca de 4% deles com menos de 1 ano de tempo de serviço, enquanto 12% estão trabalhando há mais de 30 anos. O tempo mais freqüente é de 1 a 5 anos (23.2%) e de 10 a 20 anos (31.3%). (Ver Tabela 29 – Anexo 2) Estas pessoas têm experiência como trabalhadores e têm tido contato, a maioria delas, com os velhos e novos métodos de trabalho.

Pode-se observar, na figura 22, a expressiva ocorrência de trabalhadores com extensas jornadas de trabalho, mais de 8 horas diárias, (44%). A média diária de horas trabalhadas é de 9.16 horas. Essa média tem baixa variabilidade em torno dela evidenciando que não é tendenciosa e expressa a realidade em termos de jornada de trabalho efetivamente realizada.

Esta jornada diária varia, em média, de 6,5 horas a 11,8 horas/diárias, o que equivale a uma jornada semanal de 36 a 64 horas semanais. Um estudo realizado pelas instituições SEADE / DIEESE / UNICAMP, em

Figura 022 Jornada de trabalho diária entre os trabalhadores de Campinas (SP) – fev. 1996



Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

1988, assinala em direção à redução da jornada de trabalho como saída para o desemprego. Segundo esta pesquisa, a jornada de 48 horas ou mais tem vigência para uma parcela expressiva de ocupados, independentemente de trabalharem como assalariados (com ou sem carteira), autônomos, empregadores ou empregados domésticos, excetuando-se os ocupados do setor público. Este padrão é comum aos vários setores de atividade, idade e posição na ocupação. Observou-se que as jornadas de trabalho mais extensas são as mais realizadas por assalariados do setor privado e autônomos. O padrão de jornada de trabalho de 44 horas preponderante acarretará uma mudança na intensidade atual da extensão da jornada de trabalho. Conclui-se que este fato gerará impactos positivos no nível de emprego da região, processo que pode constituir numa saída para a atual crise de emprego.⁸²

Já na redução legal da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, esperava-se que o impacto dessa redução gerasse novos empregos, minimizando o desemprego. Tal fato não ocorreu e as taxas de desemprego têm um comportamento crescente, sequer abaladas por essa redução legal. Legal pois é válida no papel, funciona para algumas categorias, mas a maioria dos trabalhadores está ocupado em extensas jornadas de trabalho. Este fato, aliado ao crescimento do nível de desemprego que, como se vê em Campinas onde atinge em torno de 17,2% (fev./96), segundo esta pesquisa, leva muitos trabalhadores a fazer horas extras sem sequer receber por elas (16.4%), conforme se observa na tabela 2. (Ver Tabela 31 no anexo 2).

⁸² SEADE, DIEESE, UNICAMP. Pesquisa de emprego e desemprego: principais resultados, análise de fevereiro de 1988. São Paulo : SEADE, fev. 1988

Tabela 002 Realização de horas extras pelos trabalhadores de Campinas – SP fev. de 1996

Horas extras	N	% válido
Não faz	93	50.8%
Faz remuneradas	60	32.8%
Faz sem remuneração	30	16.4%
Total	183	100.0%

* Resposta restrita aos trabalhadores remunerados.

Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

A realização de horas extras evita a contratação de mais trabalhadores, situação necessária pela própria evidência do fato. Se as horas contratuais são

insuficientes, seria informação suficiente para concluir que o montante de trabalho gerado pelo setor de atuação comporta mais trabalhadores para atuar no mesmo. Evidentemente, as empresas preferem a realização de horas extras pelos contratados, pois minimiza o custo do produto, acresce o lucro e pode gerar um acréscimo de mais-valia ao serem proporcionadas folgas em período de baixa produtividade como forma de compensação. Além disso, estes trabalhadores não necessitam de treinamento, período de adaptação ao trabalho, e muitas vezes as realizam sem remuneração para evitar a perda do emprego, que sempre está implícita ao menor sinal de recusa. As leis trabalhistas garantem pagamento em dobro para as horas extras de forma a desencorajar as empresas na sua utilização, porém várias são as distorções em relação ao estabelecido, quando os fatos são reais, como se pode observar na tabela acima.

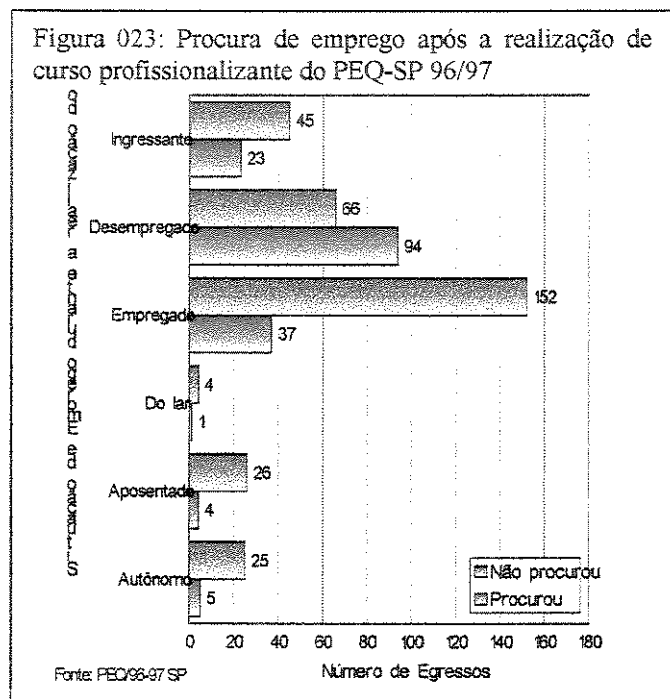
4.3.2 A BUSCA DE QUALIFICAÇÃO ATRAVÉS DE RECURSOS PÚBLICOS

No Brasil, em 1996 foi lançado o Programa Nacional de Qualificação e Requalificação, (PNQ), para o trabalho, com vistas a aumentar a empregabilidade dos trabalhadores. A chamada nacional para a inscrição nesses cursos é a de que “*trabalhador qualificado é trabalhador*

empregado”⁸³. Estas chamadas atraem os trabalhadores, pois vem ao encontro das expectativas de emprego, de garantia de trabalho e estabilidade. Porém a forma como os cursos estão sendo propostos, não oferece muitas chances, reais e diretas, de efetivação do reclame. Não ocorre uma articulação entre governo e empresários para a abertura de novas frentes de trabalho, postos de trabalho que absorvam a mão-de-obra “qualificada” através dos cursos oferecidos.⁸⁴

Esta qualificação está sendo agilizada a partir da oferta de cursos por instituições, de ensino ou não, profissionalizante ou não, embora este não seja o problema em si, e da procura empírica dos trabalhadores, ambas aleatórias e não sistemáticas. Nenhum estudo prévio aponta as reais necessidades de qualificação diante das expectativas e capacidade de absorção pelo mercado de trabalho.

Aliada a esta constatação, nenhuma orientação é oferecida aos candidatos quanto ao tipo de curso que seria mais oportuno



⁸³ Divulgação do PLANFOR através das Secretarias Estaduais de Trabalho.

⁸⁴ Na análise, que segue no texto, foi utilizada a base de dados da Pesquisa de Eficácia dos cursos profissionalizantes do Estado de São Paulo, realizada pela UNITRABALHO. Os referidos dados fazem parte do estudo sobre os egressos dos cursos de 96 e 97, acompanhados 6 e 12 meses após a sua conclusão. A autora desta tese participou do referido trabalho como estatística e tem permissão do Secretário da SERT – SP para uso dos dados, após a publicação dos relatórios de 96 e 97, em cuja elaboração participou. Maiores detalhes, ver artigos referidos na bibliografia e relatórios.

fazer. Pode ser observado na figura 23, a relação entre procura de emprego e situação de trabalho entre os trabalhadores que realizaram cursos. Os indivíduos não estão procurando trabalho, deixam de fazê-lo porque os cursos não respondem ao mercado de emprego, ou seja não lhes confere empregabilidade. Este procedimento demonstra que o governo não acredita em orientação vocacional nem em vocação, e desconhece as tendências do Mercado de Trabalho.

Não se avalia experiência prévia e todos vão seguir os mesmos passos, independente de seu conhecimento e experiência prévia. A diferenciação se dará pela oferta e pela escolha do candidato, limitada pela oferta de cursos. A “falta de memória” que se deduz, a partir desta falta de valorização, coloca nas mesmas condições pessoas que desconhecem totalmente o conteúdo específico dos cursos com outras que já possuem conhecimento prévio. Este tipo de nivelamento refreia o avanço do conhecimento, gerando superficialidade, estagnação e incompreensão ao mesmo tempo, quase sempre inoperante na direção desejada que é a de obter emprego e /ou melhoria na performance no trabalho já desenvolvido.

Além disso, como se pode constatar pela análise da busca de emprego realizada pelos egressos dos cursos – PEQ/96 e 97 – outras finalidades são priorizadas por eles a partir do término do curso. Pela figura 21, observa-se que somente entre os que estavam na condição de desempregado durante a realização do curso, a taxa de *procura*, (58.75%), superou a de *não procura*, (41.25%). Em todas as outras condições de trabalho, taxa de *não procura*, girando em torno de 79.2%, supera a da *procura* de emprego. Entre eles podemos situar três grupos distintos em relação à expectativa pós curso:

- a) melhoria de performance no emprego (situação comum entre os trabalhadores empregados, dos quais 20% buscaram novo emprego e autônomos com 17% de taxa de procura de emprego);
- b) atividade para preencher o tempo ocioso (atitude típica entre trabalhadores aposentados -13% de taxa de procura- e donas de casa - 20% de taxa de procura-) ou que pudessem garantir uma possibilidade de realizar atividades eventuais com garantia de resultado financeiro, ainda que passageiro sem comprometer sua atual atividade e condição;
- c) melhoria do currículo (típico entre trabalhadores ingressantes no mercado de trabalho, - 34% de taxa de procura de emprego). A maioria dos que estão nesta categoria são estudantes com idade inferior a 20 anos, que estão realizando cursos de 1º, 2º e 3º graus, pretendem ampliar sua bagagem profissional com cursos de qualificação, uma vez que não contam com experiência profissional em sua futura procura de emprego.

Todo o marketing em torno dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo Ministério do Trabalho do Brasil com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) veicula a idéia de que associada à realização de cursos profissionalizantes se encontra a garantia do emprego, no entanto esta é uma garantia irreal por várias razões, entre elas:

- 1) nenhum curso pode garantir emprego ante a atual situação de oferta de trabalho, mobilidade empresarial, internacionalização da economia. Quando muito pode oferecer um aumento do nível de empregabilidade, ao ampliar o leque de possibilidades de trabalho;

- 2) a oferta de cursos, resultado da falta de uma organização maior em termos de seleção da oferta de cursos, que preparam para funções em processo de extinção pela sua superação em termos de automação e avanços tecnológicos;
- 3) a oferta de cursos que não visa obtenção de emprego, mas execução de trabalho eventual, à margem da economia formal;
- 4) as próprias mudanças na organização do trabalho e nas leis que regulam a admissão de trabalhadores, com a permissão de contrato temporário, flexibilização das leis trabalhistas, sinalizam para a diminuição no custo marginal do contrato de trabalho, fim da estabilidade não para a abertura de vagas;
- 5) o número de vagas nos cursos é muito pequeno ante o número de trabalhadores convencidos que devem se qualificar ou requalificar;
- 6) a popularização garante pretensas qualificações obtidas em cursos, em geral, de curta duração, aumentando a disputa pelos empregos. No entanto a maioria que pretende a vaga, nessas condições de preparo, não está apta a competir com pessoas que se qualificaram em cursos de longa duração no segundo e terceiro graus. Como consequência direta desse aumento na procura, decresce a valorização salarial;
- 7) a prática, hoje, é a do fechamento dos postos de trabalho, enquanto as vagas ofertadas exigem formação específica, de qualidade, em geral adquiridas em cursos formais de segundo grau técnico ou universitário. Ante a popularização indiscriminada aumenta a competição; a razão candidato / vaga

cresce desmesuradamente e poucos realmente podem conseguir esse emprego pelo grau de pré-requisitos exigidos;

8) as empresas multinacionais que investem no país pretendem na maioria dos casos absorver sua própria mão-de-obra ociosa, já capacitada para atuar com eficiência.

Vários fatores, muitos deles discriminatórios outros inerentes à mobilidade empresarial, estão inter-relacionados com a atual situação de trabalho dos egressos: fator idade, gênero, escolaridade, profissão. A atual situação de trabalho dos egressos do PEQ/96-97 está intimamente

Quadro 006 Distribuição dos egressos do PEQ (96/97) segundo o gênero e situação de trabalho seis/doze meses após a realização do curso.

Situação de trabalho	Gênero	
	Masculino	Feminino
Empregado	59.2%	40.8%
Desempregado	43.7%	56.3%
Inativo	46.5%	53.5%

* $\chi^2 = 10.50$; g.l. = 2; P = 0.00524209;
Fonte: PEQ 96/97 - MTb, SERT, UNITRABALHO - SP

associada, ($P < 0.01$), ao fator gênero conforme se pode observar no quadro 6.

As taxas de egressos na situação de empregados apresentam 45% mais presentes quando associadas ao gênero masculino,

enquanto na condição de desempregado e inativo a associação é 22% maior para o gênero feminino.

A situação de emprego é diferenciada em relação à faixa etária, 56.2% dos trabalhadores empregados se concentram na faixa de 21 a 40 anos; 72.2% dos desempregados têm no máximo 30 anos e 69.1% dos inativos têm mais de 50 anos. O desemprego está atingindo a população mais jovem em fase de ingresso no mercado de trabalho e de consolidação social como grupo familiar. Estes fatos geram desalento, falta de perspectivas pois a pessoa, nesta fase, em geral, está se construindo como cidadão e trabalhador e, se permanecer por muito tempo fora do mercado de trabalho, tende a desviar-se de valores e princípios sociais que

mantenham dignidade e cidadania. O engajamento em movimentos sociais tem beneficiado muitos jovens trabalhadores ao manter perspectivas de luta e de objetivos norteadores da prática que impedem o desalento.

Pelo que se pode observar nos dados, a tendência geral é a de procurar maior grau de escolaridade pelo leque de opções que abre em termos de ocupação. Para os egressos, se confirma essa associação entre escolaridade e situação de emprego. Observou-se que 63.4% dos que possuem 2º grau completo ou escolaridade superior a esta estão empregados; 72.8% dos desempregados têm escolaridade inferior ao 2º grau completo; entre os inativos concentram-se os indivíduos com a escolaridade mais baixa e os sem escolaridade.

Outro fator relevante na análise das condições de sobrevivência dos egressos dos cursos profissionalizantes em São Paulo proporcionados pelo governo brasileiro é o grau de responsabilidade destes indivíduos na relação familiar. Observa-se que 75% dos desempregados e 60.9% dos inativos nada contribuem para a renda familiar, porém 22.2% dos empregados, 7% dos desempregados e 14.5% dos inativos são os únicos responsáveis por essa renda. Este fato indica a premência de resultados positivos a partir da realização dos cursos de qualificação e requalificação profissional.

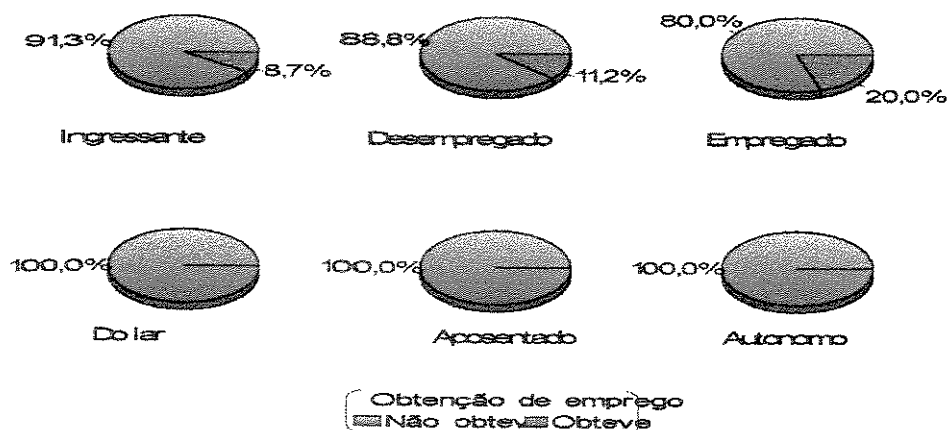
Estas observações devem se refletir na organização e oferta dos cursos, evidenciando-se a importância de preparar a oferta de cursos com maior responsabilidade. Neste momento, o governo deve esquecer suas práticas eleitoreiras e exercer seu papel regulador para uma sociedade mais justa, organizando em conjunto com os trabalhadores e empresários uma qualificação e requalificação que vise à preparação do indivíduo para enfrentar este momento de crise e suas consequências. É preciso repensar as alianças, uma vez que se observa que a forma atual de organização da

oferta de cursos proporciona mais uma evidência da aliança entre o capital e o Estado, pois:

- a) as empresas não assumem o ônus do treinamento, que é financiado com recursos públicos que deveriam ser destinados primordialmente aos desempregados;
- b) as empresas não se comprometem com coisa alguma, nem sequer com a oferta de vagas e abertura de novas frentes de trabalho;
- c) o governo utiliza a própria realização dos cursos como maneira de se reproduzir no governo. A divulgação de números de pessoas realizando cursos pode ser altamente impactante numa sociedade pressionada pela falta crescente de emprego, já em situação de desalento e que busca saídas.

Uma das características destes cursos, que leva a repensar seus objetivos e organização, é que eles têm durabilidade extremamente variada, de 2 a 360 horas-aula, predominando cursos de 20 a 40 horas-aula. A habilitação proclamada dificilmente vai ser atingida em cursos de curta duração pelas limitações do tempo e caráter do próprio contrato realizado entre o governo e as instituições que ministram ou terceirizam os cursos. Este exige que o mesmo ofereça horas de habilidades básicas, específicas e de gestão, um importante requerimento. Esta exigência tem fundamento na necessidade de que o aluno tenha uma formação mais geral, desenvolvendo habilidades como cidadão, absorva as novas características das relações de trabalho dentro das modernas técnicas de gestão do trabalho. Porém, se a mesma for cumprida apenas como exigência curricular sem aprofundamento, pode não cumprir seu papel. De um modo geral, os egressos não lembram se foram tratados temas relativos à cidadania, direitos e deveres dos trabalhadores.

Figura 024 Taxa de obtenção de emprego segundo a situação atual de trabalho dos egressos do PEQ-96/97 SP



Fonte: PEQ/96-97 Pesquisa de Egressos (SP)

A taxa de procura de emprego após a realização do curso se diferencia também em relação ao próprio curso realizado. Observando-se o nível de qualificação do emprego procurado entre os inativos e desempregados, constatou-se que estes buscaram empregos que não exigem qualificação ou apenas qualificação de curta duração, enquanto os empregados buscaram empregos que exigem nível técnico ou superior. A maior taxa de sucesso foi verificada entre os que buscaram emprego de nível superior, dos quais 20% obtiveram emprego ou contrato em regime de experiência. Este grau de sucesso está também relacionado com os indivíduos que já tinham emprego por ocasião do curso. Pode-se observar na figura 24, que 11.2% dos desempregados obtiveram sucesso na busca de emprego.⁸⁵

De um modo geral, em torno de 7% dos alunos oriundos destes cursos de qualificação (PEQ-SP) conseguem alguma espécie de trabalho

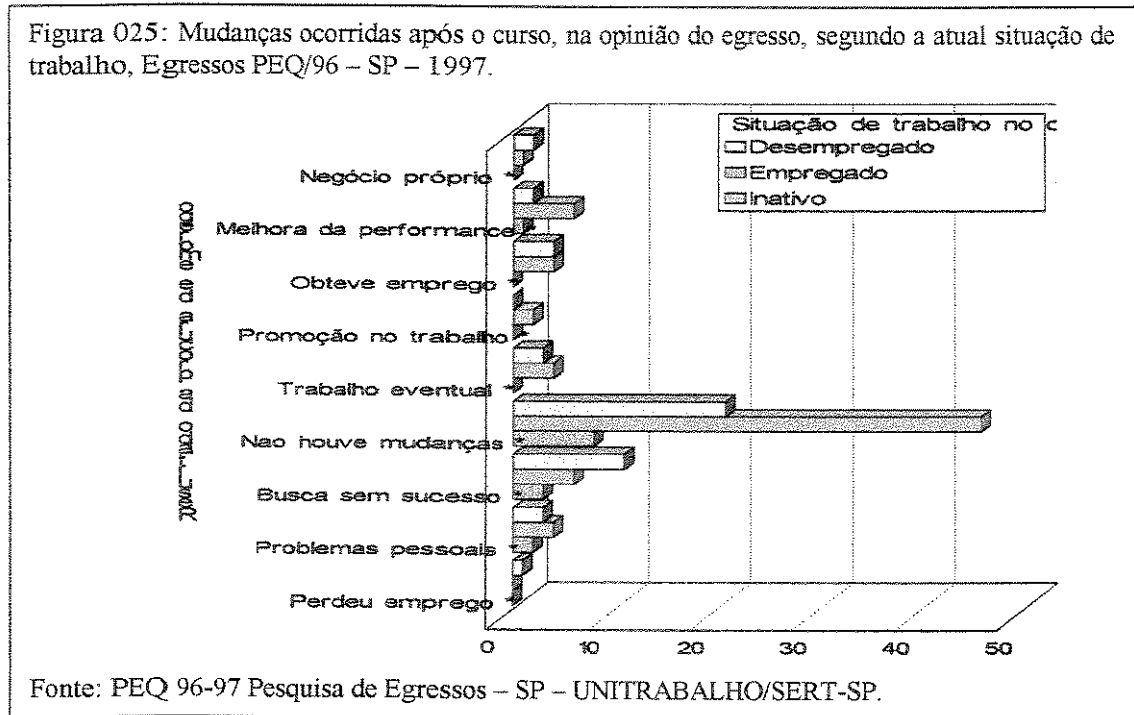
⁸⁵ Ressalvando-se que por sucesso estamos entendendo a ocorrência de qualquer tipo de mudança que proporcione rendimento, seja ele permanente, temporário ou eventual.

remunerado. Em grande parte, são trabalhos de caráter autônomo (informais / por conta própria) que não apresentam garantias de remuneração sistemática, nem oferecem previdência, enquanto isso, para o desenvolvimento da mesma, o trabalhador conta apenas com seu próprio investimento. Ao nível individual, a vaga obtida pode estar oferecendo uma relativa garantia de sobrevivência, porém quase sempre temporária.

Os resultados atingidos, na perspectiva com que foram criados, podem ser acompanhadas através do trabalho: Acompanhamento de Egressos dos cursos Profissionalizantes financiado com recursos do FAT no ESP⁸⁶. Segundo a situação de trabalho atual dos egressos, observa-se que 8.7% dos ingressantes no mercado de trabalho, 11,2% dos desempregados e 20% dos empregados obtiveram algum tipo de trabalho, formal ou informal, que garante rendimento. A diferença é significativa entre os três segmentos, indicando que a maior proporção de mudanças desejáveis ocorre entre os indivíduos que têm emprego.

⁸⁶ Este trabalho foi desenvolvido, por solicitação da própria Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho – SERT-SP pela UNITRABALHO, através de um grupo de 10 Universidades paulistas a ela adscritas. Para maior detalhamento consultar o relatório apresentado pela UNITRABALHO à SERT em fev/1988.

Nem sempre a meta sinalizada, “*obter emprego*”, foi atingida como se observa na figura 24, porém se o alcance for majorado teremos outras performances a serem analisadas.



Segundo análise indicada por DEDECCA,

“(...) a condição de desemprego aberto, em uma região onde preponderava o assalariamento industrial, pôde ser mantida enquanto existiram perspectivas de reemprego. A longa duração da crise, ao debelar as esperanças dos desempregados, obrigou-os a abandonar a cultura do assalariamento e a buscar alternativas de ocupação e renda, mesmo que na sua maioria fossem caracterizadas por uma grande precariedade da condição de atividade, redesenhando o mercado de trabalho local.”⁸⁷

⁸⁷ DEDECCA, C. S. Desemprego e regulação no Brasil hoje. *Cadernos do CESIT*, Campinas : UNICAMP, 20, ago/96.

Tabela 003 Opinião dos egressos sobre mudanças na sua vida 12 meses após a realização do curso do PEQ/96

Mudanças após o curso	Situação de trabalho atual			
	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Não houve alteração	60.0%	50.0%	55.6%	56.5%
Busca sem sucesso	13.3%	16.7%	14.8%	14.5%
Problemas pessoais	2.7%	5.6%	18.5%	6.5%
Perdeu emprego	0.0%	2.8%	0.0%	0.7%
Melhor performance no trabalho	5.3%	16.7%	3.7%	7.9%
Obteve emprego	8.0%	5.6%	0.0%	5.8%
Trabalho eventual	6.7%	2.8%	7.4%	5.8%
Negocio próprio	4.0%	0.0%	0.0%	2.2%
Total	75	36	27	138

Fonte: PEQ 96-97 Pesquisa de Egressos – SP - UNITRABALHO

Conforme se observa na tabela 3, as mudanças são de natureza diversa, algumas relativas a trabalho, outras a atitudes em níveis diferenciados. Elas foram referidas pelos egressos do PEQ-96⁸⁸, 12 meses após a realização do curso e podem ser classificadas em dois níveis:

a) alterações diretamente classificáveis em mudanças desejáveis,⁸⁹ (21.7%), são as relacionadas com melhoria da performance no trabalho, obtenção de emprego, abertura de negócio próprio e realização de trabalho eventual. Também, indiretamente, para 60% dos empregados não houve alteração, o que, ante as atuais reduções de quadro de pessoal, até pode ser considerada uma situação desejável;

⁸⁸ Estes dados referem-se apenas aos egressos dos cursos de 1996 pois a pergunta relativa às mudanças ocorridas foi feita apenas 12 meses após o término do curso realizado.

⁸⁹ Mudanças desejáveis, segundo o relatório da UNITRABALHO para a SERT, são aquelas que possibilitam a obtenção de rendimento próprio ou melhorias na performance no trabalho, se avaliadas direta e indiretamente a permanência em situação desejável, como é o caso de empregado que não observou mudança e permaneceu na condição em que estava.

b) mudanças que podem ser consideradas indesejáveis⁹⁰ atingem 21.7% dos trabalhadores e referem-se à busca de emprego sem sucesso, ocorrência de problemas pessoais que interferiram na obtenção de emprego e perda de emprego. Indiretamente foi considerado insucesso o fato de que 50% dos desempregados não perceberam mudança alguma em sua vida após a realização do curso.

Portanto, ao avaliar como,

*"(...) na ótica dos alunos, quando buscam os cursos, o fazem na perspectiva da valorização destes cursos pelo mercado e também de que são estas áreas que mais oferecem oportunidades de trabalho. Parece oportuno analisar, neste sentido, a relação existente entre desempregados e emprego informal / formal na medida em que percursos de insucesso se correlacionam com iniciativas e possibilidades de incorporar-se ao mundo do emprego através do negócio próprio. Neste sentido é que a reorientação da oferta de qualificação e requalificação poderia estar sendo direcionada para prover oportunidades para que quem procure cursos profissionalizantes possa encontrar opções para operacionalizar relação entre autonomia individual e emprego."*⁹¹

Na verdade, a oferta de cursos de qualificação e requalificação profissional não pode ser a única resposta à inserção e re-inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Por um lado, pode ser observada uma tendência do poder público de encontrar saídas que podem não estar historicamente presentes nas lutas dos trabalhadores e que marcam novos rumos para a política de emprego no país. Estas novas tendências vão sendo paulatinamente referendadas no Congresso Nacional, como é a

⁹⁰ Mudanças indesejáveis, segundo o relatório da UNITRABALHO para a SERT, são aquelas que impediram a obtenção de rendimento próprio e indiretamente a permanência em situação indesejável como é o caso estar desempregado e permanecer sem alterações.

aprovação do contrato temporário de trabalho, atualmente ainda em casos especiais, mas que aos poucos vai dominando o mercado. Permanece a necessidade de qualificar para o trabalho em função das mudanças no processo produtivo. Porém, buscar a elevação do nível de escolaridade formal, para atingir patamares de desenvolvimento semelhantes aos países desenvolvidos, seria o encaminhamento mais desejável.

4.3.3 A BUSCA DE QUALIFICAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES DE CAMPINAS

Retomando a pesquisa realizada em Campinas (SP), conclui-se, observando a figura 19, que, de um modo geral, 52.5% dos trabalhadores não realizaram curso preparatório para a atividade que estão realizando atualmente, e, no caso específico de quem está empregado, este percentual é um pouco menor, 46.1%. (Tabela 11- Anexo2)

Tabela 004 Distribuição dos entrevistados segundo realização ou interesse em realizar cursos de qualificação e situação de trabalho

Interesse	Situação de trabalho atual			Total
	Empregado	Desempregado	Inativo	
Não	34.2%	23.1%	25.0%	30.7%
Formal	13.2%	19.2%	0.0%	13.2%
Especialização	28.9%	23.1%	58.3%	30.7%
Profissional	7.9%	23.1%	16.7%	12.3%
Informal	15.8%	11.5%	0.0%	13.2%
Total	228	78	36	342
	66.7%	22.8%	10.5%	

Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

* Total de "missing values" = 6.04%, distribuída entre empregados e inativos.

Ainda assim, aproximadamente 50% não têm treinamento para a tarefa que executa. Essa situação gera a expectativa de realizar cursos de qualificação, que ao nível popular estão sendo entendidos como busca de

⁹¹ Relatório da UNITRABALHO para a SERT sobre o PEQ-97 – SP Capítulo sobre egressos texto de

escolaridade formal, que vão desde cursos de alfabetização até cursos de especialização. De um modo geral, a expectativa por realizar cursos profissionalizantes é maior entre os desempregados (23.1%) do que entre os empregados (7.9%). Esta tem relação com o nível de exigência dos próprios reclames de emprego. Exige-se preparação ao nível de segundo grau para atuar em qualquer tipo de trabalho. Outra demanda forte é pela realização de cursos de especialização (30.7%), novamente atendendo às exigências feitas para as poucas vagas oferecidas.

Alguns cursos oferecidos e valorizados pelos trabalhadores são de longa duração, garantem realmente uma profissão (como os de auxiliar de enfermagem) e oferecem certificado de conclusão do primeiro grau que o aluno não possui. Sob este enfoque, concluímos que o trabalhador de Campinas avalia com pertinência a importância da escolaridade formal na atualidade, quando as mudanças tecnológicas mais e mais exigem capacitação que só o conhecimento formal pode dar. Esta questão pode ser avaliada sob dois pontos de vista igualmente importantes:

- a) o ponto de vista econômico, em que a importância da ampliação dos níveis de produtividade aliada ao retorno dos investimentos econômicos vão emprestar competitividade às empresas, no que é fundamental a contribuição do trabalhador com capacitação para atuar nesses níveis;
- b) o ponto de vista social, que abrange o direito do cidadão ao pleno emprego e ao trabalho e como o estímulo e absorção dos avanços tecnológicos podem reverter em benefícios sociais.

Estas considerações são muito importantes, haja vista as diferenças regionais e o predomínio da pobreza tanto econômica como educacional e do subemprego no país resultante do modelo de concentração de renda. Existem pressões demográficas fortes sobre o mercado de trabalho, porém este, sob a demanda dos avanços tecnológicos, há de exercer em contrapartida uma forte exigência educacional sobre a mão-de-obra.

Finalmente, há que reconhecer que a dinâmica para a requalificação para o emprego é uma associação implícita e explícita sobre as expectativas de melhorias de emprego nos cursos. Esta expectativa gerada pelo processo de educação profissional se mistura com reivindicações históricas da reconstrução da cidadania do trabalhador brasileiro, mas é importante compreender que as políticas públicas de emprego e renda deveriam ampliar seu espectro de opções crescendo para alternativas de qualificação diversificada canalizadas para além dos cursos. Uma mudança nessa estratégia de qualificação se insere na discussão do futuro da formação profissional, num contexto de variáveis econômicas cada vez mais dinâmico e onde requalificar e qualificar é o ponto de inflexão.⁹²

Do ponto de vista da preparação para o trabalho, as empresas não pretendem mais arcar com o ônus da qualificação da mão-de-obra. Isto causa um profundo desequilíbrio no acesso ao direito a emprego e trabalho, pois o financiamento desse investimento não têm um responsável explícito. Cabe ao trabalhador encontrar o investidor, se ele quiser exercer seu direito, seja à sua própria expensa seja através do poder público. De uma ou de outra forma, os empresários se desobrigam, acirrando o processo seletivo e de descarte de mão-de-obra.

⁹² SERT/UNITRABALHO Op. Cit.1997.

CAPÍTULO 5

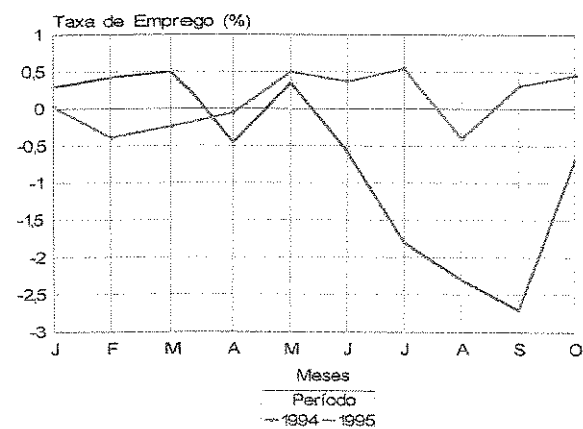
O DESEMPREGO NA ÓTICA DOS TRABALHADORES DE CAMPINAS

CAPÍTULO 5

O DESEMPREGO NA ÓTICA DOS TRABALHADORES DE CAMPINAS

O desemprego, como fato social, vem assolando de forma crescente a vida dos campineiros, inviabilizando muitos projetos de vida. Um estudo mais específico desse fenômeno social / econômico na região de Campinas evidencia este fato. Segundo dados da CIESP – Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo, apresentados na figura 26, o nível de emprego atingiu um ponto máximo de queda em setembro de 95⁹³. Os dirigentes da CIESP indicaram a expectativa de que esse índice apresentasse uma reação positiva no final desse ano. Essa reação acontece

Figura 026 Variação mensal do nível de emprego – Região de Campinas – 1994/95



realmente em período de final de ano devido ao aumento do nível de consumo, caracterizando a sazonalidade da movimentação. É um período típico de empregos temporários, pressionado pelo tradicional aumento de consumo. São aumentos pouco significativos, verificando-se

⁹³ CIESP – Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo

que os crescimentos positivos não superaram a casa de 0,5%, enquanto os crescimentos negativos atingiram níveis maiores que 2,5% ao mês.

Ainda segundo a CIESP, nesse período anterior à pesquisa de campo realizada em Campinas, o ponto máximo de queda do nível de emprego na Região de Campinas foi em setembro de 95. Este fenômeno, a partir de junho de 95 superou a casa de (-)0,5%, apresenta uma certa reação no final do período observado. Mesmo assim, o nível de emprego caiu 0,69% em outubro de 95 na região de Campinas. Esta região congrega Campinas e mais 18 cidades da região. Como se pode observar na figura 25, em igual período de 1994, o nível de emprego variou na faixa de (-) 0,5 a 0,5%, isto é, variou em torno de zero. Esta variação no nível de emprego representa uma relativa estabilidade. Em 1995, a faixa de variação ficou entre (-) 3 a 0,5%. Todos os índices negativos foram iguais ou superiores ao patamar anterior de (-) 0,5 %. No mês de setembro de 95 foi atingido o valor extremo de (-) 2,71%.

A maior queda foi na indústria de matérias plásticas, com uma variação mensal negativa de 4,77%. O melhor desempenho positivo foi o do mobiliário com 3,29%, seguido de produtos alimentares, refletindo uma especialização da região nessa direção. A reação positiva nesses setores deve-se à ênfase dos fabricantes por venda direta aos consumidores através de feiras regionais, no caso do mobiliário, e do aumento de consumo de produtos industrializados na área alimentar.

A crise, pela qual passa o nível de emprego na região, afeta muitos lares, sendo difícil encontrar uma família que não tenha pelo menos um desempregado. Como já foi dito anteriormente, as demissões estão atingindo principalmente as pessoas de mais de 40 anos e se referem apenas aos trabalhadores com registro em carteira. Não está sendo acompanhada a mobilidade no setor informal que já pode ser verificada

pelo crescimento de famílias sem renda ou com renda inferior a um salário mínimo. E a garantia permitida pelo salário mínimo não contempla todas as necessidades básicas para a sobrevivência. Não permite uma ração alimentar adequada, não contempla as necessidades em termos de saúde e saneamento, moradia, diversão e lazer, educação e consumo de bens.

Em Campinas, em fevereiro de 1996, 21,4%⁹⁴ dos trabalhadores estavam desempregados ou exerciam apenas eventualmente algum trabalho, de caráter não sistemático, considerado sempre com tempo menor do que 1 mês. A idade média destes trabalhadores varia entre 29.8 e 33.8 anos (IC 95%⁹⁵); eles estão nessa situação de trabalho, desempregado, em média entre 23 e 58.1 meses (IC 95%), o que na prática aproxima-se a um intervalo médio de 2 a 5 anos, indicando grande dificuldade de reintegrar-se ao processo produtivo. Uma vez que foi dispensada, a pessoa dificilmente vai conseguir novo emprego. Fato este gerado por vários motivos, alguns criados pela própria organização da economia, outros gerados no indivíduo por essa situação:

- a) falta de postos de trabalho com vagas;
- b) inadequação de competência e qualificação para as vagas existentes;
- c) preconceito com os desempregados;
- d) desalento na procura de emprego;
- e) falta de escolaridade formal.

⁹⁴ Este índice se refere ao montante observado na pesquisa de campo realizada em fev/96.

⁹⁵ IC de 95% é o indicativo do Intervalo de Confiança de 95% estimado para a Média Populacional, e será representado no texto por (IC 95%).

Estes motivos explicam mas não justificam a falta de emprego no país. Em torno de 80% da população brasileira é consumidora em potencial de bens gerados pelo trabalho que ela mesmo realiza, porém o consumo é reprimido pelo próprio sistema. Como consumir, se entre os trabalhadores desempregados⁹⁶ a renda média mensal é de 1 à 2 salários mínimos (IC 95%), mais da metade das pessoas, neste grupo, têm renda “zero”, e a renda mais freqüente também é “zero”? No entanto, não se trata de um grupo que sempre esteve fora do processo de trabalho, pois em média seu tempo de serviço é de 7.6 a 21.8 anos (IC 95%), e se observarmos mais detalhadamente, vamos verificar que nenhum é ingressante no mercado de trabalho, pois já trabalharam pelo menos 1 ano e no máximo 34 anos (IC 95%), e 50% deles não trabalharam menos que 13 anos.

Entre os trabalhadores que realizam trabalho eventual, constata-se que trabalham de 9 a 10.5 horas-diárias (IC 95%), com um mínimo de 7 a um máximo de 17 horas-diárias. (Ver Anexo 2 – Tabela 31) As conseqüências da informalidade do trabalho são a perda de segurança na renda, na estabilidade e na manutenção do emprego, por isso mesmo o tempo de dedicação exigido é muito superior ao dos trabalhadores formais que têm proteção legal.

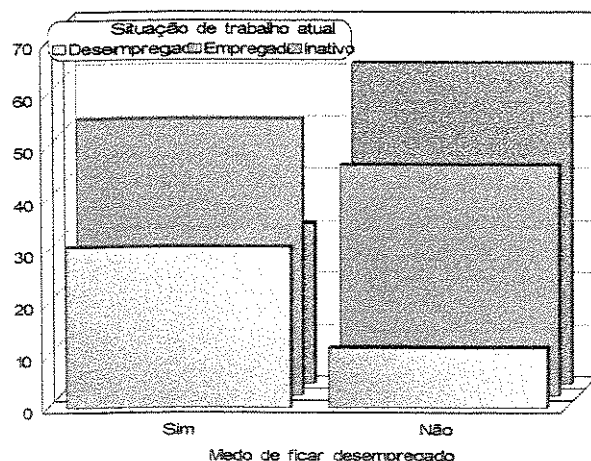
5.1 MEDO DO DESEMPREGO NA ÓTICA DOS TRABALHADORES DE CAMPINAS

Grande parte dos trabalhadores de Campinas têm medo de ficar desempregado (45.5%). O medo de ficar desempregado está

⁹⁶ Trabalhadores desempregados são considerados todos aqueles que se dizem desempregados e os que referem trabalho eventual não sistemático, apenas “bico”.

significativamente associado com a condição de trabalho, ($P < 0.0000$), conforme se observa na figura 27. Dos trabalhadores que estão

Figura 027 O medo do desemprego na opinião dos trabalhadores de Campinas – SP – 1996



Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

empregados, 53% afirmaram ter medo, 57.7% dos desempregados afirmam já estar nessa condição, mas ainda assim, 30.8% têm medo do desemprego principalmente relacionado com membros da família. enquanto isso, 61.5% dos inativos não têm medo do desemprego.

Este medo está relacionado com o conhecimento popular das tendências de crescimento do desemprego no país, no estado e no próprio município. Conhecimento este que se origina na existência real de desemprego em quase todas as famílias e pelo impacto das demissões massivas que as indústrias e outras empresas vêm promovendo. Estas demissões muitas vezes são atribuídas à adequação das empresas aos modernos métodos de produção, de prestação de serviços e da manutenção da lucratividade. O método pretende flexibilizar a produção, diversificando os produtos em pequena escala.

Os dois pilares do método, por mais importantes que sejam, só assumem sua significação verdadeira sob essa luz e sob este imperativo próprio do ohnismo: buscar origens e naturezas de ganho de produtividade inéditas, fora dos recursos das economias de escalas e da padronização taylorista e fordista,

*isso na pequena série e na produção simultânea de produtos diferenciados e variados.*⁹⁷

Ohno procura na organização da produção os pontos de estrangulamento, como dizer pensar “*ao contrário*” da organização fundamentada no método taylorista e fordista. Observa a incompatibilidade dos grandes estoques, característica da produção massiva, e suas conseqüências com o método japonês. Segundo, CORIAT “(...) *Atrás do estoque, há um excesso de pessoal e um excesso de equipamentos. (...) Fábrica mínima é primeiramente a fábrica de pessoal mínimo.*”⁹⁸

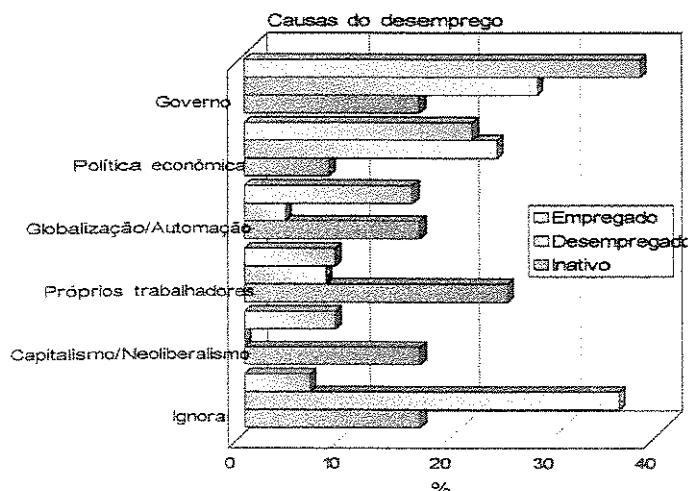
Este novo paradigma introduzido com o método japonês disseminou uma nova forma de organizar a empresa, instituindo a racionalização de recursos humanos. Principalmente, este novo método busca a diminuição dos intermediários na produção e serviços. Os intermediários, nesse caso, exercem cargos de chefia, altos salários, superando os limites do processo anterior, que protegia estes estamentos pelo seu papel na estrutura salarial. Continua desempregando operários e trabalhadores de baixos salários, mas atinge, também, os estáveis. Dessa forma, inflaciona espaços de emprego até então tranquilos, com o aumento da oferta de pessoas com certas características de escolaridade e renda que buscam emprego.

⁹⁷ CORIAT, B. **Pensar pelo avesso** : O modelo japonês de trabalho e organização. Tr. Emerson S. da Silva. RJ : REVAN, UFRJ, 1994

⁹⁸ CORIAT, B. Op. Cit. 1994.

5.2 AS PRINCIPAIS CAUSAS DO DESEMPREGO NA ÓTICA DOS TRABALHADORES DE CAMPINAS

Figura 028 Principais causas do desemprego na opinião dos trabalhadores de Campinas – SP – 1996



Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

O trabalhador, como se observa na figura 28, aponta as principais causas do desemprego questões de ordem política ao nível macro, (7.8%), e nacional (54.4%), de reorganização produtiva, (13.5%), e questões da própria natureza dos

indivíduos, (10.4%). Porém grande parte dos desempregados ignora as causas do desemprego (36%). Apenas está nessa condição. O ignorar se origina da impotência, do desalento e, em parte, da própria consciência de que haveria possibilidade de absorver a todos nos processos de produção, se houvesse vontade para tal.

De um modo em geral, 33.7% dos campineiros acredita que o governo é o causador do desemprego. A figura paternalista assumida pelo Estado brasileiro retira, em parte, a responsabilidade dos civis, tanto da população trabalhadora de um modo geral, como do empresariado, tutelados todos eles de uma certa forma. *"Governo não ajuda; Governo não se preocupa"*⁹⁹

⁹⁹ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

Os trabalhadores vêm definidas suas prioridades fora da classe e isto transforma em árdua tarefa o enfrentamento desse “status quo”. O enfrentamento muitas vezes gera reações negativas que diminuem a força dos movimentos e retira o apoio popular às suas próprias causas. O empresariado deixa de assumir tarefas que lhe seriam próprias para deixar que o ônus das mesmas recaia sobre o poder público, enfim que os recursos utilizados no desenvolvimento sejam de pesquisas, de melhoramentos, etc. provenham dos cofres públicos, desviados dessa maneira de finalidades mais sociais. Com esse enfoque, o próprio governo brasileiro é o responsável, em primeira instância, pela ocorrência de desemprego no país. Essa visão predomina entre pessoas empregadas (38.1%) e desempregadas (28%).

Os principais elementos que indicam a responsabilidade do governo em relação à ocorrência do desemprego se situa:

- a) nos maus governos referenciados pelos trabalhadores como governos corruptos, que buscam sua permanência no poder, como uma verdade historicamente definida;
- b) na canalização dos recursos do país para fins econômicos sem preocupação com o social;
- c) na adoção de uma política neoliberal, que apoia a privatização de serviços essenciais como os da saúde, das comunicações e de riquezas da pátria que fornecem matéria prima para os países de primeiro mundo, como é o caso do aço e da energia com uso inadequado/não transparente dos recursos gerados pelas mesmas. A necessidade dessas privatizações escapa à compreensão pública pela falta de justificativa clara e transparente;

d) na despreocupação governamental com o re-investimento, ao incentivar investimentos estrangeiros sem garantir que os lucros obtidos revertam em novos investimentos no país e resultem em aumento de consumo interno. O lucro gerado quase sempre vai sustentar o “social” nas pátrias de origem dos investidores. *“Falta política para as classes sociais mais desfavorecidas, o governo não investe no país”*; ¹⁰⁰ Esta, concentração de recursos sustenta uma economia voltada para o lucro num modelo concentrador de renda. Pela percepção do trabalhador, a canalização de recursos não vai reverter em benefício do social pois não muda o objetivo preponderante. A grande parte dos recursos captados pelas empresas não é reinvestida no país, não aumenta os postos de trabalho e nem incentiva o consumo interno. A produção está voltada para o mercado externo. Os recursos governamentais têm direção limitada, não atingem os pequenos produtores rurais que produzem para o consumo popular. *“Não têm incentivo para a roça, o pessoal vem para a cidade disputar trabalho.”*¹⁰¹ Com isto, o êxodo rural faz crescer os desempregados no meio urbano

e) na economia voltada para o grande capital, que adota regras econômicas tais que poucos têm recursos, reservas para suportar o alto custo dos financiamentos, e dos bens. Nesse ínterim, as pequenas e médias empresas são incapazes de fazer frente a estas exigências e acabam falindo. São justamente estas empresas que empregam, pela seu grande número e tipo de atuação, grande

¹⁰⁰ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

¹⁰¹ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

parte dos assalariados e absorvem indivíduos com baixo nível de qualificação e escolaridade, resultando em dispensa de pessoal. São os altos juros para financiamento e % de encargos que recaem sobre as empresas que mantêm trabalhadores assalariados, que na opinião dos campineiros impelem a rotatividade das empresas e seu fechamento.

Para 20.7% dos campineiros, a política econômica define as regras das relações trabalhistas e da produção. Nesse caso, o movimento da economia recessiva e a política de juros restringem o crédito e o consumo, causando falências e desemprego. Os ajustes econômicos realizados no país reforçam o modelo concentrador de renda e beneficiam grandes empresários. Somente um “*pensar ao inverso*”, como diz Coriat em relação ao modelo japonês, poderia reverter este quadro político geral, com prioridade para o social, políticas de participação e de distribuição de renda.

O problema do crescimento do desemprego é de natureza macroeconômica. É o Estado brasileiro, a atuação dos empresários que estão fundamentados no predomínio da política neoliberal no país. Essa forma de organização da sociedade globaliza a economia e a dominação dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. A restrição do consumo e da produção nos países subdesenvolvidos gera desemprego. Aliada a estes fatores a reorganização do processo produtivo provocada pelos avanços tecnológicos obsoletiza postos de trabalho, não desenvolve novas áreas de atuação para absorver os trabalhadores que são dispensados, forçando o crescimento do desemprego. É a política da

exclusão imperando na organização social. *“Beneficiários são os próprios políticos que tudo fazem para se manter no poder e os empresários”*¹⁰²

Apesar da presença de pessoas de diversas raças e origens étnicas na formação da sociedade brasileira como um todo e da miscigenação das mesmas, impera o preconceito nas relações humanas e estes se ampliam quando se trata de relações trabalhistas. A idade é um fator preponderante na discriminação de pessoas quando buscam trabalho. Ou a pessoa é muito jovem e têm de aprender tudo pois não têm experiência ou é muito velha e não vale a pena investir. Também o tempo que a pessoa está desempregada é um fator negativo na sua busca de emprego; a caligrafia; as doenças que ele ou sua família já tiveram; as situações de dependência; a maneira de se vestir; a indocilidade, ... Esses preconceitos, de um modo geral, são as percepções que explicam a recusa, fator algumas vezes apenas virtual, mas impede que o indivíduo se reorganize para superá-lo. *“Quem têm muita idade, mais de 30 anos não têm trabalho; jovem também não, daí é porque é muito jovem, não têm experiência.”*¹⁰³

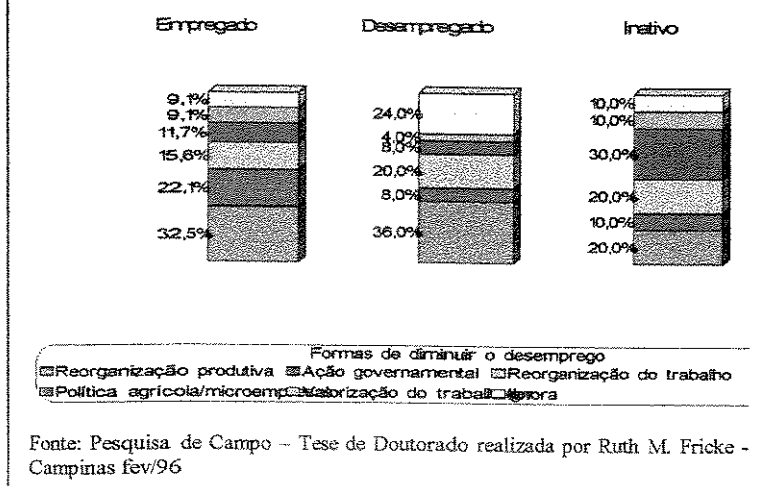
5.3 SOLUÇÕES PARA O DESEMPREGO NA ÓTICA DOS TRABALHADORES DE CAMPINAS

Uma proporção de campineiros admite ignorar as formas que poderiam ser adotadas para diminuir o desemprego (12.5% ignoram e 7.7% não quis responder), porém em sua maioria apontam algumas formas, que na sua opinião, iriam diminuí-lo. Estas se agrupam, fundamentalmente, em duas instâncias: do processo produtivo e do processo político.

¹⁰² Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

¹⁰³ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

Figura 029: Principais formas de diminuir o desemprego segundo a situação de trabalho



Observa-se na figura 29, que os trabalhadores que estão atualmente empregados acreditam mais em mudanças na atual crise do desemprego através de reorganização do processo produtivo, (32,5%), e em ação governamental, (22,1%).

Os que estão desempregados apostam em encaminhamentos através da reorganização produtiva, (36%), e na reorganização do trabalho, (20%). Os inativos valorizam mais ações no sentido de promover políticas agrícolas e para microempresas. Os trabalhadores desempregados são os que mais ignoram formas de diminuir o desemprego (24%).

5.3.1 AÇÕES PARA DIMINUIR O DESEMPREGO NO ÂMBITO DO PROCESSO PRODUTIVO

O campineiro acredita que uma reorganização produtiva, (32,1%), no sentido do aquecimento econômico, possibilitaria a diminuição do desemprego. O aquecimento implica na abertura de mais indústrias, empresas de serviços e também a criação de novos campos de trabalho para ter mais empregos.

A reorganização do processo de trabalho (17,9%) é uma das necessidades de intervenção para obter a diminuição do desemprego. Para isso, é preciso vontade política e mudar o enfoque da política global com mudança no modelo que privilegia a concentração de renda. Como diz o

campineiro, é necessário: *“Mais boa vontade e menos ganância dos empresários”*¹⁰⁴

É fundamental, portanto, reduzir a margem de lucro, distribuindo melhor a renda, para não sacrificar os trabalhadores. Eles, como elementos do processo produtivo, ou são substituídos pelas máquinas, ou assumem maior responsabilidade dentro da empresa. Dessa maneira, um trabalhador acaba por substituir vários outros companheiros. O alto custo de vida, os baixos salários, o consumo reprimido gerando carências, impelem o indivíduo a aceitar essa situação. Ele têm opções de recusa, porém o custo da mesma é alto. Nesse afã de ocupar seus tempos para trabalhar, gerando renda, ele deixa de dedicar o tempo necessário para descanso e lazer prejudicando sua própria saúde e de sua família. O trabalho passa a ter um caráter exclusivista, quase que escravista, absorvente. Ainda assim, o trabalhador, na maioria das vezes, não atinge o requerido para reproduzir-se como parte da sociedade e de suas exigências. Vive à margem das benesses que produz, e não pode se multiplicar mais para atingir a renda necessária.

Por outro lado, na opinião do campineiro, a reorganização do trabalho implica em reduzir a carga horária semanal, o que garantiria mais empregos pela aplicação de uma lógica linear e matemática. Não mudando o montante de horas necessárias para desenvolver o trabalho existente, se fosse reduzida a carga individual, abrir-se-iam mais vagas que poderiam ser preenchidas pelos trabalhadores desempregados. Para os trabalhadores, com a diminuição da carga horária semanal e conseqüentemente da jornada diária de trabalho, seria possível haver uma melhor divisão dos postos de

¹⁰⁴ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

trabalho existentes com a abertura de novas vagas. *“Reduzir horas de trabalho para empregar mais pessoas”*¹⁰⁵

Essa lógica acaba por não se sustentar, como já foi observado, ainda assim a tese da diminuição da carga horária é fundamental, tendo em vista o processo de super utilização do tempo do trabalhador provocando “stress”, falta de lazer. O excesso de horas / homem ocupadas produz a falta tempo para buscar e solidificar bases culturais, para aumentar o conhecimento e a qualificação, além de prejudicar a decisão de empregar mais gente. A forma como o sistema produtivo, dentro dos novos paradigmas de gerenciamento, se organizou na redução de estoques, de pessoal e de substituição do maquinário garante lucratividade do processo. Estas considerações definem a direção dos interesses dos empresários, confirmando a dificuldade da transferência direta das horas reduzidas para os trabalhadores empregados.

A diminuição da terceirização no processo produtivo poderia, na opinião dos campineiros, reduzir o desemprego, pois eles sentem o impacto dessa terceirização como:

- a) o fim de políticas de pessoal adotadas pelas empresas antigas às quais estavam ligados;
- b) a redução massiva de trabalhadores de grandes empresas, ocasionando alto impacto social e econômico em metrópole com um parque industrial expressivo, como é o de Campinas;
- c) as mudanças nas políticas de remuneração e assalariamento que causam impacto direto, pois essa produção terceirizada vai

¹⁰⁵ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

ser assumida por empresas geralmente já formadas com quadro de pessoal já definido.

Outra maneira de reduzir o desemprego consiste na introdução racional das novas tecnologias em termos de máquinas. Na opinião dos trabalhadores, a introdução irracional causa desemprego logo, num primeiro momento, ele clama pelo fim do uso das máquinas. Esse processo é irreversível, pois novas tecnologias permitem que serviços

- ♦ que ocorrem de forma rotineira, possam ser melhor desenvolvidos, com maior regularidade e sem falhas;
- ♦ que representem altos riscos humanos aumentando o número de mutilações, perdas de vida e de capacidade produtiva em acidentes de trabalho sejam evitados e / ou reduzidos;
- ♦ que geram resíduos e perdas na produção, impossíveis de serem contabilizados e reaproveitados, ou ocorrem com grande aumento do custo embutido pelo retrabalho, sejam evitados;
- ♦ que desperdiçam os recursos naturais e o tempo para gerar o produto muitas vezes de forma danosa e inútil, sejam realizados com desperdício mínimo.

Estes benefícios são atingidos ao serem substituídos por máquinas mais eficientes, mais produtivas e menos onerosas ao meio ambiente.

*Na opinião dos campineiros, “donos de fábrica precisam confiar e investir mais no ser humano sem substituí-lo por máquinas.”*¹⁰⁶ Mas é praticamente impossível, no estágio em que se encontra, que o mundo reverta esse procedimento de inclusão e desenvolvimento de novas

¹⁰⁶ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

tecnologias. A diminuição do desemprego poderia ser obtida através do estudo sistemático de formas para desenvolver novos postos e frentes de trabalho que absorvessem a mão-de-obra dispensada.

Mas para os campineiros a busca de formas para diminuir o desemprego exige mudanças estratégicas de mentalidade e postura diante da própria vida. É importante que se deixe de lado a atitude passiva de esperar que as coisas aconteçam. É necessário que empresários e governo façam ações para enfrentar a crise do emprego. Os próprios trabalhadores devem se mobilizar e sair em busca de alternativas que modifiquem as práticas estabelecidas tradicionalmente no país. Movimentos sociais fortes podem buscar essas alternativas e abrir espaço de atuação não só para desempregados pelas atuais mudanças, como para aqueles que estão à margem do processo produtivo, já desalentados de longa data. Um exemplo disto é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Causou impacto social e proporcionou uma reflexão da coletividade ante as atitudes passivas, imprimindo novos rumos aos diversos grupos sociais. O campineiro acha que é hora das *“pessoas se organizarem e elas mesmas acharem soluções. Movimentos como o MST, as cidades estão muito inchadas”*¹⁰⁷

Uma das formas de diminuir o desemprego pode ser avaliada na conscientização dos trabalhadores para ações que se fazem necessárias e que podem implicar na valorização do trabalhador (8%). Primordialmente, ações no sentido de qualificá-lo para o trabalho, adequar-se às novas formas de trabalho. Ele se espanta com o nível de exigências e acha que é

¹⁰⁷ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

preciso “*compreensão com desempregado (Até ajudante de pedreiro precisa 1º grau!)*”¹⁰⁸ As sugestões direcionam-se para:

- ♦ comscientização dos empresários e a população;
- ♦ criação de mais atividades;
- ♦ proporcionar alternativas reais de educação;
- ♦ criação de trabalho nas áreas estruturais;
- ♦ investimento na educação em todos os níveis: mais vagas nas faculdades, melhoria do 2º grau, promoção de ações massivas de primeiro grau e de alfabetização para dar chance para quem não sabe;
- ♦ adoção de novas tecnologias e políticas de gestão do trabalho e da produção para competir na qualidade, mas sem deixar de valorizar o ser humano.

5.3.2 AÇÕES PARA DIMINUIR O DESEMPREGO NO ÂMBITO DO PROCESSO POLÍTICO

Para os campineiros, as ações para diminuir o desemprego no âmbito do processo político situam-se principalmente em Ação governamental (17.9%); Política agrícola / microempresas (12.5%).

Na opinião dos trabalhadores deve-se “*criar mais opções de trabalho através do apoio às microempresas e da realização de cursos de requalificação profissional*”¹⁰⁹ A ação governamental é esperada no sentido de proporcionar mudanças que viabilizem a sobrevivência das

¹⁰⁸ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

¹⁰⁹ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

empresas que empregam pessoas e no sentido de abrir novas frentes de trabalho que possam absorver trabalhadores menos capacitados. Os indivíduos buscam solução no trabalho, não pretendem, ao menos ao nível da intenção, receber soluções que resolvam o problema de sobrevivência de forma totalmente passiva da parte deles. É impossível pensar uma solução que não envolva o indivíduo em termos de trabalho. Este é um valor que transparece em todas as formas pensadas para diminuir o desemprego. O investimento governamental é exigido no sentido de planejar, implementar ou facilitar:

- ◆ a abertura de linhas de crédito que permitam a criação e manutenção de micros e pequenas empresas, acompanhada da liberação facilitada e menos burocrática dessas verbas, para que os negócios funcionem melhor e revertam em qualidade de vida, garantindo emprego e condições de reprodução para quem trabalha.
- ◆ a organização em forma de cooperativas de produção onde a ação é planejada solidariamente de forma complementar;
- ◆ a reforma agrária viável com abertura de linhas de crédito para viabilizar a produção. O governo precisa agilizar e promover uma reforma agrária séria, liberando e distribuindo as terras. Essa opinião fundamenta-se no entendimento de que a reforma agrária pode significar trabalho para quem tem baixa renda e é um migrante da área rural;
- ◆ o incentivo aos agricultores (Brasil ainda é agrário), para a produção de alimentos, tão necessários internamente. Pretendem mais incentivo ao camponês para que ele permaneça na terra e continue produzindo. É preciso promover uma agricultura segura diante das adversidades;

- ♦ investimento em áreas estruturais que gerem emprego e renda, como habitação com apoio à construção civil; projetos públicos, como a construção e melhoria de estradas;
- ♦ investimento em projetos de saneamento e saúde;
- ♦ investimento em educação e cultura;
- ♦ popularização do conhecimento básico para a atuação profissional com abertura de mais escolas profissionais, facilitando o acesso e elevando rapidamente o nível de escolaridade e qualificação profissional dos trabalhadores;
- ♦ uma política financeira de juros baixos e viáveis;
- ♦ mudanças na política econômica e principalmente na política comercial em relação à produção industrial e agrícola do país.

O campineiro justifica suas opiniões ao dizer que é preciso *“Exportar mais, estamos importando até caixa de fósforo, gerando emprego lá fora.”*¹¹⁰

Enfim, pretende-se um governo que tenha como foco o bem estar da população. Esta pretende do mesmo um trabalho digno, sério e sem corrupção, que reforce seu caráter público, direcionando suas ações para o social, para a economia viável e com política de absorção de mão-de-obra local. É preciso instar para que as ações de Pesquisa e Desenvolvimento não sejam unicamente financiadas pelos órgãos públicos, mas que as empresas assumam o ônus do crescimento, financiando pessoas para pesquisar novos postos de trabalho, tecnologias locais que gerem renda e

¹¹⁰ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

emprego, novos produtos que ampliem seu espaço de produção, melhorando a vida dos trabalhadores.

CAPÍTULO 6

REFLEXÕES SOBRE AS CRENÇAS DIANTE DO DESEMPREGO E QUALIFICAÇÃO

CAPÍTULO 6

REFLEXÕES SOBRE AS CRENÇAS DIANTE DO DESEMPREGO E DA QUALIFICAÇÃO

A sociedade evolui e se organiza movida por suas “verdades” que representam as crenças de um determinado período. Estas crenças mantêm a persistência da busca dos indivíduos em relação às oportunidades de sucesso. Estas já mitificadas pois têm valor universalizado, e, muitas vezes, por mais que não se confirmem, justificam o “status quo” do presente sendo quase inquestionáveis. Elas são utilizadas ao mesmo tempo para reprimir ou estimular os anseios dos indivíduos e para definir responsabilidades pelos fatos.

Buscam-se algumas dessas crenças, que parecem ser elementos explicativos no ideário das relações e condições para sobreviver. As crenças influenciam o encaminhamento de soluções, explica situações e fatos do cotidiano, muitos dos quais se inter-relacionam às possibilidades de obtenção e permanência no emprego. Pretende-se conhecer o grau de concordância dos trabalhadores com afirmações que pretendem expressá-la. Este tipo de informação têm o intento de conhecer seu espectro de influência na perspectiva de avaliar o grau de permanência da mesma entre os campineiros. Outro aspecto que interessa observar é o da inter-relação das “verdades” no embate diário do cotidiano. Diante de uma situação de desemprego, qual o seu grau de permanência? A estabilidade e segurança geradas pelo emprego podem estar reforçando essas “verdades”? Como o inativo avalia a importância da “dóxa” – crenças, valores, opiniões - para

explicar os fatos do cotidiano? Conjetura-se que afirmações relacionadas com Educação, Qualificação, Democracia, Novas Tecnologias e Movimentos Sociais, sob a ótica das crenças, possam estar evidenciando, ao menos parcialmente, as relações de emprego/desemprego.

O quadro 7 contém as afirmações selecionadas para representar a “dóxa” – crenças, valores, opiniões – nos aspectos acima citados. Certamente não são afirmações que esgotam a discussão, mas restringem o espectro de análise, de forma a possibilitar a efetivação da mesma. Neste quadro 7, além de discriminar as afirmações e de relacioná-las a seu eixo temático, potencializa-se a visão sobre a reflexão dos trabalhadores acerca destas “verdades” de forma genérica.

Quadro 007: Concordância (%) comparativa entre as afirmações - trabalhadores – Campinas (SP – fev/1996

Eixo Temático	Afirmação	Concorda	Em parte	Discorda
Educação	Pessoa que ESTUDA têm trabalho?”	25.9	33.4	40.7
Qualificação	Trabalhador qualificado está GARANTIDO na empresa?	21.2	21.2	57.6
Democracia	Existe trabalho remunerado PARA TODOS?	28.8	7.6	63.6
Movimentos Sociais	REFORMA AGRÁRIA é uma solução para os desempregados da cidade?”*	47.5	20.8	25.0
Tecnologia	Desemprego cresce com a AUTOMAÇÃO, uso de máquinas para fazer os trabalhos	70.8	11.7	17.5

Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado – Ruth M. Fricke – UNICAMP – Campinas - fev/96

* 6.7% de pessoas não souberam opinar.

Observa-se uma transição em termos de “verdades” predominantes e sustentáveis sob o ponto de vista dos trabalhadores. A Educação, a Qualificação e a Democracia são valores colocados em questão pelos trabalhadores, enquanto a tese dos Movimentos Sociais e das Novas Tecnologias aumentam seu espectro de aceitação quando relacionadas com

o fenômeno do desemprego. A primeira como solução e a segunda como causa do desemprego. A importância do estudo para garantir emprego ao trabalhador apresenta 40,7% dos campineiros que discordam de sua participação como fator de empregabilidade. Na prática, a educação ainda é um fator positivo de manutenção e obtenção de emprego, como se pode observar quando se avalia o tipo de emprego em relação à qualificação exigida para o exercício de uma determinada profissão. O medo do desemprego, a estabilidade e segurança no emprego das pessoas que têm maior escolaridade é maior. Por outro lado, uma crença começa a se definir perante os trabalhadores: é a Reforma Agrária que têm a concordância de 47,5% dos trabalhadores, indicando-a como fator de empregabilidade. Essa afirmação ainda está polemizando. A polêmica é gerada pelo fato de a idéia ainda não ser muito popular. Mexe com a questão da propriedade.¹¹⁰ Mas a automação e o trabalho remunerados são pontos não polemizados e com posicionamento assemelhado. Este quadro reflete a clareza dos argumentos dos indivíduos em relação a concordar ou rejeitar.

6.1 EDUCAÇÃO COMO UMA CRENÇA: “VOCÊ ACHA QUE A PESSOA QUE ESTUDA TÊM TRABALHO?”¹¹¹

A informação de que para as pessoas que estudam sempre existe trabalho passa de pai para filho. Passa como o passaporte para o mundo do trabalho. Esta assertiva também reforça o motivo de recusa de vaga para desempregados que buscam emprego. Como se pode observar, a evolução da exigência de formação apresenta uma tendência crescente,

¹¹⁰ A própria redação da questão não oportuniza um posicionamento claro, pois traz um certo viés para a resposta.

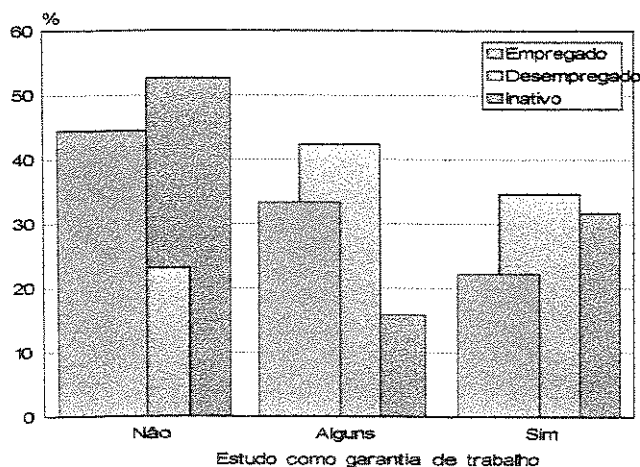
¹¹¹ Questão 18 do instrumento aplicado em fev./96.

tendo em vista que quase não existe trabalho a ser realizado por analfabetos. Em todos eles a exigência é de no mínimo primeiro grau ou, ainda, segundo grau. Existem profissões que a exigência formal deveria ser de primeiro grau, como para o auxiliar de enfermagem, mas, na prática, com a concorrência a uma vaga existente, o desempate, ou fator de seleção vai ser a escolaridade. Níveis mais altos vão ser priorizados.

O crescimento relativo de oportunidades de estudo e também o fator exigência levam os jovens a buscar atingir os mais altos níveis de escolaridade. A tentativa de obter diploma leva pessoas de todas as faixas etárias a inscrever-se nos exames supletivos que dispensam a frequência às aulas e asseguram a certificação através da prestação de exames. Esta forma de diplomação nem sempre atinge os objetivos que estão por trás da exigência de estudo, uma vez que não garante profundidade no conhecimento. Além disso, a frequência às aulas vai socializar conhecimentos que usualmente não estão disponíveis nos meios comuns de informação e o educando com esse tipo de canal de obtenção da certificação deixa de apreendê-los. Com os cursos formais, promove-se a compreensão e formação do raciocínio, capacidade de aprendizagem cumulativa e crescente, respeitando as etapas devidas tanto do próprio conhecimento como do indivíduo. Na escolaridade formal, o educando adquire hábitos de trabalho individual e em grupo, domina regras de relacionamento social que lhe serão exigidas no trabalho. Ainda assim para os campineiros a busca de escolaridade formal nem sempre é vista como fator de garantia para conseguir emprego. As razões explicitadas para a concordância ou não com a afirmação que relaciona emprego e estudo estão plenamente associadas ($P < 0.000$), portanto muito bem definidas.

Conforme a figura 30, os trabalhadores, de um modo geral, (40.7%), não concordam com a afirmação que relaciona estudo e emprego. As

Figura 030: Concordância com a afirmação: "Estudo garante trabalho" segundo a situação atual de trabalho



Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

principais razões para esta não concordância relaciona-se com a crença de que não existem garantias para a obtenção de trabalho, (38.4%). A expectativa de que, em alguns casos, existe trabalho para trabalhadores que estudaram, (33.4%), Esta se baseia na

afirmação de que a escolaridade é uma exigência apresentada pelas empresas (representa 27.5% das razões apresentadas para discordar). Os trabalhadores que acreditam que há trabalho para quem estuda, (25.9%), afirmam que nesse caso as pessoas têm mais opções de trabalho, podendo facilmente adaptar-se às vagas que se apresentam (representa 64.5%, entre os motivos apresentados para concordar).

A concordância está associada com a atual situação de emprego, ($P < 0.01$). Os que ainda mantêm esta esperança são os desempregados, (34.6%), acham que a pessoa que estuda têm trabalho ou, então, para alguns isso é determinante, (42.3%). A opinião sobre a relação entre estudo e emprego, é relativizada para quem já têm trabalho ou é inativo, 44.4% e 52,6%, respectivamente não concordam com a afirmação.

6.1.1 ARGUMENTOS DE DISCORDÂNCIA PARA A RELAÇÃO ESTUDO X TRABALHO

As explicações para a não concordância fundamentam-se em três pontos, basicamente:

⇒ a não existência de garantias de trabalho, atualmente (24.8%);

A base da discordância situa-se sobre a assertiva de que o trabalho, como vem sendo historicamente definido, não têm garantias, uma vez que postos de trabalho mais tradicionais vêm sendo paulatinamente excluídos, ou já estão de uma certa forma em vias de exclusão.

Este aspecto pode ser bem percebido quando se observa a ocupação de datilógrafo. À medida que a própria máquina de escrever está se obsoletizando ante a concorrência do microcomputador, a ocupação de datilógrafo vai, aos poucos, desaparecendo. Obviamente, neste caso, para um indivíduo com essa qualificação e conhecimento seria mais fácil e rápido atingir a nova condição exigida, porém ele vai concorrer com muitas pessoas que já ocupam o mercado de trabalho.

⇒ mercado restritivo, (14.2%);

Nesse aspecto, o próprio mercado pressionado: i) pela reestruturação do processo de trabalho e de produção; ii) pela política de juros e financiamentos; iii) pela concorrência dos produtos; iv) pela repressão ao consumo interno¹¹²; v) pela falta de competitividade do produto brasileiro no mercado exterior lança mão de todos os recursos possíveis para manter-se em atividade. A recessão restringe a ação das empresas, ocorrem muitas falências nesse contexto recessivo e poucas empresas permanecem com o mesmo quadro de funcionários. Ocorre a troca de pessoal com mais alto nível de escolaridade e de salário, muitas vezes, por pessoas com escolaridade inferior, menor tempo de serviço e, conseqüentemente, com salário mais baixo. Com este quadro, profissionais

¹¹² Uma grande massa da população brasileira não é consumidora, uma vez que sobrevive com menos de um salário mínimo.

das áreas mais atingidas pela recessão, para não continuar desempregados, exercem atividades que não apresentam exigência de escolaridade compatível com a que eles apresentam. Dessa forma passam a competir com trabalhadores em atividades que pelo tipo de exigência já têm uma verdadeira multidão de mão-de-obra ociosa aguardando espaço de trabalho. Todo esse movimento, aliado ao sensacionalismo explorado pela imprensa, principalmente a televisiva, reforça a idéia de desvalorização do estudo ante as políticas de emprego e desemprego. Porém o que realmente se constata é que o profissional, aquele que têm uma profissão, consegue estabilidade e está sendo requisitado para ocupar os postos de trabalho existentes no país. Desta maneira, reforça-se o estado de discriminação cultural/educacional do grupo com pouca escolaridade. *“Na rua têm gente com altos níveis de escolaridade vendendo porcarias.” “Antigamente sim, hoje têm que ser o melhor” “Tendo estudo ou não, 50% está fora do mercado de trabalho”*¹¹³

⇒ valorização da experiência (8.4%);

As empresas, pretendem canalizar seus recursos para manter-se competitivas e atuantes no mercado e diminuem os recursos empregados para atualizar, preparar “in job” o trabalhador para realizar sua atividade. A exigência de experiência evidencia que não se pretende iniciar do ponto t_0 ¹¹⁴, mas se possível aproveitar a capacitação anteriormente adquirida. Esta necessita apenas de um burilamento, para evitar que o processo de produção ou de prestação de serviço tenha um período de descontinuidade. Ainda pretende o período de adaptação dos novos

¹¹³ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

¹¹⁴ A estatística t_0 (lê-se t zero) indica o instante inicial, quando se inicia o processo.

trabalhadores reduzido ao mínimo necessário. Com esta visão, a empresa usufrui também de treinamentos anteriores realizados por outras empresas.

Nesse caso, nem todos os cursos colocam seus estudantes diante de situações reais de utilização do conhecimento adquirido, além de terem em muitos casos uma defasagem entre sua abrangência e a renovação dos recursos na área empresarial. Os responsáveis pelos cursos preparatórios para o trabalho deveriam investir nessa investigação.

O desalento gerado pela perda de importância do estudo como garantia de trabalho resulta descrença e em creditar os méritos a fatores explicativos que não estão sob o controle do trabalhador. *“Antigamente sim, hoje têm que ser o melhor” “Está difícil, têm que ter sorte, experiência e ter indicação, além disso, nem todos que estudam são competentes.”*¹¹⁵

6.1.2 ARGUMENTOS DE CONCORDÂNCIA PARA A RELAÇÃO ESTUDO X TRABALHO

Os argumentos arrolados por aqueles que acreditam que *“quem estuda têm trabalho”* situam-se em dois pontos específicos:

⇒ na exigência das empresas (18.4%):

O trabalhador refere que o grau de escolaridade é fundamental para as empresas. É, também, um fator que distingue os trabalhadores. A empresa se beneficia se o tipo de vaga exigir escolaridade. Estes trabalhadores já absorveram o conjunto de mensagens veiculadas pela escola e potencialmente ao menos respondem dentro de um padrão esperado.

¹¹⁵ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

De um modo geral, a metodologia escolar procura estabelecer parâmetros de organização do pensamento lógico e formal conduzindo o estudante para formar mecanismos de decodificação de mensagens de diversos níveis e de retransmitir uma resposta organizada para a mesma. Essa resposta pode se traduzir em ações, geralmente mais amplas, nesse sentido, do que as emitidas por pessoas sem escolaridade. Este enunciado não deve ser interpretado como preconceito. A escolaridade vai ampliar o potencial das pessoas de aquisição e acumulação de saber. Também existe conhecimento adquirido de modo informal mas que necessita de muito esforço próprio para se desenvolver sem ajuda externa. O mesmo não se pode afirmar em relação à criatividade, uma vez que poucos ambientes escolares têm tradição de defini-la como parâmetro metodológico.

No confronto com a realidade, essa crença têm também suas limitações, mesmo para aqueles que acreditam na sua validade, (*Hoje em dia, o mínimo exigido é segundo grau*), pois depende da área de formação, do grau de escolaridade máxima. Assim, a afirmação pode ser questionada pois precisa de pré-requisitos para ter validade. Na opinião do campineiro depende “da necessidade do trabalho que faz”, definindo desta maneira a existência do “trabalho necessário”, que refere-se a trabalhos realizados por profissionais do tipo engenheiro, médico, ou que realizaram cursos de computação. Essa noção de necessidade pode ser interpretada como postos de trabalho que não se extinguiram nem estão em vias de extinção, podem também ser áreas novas ainda não saturadas ou que estão surgindo como opções.

⇒ Na abertura de um leque maior de oportunidades (18.4%)

Ao estudar, formalmente, o indivíduo têm maiores oportunidades de emprego pois, à medida que o seu acesso à escola vai sendo ampliado, passa a ser exigido pelas empresas. Aparentemente, se pode inferir que na

opinião dos campineiros, a gama de oportunidades de trabalho é maior para quem têm estudo, e sua adaptação a novos tipos de trabalho parece também ser facilitada. Esta flexibilidade, uma das qualidades exigidas no mundo globalizado e do trabalho flexível, pode estar sendo desenvolvida pelo acesso à escola. Esta compreensão advém do fato de que a escola proporciona ao aluno diversos tipos de leitura e desenvolve habilidades de compreensão dessas diferentes linguagens. O aluno é instado a decodificar a linguagem matemática, lingüística, de representação gráfica, sonora, corporal. Cada uma dessas linguagens expressa-se por signos diferenciados, códigos numéricos, alfabéticos, musicais, de sinais, etc. Com isso, treina-se a agilidade na decodificação e na resposta a esses estímulos. As seguintes frases expressam esse sentimento: *“Não acho trabalho por ter pouco estudo, quem estuda têm mais opções de trabalho”* *“Sim, facilita, se encaminha na vida, vai ter um futuro.”*¹¹⁶

Retomando pode-se admitir que a importância do estudo como garantia de trabalho é confirmada por 36.8% dos trabalhadores, o que dá uma proporção alta que discorda ou admite apenas em parte essa afirmação. A crença ou descrença pode estar associada com necessidade, expectativa, ou inserção no mercado de trabalho, pois observou-se que a resposta está associada à atual situação de trabalho, ($\chi^2=17.53$; g.l.=4; $P<0.001$).

Os inativos (52.6% deles) e empregados (44.4% dentre eles não concordam) são os que mais discordaram da afirmação. Ao permanecerem trabalhando e avaliando o nível de exigência atual nas empresas, não conseguem perceber a relação proposta nos trabalhos que exercem no

¹¹⁶ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

momento. Afirmam que, após a perda do emprego, o estudo não garante a obtenção de outro mais facilmente. É necessário considerar a competição por uma vaga, tendo em vista o número crescente de desempregados.

Entre os desempregados, 42.3% acham que em alguns casos essa afirmação é válida, 34.6% concordam, num total de 76.9%. Esta concordância é constituída com base no embate diário da procura de emprego. Muitos são rejeitados pelo argumento de que não têm formação escolar ou que ela é insuficiente. As próprias chamadas por emprego já vêm determinando grau de escolaridade mínima – segundo grau – inclusive em áreas onde esta não seria diretamente relacionada com a função. Esse fato explica-se, em parte, porque nenhuma função pode ser exercida sem contato com outras pessoas, sem receber treinamentos, supervisão e rotinas por escrito que exigem compreensão. Outro fator que, para os desempregados, reforça a importância da relação entre o estudo e obtenção / manutenção de emprego, é que na busca por emprego as vagas com menor exigência de escolaridade quase sempre são preenchidas por pessoas com maior grau de escolaridade. Isto é, esta vai servir, inclusive, como fator de desempate na hora da seleção.

6.2 QUALIFICAÇÃO COMO UMA CRENÇA: “VOCÊ ACHA QUE O TRABALHADOR QUALIFICADO ESTÁ GARANTIDO NA EMPRESA?”¹¹⁷

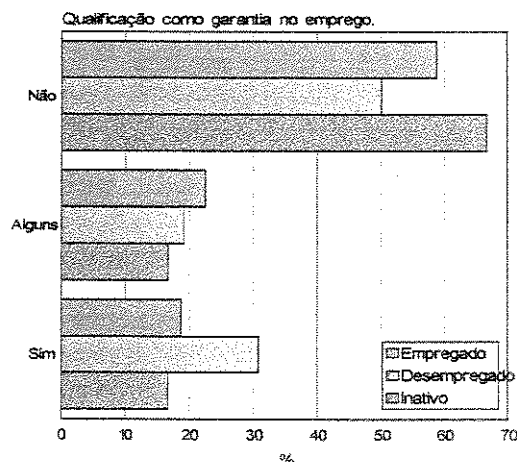
O recente Programa Nacional de Qualificação e Requalificação Profissional – 1996/98 - promovido pelo MTb,¹¹⁸ reforça a idéia de que

¹¹⁷ Questão 19 do instrumento aplicado em fev./96 (Ver em anexo).

¹¹⁸ MTb: Ministério do Trabalho do Brasil utiliza recursos do FAT para financiar este programa nacional.

“trabalhador qualificado é trabalhador empregado”.¹¹⁹ No entanto, para os trabalhadores de Campinas, conforme se observa na figura 31, esta afirmação não é verdadeira (57.6% não concordam, independente da situação de trabalho), evidenciando a impossibilidade de associar, estatisticamente, esse resultado à situação de trabalho pela sua

Figura 031: Concordância com a afirmação de que o trabalhador qualificado está garantido no emprego e a atual situação de trabalho



Fonte: Pesquisa de Campo – Tese de Doutorado realizada por Ruth M. Fricke - Campinas fev/96

unanimidade. Ainda assim a argumentação ou motivo dessa concordância tende a estar mais associado à situação de trabalho. Os trabalhadores que estão atualmente empregados consideram que no momento atual está ocorrendo o “fim das garantias” (42.6% deles); para os inativos tudo está “sem garantias”, (resposta de 50% deles).

6.2.1 ARGUMENTOS DA CONCORDÂNCIA PARA A RELAÇÃO QUALIFICAÇÃO X TRABALHO

Foram os desempregados que mais concordaram, dos três grupos, com essa afirmação (30.8% contra 18.8% e 16.7%). Entre eles encontram-se argumentos de concordância mais concentrados na observação dos níveis de exigência durante a procura de emprego.

➤ Vários são os fatores intervenientes na manutenção e obtenção de emprego. É possível acreditar que a qualificação tenha sua

¹¹⁹ Ver artigo de Fricke & Bryan, 1996.

participação ainda que um tanto relativizada. O período é de mudança nas relações e nas oportunidades de trabalho. Essas mudanças situam-se principalmente no fim da estabilidade no emprego que, apesar de na maioria delas ter sido substituída pela instauração do FGTS, se mantinha de fato nas empresas por razões de necessidade de mão-de-obra experiente e de direito nos serviços públicos. Ambas as motivações estão em crise. A primeira pela reengenharia nos processos de trabalho que, sob a ótica dos novos paradigmas introduzidos pela QT, ao flexibilizar a atuação, instaura a multiespecialidade do trabalhador, promovendo mudanças substantivas nos quadros de pessoal das empresas. E a segunda pelo fato de que, recentemente, mesmo o funcionário público, vê relativizado o seu direito à estabilidade através da emenda 19 do artigo 37, já aprovada no Congresso, mas ainda não publicada no Diário Oficial.

➤ Os trabalhadores que concordam em parte com a afirmação acham que, em alguns casos, a qualificação pode estar garantindo trabalho porque ela potencializa mais frentes de atuação. Então, a qualificação poderá ser garantia, ao menos parcial, de manutenção do trabalho. Principalmente, quando o conhecimento que o trabalhador detém é altamente necessário, pouco acessível e restrito a um pequeno grupo. Ainda assim, para eles, os cargos de confiança, em geral, têm garantia de trabalho, pois possuem um tipo de qualificação aparentemente “política”. Ocupam cargos de responsabilidade e não são facilmente substituíveis. Essa garantia não é dada pela qualificação do trabalhador, mas pela qualificação do cargo que ocupa.

➤ A garantia de obtenção e manutenção do emprego pela qualificação está manifesta, também, na intenção dos empresários de contratarem pessoas qualificadas para as tarefas que irão desenvolver.

Ainda assim, essa qualificação não pode ser considerada permanente e o trabalhador deve acompanhar as evoluções no processo de produção e na área de gerenciamento e serviços através de constantes atualizações .

➤ A idéia predominante é de que futuramente não será mais necessária mão-de-obra com exigência de força bruta. As tarefas que a exigiam estão sendo substituídas pelas novas tecnologias. Atualmente, uma pessoa que procura por emprego já tem poucas ofertas de trabalho sem exigência de qualificação. Esta vai ser fator de distinção entre os que buscam trabalho. Para as empresas, quanto mais qualificado melhor, pois exerce com mais eficiência a função, mesmo que esta não exija conhecimento formal.

6.2.2 ARGUMENTOS DE DISCORDÂNCIA PARA A RELAÇÃO QUALIFICAÇÃO X TRABALHO

Praticamente em todos os grupos de trabalhadores, a discordância em relação à afirmação de que quem está qualificado está garantido no emprego supera a concordância. Discordam 66,7% dos inativos, 58,8% dos empregados e 50% dos desempregados.

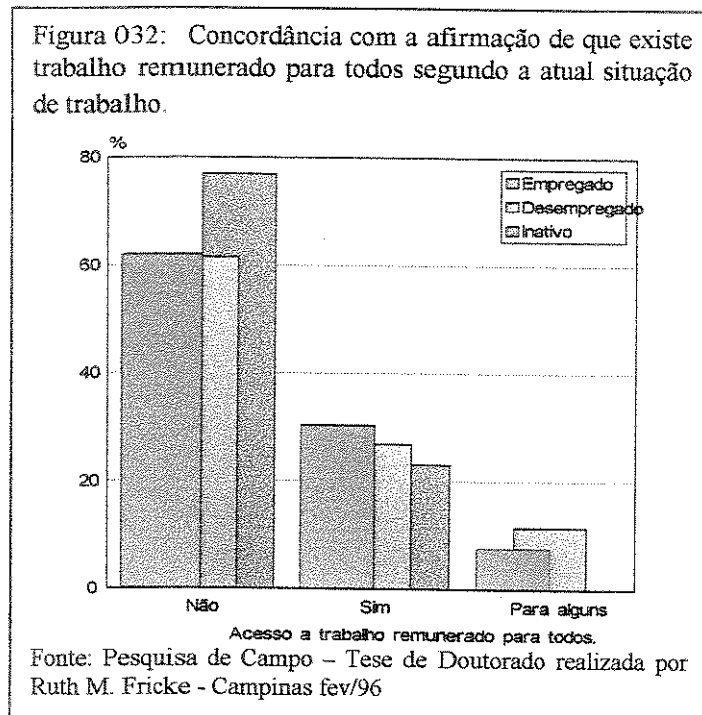
➤ Com o avanço da automação, no entender do trabalhador, os trabalhos que não são realizados por elas, são muito fáceis de serem realizados. Dessa forma, a qualificação passa a ser quase desnecessária. E se constitui numa qualificação para a fábrica, isto é, situada num desempenho específico e não numa qualificação para o mercado de trabalho. Dessa maneira um trabalhador atuante numa empresa, qualificado para desempenhar sua tarefa nessa empresa, ao perder seu trabalho, torna-se praticamente um trabalhador desqualificado, pois as condições de trabalho na outra empresa exigirão outras qualificações que ele pode não possuir.

➤ Por outro lado, a globalização impõe uma ênfase à competitividade entre as empresas. Estas novas regras desestruturam e modificam as atuais relações trabalho. Para os trabalhadores adaptar-se significa procurar acomodar-se a um quadro de referências, em grande parte desconhecido. Este fato vem em decorrência de que a projeção das mudanças são delineadas a partir do seu universo de referências, historicamente construído. Mas as empresas têm outros referenciais, sobre o qual predominam a manutenção da lucratividade, da sobrevivência da própria empresa. A rotatividade de mão-de-obra em função da redução da massa salarial nem sempre é viável (no caso em que a execução do trabalho exige mão-de-obra qualificada) e nem sempre é necessária (quando a automação/novas tecnologias reduzem a mão-de-obra em termos de quantidade). Pode-se dizer que é o fim das garantias como o próprio trabalhador percebe. Tempo de serviço, qualificação, escolaridade, estado de saúde deixam de ser obstáculos para a dispensa de pessoal. A imunidade só permanece para um grupo de pessoas que não são atingidos por essa lógica, em função de seus postos de trabalho.

➤ Existem qualificações que têm pouca absorção de mão-de-obra atualmente. É o caso do datilógrafo, se ele conseguir transferir sua habilidade para a digitação no computador, terá facilidade de obter emprego, ainda que enfrente uma grande concorrência da parte dos jovens "micreiros". Ao que parece, a qualificação mais exigida é na área da informática, não se trabalha num mundo de máquinas controladas por programas computacionais sem entender de computação.

6.3 DEMOCRACIA COMO UMA CRENÇA: “VOCÊ ACHA QUE EXISTE TRABALHO REMUNERADO PARA TODOS?”¹²⁰

A maioria dos trabalhadores em Campinas, (63.4%), conforme se observa na figura 32, não acredita que haja trabalho remunerado para todos, independente de sua situação de trabalho atual.¹²¹ A base dessa descrença está na percepção de diversos fatores, entre eles, a existência de



trabalho escravo; a ocorrência de trabalho remunerado no sistema de trocas; nos índices de desemprego, efeito de redução de postos de trabalho por causa da automação na área da produção e de serviços, mas principalmente pela presença efetiva de desempregados em suas próprias famílias ou vizinhanças.

A procura infrutífera por um trabalho esbarra em problemas de preconceitos: por exemplo, o da idade, (ou falta idade ou sobra), da experiência anterior (ou falta de experiência ou não é a exigida). Com base neles as pessoas são recusadas. A dificuldade que uma pessoa que perde emprego aos 40 anos ou mais têm de encontrar um novo evidencia que não

¹²⁰ Questão 20 do instrumento aplicado em fev./96.

¹²¹ Dizer que inexistente não implica em possibilidade não vir a existir.

se valoriza a experiência acumulada por anos de trabalho. Inclusive a experiência de trabalho anterior pode contar negativamente pelo tipo de experiência anterior adquirida que pressupõe a aquisição de vícios de atuação.

Entre os preconceitos acham-se, ainda, o tempo de desemprego, (quanto maior tempo de desligamento de uma atividade profissional comprovada menores são as chances de ser contratado), e o exercício de atividade eventual. Obviamente, a avaliação circunstancial pode ser contestada por n casos em que estas limitações são superadas. Não pode ser generalizado nem sequer visto isoladamente, pois dependendo do grau de escolaridade, da profissão e do tipo de experiência acumulada no emprego anterior existe trabalho remunerado.

Além disso, as pessoas podem não se adaptar às novas regras do processo de trabalho. As exigências que lhes são feitas no seu desempenho podem estar acima de suas experiências pessoais. A falta de escolaridade, baixo nível cultural, pode causar esse descompasso. Também é causado por um treinamento intensivo na ação como reação a um estímulo externo apenas desacompanhado de elaboração mental. As diferentes formas de compreensão da realidade passam pelo grau de complexidade das relações que o indivíduo estabelece com o mundo. A reeducação para o trabalho, acompanhando essa evolução, faz-se necessária. No entanto, nos moldes como vem sendo aplicada não considerando níveis de conhecimento prévios e habilidades preexistentes, muito menos aptidão, projeta uma educação profissionalizante massificada e inútil em muitos casos. Tudo que o indivíduo acumulou em suas experiências anteriores vem a ser inútil. Há que pensar em criar postos de trabalho, valorizados e remunerados, que absorvam essa mão-de-obra em áreas inexploradas mas necessárias: Agentes de preservação ambiental, defensores da natureza, vigilantes de

regiões de risco contra depredação, educação para a preservação, agentes de recreação e acompanhamento de idosos, e muitos outros. Estes são trabalhos vistos como ação voluntária mas, se tratados como trabalho remunerado, desencadeariam não só benefícios individuais mas também responderiam coletivamente em solidariedade e preservação.

Ao que parece, a leitura feita da ocorrência crescente de desemprego e da árdua luta na busca de emprego gera a visão de que as pessoas não conseguem trabalho remunerado porque este não existe para todos. Constatase que isto não é verdade unilateralmente, torna-se claro que bastaria vontade política por parte de empresários e Governo e seriam criados os postos necessários. A avaliação da possibilidade de existência de trabalho para todos está mais clara para o trabalhador que está empregado (25.3% deles acreditam nessa possibilidade).

A verdadeira troca de situação de domicílio no Brasil, que ocorreu na década de 60, quando entre a população urbana e a rural se inverteu a posição de predomínio da área rural, causa uma alta concentração na área urbana. O trabalhador rural que migra para a cidade vem despreparado, desamparado e desqualificado para o tipo de exigências das atividades do meio urbano. A par disso, as indústrias fecham postos de serviços e faltam investimentos que gerem novas empresas e conseqüentemente mais empregos. A economia em recessão limita o mercado de trabalho, limitando conseqüentemente o potencial de consumo. Mas riqueza é gerada pelo consumo de bens, pelo crescimento do poder aquisitivo da própria população. Os efeitos que a concentração de renda gera alijam um grupo significativo da população do mercado consumidor, entrando em contradição com o próprio espírito da economia capitalista de gerar produção e atender o consumo. O Japão, num primeiro momento, fechou

suas portas para o estrangeiro e buscou uma recuperação interna na produção de bens e para atender as demandas do consumo interno.

No Brasil, o potencial de mercado é reprimido pela falta de oportunidade de trabalho, pela concentração da renda. Ainda assim, 36.4% dos trabalhadores de Campinas acreditam na existência de trabalho remunerado para todos, ao menos para alguns.

A frase que resume o mercado potencial de trabalho foi dita por um campineiro "*Teria. Era só querer!*"¹²² Dependendo de uma ação conjunta, de vontade política e da direção dessa política, é possível modificar a atual situação de falta de trabalho. Existem campos inexplorados de ação, principalmente na área social, que potencialmente podem absorver trabalhadores que não estão contribuindo, perdendo-se dessa maneira sua capacidade de participação.

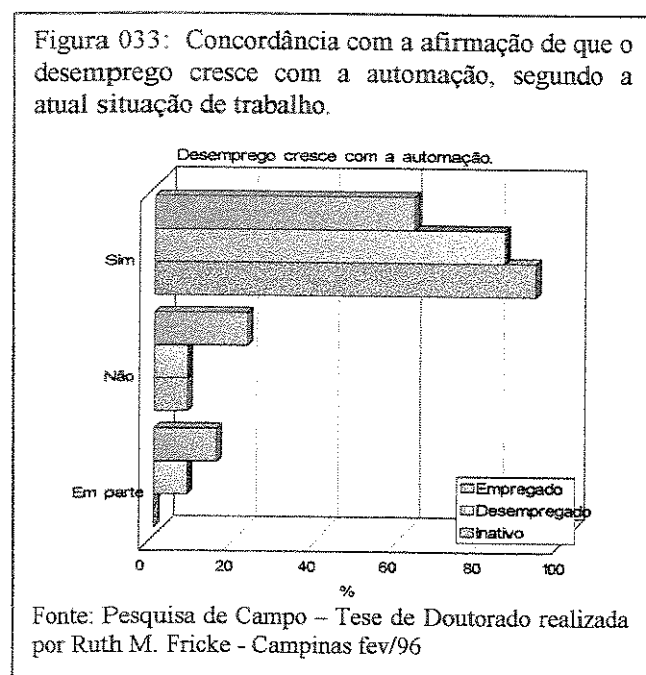
Existe, também, muito trabalho que pode ser eventualmente desempenhado, dependendo da capacitação do indivíduo e de sua disponibilidade para sujeitar-se às regras do jogo e ao preço ofertado pelo mercado. O grupo que se submete a essas regras abre mão de grande parte das conquistas trabalhistas para ter alguma remuneração. O que deve ser avaliado como dignidade, nesse caso? Aceitar o trabalho existente, abrir mão de conquistas históricas dos trabalhadores e manter-se ou perder a dignidade pessoal na família, na sociedade com o estigma de "desalentado"?

¹²² Dizer que inexistente não implica em possibilidade se não vir a existir.

6.4 AUTOMAÇÃO COMO UMA CRENÇA: “VOCÊ ACHA QUE O DESEMPREGO CRESCE COM A AUTOMAÇÃO, USO DE MÁQUINAS PARA FAZER OS TRABALHOS?”¹²³

A polêmica entre as taxas admitidas de desemprego aberto no país e o desemprego constatado pela informação de demissões massivas, pela ocorrência de desemprego na família e amigos, têm um elemento a mais que tenta explicar a tendência crescente dessas taxas muito pouco admitidas. Esse elemento busca um novo responsável que poderia responder pela atual situação: são as mudanças introduzidas no processo

de produção. Taylor instaurou o parcelamento das tarefas em subdivisões mínimas que robotizaram a atividade do operário. Esse parcelamento institucionaliza a repetibilidade dos movimentos no processo de produção, uma vez que cada trabalhador é responsável apenas por essa pequena etapa do produto. Todo esse esforço de motivação permitiu o avanço da automação pela redução das



operações a movimentos plenamente previsíveis e observáveis. O aperfeiçoamento das máquinas deu margem à automação dos processos de produção, e sua flexibilização permitiu que a produção deixasse de ser em massa para ser especializada. Estoque excessivo não é viável para a

¹²³ Questão 21 do instrumento aplicado em fev./96.

“saúde” das empresas de produção. É necessário alterar a rotina rapidamente levando a produção de outros produtos com a mesma máquina.

É praticamente consensual a opinião dos trabalhadores em relação ao processo de automação dos meios de produção. Eles concordam que a automação faz crescer o desemprego, (70.8%), e entre os indivíduos que se encontram trabalhando observa-se o menor índice, (63.0% contra 84.6 e 92.3%), dos dois outros grupos considerados. Os argumentos arrolados para concordar com a afirmação situam-se fundamentalmente na substituição de mão-de-obra (47.1%), eliminação de postos de trabalho (24.7%) e na “passividade” da máquina, isto é, não há reivindicações sociais e trabalhistas (15.%) entre os que concordaram. As causas estão associadas com a afirmação de concordância ($\chi^2= 19.13$; g.l.=8; $P<0.05$). Os argumentos para não concordar com a afirmação baseiam-se na observação de que a automação é um mal necessário (35%) e a necessidade de fazer investimento humano (50%), isto é, a máquina veio para ficar, é inadmissível um retrocesso ao período anterior a elas. É o ser humano que deve ser reinvestido de conhecimento e domínio cultural para ocupar/manter espaço, redirecionar os limites e objetivos que norteiam as políticas vigentes, enfim criando novos espaços de atuação.

O impacto das máquinas sobre a necessidade de trabalhadores para realizar determinadas tarefas está cada vez mais presente na sua realidade. E eles fazem suas próprias “estatísticas” baseados em suas observações, no que ouviram falar e no que a automação causou em suas próprias vidas ou de conhecidos: 5/1; 10/1; até 100/1 trabalhadores substituídos por uma máquina - revelam a preocupação com esse nível de substituição. Uma certa analogia é realizada com o ocorrido no meio rural, onde as máquinas agrícolas, ao agilizar a tarefa de arar a terra, adubar, plantar, capinar e

colher, reduziram a mão-de-obra rural, possibilitando a mudança na ocupação da terra, a inviabilidade da pequena propriedade pelos juros, custo de manutenção da produção extensiva e pela valorização de produtos de exportação e não produtos de consumo interno. Novas máquinas que colhem laranja, café, cana reduzem ao mínimo o trabalho que esses migrantes do meio rural, apesar de viverem na cidade, ainda encontravam para fazer como “bóias-fria”. Entre outras causas, a acumulação de capital também gera a necessidade de buscar alternativas para agilizar as colheitas, manter altos níveis de produtividade e competitividade. A máquina cumpre uma função específica dentro desse quadro. “*O trator acabou com uso da enxada*”.¹²⁴ Por outro lado agilizou o manejo da terra, permitindo um aumento da produção

É necessário considerar, segundo RATTNER, os conteúdos nacionais e internacionais do desenvolvimento da tecnologia e suas conseqüências no meio ambiente. O agravamento da situação dos países do Terceiro Mundo, na década de 80, é conseqüência da recessão geral do sistema econômico e das transformações revolucionárias das tecnologias e formas de organização de trabalho. Deveriam ocorrer ações visando um maior equilíbrio com a ecologia. A tecnologia nada têm de politicamente neutra e cética, pelo contrário, equipamentos e processos de trabalho bem como sua organização devem estar estreitamente vinculados às relações sociais de produção.¹²⁵

Por outro lado, observa-se que existe uma preocupação constante com o surgimento de novas tecnologias como sinônimo de desemprego.

¹²⁴ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

¹²⁵ RATTNER, H. Tecnologia e ecodesenvolvimento. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo, 3(4):88-93, out./dez. 1989.

Existe uma espécie de expectativa negativa, antevendo as consequências desse surgimento. Uma delas é exatamente a obsolescência de algumas atividades. A falta de qualificação, de escolaridade formal, de experiência deixa como oportunidade de trabalho apenas atividades precárias que produzem baixa remuneração. Com essa perspectiva de ocupação, submetendo-se à falta de estabilidade, ao trabalho temporário sem garantias trabalhistas, o crescimento da automação, nas poucas chances de ocupação que lhe restam, acaba por redesenhar o mercado de trabalho local e se predefine como uma grande ameaça ao trabalhador. A preocupação do trabalhador transparece nas justificativas apresentadas: *“Até saiu no jornal, sobre uma máquina que substitui metalúrgico”. “Acabou com o emprego para muitos colegas.”*¹²⁶

As máquinas desempregam os trabalhadores, emprego *“tiram bastante, não são pagas com salário como as pessoas.”*¹²⁷ Na ótica de que a máquina não gera conflitos, pois opera sem remuneração e antes de tudo sem reivindicações, aparenta que ela seja uma alternativa ao trabalho humano e resulte em desemprego. O uso de máquinas têm custo permanente para além do de sua aquisição. Nem tudo é perfeito com a utilização da máquina. Há que considerar que, com a sua utilização, a continuidade das operações dependem de um grande investimento na manutenção da “saúde” da máquina, para um perfeito estado de conservação. Isso garante que o uso não pode ser indiscriminado, substitue o trabalho humano em tarefas repetitivas e parceladas, e, por mais automático que seja o processo, a garantia de regularidade total nas peças produzidas não existe. As máquinas apresentam desgastes,

¹²⁶ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

¹²⁷ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

desajustes à função previamente programada e geram perdas na produção, em menor escala talvez em alguns casos, mas existentes.

Apenas para alguns trabalhadores que estão empregados a perspectiva de desemprego gerada pela automação parece não ser a correta (18.5% das respostas desse grupo). Tecnologia na produção pode produzir melhorias importantes na qualidade de vida. Seria mais apropriado atribuir-lhe um papel essencial na evolução da produção, por estar justamente liberando as pessoas de exercerem atividades de risco. Atividades estas que são responsáveis por muitas mutilações e até perdas de vidas. Também vai substituir trabalhos que o ser humano não pode efetivamente realizar, pelo grau de precisão que necessitam. A sua utilização reforça a especialização das pessoas e a busca de maior qualificação pela obsolescência de atividades braçais. O desemprego, portanto, não teria como causa direta a automação, mas a alocação de recursos humanos em atividades que não lhe são pertinentes pelo grau de exigência que fazem. As atividades não necessitam de um ator inteligente para ser realizadas, apenas uma inteligência virtual gerando espaço para que sejam realizadas automaticamente. Esse ator poderia estar melhor aproveitado no processo de produção.

A criação de novos tipos de trabalho oportunizaria a absorção de técnicos formados¹²⁸, capazes de atualizar e recriar as atividades, adaptando-se a uma convivência sadia com as novas tecnologias. Muitas ocupações não tradicionais irão surgindo como oportunidades de ocupação remunerada. Além disso, a substituição não é total. Como se pode

¹²⁸ Estas considerações indicam o grau de escolaridade que teria espaço neste contexto.

observar a automação, sob este ponto de vista, não poderia ser vista como a vilã, responsável pelo desemprego.

Um fator positivo com a introdução de novas tecnologias é que as máquinas fazem melhor alguns trabalhos excessivamente repetitivos. Desse modo, liberam as pessoas para se aperfeiçoarem e realizarem tarefas que dependem de raciocínio humano. Neste caso, a introdução de novas tecnologias oportunizaria o investimento no ser humano com a busca de aperfeiçoamento e de novos conhecimentos, estimulando a participação em trabalhos mais “nobres”. E a automação vai causar desemprego à medida que as mudanças necessárias, como a da redução da jornada de trabalho, não ocorrerem. Existe um descompasso entre as relações trabalhistas que já estão superadas e o quadro gerado pela introdução de novas tecnologias. Nada mudou para acompanhar esta nova faceta da realidade: nem em termos de criação de novos postos de trabalho, em especialização das pessoas, em outras medidas como a redução da jornada de trabalho, nem mesmo a organização sindical. Certamente que este descompasso leva ao crescimento do desemprego.

6.5 MOVIMENTO SOCIAL COMO UMA CRENÇA: “VOCÊ ACHA QUE A REFORMA AGRÁRIA É UMA SOLUÇÃO PARA OS DESEMPREGADOS DA CIDADE?” ¹²⁹

A afirmação traz certa dose de falácia, pois integra assuntos imperceptivelmente contraditórios. A reforma agrária busca a redistribuição justa da terra entre os que estão interessados em nela trabalhar, de forma que se possa retomar a produtividade em termos de

¹²⁹ Questão 22 do instrumento aplicado em fev./96.

alimentos. Assim ela não pode ser generalizada como uma solução para os desempregados urbanos. A busca de concordância ou discordância com a afirmação leva a refletir sobre os motivos que sustentam tais opiniões. Segundo SAMPAIO, os que são contra a reforma agrária alegam que a estrutura fundiária não representa um obstáculo ao desenvolvimento do campo. Colocam que a pobreza, a sobre-exploração e os conflitos são problemas sociais cuja solução não requer a distribuição de terras. Já os defensores da reforma alegam em sua argumentação os mesmos tais problemas sociais. Para estes, as políticas assistenciais e política agrícola são ineficazes sem o complemento da terra. Detecta-se que a derrota sofrida pelos reformistas na Assembléia Nacional Constituinte não fez com que a reforma agrária saísse da agenda política atual, uma vez que fenômenos políticos e sociais não são resolvidos com medidas de políticas agrícolas e programas de assistência. Diante da crise atual necessita-se de mudança num modelo de crescimento econômico, tornando-se menos acelerado e mais estável, equilibrado, autônomo, atento à solução dos problemas sociais, e preservação da natureza. Ante tudo isso, não é possível pensar em atitudes isoladas. A reforma agrária brasileira deveria incluir três programas básicos: educação, saúde e habitação, caso pretenda realmente ser eficaz na evolução desse problema.¹³⁰

O papel no setor agrícola deve ser modificado com a perspectiva de novas tarefas como: a produção de alimentos para consumo interno, a possibilidade de proporcionar emprego e condições de vida aceitáveis. Essa perspectiva é perfeitamente viável, haja vista a quantidade de terra potencialmente produtiva que está sem uso e o sucesso de pequenos

¹³⁰ SAMPAIO, P.S.A. Reforma Agrária: presente e futuro. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, 3(1/2): 66-68, jan./jun/1989

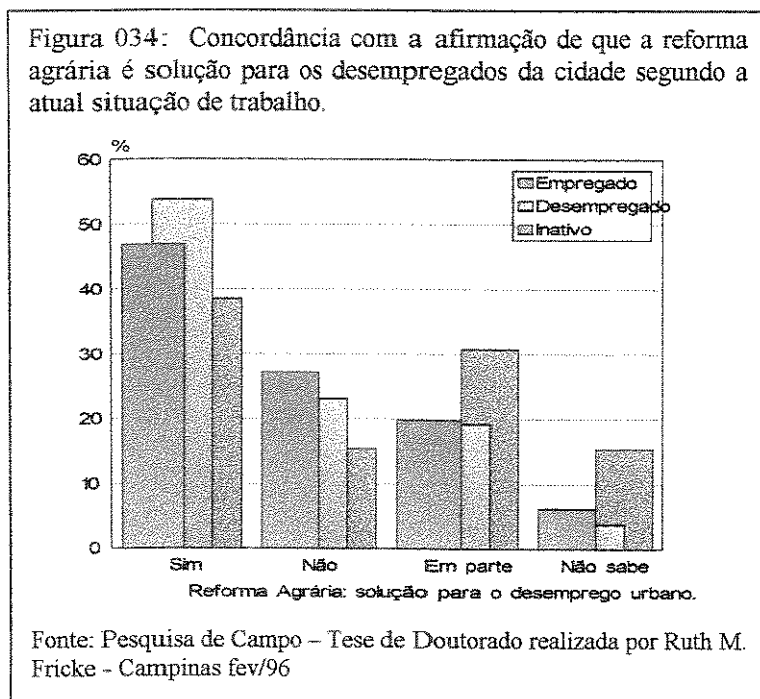
empreendimentos rurais na produção de alimentação para a subsistência do pequeno produtor rural e sua família, viabilizando melhores condições de vida e responsabilidade pela produção de alimentos que abastecem a mesa da população brasileira. Esta transferência poderia se dar praticamente sem intermediários: direta do local de produção para a mesa do consumidor. A forma mais direta de comercialização, nesse caso, diminuiria inclusive o custo da alimentação para todos.

O que se requer para a realização da reforma agrária é vontade política, que será atingida apenas via obtenção de poder político através da prevalência de um projeto popular nas eleições presidenciais. Conforme afirma CARVALHO, a concepção de reforma agrária eficiente implica na participação dos trabalhadores nesse processo de apropriação e organização nos assentamentos. A situação de miséria, injustiça social são consequências da concentração de propriedade e do privilegiamento concedido pelo regime autoritário aos latifundiários. Apesar dos problemas e entraves administrativos e burocráticos, o entrave maior e fundamental para a execução da reforma agrária é de ordem política¹³¹

Avaliando-se a relação dos trabalhadores campineiros com a afirmação sobre a reforma agrária como solução para o desemprego urbano, observa-se pouca segurança nas respostas, uma vez que o assunto é polemizado, levando a uma confusão quanto à concordância ou não. Por um lado, a tradição de movimentos sociais de luta por objetivos de grupos discriminados pelo capital como elementos excluídos da economia, não-participantes. Entre os que concordam com a afirmação (47.5%), observa-

¹³¹ CARVALHO, 1989.

se, na figura 34, uma predominância dessa concordância entre os trabalhadores desempregados (53.8% deles concordam).



O maior índice de discordância explícita ou dissimulada ocorre entre inativos, 61.6% deles não concordam ou concordam em parte ou ainda alegam não saber se concordam com a afirmação. Como se vai acompanhar a seguir, a alegação de “Não sabe” esconde o preconceito divulgado através da

imprensa pelos antagonistas da reforma agrária que exploram a desonestidade, a venda da terra recebida, a má fé dos “Sem-terra”. Estas argumentações generalizam atitudes isoladas e não comprovadas, tomando a exceção como regra. A concordância vê a Reforma agrária como possibilidade de absorção de mão-de-obra desocupada do campo e da cidade, com a pequena propriedade. Para sustentar esta opinião é possível constatar exemplos como os de assentamentos na região de Cruz Alta (RS), onde se observa quase 21 pessoas trabalhando contra 1 ocupada na situação de latifúndio extensivo e/ou improdutivo. Somente este tipo de dado já encaminharia a proposta da reforma agrária com Movimentos Sociais do tipo MST em termos de fator de controle do desemprego. Segundo relato de STÉDILLE,

“(...) a ocupação de mais de 4.406 pessoas contra 214 anteriormente possibilitou a amenização das tensões e da

miséria urbana, em percentual significativo para a região, gerando sua própria reprodução e crescimento, além de oferecerem produtos ao mercado como: grão, carne, ovos, indústria caseira. Ainda adquirem no mercado produtos que não são produzidos no assentamento como tratores, caminhões, implementos agrícolas, eletrodomésticos, defensivos, serviços especializados entre outros. (...) confirmam que a pequena propriedade têm viabilidade social e econômica (...).¹³²

Entre os que concordam, 59,6% acreditam que a reforma agrária soluciona o problema do desemprego na cidade e 22,8% a vêem como solução consorciada com uma política agrícola de apoio.

1. É uma solução das mais próximas, atualmente, para sair da crise em que se encontram os brasileiros pois, na opinião dos campineiros, 50% do desempregados da cidade voltaria para o campo, e com isso aumentaria a oferta de trabalho na cidade, havendo menor competição. Com certeza, estas medidas diminuiriam a tensão social tanto no campo como na cidade.
2. Existe um predomínio da visão de que o migrante expulso do campo está hoje desocupado ou subempregado incapaz de prover a sua própria subsistência e de sua família. Para muitas pessoas da cidade que saíram do campo e outros, mesmo não tendo experiência, o re-encaminhamento ao trabalho na terra ajudaria. Em muitos casos, a mocidade está sem trabalho e ela ainda pode se qualificar para tal, é possível aprender a trabalhar na terra. A inadaptação do trabalhador rural na cidade gerada pela falta de qualificação para as exigências urbanas é ponto pacífico e aumenta assustadoramente a miserabilidade de condições de vida, sem alimentação, moradia, dignidade, ...

¹³² GÖRGEN E STÉDILLE (orgs) **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis : Vozes, 1991.

3. A melhoria das condições de vida pela capacidade de produzir seu próprio sustento e da família diminuiria a desnutrição e o índice de perdas humanas causadas pela fome e desnutrição, além de viver sem condições de saneamento básico. Com o crescimento da produção de alimentos na pequena propriedade, seriam gerados mais empregos na cidade com a própria distribuição desses produtos. Por outro lado, esses trabalhadores, que viviam à margem das benesses de uma sociedade de consumo, voltariam a ser consumidores, fortalecendo o mercado local e regional. Na opinião dos trabalhadores: *“Tem tanta terra e gente querendo plantar”*. E assim *“terão local de trabalho e vão produzir para a própria subsistência.”*¹³³

4. A par da conquista da terra, é necessário ter uma política agrícola que favoreça o homem da terra, sempre sujeito às imprevisibilidades do clima. A tendência é aumentar automação no campo também. Isto poderia representar desemprego novamente no meio rural. Porém, se houvesse um bom planejamento, solidário e comunitário das ações, e a produção diversificada sem o atrelamento à monocultura, seria viável obter bons resultados. Estes já estão sendo observados nos assentamentos que já foram realizados.

Evidentemente que a reforma agrária sozinha não resolve. É fundamental organizar uma estrutura de escoação da produção, trabalhar cooperativamente e ter linhas de créditos que forneçam os meios para

¹³³ Opinião emitida por ocasião da entrevista – fev. 1996.

produzir. Estas ações certamente valorizariam o trabalhador rural egresso de movimentos sociais, uma vez que a atividade desenvolvida no campo pretende o equilíbrio ecológico e a extensão dos benefícios recebidos para além dos assentamentos.

A não concordância com a afirmação está relacionada com o fato de o trabalho no meio rural ser rude e exigir muito esforço e dedicação (50% alegam este motivo para não concordar) e outros não concordam com a afirmação relacionada com qualquer desempregado da cidade, acreditam que a solução basicamente resolve problemas para quem têm tradição, conhecimento de trabalho na roça (20%).

➤ Essa solução para os desempregados urbanos depende muito da pessoa querer voltar a trabalhar no campo. Os campineiros acreditam que quem acostumou na cidade, não volta mais. A pessoa têm que ter muita força de vontade para trabalhar na roça. E, depois de viver algum tempo na cidade, vai poder estabelecer comparações entre jornada diária de trabalho, acesso a meios de comunicação, acesso educacional, facilidade e oferta de aquisição de bens, facilidade de transporte gerando recusa. A descrença vai se fundamentando na visão difundida pela imprensa de que nem os próprios fazendeiros conseguem gerar lucro e sustentabilidade nas fazendas. A dureza desse trabalho e a incerteza do ganho iriam certamente restringir o potencial de retorno ao campo. Os benefícios que se usufrui na área urbana deveriam ser assegurados para quem vive no campo, descentralizando políticas públicas e os espaços de consumo, principalmente no que tange ao acesso à escola, saúde e meios de locomoção.

➤ Em parte, argumentam que já tem muita gente envolvida - todos os trabalhadores rurais Sem-terra do MST. Qual seria o espaço para

os trabalhadores urbanos? E essa descrença está associada à falta de habilidade que estes trabalhadores teriam para manejar a produção rural. Não acreditam que o trabalho do meio rural possa absorver todos os excedentes de mão-de-obra urbana. Poderia ser vista como uma segunda opção, não como solução definitiva. E, na cidade, a reforma agrária não funcionaria, assim afirmam os campineiros. Esta afirmação tão categórica pode ser revista sob o ponto de vista de que uma reforma agrária urbana iria mexer com a propriedade do solo urbano, conferindo melhores condições de vida para os habitantes urbanos.

➤ A importância da reforma agrária na opinião de alguns trabalhadores reside no fato de manter o homem do campo no campo e somente para ele, pois não crêem que exista lugar para todos no meio rural.

Entre os que concordam parcialmente, 20.8%, a solução através da reforma agrária vai ser observada apenas a longo prazo. Não acreditam que seja solução, mas ajudaria em parte, pois é um problema do sistema político vigente organizado para regular o valor e o acesso ao trabalho pela existência de excedentes que disputam as vagas ofertadas pelo mercado.

O lado mais deturpado, por influência da divulgação negativa da reforma agrária, da visão sobre a questão apresentada é fundado em preconceitos que cercam os miseráveis e lhes negam oportunidade de obter melhores, mais justas e humanas condições de sobrevivência. Ainda que represente uma parcela pequena (9.2% do total) é significativa e deixa aflorar os preconceitos inadmissíveis numa sociedade que defenda o direito do cidadão, “democrática e para todos”. São citados problemas como a falta de honestidade das pessoas, sua má intenção ao juntar-se ao

movimento, o desejo de ter a posse da terra para fins de comercialização e desvio de verba. Nenhum movimento, organismo que congregue seres humanos está isento de má intenções e nem por isso se deve coibir a sua existência. Os atos nesse sentido evidenciam atitudes individualistas que não podem condenar todo o movimento. Além disso, outros crimes cometidos pela corrupção, desvio de verba pública, exploração dos trabalhadores não têm efeitos individuais mas sim coletivos e são estes que devem ser coibidos. No entanto, o próprio MST preocupa-se com este fato e têm como uma das prerrogativas a posse definitiva após um longo período de trabalho na terra. O trabalhador assentado deve evidenciar sua escolha pelo trabalho e permanência na terra.

CAPÍTULO 7

PERFIS DOS TRABALHADORES DE CAMPINAS COMO REFLEXO DA DICOTOMIA EMPREGO / DESEMPREGO

CAPÍTULO 7

PERFIS DOS TRABALHADORES DE CAMPINAS COMO REFLEXO DA DICOTOMIA EMPREGO / DESEMPREGO

A Análise de Regressão Logística - ARL¹³⁴, aplicada aos dados do levantamento, agora restritos à oposição entre as condições de Empregado e Desempregado¹³⁵ na Situação de Atual Trabalho¹³⁶, permite conhecer com maior profundidade as relações entre estas duas situações de trabalho. Para fins de comparar os âmbitos que diferenciam trabalhador empregado e desempregado, a análise foi concluída em vários níveis:

- ♦ Perfil pessoal
- ♦ Perfil profissional
- ♦ Perfil de percepção do desemprego
- ♦ Perfil de percepção de problemas
- ♦ Perfil em termos de crenças

7.1 PERFIL PESSOAL

Constata-se que, em sua maioria, os fatores de natureza pessoal não se consolidam como fatores altamente diferenciadores entre os trabalhadores em Campinas. Este fato mostra a pressão de participação e evolução social que a atual organização econômica em nossa sociedade

¹³⁴ A aplicação de Regressão Logística foi realizada conforme a definição apresentada no Capítulo 3 com a utilização do software SPSSWIN – v 5.0.1

¹³⁵ Estes conceitos estão sendo entendidos conforme já foi definido anteriormente.

imprime à dinâmica de inserção das pessoas no mundo do trabalho. Apenas em algum grau de escolaridade e algumas faixas de idade apresentam diferenças significativas, enquanto em termos de gênero os dois grupos não se distinguem. Observa-se, pelo Método de Wald para Análise de Regressão Logística, que existe 77,71% de variação explicada através desse modelo, e que o valor de $-2 \text{ Log de Verossimilhança} = 312,622$, aponta para um grau de abrangência apenas medianamente satisfatório. A equação de Regressão Logística que considera o perfil pessoal prevê:

$$Y_i = -1,2806 + 2,2547 X_{11} - 0,0431 X_{12} - 0,0327 X_{13} - 0,0209 X_{14} - 0,774 X_{21} + 0,5817 X_{22} + 0,6853 X_{23} - 0,2267 X_{24}^{137}$$

Nesta equação os fatores realmente explicativos, segundo ARL, são a escolaridade do trabalhador e a sua idade, enquanto gênero não participa como fator distintivo.

No fator escolaridade, observam-se duas classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ As pessoas que não têm escolaridade ou apenas sabem ler predominam entre as pessoas desempregadas, (11,5% contra 1,2%);
- ♦ As pessoas com 3º Grau predominam entre as que estão empregadas, (25,7% contra 3,8%);

No fator idade, observam-se três classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ Os mais jovens estão empregados, (9,8% contra 3,8%);

¹³⁶ A partir deste momento, estamos restringindo a Situação de Atual Trabalho em função dos interesses do trabalho para Empregado e Desempregado.

¹³⁷ Nesta equação, X_{1i} refere-se à escolaridade e X_{2i} refere-se à idade;

- ♦ As pessoas na faixa etária de 41 a 50 anos também estão, predominantemente, empregadas, (25,7% contra 15,4%);
- ♦ Os jovens adultos na faixa de 21 a 30 anos estão predominantemente desempregados, (57,7% contra 40,4%);

Estas constatações apontam na direção da escolaridade como um encaminhamento possível. Jovens, moças e rapazes, devem permanecer mais tempo estudando, sem trabalhar, atingindo níveis máximos de escolaridade como fator de melhor potencialidade de emprego.

7.2 PERFIL PROFISSIONAL

Em termos profissionais, em função da não-resposta no caso de trabalhadores pessoas desempregadas, foi requisitado realizar a ARL particionada em três equações. Observa-se na primeira equação de Regressão Logística, ao considerar os fatores explicativos como – Carga-horária diária, Realização de Horas Extras; Tempo de Serviço; Salário; e na segunda equação de Regressão Logística: Profissão; Registro em Carteira; Condição de Sindicalizado e Tempo na atual situação de Trabalho. Com a primeira equação, obteve-se 96,23% de explicação geral e, com a segunda, 83,3%. Ainda assim, o modelo não permitiu ver com clareza a distinção das características. Este fato deve-se ao tipo de resposta dada pelas pessoas desempregadas que se referiram, em muitos casos, a situações passadas, uma vez que não se encontram trabalhando no momento, ou então realizam atividades eventuais (bicos sem continuidade), confundindo os resultados da Análise. Mesmo assim, os resultados estão sendo avaliados, ainda que com uma certa precaução na generalização. Por fim, uma terceira equação foi gerada no sentido de contemplar ações na direção da qualificação profissional. A terceira equação de Regressão Logística apresenta um % de variação explicada de 77,45%, com uma estatística de – 2log de verossimilhança de 265,477.

A primeira equação de Regressão Logística pode ser, enfim, definida da seguinte maneira:

$$Y_i = -24,609 - 11,5224 X_{11} + 0,4753 X_{12} - 13,6624 X_{21} - 3,6928 X_{22} + 6,7785 X_{31} + 14,3078 X_{32} + 16,156 X_{33} - 14,6597 X_{34} - 5,5598 X_{35}^{138}$$

Nesta equação, os fatores realmente explicativos são a Carga-horária diária, a Realização de horas extra e o Salário, enquanto Tempo de serviço não participou como fator distintivo.

No fator Carga-horária diária, observa-se uma classificação que distingue quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ A carga horária inferior a 8 horas diárias é mais presente entre as pessoas empregadas, (13,9% contra 11,1%);
- ♦ A carga horária superior a 8 horas diárias está sendo realizada praticamente pela mesma proporção de indivíduos nas situações consideradas – desempregadas ou empregadas, (44,4% contra 43,1%);

No fator Realização de hora extra, constata-se três classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ A realização de horas extras remuneradas, é distinta, segundo a situação de trabalho, predominando entre as pessoas empregadas, (32,1% contra 25%);e
- ♦ A não realização de horas extras também predomina entre as pessoas empregadas, (53,6% contra 25%);
- ♦ A realização de horas extras não remuneradas é distinta, segundo a situação de trabalho, predominando entre os trabalhadores desempregados, (50% contra 14,3%);

¹³⁸ Nesta equação, X_{11} refere-se à horas diárias, X_{21} refere-se à horas extras e X_{31} refere-se ao salário;

No fator Faixa Salarial, observam-se classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ Com rendimento mensal de zero a menos de 1 salário mensal predominam entre as pessoas desempregadas, (65,4% contra 8,6%);
- ♦ Com rendimento mensal de 1 salário mínimo ou superior a este patamar situam-se, em todas as faixas, preferencialmente as pessoas empregadas, (91,4% contra 34,6%, genericamente).

$$Y_i = -4,6151 - 0,2503 X_{11} - 1,1297 X_{12} + 0,7597 X_{12} + 1,8631 X_{21} + 2,192 X_{22} - 6,0329 X_{23} + 6,8574 X_{24} + 1,7956 X_{31} + 0,1992 X_{41} + 0,7067 X_{42} - 0,2859 X_{43}^{139}$$

Na segunda equação os fatores realmente explicativos, segundo ARL, são a Exigência de qualificação na Profissão, Registro em carteira, Sindicalização e Tempo na atual situação, enquanto Tempo de serviço não participa como fator distintivo..

No fator Exigência de qualificação na Profissão, observam-se duas classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ Profissões que exigem qualificação de nível superior predominam entre as pessoas empregadas, (15,9% contra 3,8%);
- ♦ Profissões que exigem qualificação de nível técnico predominam entre as pessoas empregadas, (20,8% contra 3,8%);
- ♦ Profissões que exigem qualificação de curto prazo, não formal, predominam entre os trabalhadores desempregados, (42,3% contra 33,1%);

¹³⁹ Nesta equação, X_{11} refere-se à Exigência de qualificação na Profissão, X_{21} refere-se à Registro em carteira, X_{31} refere-se ao trabalhador Sindicalizado e X_{41} refere-se ao tempo na atual situação de trabalho;

- ♦ Profissões que não exigem qualificação, nem de curto prazo, predominam entre as pessoas desempregadas, (50% contra 30,2%);

No fator Registro em carteira, observam-se duas classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ A presença de registro em carteira (carteira assinada em algum momento) predominam entre os trabalhadores pessoas desempregadas, (61,5% contra 48,6%), atestando a precarização do trabalho e a regressão dessa componente. As pessoas empregadas com carteira assinada estão sendo mais freqüentemente dispensadas¹⁴⁰;
- ♦ A falta de registro em carteira (carteira não assinada em algum momento) predomina também entre os trabalhadores pessoas desempregadas, (30% contra 20,8%);
- ♦ As donas de casa / estudantes predominam entre as pessoas desempregadas, (7,7% contra 1,2%);
- ♦ Os trabalhadores autônomos unicamente estão empregados, (22% contra 0%)

No fator trabalhador sindicalizado, observam-se duas classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ Trabalhador não sindicalizado está desempregado, (80,8% contra 61,2%);
- ♦ Trabalhador sindicalizado está empregado, (37,6% contra 11,5%);

¹⁴⁰ Segundo POCHMANN, M. o número de trabalhadores com carteira assinada passou na última década de .. para .. do total de trabalhadores.

No fator Tempo na atual situação, constata-se duas classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ As pessoas desempregadas estão há menos de 24 meses nessa situação, (na faixa de menos de 6 meses, 38,5% contra 15,9% e na faixa de 6 a 23 meses, 26,9% contra 14,7%).
- ♦ As pessoas empregadas estão há 24 meses ou mais nessa situação, (na faixa 24 a 60 meses, 34,3% contra 15,4% e na faixa de mais de 60 meses, 35,1% contra 19,2%).

Os fatores agora considerados giram em torno da expectativa de qualificação profissional. A terceira equação de Regressão Logística pôde ser, enfim, definida da seguinte maneira:

$$Y_i = 1,0602 - 0,2607 X_{11} - 1,285 X_{12} + 0,7336 X_{13} - 2,0386 X_{21} - 3,8549 X_{22} - 0,6962 X_{31} - 0,4187 X_{32} + 0,4211 X_{33} - 1,1298 X_{34}^{141}$$

Nesta equação, avaliam-se as variáveis: Qualificação da profissão atual, preparação para a atual situação e aspirações de qualificação, com a expectativa de delinear as diferenças entre a dicotomia: empregado / desempregado, a que foi reduzida esta análise.

Quando a variável é Qualificação da profissão atual, as diferenças apresentadas já foram observadas anteriormente, por isso não serão retomadas. Esta variável somente foi incluída como contraponto as outras duas: necessidade e aspiração por qualificação.

Na variável Realização de curso preparatório para a atual situação de trabalho, observa-se que as diferenças entre as duas classificações situam-se nos seguintes elementos:

- ♦ As pessoas desempregadas não se prepararam para o enfrentamento de uma falta de emprego, (76,9% contra 46,1%);

- ♦ As pessoas empregadas afirmam ter realizado curso preparatório, (53,9% contra 15,4%);

Instado a responder acerca de suas pretensões de qualificação, os trabalhadores de Campinas afirmaram:

- ♦ Entre as pessoas empregadas predominaram mais do que entre as desempregadas a vontade de não estudar para se preparar melhor para uma atuação presente / ou futura, (34,2% contra 23,1%);
- ♦ Cursos formais são aspirações das pessoas desempregadas, (19,2% contra 13,2%);
- ♦ Cursos de especialização são pretensões de pessoas empregadas, (28,9% contra 23,1%);
- ♦ Cursos profissionalizantes são expectativa das pessoas desempregadas, (23,1% contra 7,9%);
- ♦ Estudos informais são expectativas de pessoas empregadas, (15,8% contra 11,5%).

Pode-se concluir que em termos de perfil profissional, os trabalhadores de Campinas apresentam uma fase de transição na atual situação, tanto como fator discriminador ao nível profissional, como fator de distinção na SATr¹⁴², quando são excluídos os inativos. Essa transição acompanha os novos paradigmas mundiais e foi registrada neste levantamento. O trabalhador campineiro apresenta como principais fatores a percepção de que a Educação formal de grau superior garante maior empregabilidade do que cursos de curta duração, não formais, ou

¹⁴¹ Nesta equação, X_{1j} refere-se à Qualificação da profissão atual, X_{2j} refere-se à preparação para a atual situação e X_{3j} refere-se às aspirações de qualificação;

¹⁴² A partir deste momento, por SATr estamos entendendo Situação de Atual Trabalho restrita como foi enunciado na nota 106.

falta de qualificação. Essa realidade, decorrente das mudanças no processo de trabalho, ocorre em função da supressão de postos de trabalho com baixa exigência em termos de escolaridade. Além disso, a precarização dos postos de trabalho que perduram na atual conjuntura apontam para soluções condizentes com a perda de direitos trabalhistas – trabalho informal, eventual, temporário, autônomo predominam neste contexto. Por outro lado, observa-se que esse é um fenômeno recente, pois, na maioria dos casos, as pessoas desempregadas se encontram nessa situação há menos de 24 meses e os que permanecem com seu emprego têm pelo menos 24 ou mais meses na mesma situação. A maioria das pessoas desempregadas não se acha preparada para enfrentar os novos aspectos das exigências do mundo do trabalho e anseiam por cursos formais ou profissionalizantes. Enquanto isso as pessoas empregadas pretendem especializar-se, atingindo mais altos níveis na educação formal ou, então, complementar seu conhecimento, adaptando-se às novas exigências do mercado através de cursos de curta duração que atualizam conhecimentos anteriormente adquiridos.

7.3 PERFIL DE PERCEPÇÃO DE PROBLEMAS

A caracterização pessoal e profissional dos trabalhadores interage com sua percepção da realidade próxima e remota em que ele se inclui, por isso fez-se necessário distinguir os trabalhadores segundo sua percepção dos problemas.

A ARL foi aplicada pelo método “backward” de Wald, isto é, com variáveis sendo deletadas ou acrescentadas ao modelo até termos um resíduo não significativo e uma inclusão máxima. Isto é, atingindo-se r^2 máximo, em que r^2 é a determinação do montante de explicação que o modelo final garante pela introdução das variáveis explicativas no modelo. A avaliação do perfil de percepção dos problemas com as variáveis: Maior Problema do Mundo, do País e Pessoal garantiu 82.04%

de variação explicada através do modelo, e o valor de $-2 \text{ Log de Verossimilhança}$ foi de 212,869 um grau de abrangência apenas medianamente satisfatório. A equação de Regressão Logística que considera o perfil de problemas prevê a participação das variáveis com os seguintes coeficientes:

$$Y_i = -3,9582 - 1,1916 X_{11} + 0,7621 X_{12} + 0,4673 X_{13} - 1,3793 X_{14} + 2,4223 X_{21} + 1,2680 X_{22} + 0,7735 X_{23} + 1,4164 X_{24} + 2,3623 X_{25} + 0,5648 X_{31} + 1,8247 X_{32} + 3,2219 X_{33} - 6,9749 X_{34} + 1,2308 X_{35}^{143}$$

A variável que apresenta maior relação com a variável resposta está relacionada com a identificação dos maiores problemas do mundo, seguida dos relacionados com o País.

Na variável: Identificação do Maior Problema do Mundo, observam-se alguns contrastes significativos que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ Problema Mundo: Exclusão Social predomina na visão das pessoas empregadas, (43,4% contra 16,7%);
- ♦ Problema Mundo: Modelo Político predomina na visão das pessoas empregadas, (12,2% contra 4,2%);
- ♦ Problema Mundo: Desemprego predomina na visão dos trabalhadores pessoas desempregadas, (50% contra 23,1%);
- ♦ Problema Mundo: Ignora predomina na visão dos trabalhadores pessoas desempregadas, (43,4% contra 16,7%);

Na variável: Identificação do Maior Problema do País, observam-se as seguintes classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

¹⁴³ Nesta equação, X_{1i} refere-se à Mundo, X_{2i} refere-se à País e X_{3i} refere-se ao Pessoal; em relação aos maiores problemas.

- ♦ Problema País: Desemprego na visão dos trabalhadores desempregados, (50% contra 25,6%);
- ♦ Problema País: Modelo Político na visão das pessoas empregadas, (27,3% contra 7,7%);
- ♦ Problema País: Desigualdade Social na visão das pessoas desempregadas, (23,1% contra 18,6%);
- ♦ Problema País: Ignora na visão das pessoas empregadas, (6,2% contra 0,0%);

Na variável: Identificação do Maior Problema Pessoal, observam-se as classificações que distinguem quanto à Atual Situação de Trabalho:

- ♦ Problema Pessoal: Financeiro na visão das pessoas empregadas, (29,6% contra 15,4%);
- ♦ Problema Pessoal: Família/Educação/Moradia na visão dos trabalhadores desempregados, (26,9% contra 15,5%);
- ♦ Problema Pessoal: Desemprego na visão dos trabalhadores desempregados, (34,6% contra 6,4%);
- ♦ Problema Pessoal: Não tem na visão das pessoas empregadas, (31,8% contra 19,2%);

Aparentemente, a questão do desemprego continua sendo hipotética para uma grande parte das pessoas empregadas, um problema real apenas para quem está sendo atingido. Os trabalhadores que estão empregados creditam a existência dos problemas ao mau gerenciamento político / econômico do país que altera a composição de rendimentos. O poder aquisitivo rebaixado pela política de juros altos e salários controlados supera as outras preocupações. Quanto às pessoas desempregadas, o impacto diário do desemprego em relação às obrigações pessoais com a

família, a desigualdade social gerada pela falta de emprego e a angústia resultante fazem do mesmo o centro de atenções.

Com essa avaliação, conclui-se que o fenômeno do desemprego crescente é problema real para pessoas desempregadas e problema virtual para pessoas empregadas em Campinas, ao menos no início de 96. A conscientização ainda não se concretiza neste contexto em que o desemprego é um elemento subliminar. E a preocupação dos trabalhadores que estão empregados gira em torno do elemento desencadeador deste processo que é o modelo político.

7.4 PERFIL DE PERCEPÇÃO DO DESEMPREGO

Após a identificação destes perfis, urge delinear a percepção real dos trabalhadores campineiros sobre o fenômeno do desemprego, quando chamados a avaliá-lo em sua concretude. Foram investigados o Medo, as Causas e Formas de Diminuir o desemprego.

Com ARL, observou-se que 93,68% das variações entre as duas situações quanto a trabalho podem ser avaliadas a partir das variáveis citadas. O modelo gerado permitiu ver com clareza a distinção das características pela sua alta significância estatística ($P < 0,0000$). Este fato deve-se ao tipo de resposta dada pelos trabalhadores. O fenômeno é virtual ou real na vida de cada um mas, em geral, todos conhecem ou conseguem avaliar as conseqüências da presença do desemprego.

A equação de Regressão Logística pode ser, enfim, definida da seguinte maneira:

$$Y_i = -1,9390 - 7,8022 X_{11} - 6,4910 X_{12} - 3,0299 X_{21} + 0,0195 X_{22} - 2,0857 X_{23} - 2,8447 X_{24} - 12,0499 X_{25} - 7,7624 X_{31} - 0,6861 X_{32} + 9,6099 X_{33} + 0,2051 X_{34} + 9,4248 X_{35}^{144}$$

¹⁴⁴ Nesta equação, X_{11} refere-se ao Medo do desemprego, X_{21} refere-se à Causa do desemprego, X_{31} refere-se às formas para Diminuir o Desemprego

Considerando o Medo de ficar desempregado, observou-se que:

- ♦ As pessoas empregadas afirmam ter medo do desemprego, (53% contra 30,8%);
- ♦ Mas o fato de ter emprego leva um grande grupo a não temer o desemprego, (44,3% contra 11,5%)
- ♦ As pessoas desempregadas afirmam que já estão nessa condição, (57,7% contra 2,6%¹⁴⁵)

A análise das causas do desemprego na ótica dos trabalhadores de Campinas revelou diferentes níveis de percepção:

- ♦ as pessoas empregadas responsabilizam o Governo pela existência do desemprego, (38,1% contra 28%);
- ♦ as pessoas empregadas também responsabilizam a Globalização da Economia e a Automação nos setores produtivos pela agudização do desemprego, (16,1% contra 4%);
- ♦ O Capitalismo, em última instância, é o responsável para as pessoas empregadas, (8,9% contra 0,0%);
- ♦ A política econômica é uma causa do desemprego para ambas as classificações, porém prepondera entre os desempregados, (24,0% contra 21,6%);
- ♦ As pessoas desempregadas apenas sofrem o desemprego, não investigam causas, ignorando-as, (36% contra 6,4%);

As ações pensadas por estes trabalhadores para diminuir o desemprego giram, principalmente, em torno de políticas que necessariamente exigem uma mudança de direção no modelo político:

¹⁴⁵ Os trabalhadores que, mesmo na condição de empregado, se enquadraram nessa classificação, o justificaram por estar em aviso prévio.

- ♦ A reorganização do processo produtivo está na ótica dos dois grupos que, portanto, não se distinguem por esse elemento, (32,5% e 36% respectivamente);
- ♦ A ação governamental é a resposta para os trabalhadores empregados, (22,1% contra 8%);
- ♦ A reorganização do trabalho pode ser responsável pela diminuição na ótica das pessoas desempregadas, (20% contra 15,6%);
- ♦ Incentivos com política voltada para garantir a produção de alimentos e as microempresas podem diminuir o desemprego na opinião das pessoas empregadas, (11,7% contra 8%);
- ♦ Políticas de valorização do trabalhador também foram sugeridas pelas pessoas empregadas, (9,1% contra 4%);
- ♦ As pessoas desempregadas, aparentemente, sofrem o mesmo, mas não conseguem criar muitas idéias para diminuí-lo, (24% contra 9,1%);

Com base na avaliação acima, observa-se o prejuízo moral e social que causa o desemprego, quando as pessoas desempregadas afirmam não ter condições de projetar causas e soluções para o mesmo. Elas estão sendo chamadas a criar respostas no dia-a-dia, avaliam tudo que é proposto pelo governo, empresas, sindicatos mas se acham desalentadas. Percebem que nada funcionou ainda, não existe mágica e sua situação continua a mesma. Enquanto isso, as pessoas empregadas começam a refletir mais amplamente o problema instados a dar uma resposta que investigue causas e justifique encaminhamentos. Certamente, as soluções são um tanto genéricas, como uma tentativa de busca de respostas. As reflexões direcionam causas e soluções para o modelo político e seus

representantes. Ainda não se pensa em participação e co-responsabilidade nos fatos, levando a crer que a discussão ainda é incipiente.

7.5 PERFIL EM TERMOS DE CRENÇAS

A ARL foi aplicada às frases que expressam relações no mundo do trabalho, que real ou virtualmente, passam a ser vistas como fatores explicativos da atual situação de trabalho. Duas equações foram formadas, a primeira na direção da concordância e a segunda na direção dos motivos para a concordância.

No primeiro estudo, encontramos a estatística, $-2 \log$ de verossimilhança = 320,699 e um % de variação explicada de 76,92%.

A equação de Regressão Logística pôde ser, enfim, definida da seguinte maneira:

$$Y_i = -1,5205 - 0,5874 X_{11} + 0,2021 X_{12} - 0,1417 X_{21} - 0,1794 X_{22} - 0,8396 X_{31} - 0,7288 X_{32} - 0,0024 X_{41} - 0,26393 X_{42}^{146}$$

Como a procura de emprego ou a sua manutenção se reflete nas crenças enunciadas por pessoas empregadas ou desempregadas?

- ♦ As pessoas empregadas discordam da afirmativa de que “*a pessoa que estuda tem trabalho*”, (44,4% contra 23,1%), e as desempregadas concordam com a afirmativa, (34,6% contra 22,2);
- ♦ As pessoas empregadas não acham que a “*qualificação garanta a permanência na empresa*”, (58,8% contra 50%), e as desempregadas acham que sim, (30,8% contra 18,8%).
- ♦ A afirmação de que “*a automação causa desemprego*” tem a concordância das pessoas desempregadas, (84,6% contra 63%),

¹⁴⁶ Nesta equação, X_{11} refere-se ao Estudo e trabalho, X_{21} refere-se à Qualificação e emprego, X_{31} refere-se à Automação e desemprego e X_{41} refere-se ao Trabalho remunerado para todos

enquanto a discordância predomina entre os que têm emprego, (22,2% contra 7,7%);

♦ Sobre se existe *"trabalho remunerado para todos"*, de um modo geral os dois grupos na variável resposta comparecem igualmente, e mais de 50% não acredita nessa afirmação;

♦ Sobre a afirmação de que a *"Reforma agrária é uma solução para o desemprego na cidade"*, as pessoas desempregadas concordam mais, (53,8% contra 46,9%), e as empregadas discordam mais, (27,2% contra 23,1%);

A segunda equação foi construída avaliando as razões utilizadas pelos dois grupos para concordarem ou discordarem. Com 82,35% das variações explicadas na variável resposta, encontra-se uma estatística $-2 \log$ de verossimilhança de 232,246, a equação de Regressão Logística é:

$$Y_i = -3,4474 + 0,1032 X_{11} - 0,9424 X_{12} + 0,7882 X_{13} + 0,0173 X_{14} - 0,9037 X_{15} + 0,2690 X_{21} + 1,4946 X_{22} + 1,5997 X_{23} - 6,0663 X_{24} + 2,0263 X_{31} - 0,849 X_{32} - 0,6501 X_{33} - 1,0682 X_{34} + 1,752 X_{41} + 0,2764 X_{42} + 0,6237 X_{43} - 1,4882 X_{44} - 0,578 X_{51} - 0,9033 X_{52} + 0,4687 X_{53} + 1,6802 X_{54} - 0,116 X_{55}^{147}$$

Numa interpretação mais geral dos motivos dados para as concordâncias e discordâncias, que distinguem os dois grupos da variável resposta, observa-se que:

♦ As pessoas desempregadas acham que os trabalhadores têm mais opções se estudam, (26,9% contra 13,6%), mas também discordam porque os empresários valorizam mais a experiência anterior do que o conhecimento, (15,4% contra 6,2%), enquanto

¹⁴⁷ Nesta equação, os motivos das variáveis explicativas X_{1i} refere-se ao Estudo na obtenção de emprego, X_{2i} refere-se à Qualificação como garantia no emprego, X_{3i} refere-se à Automação como causa do Desemprego, X_{4i} refere-se à Existência de Trabalho remunerado para todos e X_{5i} refere-se à Reforma agrária como solução para desempregados da cidade.

as pessoas empregadas discordam porque acreditam que o mercado está restritivo, (19,8% contra 3,8%);

♦ Os trabalhadores campineiros apresentam razões idênticas para concordar ou discordar com a afirmação de que a qualificação garante o trabalho na empresa, porém o argumento da automação/globalização foi apresentado pelas pessoas empregadas, (17,5% contra 0,0%), e a idéia de que se está em tempos de fim de garantias foi a resposta das pessoas desempregadas, (19,2% contra 7,5%);

♦ As pessoas desempregadas argumentam que inexiste trabalho remunerado para todos, (42,3% contra 22,8%), e as empregadas acham que as razões estão na inexistência de vagas, (19% contra 7,7%), ou então que se trata de um problema político, (11,4% contra 3,8%);

♦ A automação, na opinião das pessoas desempregadas, causa desemprego porque substitui a mão-de-obra humana, (53,8% contra 27,5%), enquanto as empregadas discordam porque vêem a automação como um mal necessário, (21,3% contra 3,8%), e que é necessário fazer investimento nos humanos, (20% contra 7,7%);

♦ Na opinião das pessoas empregadas a reforma agrária pode ser uma solução se acompanhada de uma política agrícola que incentive a produção de alimentos, (18,8% contra 7,7%), e a discordância das pessoas desempregadas se deve ao fato de que o trabalho da terra é um trabalho muito duro impedindo a universalização dessa solução e não é qualquer pessoa que pode resolver seu problema com esse encaminhamento, (23,1% contra 12,5%).

Como se pode avaliar, as explicações no âmbito da “dóxa” – crenças, valores, opiniões – fazem sentido para o trabalhador desempregado que se responsabiliza pelo insucesso na procura e obtenção de emprego. Este “mea culpa”, típico de quem tem medo de buscar o enfrentamento, é resultado do “discurso” dos formadores de opinião, donos do poder de conceder ou não emprego, sob os quais se encontra seu destino, suas condições de sobrevivência. Para as pessoas empregadas, a observação do fenômeno do desemprego ocorrendo em sua volta, condiciona a avaliação de que as explicações podem não estar centradas nos trabalhadores, podem ser resultado de uma política mais geral que regula as relações capital - trabalho.

CONCLUSÃO

OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE QUALIFICAÇÃO E DESEMPREGO E SEUS EFEITOS SOCIAIS

CONCLUSÃO

OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE QUALIFICAÇÃO E DESEMPREGO E SEUS EFEITOS SOCIAIS

Os fatos , acima relacionados, sinalizam para a emergência da busca de soluções para o problema fundamental que é a concentração de renda e algumas de suas conseqüências: crescimento do desemprego, relegação do emprego formal a um caráter de exceção. Não se trata, portanto, de buscar soluções por meio de acordos individuais ou particulares.

Há que se recriar sobre o conhecimento dos homens e mulheres envolvidos nessa condição de trabalho, e há que se encontrar formas de rever o quadro geral político-econômico em que se insere esta sociedade e seus encaminhamentos. Todo o trabalhador empregado nas atuais circunstâncias tem grande chance de vir a ser um desempregado.

As observações realizadas levam à percepção de que a presença de desempregados atinge um grande número de famílias em 96, na razão média de 29,14% das famílias campineiras com pelo menos um desempregado. A agudização do fenômeno recessivo é recente, ano 94 para cá, pelo tempo médio típico de ocorrência de desemprego. Ao considerar essa data, é permitido relacioná-la com o início da reestruturação econômica, o Plano Real, ocorrida em 94 como fato político local preponderante. O modelo de exclusão social agudizou-se com essa ordem econômica cumulativa de ações passadas que eclode em 94 com toda a intensidade, quando o novo governo implementou sua opção política: a política neoliberal.

O ingresso no mercado de trabalho, bem como o reingresso, está problematizado. Atinge indivíduos ainda sem grande tradição de trabalho formal e organização classista. O desemprego concentra-se nas pessoas da faixa de 21 a 30 anos, justamente a faixa que está no início de uma fase potencialmente produtiva, cheia de expectativa e de novas responsabilidades. Apesar do que pensam os trabalhadores sobre a escolaridade, ainda se percebe uma relação direta entre as profissões que estão absorvendo os indivíduos. As profissões com maior exigência de escolaridade, nível superior e técnico, apresentam menos desempregados enquanto as que têm baixa exigência de escolaridade, quando muito, cursos de qualificação de curta duração ou nem isso, apresentam maior taxa de desocupados. Estas constatações, estatisticamente válidas, qualificam a mudança que se processa na estrutura de emprego e na reorganização do processo produtivo. Por outro lado, o nível salarial também está aliado à baixa escolaridade de forma direta: menor escolaridade, menor rendimento, menor participação como consumidor na estrutura social. Isto numa sociedade como Campinas que tem características de uma região desenvolvida. Ocorre, portanto, de forma diversa do que em sociedades cuja estrutura é de região atrasada. Nestas a escolaridade é pouco disseminada e justificada pelo tipo de trabalho existente - acima de tudo braçal, com poucas características de concepção.

Foram encontrados em Campinas 26.6% de trabalhadores que nada ganham, sendo que o rendimento médio entre os desempregados é de 1,5 salários mínimos. Esse rendimento leva à ocorrência de fome, miséria, desnutrição que são fenômenos típicos de uma violência não contabilizada, para além da violência contra a propriedade privada e à vida dos seres humanos.

Nestas circunstâncias, o próprio emprego passa a ser uma “dóxa”, levando até os próprios trabalhadores a idealizar a solução na sua forma mais primária: o emprego é a solução para todos os males e, se o indivíduo o obter, terá garantias sociais. Continua, no entanto, numa sociedade de excluídos e de exclusão. A qualificação é sua responsabilidade e/ou do Estado. Ele trabalha um tempo excessivo, 9,16 h/d em média, o que equivale dizer que sobrevive sem direitos a participação social, sem descanso, sem tempo para qualificar-se ou buscar escolarização. Por outro lado, na ausência de rendimento digno, o salário-mínimo não lhe garante participação como consumidor. O paradoxal, nessa organização social em que se vive, é que o antídoto para a falta de qualificação e escolaridade é a promoção, com verbas públicas ou do próprio indivíduo, de cursos que são apenas “caça níqueis”, na ótica dos empresários que os oferecem, ou “caça votos”, na ótica do governo que os promove. Pela oferta avaliada conclui-se que os cursos visam, preferentemente, qualificar os trabalhadores para o exercício de atividades eventuais. Essa constatação apóia-se no aprofundamento das diferenças entre as regras que regulamentam os cursos de qualificação informal de curta duração e os formais, técnicos ou profissionais, de longa duração. Fazer cursos nas circunstâncias em que são oferecidos, sem comprometimento dos empresários, faz com que o nível de obtenção de emprego seja muito baixo após a realização dos cursos profissionalizantes.

Dessa forma, observa-se que os donos do capital, se excluem da responsabilidade com a formação da mão-de-obra e também com a abertura da economia que possibilitaria a viabilização do projeto social dos trabalhadores excluídos. No acompanhamento de uma experiência particular como foi a do PEQ/SP 96-98, encontram-se as informações que sustentam estes argumentos: 8,7% dos ingressantes, 11,2% dos

desempregados e 20% dos empregados obtiveram trabalho, seja ele na formalidade ou na informalidade.

Observa-se que a “dóxa” – crenças, valores, opiniões em torno da educação, qualificação, democracia - como explicações para os fatos que circundam o trabalhador no embate diário para manutenção e/ou obtenção de emprego, têm maior aval entre os trabalhadores desempregados do que entre os que estão empregados.

A necessidade de continuar buscando um trabalho que traga tranqüilidade ao dia-a-dia e que gere segurança leva a explicações míticas para os fracassos dessa busca, projetando uma justificação virtual entre os trabalhadores campineiros que estão desempregados e se auto-responsabilizam por esses resultados. Nesse caso, a “dóxa” serve apenas como elemento emocional, de esperança na busca de trabalho, antídoto para o desalento, pois traz em seu bojo elementos de superação: se puder estudar, se conseguir qualificar-se, se não fossem as máquinas, se houvesse trabalho para todos, ... No entanto, para os que estão empregados, ela não se confirma pois sofrem o desgaste da própria realidade que trata de contradizê-la. Além disso, observa-se que as razões emitidas por estes trabalhadores são mais politizadas, mais amplas pois buscam as causas ocultas dos fatos. As obviedades não satisfazem.

Admite-se que, se a finalidade está na promoção de uma sociedade mais justa e no fim das políticas de exclusão social, é preciso que a ação sindical também intervenha produzindo este efeito. A abrangência dos sindicatos deve se ampliar abarcando todos os trabalhadores, ativos e inativos, empregados ou desempregados. E contribuir para a criação de novos postos de trabalho, remunerados dignamente, com capacidade de repor o trabalhador em termos pessoais e familiares.

Acima de tudo, pode-se concluir que o crescimento do desemprego têm razões políticas baseadas na sustentação de uma sociedade

excludente. A alteração dessa lógica é que permitirá a ruptura. Porém, a primeira ruptura há que se dar na visão que o próprio trabalhador se permite ter e que a admite, conferindo-lhe um caráter de "verdade". Estes espaços existem e dependem de uma vontade política e crença no ser humano. Porém, desde já, o grande móvel de transformação de uma sociedade que garanta não só o homem mas todos os seres vivos exige que se recusem os modelos de concentração de renda, caso contrário qualquer solução será efêmera. O modelo vigente de organização social, política e econômica não comporta a luta por direitos para todos. Para isso, espaços reais de ruptura podem ser encontrados na via da Educação.

Na reestruturação dos espaços de ocupação humana existem ainda muitos campos não explorados. São trabalhos na área ecológica, social, progresso humano, preparação para o trabalho, ... A sociedade brasileira está carente de atividades que apoiem menores, idosos. Estes são espaços que só vão existir se homens e mulheres lutarem, os governantes quiserem e apoiarem, empresários abrirem mão da insensatez e garantirem. As soluções, conforme opinião dos trabalhadores de Campinas, têm seus espaços no processo produtivo com a racionalização e humanização das novas tecnologias, de modo que não seja excludente para os seres humanos, na eliminação de intermediação do processo produtivo e com a redução da carga de trabalho diária. Existem encaminhamentos necessários no campo político sem os quais tudo será circunstancial e superável. As ações governamentais têm necessariamente que fazer uma opção de prioridades sob essa ótica. A sociedade faz encaminhamentos que são de natureza cidadã quando propõe a luta dos trabalhadores através de Movimentos Sociais. Este é o pacto necessário.

Como CORIAT propõe, o mundo produtivo exige “*pensar ao avesso*”¹⁴⁸ e valoriza a qualificação, uma vez que a execução dentro desse sistema passa necessariamente pela integração das tarefas de conceber e executar. O trabalho é flexível, adaptando-se as exigências da produção, modificando a rotina, equipamentos, ferramentas e o produto a ser produzido. Logo é uma situação de trabalho e produto flexível. Com estes requisitos o trabalhador passa a necessitar uma qualificação poliespecializada em que o conhecimento não pode se restringir a uma única área ou rotina. Ao mesmo tempo, essa qualificação não o prepara para operar em outras empresas. Caso venha a deixar a empresa em que atua, precisa desenvolver-se novamente para a nova fábrica. É um eterno reconstruir-se que tem seus aspectos positivos, quando observado sob o ponto de vista da poliespecialização, uma vez que o trabalhador armazena sempre novos conhecimentos, ainda que parcializados.

Por outro lado, num mundo globalizado e competitivo isto o faz recomeçar sem acumular vantagens salariais atingidas anteriormente. Ele compete dentro da classe trabalhadora sem vantagens da experiência e da profissão. Se trabalha numa instituição deve saber todas as rotinas que são próprias do sistema em que atua. Caso venha a ser demitido, não levará essa experiência de forma total para outras áreas de serviço. A reengenharia utilizada como forma de adequar as empresas aos programas de Qualidade Total na busca de qualidade e competitividade provoca demissões em todos os níveis. A racionalização esperada deve promover a maior lucratividade da empresa. Com este objetivo as organizações demitem e extinguem postos de trabalho, fazendo cair o nível de emprego.

¹⁴⁸ CORIAT, B. Op. Cit. 1994

O homem e a mulher de hoje têm que ser criativos, cultos, ter decisão tanto na empresa como fora dela. É preciso resgatar as raízes, a cultura, o saber fazer acumulado em gerações de seres humanos. A convivência conflituosa dos diversos mundos pode recriar a capacidade das pessoas. O contraste vai gerar conhecimento e, por outro lado, desmistificar o poder concentrado pelo domínio do saber. A tecnologia deverá ser usada para perpetuar este saber. As novas formas de administrar com planejamento participativo e delegação de poder darão garantia de participação, ao mesmo tempo significarão o assumir de responsabilidades. A difusão de cooperativas de produção que, aproveitando o saber acumulado e educando para a cooperação no lugar da competição, podem estabelecer novas bases para romper com a exclusão. Todas soluções encaminham para um agir coletivo, um movimento social organizado.

Num país onde o analfabetismo é um padrão, a primeira tarefa é a sua erradicação. Deve-se enfrentá-lo coletivamente e de forma ampla. É necessário compreender que o analfabetismo tem vários aspectos: a ignorância de direitos, de deveres, de compreensão de fatos e informações e a deseducação política. Não basta aprender a dominar os mecanismos de leitura e escrita. Também é necessário identificar e erradicar o analfabetismo de todas as espécies: cultural, social, econômico. O analfabetismo cria dependência e tira o espaço de sobrevivência dos diversos grupos sociais. A sociedade como um todo deve ser solidária e repassar conhecimento acumulado. Conhecimento é poder, por isso foi intensamente concentrado em poucos, seja nos “sacerdotes do mundo antigo”, seja nos nobres e religiosos da Idade Média, seja nos técnicos e administradores do mundo fordista. Homens e mulheres precisam saber intervir nos fatos e serem solidários.

A Educação poderia abrir espaço para a comunidade. É preciso intervir na organização escolar, sabendo que as soluções não são únicas. Os padrões escolares ainda são os que a regeram desde o princípio, a mesma seqüencialidade, desvinculada do meio, espaço privilegiado de discussão acadêmica. A sociedade capitalista desenvolve a individualidade, o pensar ao inverso da escola seria o de promover a solidariedade e o coletivo

O currículo pode ser flexibilizado, atendendo a interesses do grupo, desenvolvendo criatividade, consciência, posicionamento, referências. Novas formas de organização podem ser pensadas pelos próprios grupos. Sempre é possível retomar a busca de conhecimento, uma vez que de analfabetos da leitura e escrita muitos até podem escapar, porém sempre se é analfabeto em algum sentido.

O abrandamento da obrigatoriedade e dos limites de acesso impostos estenderiam as possibilidades de conhecimento das pessoas. Com isso a organização escolar poderia ser aberta à comunidade, interagindo comunitariamente, sem caráter de uniformidade e produção em massa, mas de forma cooperativa e com planejamento participativo. Verdadeiros grupos de solidariedade comunitária poderiam se formar, e o magistério seria exercido pelo domínio do conhecimento aliado à experiência. As pessoas se reúnem e assumem a responsabilidade pela reprodução do conhecimento. O registro da história viva da comunidade através das histórias de vida perpetuaria o saber acumulado pelo homem e pela mulher em suas diversas atividades. O ser humano não nasce com vocação preestabelecida e com dons únicos. Os dotes de uma pessoa interagem com o ambiente e nele se formam, se criam e se modificam. Isto potencializa, através de movimentos educacionais, a re-inserção dos homens nos processos produtivos atuais.

Políticas educacionais fortes e com recursos poderão pôr fim ao analfabetismo, ampliar o acesso cultural. A política definida pelas leis devem ter o caráter de envolver empresas públicas e privadas no fomento da educação e cultura. As carências brasileiras são muitas, não apenas pelas suas dimensões continentais, mas principalmente porque submeteu-se ao capital e sua justiça privilegia a defesa do patrimônio em detrimento das pessoas. A discriminação decorrente dessa forma de organização social impõe padrões de comportamento e de aceitação das posições preestabelecidas. Hoje vive-se uma “sociedade de castas” em que o indivíduo está definido antes de nascer. É preciso romper com este círculo vicioso de caráter excludente.

A formação não pode ter caráter excludente em seu currículo, deve-se buscar o incentivo à formação integral e trabalhar com cursos de atualização descentralizados. A exclusão de que se está falando tem origem na grande separação entre educação formal e informal. O educando é visto como uma pessoa que nada aprendeu antes de vir à escola. Todas as suas lutas anteriores são ignoradas e isso o despersonaliza dando margem à discriminação. Os novos conhecimentos que serão adquiridos interagem com os anteriores, dando-lhes um formato personalizado. Por isso ignorar a vida pregressa, atual e as projeções de futuro impedem que o saber seja difundido de forma igualitária.

Nessas circunstâncias, vislumbra-se a necessidade de ampliar as interrogações que normalmente são feitas e que, de uma certa forma, este estudo pode estar deixando em aberto, quais sejam: as razões objetivas e subjetivas da não obtenção de emprego; o papel do empresariado no comprometimento com o nível do emprego; a informalidade das relações trabalhistas na continuidade do emprego; a qualificação para a empresa e não para a profissão; os movimentos sociais como alternativa para a superação dos limitantes da sobrevivência urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ADRIANZEN, A. Democracia en América Latina: experiencias y reflexiones. **Serviço Social & Sociedade**, 40 (13), dez. 1992.
2. BARANGER, D. **Construcción y análisis de datos** : Introducción al uso de técnicas cuantitativas en la investigación social. Posadas : Editorial Universitaria/Cátedra Universidad Nacional de Misiones, 1992.
3. BEGG, M. D. LAGAKOS, S. Loss in efficiency caused by omitting covariates and Misspecifying exposure in Logistic Regression Models. **JASA**, (88) 421 – march- 1993.
4. BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista** : Degradação do trabalho no século XX. RJ : Zahar Ed., 1977.
5. BRAVO, R. Mujer, Desarrollo y población en America Latina. **Notas de Población**. Santiago, (48) : 35-59, dic. 1989
6. BRESCIANI, L. P. Trabalhadores, empresários e mudança tecnológica nos anos 80. In : **Caderno da CUT – Jurídico e Relações sindicais**. S.n.t.
7. BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In Tomaz Silva (org.) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991.
8. BRUM, A. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 17ª ed. Ijuí : UNIJUI Ed., 1997.
9. BRUYNE, P. HERMAN, J. SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Tr. Ruth Joffily. Rio de Janeiro : Ed. Francisco Alves, 1991.
10. BURAWOY, M. A. transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **RBCS**, 13 (5), jun/1990.
11. CAMARGO, A. B. M. MONTALI, L. T. A manifestação das desigualdades sociais no espaço metropolitano. In: **FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – O jovem na Grande São Paulo**. São Paulo, SEADE, 1988. p.35-66
12. CARNOY, M. LEVIN, H. **Escola e trabalho no estado capitalista**. Cortez Ed., 1987
13. CARVALHO, R. Q. Projeto de primeiro mundo com conhecimento e trabalho de terceiro? Campinas : **DPCT, IG-UNICAMP**, Textos para discussão nº 12, 1992

14. CASTIONI, R. **Reestruturação produtiva e (re)qualificação profissional: empregabilidade e competências.** (Texto xerocado)
15. CASTRO, M. S. P. **Informática e Novas : Regulação das relações coletivas..** **CADERNOS DA CUT**, s.n.t.
16. CASTRO, N. A. GUIMARÃES, A. S. A. Além de Braverman, depois de Burawoy: Vertentes Analíticas na Sociologia do Trabalho. **RBCS**, 17, (6) outubro de 1991.
17. CHAHAD, J. P. Z.. CERVINI, R. A. Crise e infância no Brasil: o impacto das políticas de ajustamento econômico. São Paulo : **IPE/USP**, 1988.
18. CHAVES, A. M. Consequência a longo prazo da exclusão escolar. **Ciência e Cultura** : São Paulo, 45(5/6): 347-353, 1990.
19. **CNN TRANSPORTES.** Currículo básico para que o trabalhador adquira condições mínimas de empregabilidade. Texto reproduzido de Eduardo Alves Pacheco – Secretário de Formação da CNTT/CUT, jan. 1997. s.n.t.
20. COCHRAN, W. G. **Técnicas de amostragem.** RJ : Fundo de Cultura, 1965.
21. CODO, W. et alii. **Indivíduo, trabalho e sofrimento** – Uma abordagem interdisciplinar, Petrópolis : Vozes, 1993.
22. CORIAT, B. **Pensar pelo avesso:** O modelo japonês de trabalho e organização. Tr Emerson S. da Silva. RJ : **REVAN, UFRJ**, 1994.
23. DEDECCA, C. S. FERREIRA, S. P. Transição demográfica e crescimento da população economicamente ativa. **São Paulo em perspectiva.** São Paulo, 3(3) : 79-83, jul/set, 1989.
24. DEDECCA, C. S. Desemprego e regulação no Brasil hoje. **Cadernos do CESIT**, Campinas : UNICAMP, 20, ago/96.
25. DRAIBE, S. M. Uma perspectiva del desarrollo social en Brasil. **Revista de la CEPAL**, Santiago, (39) : 49-63, 1989.
26. **ECER** - European Conference Educational Research
<http://www.EERA.ac.uk/ECER98.html>
27. **EERA** - European Educational Research Association
e-mail: ac.sec.eera@scree.ac.uk
28. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Tr. Roberto Machado. Rio de Janeiro : Ed. Graal, 1992.
29. FREEMAN, C. SOETE, L. **Work for all or mass unemployment? :** computerised technical change into the 21st century. London : Printer Publishers, 1994.
30. FRICKE, R. M. AGUILAR, L. E. Education and Employment: studying evaluation of the courses of qualification for unemployed workers

ECCER98, Liubliana, Slovenia, 1998.

31. FRICKE, R. M. BRYAN, N.P. Globalization, employment and unemployment, changes in the work process, government policies, proposals from work in Brazil and other countries and his reflection in Education. **ECCER96**, Sevilla, Spain, 1996.
32. —. The relationship between training and employment. The follow-up of participants of training courses in the State of São Paulo (Brazil). **ECCER98**, Liubliana, Slovenia, 1998.
33. FRICKE, R. M. Cadernos de Estatística I – Organização de Dados. (3ª versão experimental). Ijuí : **UNIJUI**, 1998.
34. —. Análise da estrutura de erro em processos de amostragem em Pesquisa de Campo. **SINAPE**, Belo Horizonte, 1992.
35. —. Cadernos de Estatística II – Representação Gráfica. . (3ª versão experimental). Ijuí : **UNIJUI**, 1998.
36. —. Cadernos de Estatística III – Medidas Descritivas. (3ª versão experimental). Ijuí : **UNIJUI**, 1999.
37. —. Cadernos de Estatística IV – Amostragem. (1ª versão experimental). Ijuí : **UNIJUI**, 1991.
38. FSP - Folha de São Paulo <http://www.uol.com.br/folha>
39. GIOLO, S. R. SCHIMAKURA, S. E. NÁPOLI, C. Modelo de Regressão Logística em estudos biológicos
<http://www.est.ufpr.br/silvia/projp1.htm>
40. GÖRGEN E STÉDILLE (orgs) **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis : Vozes, 1991.
41. GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo : Martins Fontes, 1980.
42. HIRATA, H. HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. **RBCS**, 11 (4), out. 1989.
43. —. Desemprego oculto pelo trabalho precário: operários industriais na Grande São Paulo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, 3(1/2) 84-91, jan./jun. 1989.
44. IANNI, A. A crise de paradigmas na sociologia. **RBCS**, 13 (5) jun. de 1990.
45. **IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo de 1991.
46. —. **PNAD** 1996.

47. _____. in <http://www.ibge.gov.br>
48. JENNINGS, D. E. Outliers and Residual Distribution in Logistic Regression, **JASA**, v. 81 (396), 987-990, 1986.
49. KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em Ciências sociais** : um tratamento conceitual. São Paulo : EPU, 1979.
50. LEITE, E. **Trabalho e qualificação**: a classe operária vai à escola. Campinas : UNICAMP, março de 1993.
51. LEITE, M. P. O “modelo sueco” de organização do trabalho. Campinas : **DECISAE/UNICAMP**
52. _____. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão-de-obra. **DECISAE/FE/UNICAMP**, 1994.
53. _____. Modernização tecnológica e relações de trabalho no Brasil: Notas para uma discussão. In Novas falas em Organização do trabalho, **Escola Sindical 7 de outubro**, Belo Horizonte, 1992.
54. LIMA, E. et alii. Condições sócio-econômicas, alimentação e nutrição da população urbana de uma localidade do estado de Minas Gerais (Brasil). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 23(5): 410-421, out. 1989.
55. LIPIETZ, A. . As relações Capital – Trabalho no limiar do século XXI. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 12 (1): 1011-130, 1991.
56. LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. Tr. Estela dos Santos Abreu. São Paulo : Martins Fontes, 1981.
57. LOPES, J. B. Pós modernidade: superação da modernidade ou reação conservadora? **Serviço Social & Sociedade**, 42 (14), ago. 1993.
58. MARX, K. **Capítulo 6**, snt
59. _____. **O Capital. Parte Quarta** - A Produção da Mais Valia Relativa - Capítulo X - Conceito de Mais Valia Relativa – 5ª Edição. Tr. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.
60. _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**, São Paulo : Nova Cultura, 1987.
61. MATTOSO, J. E. L. POCHMANN, M. Globalização, concorrência e trabalho. **Cadernos do CESIT**. Campinas : UNICAMP, CESIT, n 17, 1995.
62. MONTEIRO, C. A. Mortalidade infantil: nutrição e desigualdade social. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, 3 (3): 31, jul./set. 1989

63. **MTb - MINISTÉRIO DO TRABALHO** - Secretaria Executiva -Secretaria de Planejamento e Orçamento. Plano de ação: um compromisso com a mudança 1996-1998. Documento MTb 1996.
64. **OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT** - ECONOMIC SURVEYS - 1993-1994
65. <http://www.oecd.org/publication/observer/index.htm>
66. **PACHECO, C. A.** Os aglomerados urbanos de São Paulo: as novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista - terceirização e precarização da estrutura ocupacional nos anos 80. **CESIT - INSTITUTO DE ECONOMIA - UNICAMP**, s.n.t.
67. **PEREIRA, M. A. N.** **Trabalhadores, empresários, Estado: todos juntos na formação profissional?** s.n.t.
68. **PIRES, C.** **A violência no Brasil.** 4ª ed. São Paulo : MODERNA, 1987.
69. **POCHMANN, M.** Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. **CESIT - INSTITUTO DE ECONOMIA - UNICAMP**, s.n.t.
70. —. In: <http://www.ibge.gov.br>
71. **PREGIBON, D.** Logistic regression diagnostics. **THE ANNALS OF STATISTICS**, (9) 4 – July 1981.
72. **RATTNER, H.** Tecnologia e ecodesenvolvimento. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, 3 (4) : 88-93, out./dez. 1989.
73. **ROSENBERG, M.** **A lógica da análise do levantamento de dados.** Tr. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira Mota. São Paulo : Cultrix, Ed. da USP, 1976.
74. **ROUSSEAU,** in **Os pensadores.** São Paulo : Abril Cultural, v. XXIV, 1978.
75. **RUMMEL, R. J.** **Applied factor analysis Evaluation**, Northwestern : University Press, 1970.
76. **SAMPAIO, P. S. A.** Reforma Agrária: presente e futuro. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, 3 (1/2) : 66-68, jan./jun 1989.
77. **SCHUMAN, M. KERN, H.** **La fim de la division du travail?** Barcelona, 1988
78. **SEADE, DIEESE, UNICAMP.** Pesquisa de emprego e desemprego: principais resultados, análise de fevereiro de 1988. São Paulo : SEADE, fev. 1988.
79. **SEADE** in <http://www.seade.gov.br>

80. **SERT/SP - UNITRABALHO.** Relatório de avaliação do PEQ/96. S.n.t.
81. **SERT/SP.** Diretrizes, Programas e Serviços. 1995
82. **SHIROMA, E. O.** Mudança tecnológica, qualificação e políticas de gestão: a educação da força de trabalho no modelo japonês. **Tese de Doutorado.** FE - UNICAMP, 1993.
83. **TAYLOR, J. M. G.** The cost of generaling Logistic Regression. **JASA**, (83) 404, december, 1988.
84. **UNICAMP. NEPP.** Políticas de desenvolvimento urbano: habitação, saneamento básico e transportes coletivos. In: UNICAMP, NEPP, Relatório sobre a situação social do Brasil, Campinas : NEPP, 1989
85. **WILLIS, P.** **Aprendendo a ser trabalhador :** Escola, resistência e reprodução social. Tr. Tomaz Tadeu da Silva, Daise Batista. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991.
86. **WONG, G. Y. MASON, W. M.** The Hierarchical Logistic Model for Multilevel Analysis. **JASA**, V. 80 (391) : 513-524 Sep. 1985.
87. **WOOD, S.** **The transformation of work?** Skill, flexibility and the labour process. London : Unwyn Hyman, 1989.
88. —. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo? **RBCS**, 17 (6), out. 1991.

ANEXO 1

INSTRUMENTO DE CAMPO - ENTREVISTA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNICAMP - CAMPINAS - SP

PESQUISA DE CAMPO PARA A TESE DE DOUTORADO

Orientanda: Profª Ruth Marilda Fricke

Orientador: Prof. Dr. Newton Antonio Paciulli Bryan

Campinas, Fevereiro de 1996

Prezado(a) Sr.(a) Solicito sua colaboração para conhecermos o pensamento dos (as) campineiros (as) sobre Desemprego, Qualificação em tempos de globalização. Agradeço muito a sua participação. Doutoranda Ruth Fricke

Nº:.....ENTREVISTADOR:..... LOCAL:

1. IDADE: [...] 2. SEXO: 1.[...]F 2.[...]M 3. PROFISSÃO:

4. MORADIA	(1)[...] Bairro	(2)[...] Centro	(3)[...] Interior
------------	-----------------	-----------------	-------------------

5. ESCOLARIDADE:

Código	Escolaridade
(0) -	Não tem/Analfabeto
(1) -	Não tem/Lê e escreve
(2) -	Primeiro grau (1ª a 4ª inc.)
(3) -	Primeiro grau (1ª a 4ª compl.)
(4) -	Primeiro grau (5ª a 8ª inc.)
(5) -	Primeiro grau (completo)
(6) -	Segundo grau (incompleto)
(7) -	Segundo grau (completo)
(8) -	Terceiro grau (incompleto)
(10) -	Terceiro grau (completo)
(11) -	Pós-graduação (mestrado)
(12) -	Pós-graduação (doutorado)

6. Está EMPREGADO? Quanto TEMPO nessa situação?

Código	Resposta	Tempo
(1) -	Empregado	
(2) -	Autonomo	
(3) -	Empresário	
(4) -	Trabalha por conta própria	
(5) -	Emprego temporário	
(6) -	Desempregado	
(7) -	Aposentado	
(8) -	Estudante	
(10) -	Não trabalha / Nunca trabalhou	

7. Qual é o seu SALÁRIO atualmente?: [R\$] ou salários mínimos: [.....]

8. Têm REGISTRO na carteira de trabalho?

1.[...] Sim; 2.[...] Não; 3.[...]Autônomo; 4.[...] Não Trabalha 5.[...]Estatutário

9. É SINDICALIZADO?: 1.[...]Não; 2.[...]Sim, Qual Sindicato?:

10. Quanto TEMPO DE SERVIÇO o sr.(a) já têm?: Total: [....]

11. Quantas horas trabalha POR DIA, normalmente? [.....]

12. Faz HORAS EXTRAS?

1.[...] Sim, remuneradas 2.[...]Sim, mas não remuneradas 3.[...] Não faz

13.Realizou curso PREPARATÓRIO para o trabalho que exerce, qual foi?

1.[...] Não; 2.[...]Sim, de

14. O que GOSTARIAS de estudar para estar melhor preparado em seu serviço?

.....

Na sua Opinião:

15. Qual é o maior problema do MUNDO hoje?	
16. Qual é o maior problema do PAÍS hoje?	

17. Qual é o teu principal problema hoje, PESSOAL?	
17. Você tem MEDO de ficar desempregado?	
18. O que, na sua opinião, CAUSA o desemprego?	
19. O que poderia DIMINUIR o desemprego?	

20. Você acha que a pessoa que ESTUDA tem trabalho?

1.[...]Sim; 2.[...]Não; 3.[...]Alguns; 4.[...]Não Sabe

Porquê

21. Você acha que o trabalhador qualificado está GARANTIDO na empresa?

1.[...]Sim; 2.[...]Não; 3.[...]Alguns; 4.[...]Não Sabe

Porquê

22. Você acha que existe trabalho remunerado PARA TODOS?

1.[...]Sim; 2.[...]Não; 3.[...]Para Alguns; 4.[...]Não Sabe

Porquê

23. Você acha que o desemprego cresce com a AUTOMAÇÃO, uso de máquinas para fazer os trabalhos?

1.[...]Sim; 2.[...]Não; 3.[...]Em parte; 4.[...]Não Sabe

Porquê

25. Você acha que a REFORMA AGRÁRIA é uma solução para os desempregados da cidade?

1.[...]Sim; 2.[...]Não; 3.[...]Em parte; 4.[...]Não Sabe

Porquê

26. Gostaria de deixar, um comentário, sugestão ou OPINIÃO FINAL?

.....

.....

ANEXO 2

ESTATÍSTICAS

TABELAS CRUZADAS

Tabela 001 Distribuição dos entrevistados segundo faixa etária e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
IDADE	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
<= 20	24	3	5	32
	75.0%	9.4%	15.6%	8.8%
	9.8%	3.8%	12.2%	
21 à 30	99	45	15	159
	62.3%	28.3%	9.4%	43.7%
	40.4%	57.7%	36.6%	
31 à 40	48	15	6	69
	69.6%	21.7%	8.7%	19.0%
	19.6%	19.2%	14.6%	
41 à 50	63	12	9	84
	75.0%	14.3%	10.7%	23.1%
	25.7%	15.4%	22.0%	
> 50	11	3	6	20
	55.0%	15.0%	30.0%	5.5%
	4.5%	3.8%	14.6%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Tabela 002 Distribuição dos entrevistados segundo gênero e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
GENERO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Feminino	104	33	26	163
	63.8%	20.2%	16.0%	44.8%
	42.4%	42.3%	63.4%	
Masculino	141	45	15	201
	70.1%	22.4%	7.5%	55.2%
	57.6%	57.7%	36.6%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 6.49; Graus de liberdade= 2; Valor p= 0.03899169 <---

Tabela 003 Distribuição dos entrevistados segundo profissão e situação de trabalho

Escol. Profissão	Situação atual de trabalho			
	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Superior	39	3	6	48
	81.3%	6.3%	12.5%	13.2%
	15.9%	3.8%	14.6%	
Técnico	51	3	3	57
	89.5%	5.3%	5.3%	15.7%
	20.8%	3.8%	7.3%	
Qualificado	81	33	9	123
	65.9%	26.8%	7.3%	33.8%
	33.1%	42.3%	22.0%	
Não qualificado	74	39	9	122
	60.7%	32.0%	7.4%	33.5%
	30.2%	50.0%	22.0%	
Do lar/ Estudante	0	0	14	14
	0.0%	0.0%	100.0%	3.8%
	0.0%	0.0%	34.1%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 004 Distribuição dos entrevistados segundo moradia e situação de trabalho

MORADIA	Situação atual de trabalho			
	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Centro	36	9	5	50
	72.0%	18.0%	10.0%	13.7%
	14.7%	11.5%	12.2%	
Bairro	171	63	30	264
	64.8%	23.9%	11.4%	72.5%
	69.8%	80.8%	73.2%	
Outros	38	6	6	50
	76.0%	12.0%	12.0%	13.7%
	15.5%	7.7%	14.6%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 005 Distribuição dos entrevistados segundo escolaridade e situação de trabalho

ESCOLAR	Situação atual de trabalho			Total
	Empregado	Desempregado	Inativo	
Não escolarizado	3	9	0	12
	25.0%	75.0%	0.0%	3.3%
	1.2%	11.5%	0.0%	
1ª a 4ª	44	15	6	65
	67.7%	23.1%	9.2%	17.9%
	18.0%	19.2%	14.6%	
5ª a 8ª	69	27	6	102
	67.6%	26.5%	5.9%	28.0%
	28.2%	34.6%	14.6%	
2º Grau	66	24	20	110
	60.0%	21.8%	18.2%	30.2%
	26.9%	30.8%	48.8%	
3º Grau	63	3	9	75
	84.0%	4.0%	12.0%	20.6%
	25.7%	3.8%	22.0%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
 - Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 44.10; Graus de liberdade= 8; Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 006 Distribuição dos entrevistados segundo atual atividade e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
Relação	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Empregado	167	0	0	167
	100.0%	0.0%	0.0%	45.9%
	68.2%	0.0%	0.0%	
Autônomo	63	0	0	63
	100.0%	0.0%	0.0%	17.3%
	25.7%	0.0%	0.0%	
Desempregado	0	63	0	63
	0.0%	100.0%	0.0%	17.3%
	0.0%	80.8%	0.0%	
Inativo	0	0	29	29
	0.0%	0.0%	100.0%	8.0%
	0.0%	0.0%	70.7%	
Empresário	15	0	0	15
	100.0%	0.0%	0.0%	4.1%
	6.1%	0.0%	0.0%	
Informal	0	15	0	15
	0.0%	100.0%	0.0%	4.1%
	0.0%	19.2%	0.0%	
Aposentado	0	0	12	12
	0.0%	0.0%	100.0%	3.3%
	0.0%	0.0%	29.3%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Tabela 007 Distribuição dos entrevistados segundo tempo na atual situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
TEMPO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
< 6 meses	39	30	11	80
	48.8%	37.5%	13.8%	22.0%
	15.9%	38.5%	26.8%	
6 à 23	36	21	15	72
	50.0%	29.2%	20.8%	19.8%
	14.7%	26.9%	36.6%	
24 à 60	84	12	3	99
	84.8%	12.1%	3.0%	27.2%
	34.3%	15.4%	7.3%	
> 60 meses	86	15	12	113
	76.1%	13.3%	10.6%	31.0%
	35.1%	19.2%	29.3%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 44.58;Graus de liberdade= 6;Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 008 Distribuição dos entrevistados segundo atual faixa salarial e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
SALÁRIO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
< 1 s.m.	21	51	26	98
	21.4%	52.0%	26.5%	26.9%
	8.6%	65.4%	63.4%	
1 à 2,99 s.m.	45	6	6	57
	78.9%	10.5%	10.5%	15.7%
	18.4%	7.7%	14.6%	
3 à 5,99 s.m.	77	18	3	98
	78.6%	18.4%	3.1%	26.9%
	31.4%	23.1%	7.3%	
6 à 10,99 s.m.	54	0	6	60
	90.0%	0.0%	10.0%	16.5%
	22.0%	0.0%	14.6%	
11 à 20 s.m.	24	3	0	27
	88.9%	11.1%	0.0%	7.4%
	9.8%	3.8%	0.0%	
> 20 s.m.	24	0	0	24
	100.0%	0.0%	0.0%	6.6%
	9.8%	0.0%	0.0%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 009 Distribuição dos entrevistados segundo registro profissional na atual situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
REGISTRO PROFIS.	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Sim	119	48	6	173
	68.8%	27.7%	3.5%	47.5%
	48.6%	61.5%	14.6%	
Não	51	24	0	75
	68.0%	32.0%	0.0%	20.6%
	20.8%	30.8%	0.0%	
Autônomo	54	0	0	54
	100.0%	0.0%	0.0%	14.8%
	22.0%	0.0%	0.0%	
Inativo	3	6	35	44
	6.8%	13.6%	79.5%	12.1%
	1.2%	7.7%	85.4%	
Estatutário	18	0	0	18
	100.0%	0.0%	0.0%	4.9%
	7.3%	0.0%	0.0%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 010 Distribuição dos entrevistados segundo filiação a sindicato e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
SINDICAL	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Não	150	63	18	231
	64.9%	27.3%	7.8%	63.5%
	61.2%	80.8%	43.9%	
Sim	92	9	6	107
	86.0%	8.4%	5.6%	29.4%
	37.6%	11.5%	14.6%	
Não trabalha	3	6	17	26
	11.5%	23.1%	65.4%	7.1%
	1.2%	7.7%	41.5%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo – Tese de Doutorado – Ruth M. Fricke – UNICAMP
- Campinas – SP – fev/96

Tabela 011 Distribuição dos entrevistados segundo realização de curso preparatório em relação a situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
PREPARAÇÃO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Sim	113	60	18	191
	59.2%	31.4%	9.4%	52.5%
	46.1%	76.9%	43.9%	
Não	132	12	11	155
	85.2%	7.7%	7.1%	42.6%
	53.9%	15.4%	26.8%	
Não trabalha	0	6	12	18
	0.0%	33.3%	66.7%	4.9%
	0.0%	7.7%	29.3%	
Total	245	78	41	364
	67.3%	21.4%	11.3%	

Fonte: Pesquisa de campo – Tese de Doutorado – Ruth M. Fricke – UNICAMP
- Campinas – SP – fev/96

Tabela 012 Distribuição dos entrevistados segundo realização ou interesse em realizar cursos de qualificação e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
GOSTARIA QUAL.	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Não	78	18	9	105
	74.3%	17.1%	8.6%	30.7%
	34.2%	23.1%	25.0%	
Formal	30	15	0	45
	66.7%	33.3%	0.0%	13.2%
	13.2%	19.2%	0.0%	
Especialização	66	18	21	105
	62.9%	17.1%	20.0%	30.7%
	28.9%	23.1%	58.3%	
Profissional	18	18	6	42
	42.9%	42.9%	14.3%	12.3%
	7.9%	23.1%	16.7%	
Informal	36	9	0	45
	80.0%	20.0%	0.0%	13.2%
	15.8%	11.5%	0.0%	
Total	228	78	36	342
	66.7%	22.8%	10.5%	

* Total de "missing values" = 6.04%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 013 Distribuição dos entrevistados segundo principal problema do mundo, atualmente e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
PROB. MUNDO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Exclusão Social	96	12	14	122
	78.7%	9.8%	11.5%	36.9%
	43.4%	16.7%	36.8%	
Desemprego	51	36	6	93
	54.8%	38.7%	6.5%	28.1%
	23.1%	50.0%	15.8%	
Políticas públicas	32	12	15	59
	54.2%	20.3%	25.4%	17.8%
	14.5%	16.7%	39.5%	
Modelo político	27	3	3	33
	81.8%	9.1%	9.1%	10.0%
	12.2%	4.2%	7.9%	
Ignora	15	9	0	24
	62.5%	37.5%	0.0%	7.3%
	6.8%	12.5%	0.0%	
Total	221	72	38	331
	66.8%	21.8%	11.5%	

* Total de "missing values" = 9.06%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 014 Distribuição dos entrevistados segundo principal problema do país, atualmente e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
PROB. PAIS	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Desemprego	62	39	12	113
	54.9%	34.5%	10.6%	31.3%
	25.6%	50.0%	29.3%	
Política	66	6	9	81
	81.5%	7.4%	11.1%	22.4%
	27.3%	7.7%	22.0%	
Desigualdade social	45	18	12	75
	60.0%	24.0%	16.0%	20.8%
	18.6%	23.1%	29.3%	
Educação/Saúde/Moradia	30	9	5	44
	68.2%	20.5%	11.4%	12.2%
	12.4%	11.5%	12.2%	
Fome	24	6	3	33
	72.7%	18.2%	9.1%	9.1%
	9.9%	7.7%	7.3%	
Ignora	15	0	0	15
	100.0%	0.0%	0.0%	4.2%
	6.2%	0.0%	0.0%	
Total	242	78	41	361
	67.0%	21.6%	11.4%	

Total de "missing values" = 0.82%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
 - Campinas - SP - fev/96

Tabela 015 Distribuição dos entrevistados segundo principal problema pessoal, atualmente e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
PROB. PESSOAL	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Financeiro	69	12	6	87
	79.3%	13.8%	6.9%	24.9%
	29.6%	15.4%	15.4%	
Família/Educação/Moradia	36	21	6	63
	57.1%	33.3%	9.5%	18.0%
	15.5%	26.9%	15.4%	
Desemprego	15	27	0	42
	35.7%	64.3%	0.0%	12.0%
	6.4%	34.6%	0.0%	
Política	27	0	0	27
	100.0%	0.0%	0.0%	7.7%
	11.6%	0.0%	0.0%	
Emocional	12	3	12	27
	44.4%	11.1%	44.4%	7.7%
	5.2%	3.8%	30.8%	
Não tem	74	15	15	104
	71.2%	14.4%	14.4%	29.7%
	31.8%	19.2%	38.5%	
Total	233	78	39	350
	66.6%	22.3%	11.1%	

*Total de "missing values" = 3.84%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 102.86; Graus de liberdade= 10; Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 016 Distribuição dos entrevistados segundo medo de ficar desempregado e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
MEDO DESEMPREGO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Sim	122	24	12	158
	77.2%	15.2%	7.6%	45.5%
	53.0%	30.8%	30.8%	
Não	102	9	24	135
	75.6%	6.7%	17.8%	38.9%
	44.3%	11.5%	61.5%	
Está desempregado	6	45	3	54
	11.1%	83.3%	5.6%	15.6%
	2.6%	57.7%	7.7%	
Total	230	78	39	347
	66.3%	22.5%	11.2%	

*Total de "missing values" = 4.67%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 145.67; Graus de liberdade= 4; Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 017 Distribuição dos entrevistados segundo principal causa do desemprego e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
CAUSA DESEMPREGO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Governo	90	21	6	117
	76.9%	17.9%	5.1%	33.7%
	38.1%	28.0%	16.7%	
Política econômica	51	18	3	72
	70.8%	25.0%	4.2%	20.7%
	21.6%	24.0%	8.3%	
Globalização/Automação	38	3	6	47
	80.9%	6.4%	12.8%	13.5%
	16.1%	4.0%	16.7%	
Trabalhadores	21	6	9	36
	58.3%	16.7%	25.0%	10.4%
	8.9%	8.0%	25.0%	
Capitalismo	21	0	6	27
	77.8%	0.0%	22.2%	7.8%
	8.9%	0.0%	16.7%	
Ignora	15	27	6	48
	31.3%	56.3%	12.5%	13.8%
	6.4%	36.0%	16.7%	
Total	236	75	36	347
	68.0%	21.6%	10.4%	

*Total de "missing values" = 4.67%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
 - Campinas - SP - fev/96

Tabela 018 Distribuição dos entrevistados segundo forma de diminuir o desemprego e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
DIMINUIR DESEMPREGO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Reorganização produtiva	75	27	6	108
	69.4%	25.0%	5.6%	32.1%
	32.5%	36.0%	20.0%	
Ação governamental	51	6	3	60
	85.0%	10.0%	5.0%	17.9%
	22.1%	8.0%	10.0%	
Reorganização do trabalho	36	15	6	57
	63.2%	26.3%	10.5%	17.0%
	15.6%	20.0%	20.0%	
Política agrícola /microempresas	27	6	9	42
	64.3%	14.3%	21.4%	12.5%
	11.7%	8.0%	30.0%	
Valorização do trabalhador	21	3	3	27
	77.8%	11.1%	11.1%	8.0%
	9.1%	4.0%	10.0%	
Ignora	21	18	3	42
	50.0%	42.9%	7.1%	12.5%
	9.1%	24.0%	10.0%	
Total	231	75	30	336
	68.8%	22.3%	8.9%	

*Total de "missing values" = 7.69%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 019 Distribuição dos entrevistados segundo se o "estudo garante o trabalho" e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
ESTUDA	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Não	108	18	20	146
	74.0%	12.3%	13.7%	40.7%
	44.4%	23.1%	52.6%	
Alguns	81	33	6	120
	67.5%	27.5%	5.0%	33.4%
	33.3%	42.3%	15.8%	
Sim	54	27	12	93
	58.1%	29.0%	12.9%	25.9%
	22.2%	34.6%	31.6%	
Total	243	78	38	359
	67.7%	21.7%	10.6%	

*Total de "missing values" = 1.37%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 17.53; Graus de liberdade= 4; Valor p= 0.00152371 <---

Tabela 020 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre o estudo e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
MOTIVO RESP. ESTUDA	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Sem garantias	60	18	11	89
	67.4%	20.2%	12.4%	24.8%
	24.7%	23.1%	28.9%	
Exigência das empresas	45	12	9	66
	68.2%	18.2%	13.6%	18.4%
	18.5%	15.4%	23.7%	
Tem mais opções	33	21	12	66
	50.0%	31.8%	18.2%	18.4%
	13.6%	26.9%	31.6%	
Estudo desvalorizado	42	12	3	57
	73.7%	21.1%	5.3%	15.9%
	17.3%	15.4%	7.9%	
Mercado restritivo	48	3	0	51
	94.1%	5.9%	0.0%	14.2%
	19.8%	3.8%	0.0%	
Valorização da experiência	15	12	3	30
	50.0%	40.0%	10.0%	8.4%
	6.2%	15.4%	7.9%	
Total	243	78	38	359
	67.7%	21.7%	10.6%	

*Total de "missing values" = 1.37%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 021 Distribuição dos entrevistados segundo a concordância com a afirmação "qualificação do trabalhador, está garantindo seu emprego" e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
GARANT	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Não	141	39	24	204
	69.1%	19.1%	11.8%	57.6%
	58.8%	50.0%	66.7%	
Alguns	54	15	6	75
	72.0%	20.0%	8.0%	21.2%
	22.5%	19.2%	16.7%	
Sim	45	24	6	75
	60.0%	32.0%	8.0%	21.2%
	18.8%	30.8%	16.7%	
Total	240	78	36	354
	67.8%	22.0%	10.2%	

*Total de "missing values" = 2.74%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 6.43; Graus de liberdade= 4; Valor p= 0.16898789

Tabela 022 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre a qualificação

Situação atual de trabalho				
MOTIVO RESP. GAR	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Sem garantias	72	21	18	111
	64.9%	18.9%	16.2%	31.4%
	30.0%	26.9%	50.0%	
Especialização	60	24	12	96
	62.5%	25.0%	12.5%	27.1%
	25.0%	30.8%	33.3%	
Oportuniza	48	18	0	66
	72.7%	27.3%	0.0%	18.6%
	20.0%	23.1%	0.0%	
Automação/Globalização	42	0	0	42
	100.0%	0.0%	0.0%	11.9%
	17.5%	0.0%	0.0%	
Fim das garantias	18	15	6	39
	46.2%	38.5%	15.4%	11.0%
	7.5%	19.2%	16.7%	
Total	240	78	36	354
	67.8%	22.0%	10.2%	

*Total de "missing values" = 2.74%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 023 Distribuição dos entrevistados segundo a concordância com a afirmação sobre "a existência de trabalho remunerado para todos" e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
TODOS	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Não	147	48	30	225
	65.3%	21.3%	13.3%	63.6%
	62.0%	61.5%	76.9%	
Sim	72	21	9	102
	70.6%	20.6%	8.8%	28.8%
	30.4%	26.9%	23.1%	
Para alguns	18	9	0	27
	66.7%	33.3%	0.0%	7.6%
	7.6%	11.5%	0.0%	
Total	237	78	39	354
	66.9%	22.0%	11.0%	

*Total de "missing values" = 2.74%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 024 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre a existência de trabalho remunerado

		Situação atual de trabalho			
MOTIVO	RESP.	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Inexiste		54	33	21	108
		50.0%	30.6%	19.4%	30.5%
		22.8%	42.3%	53.8%	
Existe		60	24	6	90
		66.7%	26.7%	6.7%	25.4%
		25.3%	30.8%	15.4%	
Capitalismo		51	12	6	69
		73.9%	17.4%	8.7%	19.5%
		21.5%	15.4%	15.4%	
Sem vagas		45	6	3	54
		83.3%	11.1%	5.6%	15.3%
		19.0%	7.7%	7.7%	
Problema político		27	3	3	33
		81.8%	9.1%	9.1%	9.3%
		11.4%	3.8%	7.7%	
Total		237	78	39	354
		66.9%	22.0%	11.0%	

*Total de "missing values" = 2.74%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 025 Distribuição dos entrevistados segundo a concordância com a afirmação sobre "o crescimento do desemprego com a automação"

		Situação atual de trabalho			
AUTOMAÇÃO		Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Sim		153	66	36	255
		60.0%	25.9%	14.1%	70.8%
		63.0%	84.6%	92.3%	
Não		54	6	3	63
		85.7%	9.5%	4.8%	17.5%
		22.2%	7.7%	7.7%	
Em parte		36	6	0	42
		85.7%	14.3%	0.0%	11.7%
		14.8%	7.7%	0.0%	
Total		243	78	39	360
		67.5%	21.7%	10.8%	

*Total de "missing values" = 1.09%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 026 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre automação e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
MOTIVO RESP.AUTO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Substitui	66	42	18	126
	52.4%	33.3%	14.3%	35.3%
	27.5%	53.8%	46.2%	
Causa	36	15	12	63
	57.1%	23.8%	19.0%	17.6%
	15.0%	19.2%	30.8%	
Mal necessário	51	3	3	57
	89.5%	5.3%	5.3%	16.0%
	21.3%	3.8%	7.7%	
Investimento humano	48	6	3	57
	84.2%	10.5%	5.3%	16.0%
	20.0%	7.7%	7.7%	
Sem conflitos	39	12	3	54
	72.2%	22.2%	5.6%	15.1%
	16.3%	15.4%	7.7%	
Total	240	78	39	357
	67.2%	21.8%	10.9%	

*Total de "missing values" = 1.92%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 40.05; Graus de liberdade= 8; Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 027 Distribuição dos entrevistados segundo a concordância com a afirmação de que "a reforma agrária é uma solução para os desempregados da cidade" e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
REF. AGR	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Sim	114	42	15	171
	66.7%	24.6%	8.8%	47.5%
	46.9%	53.8%	38.5%	
Não	66	18	6	90
	73.3%	20.0%	6.7%	25.0%
	27.2%	23.1%	15.4%	
Em parte	48	15	12	75
	64.0%	20.0%	16.0%	20.8%
	19.8%	19.2%	30.8%	
Não sabe	15	3	6	24
	62.5%	12.5%	25.0%	6.7%
	6.2%	3.8%	15.4%	
Total	243	78	39	360
	67.5%	21.7%	10.8%	

*Total de "missing values" = 1.09%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 028 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre a reforma agrária e situação de trabalho

MOTIVO REFAG	Situação atual de trabalho			Total
	Empregado	Desempregado	Inativo	
Soluciona	81	24	9	114
	71.1%	21.1%	7.9%	31.9%
	33.8%	30.8%	23.1%	
Política agrícola	45	6	15	66
	68.2%	9.1%	22.7%	18.5%
	18.8%	7.7%	38.5%	
Longo prazo	39	15	3	57
	68.4%	26.3%	5.3%	16.0%
	16.3%	19.2%	7.7%	
Trabalho duro	30	18	6	54
	55.6%	33.3%	11.1%	15.1%
	12.5%	23.1%	15.4%	
Camponês	24	9	0	33
	72.7%	27.3%	0.0%	9.2%
	10.0%	11.5%	0.0%	
Desonestidade	21	6	6	33
	63.6%	18.2%	18.2%	9.2%
	8.8%	7.7%	15.4%	
Total	240	78	39	357
	67.2%	21.8%	10.9%	

*Total de "missing values" = 1.92%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
 - Campinas - SP - fev/96

Tabela 029 Distribuição dos entrevistados segundo tempo de serviço e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
TEMPO SERVIÇO	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
< 1 ano	12	0	0	12
	100.0%	0.0%	0.0%	4.0%
	6.0%	0.0%	0.0%	
1 à 5	45	15	9	69
	65.2%	21.7%	13.0%	23.2%
	22.4%	21.7%	33.3%	
5,01 à 10	27	9	3	39
	69.2%	23.1%	7.7%	13.1%
	13.4%	13.0%	11.1%	
10,01 à 20	60	27	6	93
	64.5%	29.0%	6.5%	31.3%
	29.9%	39.1%	22.2%	
20,01 à 30	36	12	0	48
	75.0%	25.0%	0.0%	16.2%
	17.9%	17.4%	0.0%	
> 30 anos	21	6	9	36
	58.3%	16.7%	25.0%	12.1%
	10.4%	8.7%	33.3%	
Total	201	69	27	297
	67.7%	23.2%	9.1%	

*Total de "missing values" = 18.40%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 030 Distribuição dos entrevistados segundo total de horas trabalhadas por dia e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
H/DIA	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
< 8 h/d	30	3	3	36
	83.3%	8.3%	8.3%	14.3%
	13.9%	11.1%	33.3%	
8 h/d	93	12	0	105
	88.6%	11.4%	0.0%	41.7%
	43.1%	44.4%	0.0%	
> 8 h/d	93	12	6	111
	83.8%	10.8%	5.4%	44.0%
	43.1%	44.4%	66.7%	
Total	216	27	9	252
	85.7%	10.7%	3.6%	

*Total de "missing values" = 30.76%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 031 Distribuição dos entrevistados segundo realização de horas extras e situação de trabalho

Situação atual de trabalho				
HORAS-EXTRAS	Empregado	Desempregado	Inativo	Total
Não faz	90	3	0	93
	96.8%	3.2%	0.0%	50.8%
	53.6%	25.0%	0.0%	
Faz remuneradas	54	3	3	60
	90.0%	5.0%	5.0%	32.8%
	32.1%	25.0%	100.0%	
Faz sem remuneração	24	6	0	30
	80.0%	20.0%	0.0%	16.4%
	14.3%	50.0%	0.0%	
Total	168	12	3	183
	91.8%	6.6%	1.6%	

*Total de "missing values" = 49.72%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Tabela 032 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas sobre o estudo e se o estudo garante o trabalho

MOTIVO	CONCORDÂNCIA			Total
	Não	Alguns	Sim	
Sem garantias	56	30	3	89
	62.9%	33.7%	3.4%	24.8%
	38.4%	25.0%	3.2%	
Exigência das empresas	9	33	24	66
	13.6%	50.0%	36.4%	18.4%
	6.2%	27.5%	25.8%	
Tem mais opções	3	3	60	66
	4.5%	4.5%	90.9%	18.4%
	2.1%	2.5%	64.5%	
Estudo desvalorizado	33	18	6	57
	57.9%	31.6%	10.5%	15.9%
	22.6%	15.0%	6.5%	
Mercado restritivo	33	18	0	51
	64.7%	35.3%	0.0%	14.2%
	22.6%	15.0%	0.0%	
Valorização da experiência	12	18	0	30
	40.0%	60.0%	0.0%	8.4%
	8.2%	15.0%	0.0%	
Total	146	120	93	359
	40.7%	33.4%	25.9%	

*Total de "missing values" = 1.37%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 237.70; Graus de liberdade= 10; Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 033 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre a qualificação e se o trabalhador qualificado esta garantido na empresa

MOTIVO	CONCORDÂNCIA			Total
	Não	Alguns	Sim	
Sem garantias	93	18	0	111
	83.8%	16.2%	0.0%	31.4%
	45.6%	24.0%	0.0%	
Especialização	9	21	66	96
	9.4%	21.9%	68.8%	27.1%
	4.4%	28.0%	88.0%	
Oportuniza	30	27	9	66
	45.5%	40.9%	13.6%	18.6%
	14.7%	36.0%	12.0%	
Autornação/Globalização	39	3	0	42
	92.9%	7.1%	0.0%	11.9%
	19.1%	4.0%	0.0%	
Fim das garantias	33	6	0	39
	84.6%	15.4%	0.0%	11.0%
	16.2%	8.0%	0.0%	
Total	204	75	75	354
	57.6%	21.2%	21.2%	

*Total de "missing values" = 2.74%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 230.56; Graus de liberdade= 8; Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 034 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre a existência de trabalho remunerado e se existe trabalho remunerado para todos

MOTIVO	CONCORDÂNCIA			Total
	Não	Sim	Para alguns	
Inexiste	108	0	0	108
	100.0%	0.0%	0.0%	30.5%
	48.0%	0.0%	0.0%	
Existe	6	69	15	90
	6.7%	76.7%	16.7%	25.4%
	2.7%	67.6%	55.6%	
Capitalismo	33	24	12	69
	47.8%	34.8%	17.4%	19.5%
	14.7%	23.5%	44.4%	
Sem vagas	51	3	0	54
	94.4%	5.6%	0.0%	15.3%
	22.7%	2.9%	0.0%	
Problema político	27	6	0	33
	81.8%	18.2%	0.0%	9.3%
	12.0%	5.9%	0.0%	
Total	225	102	27	354
	63.6%	28.8%	7.6%	

*Total de "missing values" = 2.74%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP - Campinas - SP - fev/96

Tabela 035 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre automação e se o desemprego cresce com a automação

MOTIVO	CONCORDÂNCIA			Total
	Sim	Não	Em parte	
Substitui	120	0	6	126
	95.2%	0.0%	4.8%	35.3%
	47.1%	0.0%	14.3%	
Causa	63	0	0	63
	100.0%	0.0%	0.0%	17.6%
	24.7%	0.0%	0.0%	
Mal necessário	9	21	27	57
	15.8%	36.8%	47.4%	16.0%
	3.5%	35.0%	64.3%	
Investimento humano	24	30	3	57
	42.1%	52.6%	5.3%	16.0%
	9.4%	50.0%	7.1%	
Sem conflitos	39	9	6	54
	72.2%	16.7%	11.1%	15.1%
	15.3%	15.0%	14.3%	
Total	255	60	42	357
	71.4%	16.8%	11.8%	

*Total de "missing values" = 1.92%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
 - Campinas - SP - fev/96

Qui-quadrado= 213.82; Graus de liberdade= 8; Valor p= 0.00000000 <---

Tabela 036 Distribuição dos entrevistados segundo justificativas das respostas sobre a reforma agrária e se a mesma é uma solução para os desempregados da cidade

MOTIVO	CONCORDÂNCIA				Total
	Sim	Não	Em parte	Não sabe	
Soluciona	102	6	6	0	114
	89.5%	5.3%	5.3%	0.0%	31.9%
	59.6%	6.7%	8.0%	0.0%	
Política agrícola	39	6	18	3	66
	59.1%	9.1%	27.3%	4.5%	18.5%
	22.8%	6.7%	24.0%	14.3%	
Longo prazo	18	9	30	0	57
	31.6%	15.8%	52.6%	0.0%	16.0%
	10.5%	10.0%	40.0%	0.0%	
Trabalho duro	6	45	3	0	54
	11.1%	83.3%	5.6%	0.0%	15.1%
	3.5%	50.0%	4.0%	0.0%	
Camponês	0	18	15	0	33
	0.0%	54.5%	45.5%	0.0%	9.2%
	0.0%	20.0%	20.0%	0.0%	
Desonestidade	6	6	3	18	33
	18.2%	18.2%	9.1%	54.5%	9.2%
	3.5%	6.7%	4.0%	85.7%	
Total	171	90	75	21	357
	47.9%	25.2%	21.0%	5.9%	

*Total de "missing values" = 1.92%

Fonte: Pesquisa de campo - Tese de Doutorado - Ruth M. Fricke - UNICAMP
- Campinas - SP - fev/96

ANEXO 3

ESTATÍSTICAS BÁSICAS E INFERENCIAIS

E STATÍSTICAS BÁSICAS E INFERENCIAIS

Estatísticas de interesse nas variáveis quantitativas segundo a classificação quanto à situação de trabalho atual.

Quadro 1: Estatísticas de interesse nas variáveis quantitativas para Trabalhadores Empregados

Empregado						
	Variável	Idade	Tempo	Salário	RTS	RHD
Média	μ	33.268	72.544	9.009	14.546	9.042
Desvio Padrão	σ	10.509	83.428	9.474	11.106	2.440
Mediana	Md	30.500	42.000	5.360	13.000	8.000
Moda	Mo	23.000	24.000	4.460	3.000	8.000
Quartil 1-25%	Q1	25.000	12.000	3.570	5.000	8.000
Quartil 1-75%	Q3	41.000	108.000	10.000	5.000	10.000
Mínimo	Li	17.000	0.300	0.890	0.000	10.000
Máximo	Ls	54.000	360.000	53.570	42.000	18.000
IC 95%	Li - IC	31.952	62.097	7.823	13.155	8.736
IC 95%	Ls - IC	34.584	82.991	10.195	15.937	9.348
Estatística T	t	28.666	7.874	8.235	10.720	31.437

Quadro 2: Estatísticas de interesse nas variáveis quantitativas para Trabalhadores Desempregados

Desempregado						
	Variável	Idade	Tempo	Salário	RTS	RHD
Média	μ	31.808	40.523	1.558	14.609	9.778
Desvio Padrão	σ	9.033	79.182	2.661	9.792	3.114
Mediana	Md	30.000	7.000	0.00	13.000	8.000
Moda	Mo	30.000	7.000	0.00	1.000	8.000
Quartil 1-25%	Q1	26.000	2.000	0.00	6.000	8.000
Quartil 1-75%	Q3	39.000	24.000	3.00	23.000	10.000
Mínimo	Li	20.000	0.100	0.00	1.000	7.000
Máximo	Ls	56.000	300.000	11.160	34.000	17.000
IC 95%	Li - IC	29.803	22.950	0.967	7.605	9.087
IC 95%	Ls - IC	33.813	58.096	2.149	21.796	10.469
Estatística T	t	17.954	2.610	2.987	7.155	9.421

Quadro 3: Estatísticas de interesse nas variáveis quantitativas para Trabalhadores Inativos

Inativo						
	Variável	Idade	Tempo	Salário	RTS	RHD
Média	μ	35.786	48.786	1.305	20.111	10.000
Desvio Padrão	σ	14.498	74.303	2.35	18.983	6.000
Mediana	Md	33.000	9.000	0.00	18.000	10.000
Moda	Mo	23.000	9.000	0.00	18.000	4.000
Quartil 1-25%	Q1	23.000	4.000	0.00	5.000	4.000
Quartil 1-75%	Q3	48.000	72.000	1.000	38.000	16.000
Mínimo	Li	18.000	0.000	0.00	1.000	4.000
Máximo	Ls	62.000	264.000	6.700	54.000	16.000
IC 95%	Li - IC	31.348	26.042	0.586	14.300	8.163
IC 95%	Ls - IC	40.224	71.530	2.024	25.922	11.837
Estatística T	t	9.236	2.457	2.078	3.178	2.887

Observação: Simbologia utilizada nos quadros acima –

μ	Média	σ ; Desvio Padrão	Md	Mediana	
Mo	Moda	Q1	Quartil 1	Q3	Quartil 3
Li	Valor Mínimo	Ls	Valor Máximo		
Li - IC	Limite inferior do Intervalo de Confiança de 95%		Ls - IC	Limite superior do Intervalo de Confiança de 95%	

t	estatística t de Student para teste de média diferente de zero
---	--

ESTUDO SOBRE PADRÕES ESTATÍSTICOS PARA: EMPREGADO X DESEMPREGADO

Análise de Regressão Logística com a terceira variável Resposta: Situação de Trabalho 3

Codificação da Variável Dependente :

Original	Empregado	Desempregado
Interno	0	1

ESTUDO NÚMERO 1: PERFIL PESSOAL

♦ Casos em Estudo

Número de casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	41	323	88,74%

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de casos Incluídos na análise

♦ Método utilizado

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo	X	

♦ Quadro de variáveis no estudo analisado:

Variável Dependente.. CSITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	GÊNERO	Gênero
X ₂	ESCOLAR IDADE	Escolaridade
X ₃	IDADE	Faixa etária

♦ Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui- quadrado	Sign.	Qui- quadrado Residual	Sign.
312,622	308,940	77,71%	44,478	,0000	,7295	1,0000

♦ Quadro de variáveis na Equação:

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
ESCOLAR			22,4910	4	,0002	,2014	
ESCOLAR(1)	2,2547	,6011	14,0690	1	,0002	,1838	9,5327
ESCOLAR(2)	-,0431	,3144	,0188	1	,8909	,0000	,9578
ESCOLAR(3)	-,0327	,2822	,0134	1	,9077	,0000	,9678
ESCOLAR(4)	-,0209	,2977	,0049	1	,9440	,0000	,9793
IDADE			9,2219	4	,0558	,0585	
IDADE(1)	-,7740	,5498	1,9819	1	,1592	,0000	,4612
IDADE(2)	,5817	,2822	4,2497	1	,0393	,0794	1,7891
IDADE(3)	,6853	,3458	3,9283	1	,0475	,0735	1,9844
IDADE(4)	-,2267	,3487	,4228	1	,5156	,0000	,7971
Constant	-1,2806	,2532	25,5893	1	,0000		

ESTUDO NÚMERO 2: PERFIL PROFISSIONAL PRIMEIRA EQUAÇÃO

♦ Casos em Estudo

Número de casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	205	159	43,68%

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de casos Incluídos na análise

♦ Método utilizado

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo		X

♦ Quadro de variáveis no estudo analisado:

Variável Dependente: - CSITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	CHD	Carga horária diária
X ₂	CHE	Realização de horas extras
X ₃	SALARIO	Salário atual
X ₄	TS	Tempo de Serviço Total

♦ Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui-quadrado	Sign.	Qui-quadrado Residual	Sign.
21,815	18,000	96,23%	47,356	,0000		

♦ Quadro de variáveis na Equação:

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
HD			,0204	2	,9899	,0000	
HD(1)	-11,5224	157,3473	,0054	1	,9416	,0000	,0000
HD(2)	,4753	81,9435	,0000	1	,9954	,0000	1,6085
HE			,0335	2	,9834	,0000	
HE(1)	-13,6624	81,6491	,0280	1	,8671	,0000	,0000
HE(2)	-3,6928	55,3722	,0044	1	,9468	,0000	,0249
SAL			,0325	5	1,0000	,0000	
SAL(1)	6,7785	90,9851	,0056	1	,9406	,0000	878,7187
SAL(2)	14,3078	215,6707	,0044	1	,9471	,0000	1636101
SAL(3)	16,1560	110,5390	,0214	1	,8838	,0000	10386745
SAL(4)	-14,6597	151,1129	,0094	1	,9227	,0000	,0000
SAL(5)	-5,5598	242,9079	,0005	1	,9817	,0000	,0038
Constant	-24,6090	129,0519	,0364	1	,8488		

* Este estudo tem muitas limitações tendo em vista o % de casos rejeitados em função de não resposta nestes itens.

ESTUDO NÚMERO 2: PERFIL PROFISSIONAL SEGUNDA EQUAÇÃO

♦ Casos em Estudo

Número de casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	94	270	74.17%

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de casos Incluídos na análise

♦ Método utilizado

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo		X

♦ Quadro de variáveis no estudo analisado:

Variável Dependente.. CSITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	PROF	Exigência de Qualificação na Profissão
X ₂	REGISTRO	Registros trabalhistas na carteira profissional
X ₃	SINDICATO	Filiação à Sindicato
X ₄	TS	Tempo de Serviço Total
X ₅	TEMPO	Tempo na atual situação de trabalho

* Redundância no Delineamento da Matriz:

$$CSINDICA(2) = 2/5 + 3*CREGISTR(1)/5 + 3*CREGISTR(2)/5 + 3*CREGISTR(3)/5 \\ - 12*CREGISTR(4)/5 - CSINDICA(1)$$

A variável CSINDICA teve seus graus de liberdade reduzido de 2 para 1

♦ Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui-quadrado	Sign.
215,141	211,894	83,33%	91,771	,0000

♦ Quadro de variáveis na Equação:

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
PROF			8,2594	3	,0409	,0858	
PROF(1)	-,2503	,5733	,1906	1	,6625	,0000	,7786
PROF(2)	-1,1297	,5285	4,5699	1	,0325	-,0915	,3231
PROF(3)	,7597	,3250	5,4637	1	,0194	,1062	2,1375
REGISTR			15,1792	4	,0043	,1529	
REGISTR(1)	1,8631	5,7539	,1048	1	,7461	,0000	6,4437
REGISTR(2)	2,1927	5,7542	,1452	1	,7031	,0000	8,9598
REGISTR(3)	-6,0329	12,7989	,2222	1	,6374	,0000	,0024
REGISTR(4)	6,8574	5,8254	1,3857	1	,2391	,0000	950,9386
SINDICA			12,8542	1	,0003	,1881	
SINDICA(1)	1,7956	,5008	12,8542	1	,0003	,1881	6,0234
TEMPO			6,2437	3	,1003	,0282	
TEMPO(1)	,1992	,2771	,5166	1	,4723	,0000	1,2204
TEMPO(2)	,7067	,3226	4,7978	1	,0285	,0955	2,0273
TEMPO(3)	-,2859	,3428	,6955	1	,4043	,0000	,7513
Constant	-4,6151	5,7502	,6442	1	,4222		

ESTUDO NÚMERO 2: PERFIL PROFISSIONAL TERCEIRA EQUAÇÃO

♦ Casos em Estudo

Número de Casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	58	306	84,07%

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de Casos Incluídos na análise

♦ Método utilizado

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo		X

♦ Quadro de variáveis no estudo analisado:

Variável Dependente: SITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	QUALPROF	Exigência de qualificação da profissão
X ₂	PREPARAÇÃO	Preparação profissional para trabalho
X ₃	GOSTARIA	Formação profissional que aspira

♦ Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui- quadrado	Sign.	Qui- quadrado Residual	Sign.
265,477	253,273	77,45%	81,929	,0000		1,0000

♦ Quadro de variáveis na Equação:

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
GOST			17,0575	4	,0019	,1615	
GOST(1)	-,6962	,2869	5,8875	1	,0152	-,1058	,4985
GOST(2)	-,4187	,3263	1,6468	1	,1994	,0000	,6579
GOST(3)	,4211	,3081	1,8679	1	,1717	,0000	1,5236
GOST(4)	1,1298	,3392	11,0936	1	,0009	,1618	3,0949
PREP			21,7103	2	,0000	,2258	
PREP(1)	-2,0386	4,9842	,1673	1	,6825	,0000	,1302
PREP(2)	-3,8549	4,9889	,5971	1	,4397	,0000	,0212
PROF			31,1328	3	,0110	,1216	
PROF(1)	-,2607	,5320	,2401	1	,6242	,0000	,7705
PROF(2)	-1,2850	,5045	6,4866	1	,0109	-,1136	,2766
PROF(3)	,7336	,2938	6,2341	1	,0125	,1104	2,0825
Constant	1,0602	4,9879	,0452	1	,8317		

ESTUDO NÚMERO 3: PERFIL DE PERCEÇÃO DE PROBLEMAS

♦ Casos em Estudo

Número de casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	80	284	78,02

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de casos incluídos na análise

♦ Método utilizado

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo		X

♦ Quadro de variáveis no estudo analisado:

Variável Dependente = SITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	MUNDO	Maior problema do mundo
X ₂	PAIS	Maior problema do país
X ₃	PESSOAL	Maior problema pessoal

♦ Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui-quadrado	Sign.	Qui-quadrado Residual	Sign.
212,869	232,390	82,04%	108,715	,0000		1,0000

♦ Quadro de variáveis na Equação:

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
MUNDO			22,6695	4	,0001	,2136	
MUNDO(1)	-1,1916	,3775	9,9627	1	,0016	-,1574	,3037
MUNDO(2)	,7621	,3273	5,4219	1	,0199	,1032	2,1428
MUNDO(3)	,4673	,4051	1,3306	1	,2487	,0000	1,5956
MUNDO(4)	-1,3793	,6546	4,4403	1	,0351	-,0871	,2518
PAIS			12,6049	5	,0274	,0900	
PAIS(1)	2,4223	4,1913	,3340	1	,5633	,0000	11,2717
PAIS(2)	1,2680	4,2063	,0909	1	,7631	,0000	3,5537
PAIS(3)	,7735	4,1939	,0340	1	,8537	,0000	2,1673
PAIS(4)	1,4164	4,2016	,1136	1	,7360	,0000	4,1222
PAIS(5)	2,3623	4,2130	,3144	1	,5750	,0000	10,6151
PESSOAL			31,3927	5	,0000	,2579	
PESSOAL(1)	,5648	3,4542	,0267	1	,8701	,0000	1,7590
PESSOAL(2)	1,8247	3,4521	,2794	1	,5971	,0000	6,2010
PESSOAL(3)	3,2219	3,4607	,8667	1	,3519	,0000	25,0746
PESSOAL(4)	-6,9749	17,1702	,1650	1	,6846	,0000	,0009
PESSOAL(5)	1,2308	3,5097	,1230	1	,7258	,0000	3,4240
Constant	-3,9582	5,4124	,5348	1	,4646		

ESTUDO NÚMERO 4: PERFIL DE PERCEPÇÃO DO DESEMPREGO♦ **Casos em Estudo**

Número de casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	79	285	78,30%

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de casos Incluídos na análise

♦ **Método utilizado**

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo		X

♦ **Quadro de variáveis no estudo analisado:**Variável Dependente: SITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	MEDO	Medo do desemprego
X ₂	CAUSAS	Causas do desemprego
X ₃	DIMINUI	Formas de diminuir o desemprego

♦ **Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:**

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui-quadrado	Sign.	Qui-quadrado Residual	Sign.
90,184	100,936	93,68%	238,327	,0000		1,0000

♦ **Quadro de variáveis na Equação:**

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
CAUSA			11,9429	5	,0356	,0769	
CAUSA(1)	-3,0299	15,3078	,0392	1	,8431	,0000	,0483
CAUSA(2)	,0195	15,2989	,0000	1	,9990	,0000	1,0197
CAUSA(3)	-2,0857	15,3032	,0186	1	,8916	,0000	,1242
CAUSA(4)	-2,8447	15,3102	,0345	1	,8526	,0000	,0582
CAUSA(5)	-12,0499	67,9967	,0314	1	,8593	,0000	,0000
DIMINUI			9,1735	5	,1023	,0000	
DIMINUI(1)	-7,7624	23,3988	,1101	1	,7401	,0000	,0004
DIMINUI(2)	-,6861	24,3182	,0008	1	,9775	,0000	,5036
DIMINUI(3)	9,6099	21,7482	,1952	1	,6586	,0000	14911,17
DIMINUI(4)	,2051	27,2585	,0001	1	,9940	,0000	1,2276
DIMINUI(5)	9,4248	21,7515	,1877	1	,6648	,0000	12391,95
MEDO			3,8869	2	,1432	,0000	
MEDO(1)	-7,8022	14,2774	,2986	1	,5847	,0000	,0004
MEDO(2)	-6,4910	14,2731	,2068	1	,6493	,0000	,0015
Constant	-1,9390	15,3215	,0160	1	,8993		

ESTUDO NÚMERO 5: PERFIL EM TERMOS DE CRENÇAS PRIMEIRA EQUAÇÃO

♦ Casos em Estudo

Número de casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	52	312	85,71%

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de casos incluídos na análise

♦ Método utilizado

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo		X

♦ Quadro de variáveis no estudo analisado:

Variável Dependente = SITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	ESTUDO	Concordância com a afirmação sobre estudo.
X ₂	QUALIFICAÇÃO	Concordância com a afirmação sobre Qualificação.
X ₃	DEMOCRACIA	Concordância com a afirmação sobre democracia.
X ₄	AUTOMAÇÃO	Concordância com a afirmação sobre automação
X ₅	MOVIMENTOS SOCIAIS	Concordância com a afirmação sobre estudo movimentos sociais

♦ Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui-quadrado	Sign.	Qui-quadrado Residual	Sign.
320,699	322,964	76,92%	30,198	,0002		1,0000

♦ Quadro de variáveis na Equação:

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
QAU0			13,9398	2	,0009	,1683	
QAU0(1)	,8396	,2354	12,7196	1	,0004	,1748	2,3155
QAU0(2)	-,7288	,3450	4,4617	1	,0347	-,0838	,4825
QESTUDA			8,0034	2	,0183	,1068	
QESTUDA(1)	-,5874	,2096	7,8549	1	,0051	-,1292	,5558
QESTUDA(2)	,2021	,1924	1,1043	1	,2933	,0000	1,2240
QGAR			2,0098	2	,3661	,0000	
QGAR(1)	-,1417	,1981	,5111	1	,4747	,0000	,8679
QGAR(2)	-,1794	,2366	,5748	1	,4484	,0000	,8358
QTODO			1,2320	2	,5401	,0000	
QTODO(1)	-,0024	,2193	,0001	1	,9914	,0000	,9976
QTODO(2)	-,2639	,2379	1,2311	1	,2672	,0000	,7680
Constant	-1,5205	,2440	38,8468	1	,0000		

ESTUDO NÚMERO 5: PERFIL EM TERMOS DE CRENÇAS SEGUNDA EQUAÇÃO

♦ Casos em estudo

Número de casos	Selecionados	Rejeitados*	Incluídos**	% de Inclusão
	364	58	306	84,06%

*Número de casos rejeitados por causa de missing dados

** Número de casos Incluídos na análise

♦ Método utilizado

Método	Forward Stepwise (WALD)	Backward Stepwise (WALD)
Neste estudo		X

♦ Quadro de variáveis no estudo analisado:

Variável Dependente.. CSITRAB3 - Situação de Trabalho 3

Variáveis explicativas:

X ₁	ESTUDO	Motivo para tipo de concordância com a afirmação sobre estudo.
X ₂	QUALIFICAÇÃO	Motivo p/ tipo de concordância com a afirmação sobre Qualificação.
X ₃	DEMOCRACIA	Motivo para tipo de concordância com a afirmação sobre democracia.
X ₄	AUTOMAÇÃO	Motivo para tipo de concordância com a afirmação sobre automação
X ₅	MOVIMENTOS SOCIAIS	Motivo para tipo de concordância com a afirmação sobre estudo movimentos sociais

♦ Quadro de estatísticas do estudo e teste de hipótese:

-2 Log Verossimilhança	Bondade do ajuste	% corrigido	Modelo Qui-quadrado	Sign.	Qui-quadrado Residual	Sign.
232,246	254,265	82,35%	115,160	,0000		1,0000

♦ Quadro de variáveis na Equação:

Variáveis na Equação							
Variável	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	R	Exp(B)
AUTO			35,2805	4	,0000	,2802	
AUTO(1)	2,0263	,3601	31,6693	1	,0000	,2922	7,5859
AUTO(2)	-,8490	,4390	3,7402	1	,0531	-,0708	,4278
AUTO(3)	-,6501	,5666	1,3164	1	,2512	,0000	,5220
AUTO(4)	-1,0682	,4605	5,3813	1	,0204	-,0987	,3436
ESTUDA			10,8315	5	,0548	,0489	
ESTUDA(1)	,1032	,4029	,0656	1	,7979	,0000	1,1087
ESTUDA(2)	-,9424	,4376	4,6376	1	,0313	-,0871	,3897
ESTUDA(3)	,7882	,3920	4,0423	1	,0444	,0767	2,1995
ESTUDA(4)	,0173	,4217	,0017	1	,9673	,0000	1,0174
ESTUDA(5)	-,9037	,6974	1,6792	1	,1950	,0000	,4051
GAR			12,3960	4	,0146	,1125	
GAR(1)	,2690	2,8704	,0088	1	,9253	,0000	1,3087
GAR(2)	1,4946	2,8657	,2720	1	,6020	,0000	4,4574
GAR(3)	1,5997	2,8701	,3106	1	,5773	,0000	4,9515
GAR(4)	-6,0663	11,3853	,2839	1	,5942	,0000	,0023
REFAG			18,2844	5	,0026	,1544	
REFAG(1)	-,5780	,3664	2,4877	1	,1147	-,0375	,5610
REFAG(2)	-,9033	,4896	3,4035	1	,0651	-,0636	,4052
REFAG(3)	,4687	,4297	1,1897	1	,2754	,0000	1,5979
REFAG(4)	1,6802	,4392	14,6363	1	,0001	,1907	5,3665
REFAG(5)	-,1160	,4846	,0573	1	,8107	,0000	,8904
TODO			18,4835	4	,0010	,1737	
TODO(1)	1,7520	,4292	16,6655	1	,0000	,2055	5,7660
TODO(2)	,2764	,4301	,4132	1	,5203	,0000	1,3184
TODO(3)	,6237	,5272	1,3995	1	,2368	,0000	1,8658
TODO(4)	-1,4882	,5692	6,8366	1	,0089	-,1180	,2258
Constant	-3,4474	2,8622	1,4507	1	,2284		

ANEXO 4

ARTIGOS PUBLICADOS

O **A**rtigo: Times of Revision in the Production Way and in the Organisation of **t**he Work da autora desta Tese foi aceito pelo comitê de seleção para ser aprese**n**tado no ECER (European Conference Education Research) de 20-23 de Setemb**r**o de 1999 em Lahti – Finlândia conforme informação recebida d**a** secretária do EERA, Julia Davidson, através do
e-mail: ac.sec.eera@scree.ac.uk

Os Artig**o**s que constam neste anexo foram apresentados pela autora desta Tese em **E**CER (European Conference Education Research) de 17-20 de Setembro d**e** 1998 em Ljubljana – Slovênia e publicados na VETNET Proceedings (**V**ocational Education and Training **N**ETwork) conforme consta a seguir **e** também na Internet em <http://www.eera.ac.uk/ecer98/>

VETNET
Vocational Education and Training NETwork
A European Educational Research Association (EERA) Network

**European Vocational Education and
Training Research**

**Proceedings of the VETNET program at the ECER
conference on 17-20 September 1998 in Ljubljana,
Slovenia**

Martin Mulder (Ed.)
University of Twente
Faculty of Educational Science and Technology
PO Box 217
7500 AE Enschede
Netherlands

Education and Employment: studying evaluation of the courses of qualification goes workers

Ruth Marilda Fricke & Luis Enrique Aguilarⁱ

This paper presents a group of extracted reflections of a study with former-students of the courses of the Program of Qualification and Retrain in the State of São Paulo, Brazil. It seeks like this, to portray the impact of the passage for this educational experience of qualification and/or retrain in terms of changes in the life condition and in the work condition and employment. It gathers reflections of three groupings: the perceptions on opportunities and demands of workers' employment, unemployed, as well as of those that are disposed to enter in the labor market; on the courses of its qualification as attitude front to the challenges of the dynamics of the employment - unemployment and finally on the man's movement that looks for to maintain its employment, to be admitted in an employment or to improve its personal and professional situation. This trajectory traces an operational dynamics and the main analysis axes for its continuity in 98. The text ends with two Pictures of analysis interrelated: 1. Qualitative - insert in the labor market; promoted changes; job obtained; employment maintenance; 2. Quantitative - carry out in the labor market; capacity to obtain/to maintain employment; surrender after the course; it looks for of employment after the course.

Education and Employment: studying evaluation of the courses of qualification goes workers

The need to study and to accompany the behavior of the egresses of the courses vocational is essential part of the Research that evaluates the Effectiveness of the Application of the Program of Qualification and Retrain of the Clerkship of Employment and Relationships of the Work, of the State of São Paulo (Brazil). The social effectiveness is evaluated through the measurement of the

" Capacity of the Program of Qualification and Retrain of generating employment and income, as well as the possibility to enable the hard-working unemployed and those in roads of losing the employment for the exercise of its rights to the work and the citizenship, enlarging its work opportunity, through the domain of new abilities "ii

This article intends to place in discussion the paradigms plans to guide and to address the planning of the actions for the Project 98, through the quantitative and qualitative perspective, facilitating to know the adaptation relationships - as correspondence and /or adjustment - of PEQ to the implicit and explicit dynamics that emerge of the relationship among education, work and employment.

Accompaniment of the egresses of the courses vocational 96/97

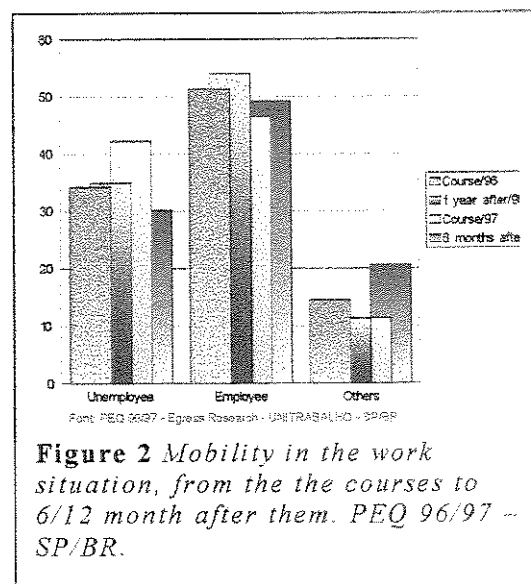
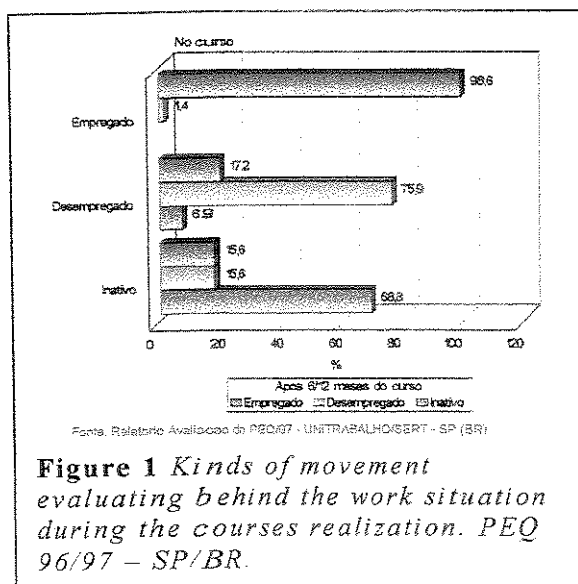
The analyses that proceed demonstrate the need to redirect the orientation of the research 98 in the face of the actions accomplished in 96/97. These had a paper of to know and to diagnose the mobility relationships that happened after the accomplishment of the course profissionalizante. The accompaniment of these egresses was summarized to the moment to the composed universe by rising of data during the years 1996-1997ⁱⁱⁱ. In 1996, in spite of an extensive rising to have been accomplished, of mass, with more than 5.000 interviewees, the rules of a delineamento amostral statisticly significant were not strictly followed. That fact didn't allow the generalization of the results for the population. Already in 1997, the rising was controlled by a sample design reliable with relationship to the size of the sample; its random selection and the slightest of the interference of not controlled factors, allowing the generalization of the results.

The definitions, given below, allow comparing the data of this research traditionally with other accomplished in the employment area and unemployment. The egresses^{iv} was classified its second work situation:

- a) Unemployee: They are in this group everybody that is indeed unemployed, the ones that are retired, they never worked or they exercise no-paid activity that looks for some work type. They also met in this group the workers that exercise precarious work (temporary), in inferior time to 1 month;
- b) Employee: In this group they are the workers with entail employed, be formal or not, the ones that make autonomous work, the ones that have precarious work with superior time to 1 month;
- c) Others: In this group they meet the retired/pensioner, people that they never worked or they work without remuneration, and that are not seeking any type of paid occupation.

As one can deduce below of the conclusion, the changes happened, even so this evaluation just considers the mobility among the initial situation and after 6/12 months of the accomplishment of the course profissionalizante promoted by the Brazilian government. It was verified

" (...) A high correlation among these two measures (V of Crámer = 0,7611; Value-P = 0,0000), that associated the observation that 84,9% of the egresses stayed in the same initial situation, it indicates a certain inertia of the employment situation "^v.



The changes happened in the professional life of the can be quantified even so not qualified. We observed that enters the unemployed, of the group of 97, 11% obtained employment, and it rates this superior to the egresses of 1996, whose rate was in 7.7%. In a similar way, among the employees, of 97, 98% employees stayed, against 87% in 1996. The workers' rate that they lost employment among the ones that was used like this it was just of 1.4%, in the general in the período96/97, what can be considered an almost insignificant loss. Even so considering that these workers accomplished course vocational with the intention of obtaining changes in its work situation, it is not possible to affirm that the permanence is desirable.

The mobility, seemingly desirable, preponderate in the former-students' group that were used during the course so much in 96 as in 97; in the inactive ones the change just happens in the egresses of courses of 1997. For the egresses that they were unemployed in the occasion of the courses the desirable change it seems that gives he among the egresses of 97 decreases that condition, as can check below in the table.

Table 1 *Situation previous of employment vs. employment situation after 6/12 months of the egresses of the courses of Professional. Qualification of 1a o'clock. Phase of 1997*

Situation of employment	PEQ-96		PEQ-97	
	In the course	after 12 months	in the course	after 6 months
Unemployee	34,2%	34,9%	42,2%	30,2%
Employee	51,3%	53,9%	46,5%	49,2%
Others	14,5%	11,2%	11,3%	20,6%

Font: PEQ 96/97 – UNITRABALHO – SP-BR
 Note: Non answer: (8,6% -96); (2,1% - 97)

An important aspect is analysis of the situation in the labor market and its relationship with changes that eventually are expected after the accomplishment of the courses. So much the unemployed as the egresses in a way in general, in a significant way, they accomplished preponderant courses in the areas of Computer science and Trade, and nevertheless they didn't have the success waited with those courses. The students to the search courses vocational make it in the perspective of the to value of these courses for the market and also that are these areas that more they offer work opportunities. For these reasons, he sees him the need to recommend the re-orientation of the offer of courses, relatively the importance of the direction that the companies print to the directions of the qualification and professional retrain.

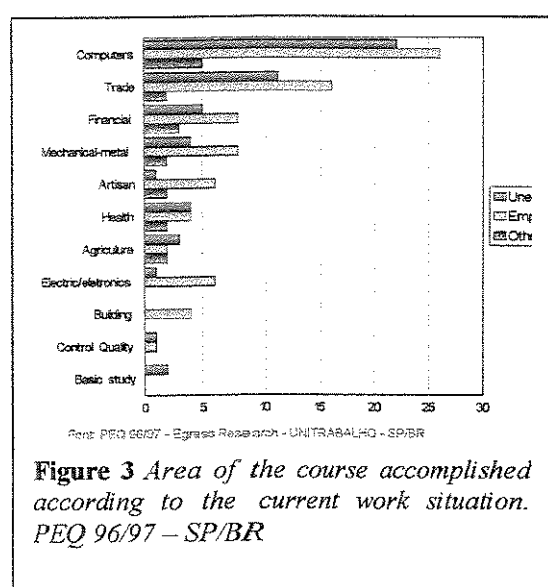


Figure 3 Area of the course accomplished according to the current work situation. PEQ 96/97 – SP/BR

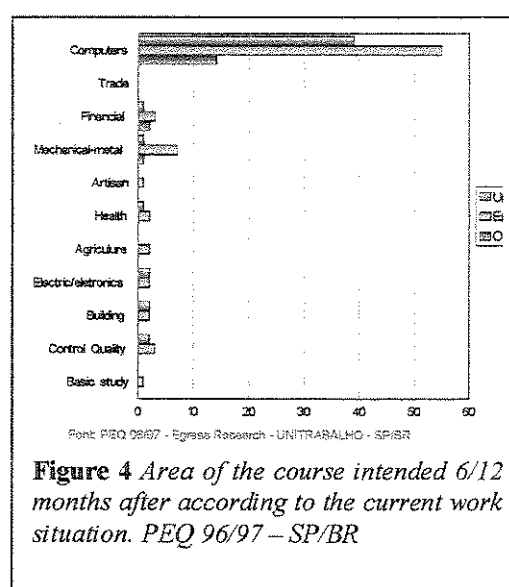


Figure 4 Area of the course intended 6/12 months after according to the current work situation. PEQ 96/97 – SP/BR

Accompaniment of the egresses of the courses vocational in 98

For 1998, a special planning was delineated, inside of the project of evaluation of the Program of Professional Qualification of the State of São Paulo (PEQ/SPQ)^{vi}, to accompany the egress of those courses. This planning foresees the continuity of the procedures of the former-students' interview and it includes other evaluation channels such as the Research close to the companies that can absorb that labor in the courses and the formation of control groups to compare the results in the presence or absence of the accomplishment of courses vocational. The following components were foreseen:

- *Qualitative researches*: to subsidize the quantitative research with complement data basing the analyses that will be accomplished;

- *Quantitative researches*: to evaluate the effectiveness of the Program in the capacity to generate employment and income and of provoking positive changes in the relationship: citizenship and work;
- *Secondary data of researches of employment and unemployment*: in the economic and social of the State scenarios in the period corresponding to the measurement;
- *Statistic*: Comparative analysis with accompaniments of egresses of another experiences of professional qualification;
- *Survey*: It consults to Employ Places' Commissions.

The sample design foresees the accomplishment of interviews with egresses in the activity place in three apprenticeships 6, 12 and 18 months after the conclusion of the course. Complementing the ones that was previously accomplished; he will make himself the third return to the egresses raffled in the group of training of 96. For the students that concluded the course in 97, it will be made her to 2nd visit.

The former-students' of the course employers will constitute a reflection group for to evaluate and to accompany the effectiveness of the courses in relation to the obtained work that will also be approached by means of interview.

Picture of qualitative analysis

Axes of analysis	Objective	Procedures
a) The egress and its insert in the labor market.	To identify and to classify the difficulties faced by the egresses in the insert in the labor market;	Interview with egress in the activity place. (Route 1. Egress in the activity place.)
b) The egress, the course and the promoted changes.	To identify and to classify alterations but significant that such courses promoted;	Matrix of Data Analysis of Employment/Unemployment for Document Analysis.
c) Relationship accomplished course - work obtained.	To determine the weight of the course accomplished in the process of obtaining of an occupation;	Interview with employers. (Sample). Route 2: Employers
d) Relationship accomplished course - maintenance of job	to determine the weight of the course in the maintenance of the occupation (formal or informal;	

Picture of quantitative analysis^{vii}

Axes of analysis	Objective
	To evaluate the effectiveness of the Program in the capacity to generate employment and income and of provoking positive changes in the relationship: citizenship and work.
1. I carry out of egresso in the labor market.	1. To identify the acting of the egress in the labor market
1.1. Capacidade/to get work (to obtain)	1.1. To verify the capacity of the egress in obtaining an occupation;
1.2. Capacity / to get work (to maintain);	1.2. To check the capacity of maintenance of its occupation
2. Changes after course	2. To identify and to distinguish the wanted changes or not wanted in its situation after the course;
3. Employ and income after the course	3. To recognize the improvements (position and / or surrenders) noticed in the work as consequence of the course;
4. Results of the search of employment after the course	4. To verify the conclusive results of success or failure in the employment search due to the course;
	5. To re-build the profile of the egress;

The Task Group - Egresses - GTE (integrated by professors of 3 universities^{viii}) - still produced the following picture of activities for orientation of the activities in 1998:

Activities / products

ACTIVITIES	PRODUCTS
1. General draw of the research with egresses (March)	Analysis Structure
2. Reform of Questionnaires for the three measurements (March to June)	Reformulated questionnaire and Presupposition (questionnaires A/B)
3. Preparation for Research of Field. Training (March to June)	- Manual of Training and - Training of Supervisors
4. Pesquisa qualitativa: -local of activity - Employers (March to July)	- Route 1 and 2 - Interviews in the work place. (10 interviews) - Interviews with employers (10 interviews)
5. Matriz of analysis for data of employment researches/ unemployment in the state of SP Conjuncture -analysis (subsiding the quantitative and qualitative interpretations) (March to August)	Document of analysis
6. Consults the other researches and experiences of professional qualification. (March to August)	Document of analysis
7. Conclusive General analysis (March to September)	Partial and Final Report of GT Egresses

The instrument that allowed to pick data for this purpose possesses a structure that allows: to rescue the course indeed accomplished by the egress during its qualification or retrain, the type of chosen course and the institutional relationship where this he/she interfered, to infer changes in its social situation and life conditions; in its situation and work condition; to investigate on changes after the accomplishment of the educational experience of qualification or retrain; it portrays the perceptions about the relationship among qualification, market demands and insert labored and social and, finally it seeks information on syntheses that they are operated after this experience of teaching vocational, in what it plays to right I work her and citizenship, in the employees' vision, unemployed and inactive. The possibility to accompany the residual effect of a qualification work developed through courses and / or training's interferes in the following analysis references:

Student creates expectations in moments differentiated during its qualification process: when looking for it he intends to answer to the demands that it is introduced by the labor market or then foreseen as condition " sine qua non " front which can only stick, to discourage, but it cannot ignore; in elapsing of the course new expectations they are created, another are illustrious, some rejected, as a result of the student's coexistence with the experience of the group so much with the educational ones as with dissents. It is, even so, in the embattle of the fight for the employment that the vision of the importance of the own is studied defines. Is concept of defined to get work in the project enlarged or restrictive front the reality? How to determine its success degree? Through the

absolute number of people that they / maintained its employment, they did improve its life conditions?

Like this the student's search, while egress of the course, of the manager that uses it or he/she denies employment, of former-students of another courses vocational that not PEQ, will allow that that sample design is accomplished when the results obtained in the course are still present in the optics of relationship of the egress with the labor market and the "posteriori" when those effects are already to fade and not so present.

The observed inertia evidenced little mobility, indicating the need to qualify her, because to observe that the individual stayed employee it can be desirable or not. It is necessary to evaluate this result for the reason that took the search of the course.

Qualify of the potential changes in the work live of the Egresses of vocational courses
--

Desirable	Desirable/ Undesirable	Undesirable
Promotion in the employment	To stay in the employment	To lose employment
To obtain employment	To work independently	To give up of seeking employment
	To stay inactive	

To capture the quality of that mobility, as well as, the characteristic of changes not such explicit and / or considered as changes desirable. Undesirable redirecting the most general objectives of the program in the direction of actions that they enlarges its reach.

The observed changes don't have only and observed of the individual's point of view character they can have a character of contributing for the insert of the same in the labor market, to contribute for its social reproduction or just to improve its search training and of solemnity trust that we would classify as desirable changes.

It seems opportune to indicate, still, other analysis forum: the existent relationship between unemployed and informal employment / formal in the measure in that insecure courses are correlated with initiatives and possibilities of incorporating to the world of the employment through the own business. In this sense it is that the re-orientation of the qualification offer and retrain could be being addressed to provide opportunities so that who seeks courses vocational he can find options for operacionalizar relationship among individual autonomy and employ.

The relationship between training and employment. The follow-up of participants of training courses in the State of São Paulo (Brazil)

Ruth Marilda Fricke & Newton Antonio Paciulli Bryan^{ix}

In 1996, Brazilian Ministry of Labor launched the national program by improving employment through training unemployed workers. With the intent of evaluating the program effectiveness (decrease of the unemployed rate after the course), the research was done by the network of universities (UNITRABALHO) with sample proceedings and statistics treatment in two steps: (1) by applying questionnaires during the realization of the training courses, in order to characterize the participants, the institutions and the courses (20.000 trainees sampled); (2) interviewing the sample of the trained workers (525 sampled) 6/12 months after the end of the courses by knowing effect after the training. The main result the increase of 12,5% of employment among the trainees, but other positive factors was noted the result of the training (improvement of social relationships, self-image,). The results analysis show that the public policies of improving employment and salaries through courses of professional qualification need to take in account aspects the professional orientation, creative development, social relationships, seen the worker in the global way.

The follow-up of participants of training courses in the State of São Paulo (Brazil)

In 1996, Brazilian Ministry of Labor launched the national program by improving employment through training unemployed workers. With the intent of evaluating the program effectiveness (decrease of the unemployed rate after the course), was proposed a research in two steps. The results consider that 12,5% of the former-students presented positive results in his looking for a job. But this is just one of the positive aspects of the accomplishment of these courses, how can be evaluated before the analysis of the results obtained in the investigation.

Methodology

For the accomplishment of this work, the research was done by the network of universities (UNITRABALHO) with sample proceedings and statistics treatment in two steps: (1) by applying questionnaires during the realization of the training courses, in order to characterize the participants, the institutions and the courses (20.000 trainees sampled); (2) interviewing the sample of the trained workers (525 sampled) 6/12 months after the end of the courses for knowing effects after the training.

The survey design was accomplished, with the 5% maximum sample error and the 95% confidence probability, according to definition given by Cochran^x.

$n = n' / [f / (1 - f)]$, where $n' = (z \cdot \gamma / \epsilon_r)^2$, z = value limits in the normal distribution, γ is the variation coefficient, $\gamma = (\sigma / \mu)$, ϵ_r is the maximum sample error, 'f' is the correction factor to finite population, so that $f = n / N$.

The selection of the interviewees, was randomized considering equality of attendance chances to the group sample. The former-students were interviewed in its dwellings in two phases: 6 and 12 months after the accomplishment of the course. The instrument of collection of dates, it was produced collectively by the teachers of the 10 Universities group, having been accomplished the pry-test to correct the possible flaws, seeking to minimizes the biased introduction, influenced of errors non-sampled. Tests ($\alpha=0.05$) of confidence they were applied to establish the potentiality of the results in the sense of infer population parameter's, of association (chi-square) to evaluate the relationships among the variables in study and difference of averages (t-test) to test the hypothesis of equality of averages. To pair of that treatment, they were traced the paradigms of theoretical analysis that they allowed to end on the wanted changes and undesirable, through Logistic Regression^{xi} application this accompaniment of the professional trajectory of the after class of courses, training promoted by the Brazilian government in ESP in 1996/97.

The qualification search through public resources

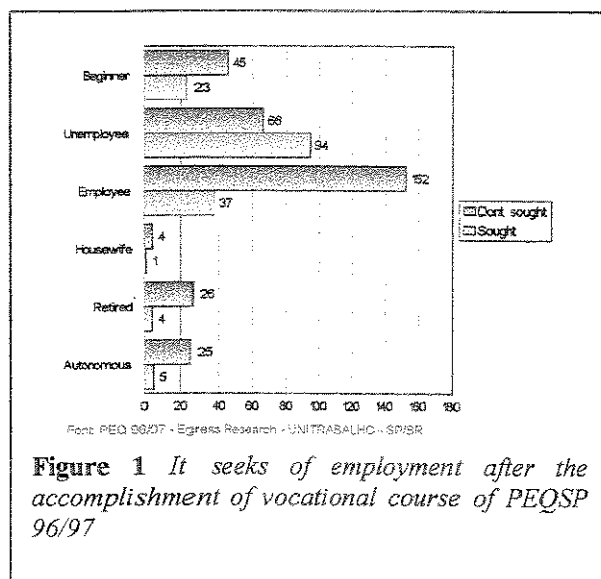


Figure 1 It seeks of employment after the accomplishment of vocational course of PEQSP 96/97

government and managers for the opening of new work fronts, nor consequently, put of work that they would absorb the labor "qualified" through the courses. On the other hand, this qualification is being activated starting from the offer of courses by institutions of teaching vocational or not and of the search empiric it's workers, both random and not systematic. In the previous study aims the real needs of qualification front to the expectations and absorption capacity thru the labor market. So none orientation is offered to the candidates with relationship to the course type that would be opportune. This procedure demonstrates that the government doesn't believe in vocational orientation or in vocation. Previous experience isn't evaluated and everybody will follow the same steps, independent of its knowledge and previous experience. The differentiation will give him by the offer and candidate's choice limited by the courses offers. The "lack of memory", that is deduced starting from this value lack, places in the same conditions people that totally ignores the specific content of the courses with another that already possess previous knowledge. The level produces the superficial and inoperative knowledge in the wanted direction that the one of obtaining employment and / or improvement in the performance in the work already developed.

Besides it can verify by the analysis of the employment search accomplished by the egresses of the courses - PEQ/96 and 97 - they prioritized other purposes starting from the end of the course. Only among the ones that they were in unemployed condition during the accomplishment of the course, the search rate, (58.75%), it overcame the one of it doesn't seek, (41.25%). In all the other work conditions the non-search, rotating around 79.2%, it overcomes the one of the employment search. Among them

The National Program of Qualification and Retraining by the work, intend to increase the workers' potential of obtaining employment. The national call for the registration in those courses is that "qualified worker is working employee". These calls attract the workers because it eats to the encounter of the employment expectations, of employment warranty and stability alone even the plows being they proposed they don't offer real chances of effectiveness. This because it doesn't happen an articulation between

we can place three different groups in relation to the expectation powders course:

- a) The performance Improvement in the employment (common situation among the employee, of the which 20% looked by new employment and autonomous with 17% of rate of employment search);
- b) Activity to fill the lazy team (typical attitude among retired workers - 13% of search rate and housewives - 20% of search rate) or that could guarantee the possibility to accomplish eventual activities with warranty of financial although eventual result and passenger without committing its current activity and condition.
- c) Improvement of the curriculum (typical among employees who beginner in the labor market, - 34% of rate of employment search). Most of the ones that is in this category are students with age inferior to 20 years, they being improved through formal study, they intend to enlarge its professional baggage with qualification courses once they don't count with professional experience in its future employment search.

The whole marketing around the courses vocational offered by the Ministry of the Work of Brazil with resources of FAT (Fund of Help to the Worker) it transmits the idea that, associated to the accomplishment of courses vocational, he meets the warranty of the employment, however, this is an unreal warranty by several reasons:

- 1) The number of vacancies in the courses is very small front to the number of convinced workers that they should be qualified or requalified;
- 2) The popularization guarantees assumed qualifications and the disputes that is a factor regulator of the wages increase. The existent vacancies by qualified work offer little it disputes in the market once few workers is in conditions of competing;
- 3) The practice, today, is the one of the closing of the work place, the vacates offers they demand specific formation, of quality, in general acquired in formal courses of second technical or university degree. The contracted courses offers, in general, training of short duration. In the face of the indiscriminate popularization of the training's, it increases the competition, the reason candidate / vacancy extender a lot grows and few they can really get that employment by the degree of demanded pre-requirements.

Several factors is interrelated with the current situation of work of the egresses: age, gender, school and profession.

The current situation of work of the egresses of the PEQ/96-97, is associated intimately, ($P < 0.01$), to the factor gender how it can observe in the square 1. The egress rates in the employees' situation present 45% associated to the masculine gender while in unemployed condition and inactive the association is of 22% larger with the feminine gender live. The employment situation is differentiated in relation to the age grouping, 56.2% of the employees is

concentrate on the age group of 21 to 40 years; 72.2% from unemployed have at most 30 years and 69.1% of the inactive had more than 50 years lives. With relationship to the school, 63.4% of the ones that possess 2nd completes degree or superior school, is employed; 72.8% of the unemployed have inferior school to the 2nd completes degree; among the inactive ones they concentrate the individuals with the lowest school and without school. Another important factor in the analysis of the conditions of survival of the egresses of the training courses provided by the Brazilian government is the degree of these individuals' responsibility in the family relationship. It is observed that 75% of the unemployed and 60.9% of the inactive ones nothing contributes to the family income, even alone 22.2% of the employees, 7% of the unemployed and 14.5% of the inactive becomes the only responsible persons by that income. This fact indicates the degree of need of positive results starting from the accomplishment of the qualification courses and professional retrain.

Another important aspect, is the one of providing live an evidence of the alliance between the capital and the State because

- a) the companies don't assumes the obligation of the training that is financed with public resources that should be destined mainly to the unemployed (resources of FAT - Fund of Help to the Worker);
- b) The companies don't commit any with thing, even with the offer of vacancies and opening of new work fronts;
- c) The government uses the own accomplishment of the courses the way to reproduce in the government, the popularization of numbers of people accomplishing courses can be highly causing impact in the society pressed by the growing lack of employment, already in discouragement situation, they looks for exits.

Square 1 *Distribution of the egresses of PEQ (96/97) according to the gender and work situation*, six/twelve months after the accomplishment of the course*

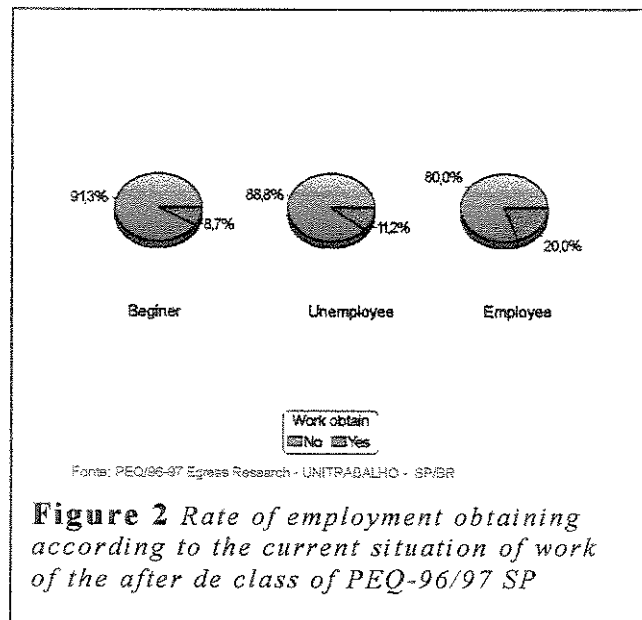
Work situation	Gender	
	Masculine	Feminine
Employee	59.2%	40.8%
Unemployed	43.7%	56.3%
Others	46.5%	53.5%

Font: PEQ 96/97-Egress research-UNITRABALHO-

One of the characteristics of these courses is that they have extremely varied durability, of 2 to attain 360 hours \ class, prevailing courses of 20 to attain 40 hours \ class. The skill training proclaimed difficulty will be reached in courses of short duration by the limitations of the team and character of the own contract accomplished between the government and the institutions that they apply or they transfer for third the courses. This demands that the same offer hours of basic, specific abilities and of administration. This demand has foundation in the need that the student have in it lives her general formation developing abilities the citizen it absorbs the new characteristics of the work relationships inside of the modern techniques of administration of the work.

The rate of employment obtaining

The rate of employment search after the accomplishment of the course also differs in relation to the own accomplished course. The level of qualification of the sought employment, is observed that inactive and unemployed looked go employment's that don't demand qualification or just qualification of short duration and the employees looked by employment's that demand technical or superior level. The largest success rate was verified among the ones that they looked by employment of superior level, of the 20% obtained employment or contract in regime of experience. This success degree is also related with the individuals that already had employment by occasion of the course. With relationship to the unemployed, 11.2% obtained success in the employment search^{xii}.

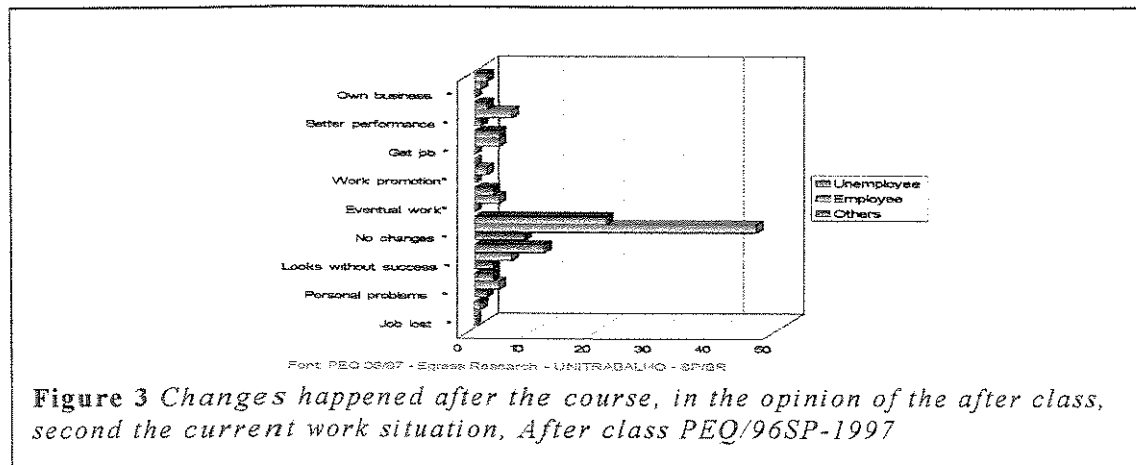


In the way general in, around 7% of the students originating from of course qualification they get adds species of paid work. Largely, they are autonomous work (informal / independently) that don't present warranties of systematic remuneration, nor they offer welfare, meanwhile by the development of the same the worker just counts with its own investment. Attain individual level, the obtained vacancy can be offered the relative survival warranty even alone almost always temporary.

The reached results, in the perspective with that they were created; it can be accompanied through worked it of Accompaniment of Egresses of the courses Vocational financed with resources of FAT in ESP^{xiii}. According to the situation of current work of the egresses, it is observed that 8.7% of the ingressantes in the labor market, 11,2% of the unemployed and 20% from the employees obtained some type of work, formal or informal, that guarantees revenue. The difference is significant betwin the three segments, indicating that the largest proportion of desirable changes happens among the individuals that already has employment.

Not always the signaled goal was reached, to " obtain employment ", even alone if the reach of the same by majored we will have other performances to be analyzed. Second analysis indicated by Dedecca,

" (...) The condition of open unemployment, in an area where preponderate the industrial paying wage, could be maintained while reemployment perspectives existed. The long duration of the crisis, when extinguish the unemployed hopes, he forced them to abandon the culture of the paying wage and to look for alternatives occupation and income, even if in its



majority they were characterized by the great precarious of the activity condition, redrawing the local labor market^{xiv}.

The changes referred by the egresses of the PEQ-96^{xv}, 12 months after the accomplishment of the course can be classified directly in two levels: desirable changes^{xvi} (21.7%), related with improvement of the performance in the work, and employment obtaining, opening of own business and accomplishment of eventual work. Also, indirectly, we have that by 60% of the employees there was not alteration that, in the face of the current reductions of personal staff. The changes that can be considered undesirable^{xvii} they reach 21.7% of the workers and they refer the employment search without success, occurrence of personal problems that interfered in the employment obtaining and employment loss. Indirectly failure was considered the fact that 50% of the unemployed didn't notice any change in its life after the accomplishment of the course.

Therefore, to the we evaluate that:

" (...) in the students' optics, when they look for the courses, they make it in the perspective of the to value of these courses to the market and also that it is these areas that offer more of the work opportunities. It seems opportune to analyze, in this sense, the existent relationship between unemployed and informal employment/formal in the measure in that failure courses plows correlated with initiatives and possibilities of incorporating to the world of the employment through the own business. In this sense it is that the reorientation of the qualification offer and retrain could be being addressed to provide opportunities alone that who seeks courses vocational it can find options for turn operational relationship among individual autonomy and job "^{xviii}.

Naturally, the offer of qualification courses and professional retrain cannot be the only answer to the insert and the workers' re-insert in the labor market. On one side, the tendency of the public power can be observed of finding exits that cannot be historically presents in the fights from workers and that mark new directions for the employment politics in the country. These new tendencies are going being countersigned gradually in the National Congress how the approval of the temporary contract of work, now still in special cases. The need stays of qualifying by the work in function of the changes in the productive process, but above all to look by the elevation of the level of formal school for reach development landings similar to the developed countries.

The qualification search among the workers

It adds offered courses and valued by the workers, they are of long duration, they really guarantee the profession (the ones of aiding of nursing) and they offer certificate of conclusion of the first degree that the student doesn't possess. Under this focus, we concluded that the worker evaluates attain the present team with pertinence the importance of the formal school, when the technological changes lives and demand training that the formal knowledge can only give it lives. This subject can be evaluated equally under two point of views important:

- a) the economic point of view where the importance of the amplification of the allied productivity levels to the return of the economic investments will lend competitiveness to the companies, in what it is fundamental the worker's contribution with training to act in those levels;
- b) The social point of view that embraces the right of the citizen to the full employment and the work and the motivates and absorption of the technological progresses they can revert in social benefits.

These considerations are very important behind the regional differences and the prevalence of the poverty alone much economic the educational and of the underemployment in our country (Brazil) the resultant of the model of concentration of income. Strong demographic pressures exist on the labor market; even alone this under the demand of the technological progresses must exercise in compensation the strong educational demand on the labor.

" Finally, there is to recognize that the dynamics by the retrain it by the employment is an implicit and explicit association on the expectations of employment improvements in the courses. This expectation generated by the process of professional education, mixed with historical revindications of the reconstruction of the Brazilian worker's citizenship, but it is important to understand that the public politics of employment and income should enlarge its spectrum of options growing by alternatives of diversified

qualification channeled it by besides the courses. The change in that qualification strategy interferes in the discussion of the future of the professional formation, in the context of economic variables and lives dynamic and where retrain and to qualify is the inflection "xix" point it lives. Of the point of view of the preparation by the work; the companies don't intend archer with the obligation of the qualification of the labor it lives. This causes an imponderable difference in access chances, to the right to the employment and work. Because the financing of that investment doesn't have an explicit responsible person It fits to the worker to find the investor if he wants to exercise its right, be to its own expense it is through the public power. Of an or in another way the managers releases being able to not of that form to incite the selective process and of it discards of labor.

References

- Berquó, E. Souza, J. Gotlieb, S. (1981). *Bioestatística*. SP, EPU.
- Box, G. Hunter, & W. Hunter, J. (1978). *Statistics for experimenters*. NY, John Wiley & Sons.
- Brighton, Labour Process Group. (1991). "O processo de trabalho capitalista" in Tomaz Silva (org) *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Carnoy, M., & Levin, H. (1987). *Escola e trabalho no estado capitalista*. Cortez Ed.
- Cochran, W. G. (1965). *Técnicas de amostragem*. Fundo de Cultura (Trad.) RJ, 1965.
- Coriat, Benjamin (1994). *Pensar pelo avesso: O modelo japonês de trabalho e organização*. Tr Emerson S. da Silva. RJ, Revan, UFRJ.
- Dedecca, C. S., & Ferreira, S. N. (1989). Transição demográfica e crescimento da PEA. *São Paulo em perspectiva*, SP, 3(3); 79-83, jul./sep.
- Dedecca, C. S. (1996). Desemprego e regulação no Brasil hoje. UNICAMP, Campinas, *Cadernos do CESIT*, 20, ago/96.
- Freeman, Chris & Soete, & Luc (1994). *Work for all or mass unemployment? computerised technical change into the 21st century*. London, Printer Publishers.
- Fricke, R. M. (1998). *Trabalhador(a) de Campinas (SP/BR)– Desemprego e Educação em tempos de globalização e qualidade: mundo real ou virtual?* UNICAMP, SP, Tese de Doutorado, (defesa Sep/98).
- Fricke, R. M., & Aguilar, L.E. (1998). Education and Employment: studying evaluation of the courses of qualification goes workers. *Ecer/98*, Slovenia, 17-20/September.
- Gorz, André (1980). *Crítica da divisão do trabalho*. SP, Martins Fontes.
- Gorz, André. UNICAMP - Faculdade de Educação - DASE Laboratório de Planejamento Educacional. *Metamorfoses do Trabalho*. Procura do

- sentido. Crítica da razão econômica. (Anexo) Texto para circulação interna.
- Mendenhall, W. (1985). *Probabilidade e Estatística*. RJ, Campus, V I e V II.
- MTb-Ministério do Trabalho - Secretaria Executiva -Secretaria de Planejamento e Orçamento. *Plano de ação: um compromisso com a mudança 1996-1998*.
- Pacheco, C. A. Os aglomerados urbanos de São Paulo: as novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista - terceirização e precarização da estrutura ocupacional nos anos 80. *Instituto de Economia - CESIT- UNICAMP*.
- Pietz, A. (1991). As relações capital - trabalho no limiar do século xxi. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 12(1), pp. 101-30.
- Pochmann, M. Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. *Instituto de Economia - CESIT- UNICAMP*.
- Pregibon, D. (1981). Logistic regression diagnostics. *The Annals of Statistics*, 9(4), July.
- Sert - Untrabalho. Relatório de avaliação do PEQ/96.
- Willis, P. (1991). *Aprendendo a ser trabalhador: Escola, resistência e reprodução social*. Tr. Tomaz Tadeu da Silva, Daise Batista. Porto Alegre, Artes Médicas.

NOTES:**Endnotes of R. M. Fricke & L. E. Aguilar (pp. 65-70)**

- ⁱ Ruth Marilda Fricke <rmfricke@main.unijui.tche.br>
 * Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil
Luis Enrique Aguilar <luis.aguilar@merconet.com.br>
 **Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, Brasil
ⁱⁱ Citation official article PLANFOR – MTB – Ministry of Labor
ⁱⁱⁱ 176 in to 1st and 2^a phase of egress 96; 369 in to 1^a phase of egress 97 - a total of 551 cases / sample
^{iv} Report of UNITRABALHO for SERT on the PEQ-97 - SP Chapter on egress text of. Luis Enrique Aguilar (UNICAMP), Ruth Marilda Fricke (doutoranda UNICAMP) and Sergio Mikio Koyama (UMC)
^v Report of the PEQ/97 accomplished by UNITRABALHO for the Clerkship of the Employment and Relationships of Work of the State of São Paulo - Brazil.
^{vi} This Work was developed, for solicitation of the own Secretary's office of the government of the Employment and Relationships of Work from São Paulo - SERT-SP for UNITRABALHO, through a group of 10 Universities from São Paulo (UNICAMP, USP, UFSCAR, UNESP (2 campi), UMC, PUC-SP, PUCCAMP, UNIFESP, UNIMEP). For more detail to consult the report presented by UNITRABALHO to SERT in fev/1998.
^{vii} Procedures are differentiated: Interviews with Reformulated Questionnaire (A) and Interviews c/. Conventional Questionnaires. (B)
^{viii} In this moment, in the sense to evaluate the model of research adopt by the professors of the universities in 1996/97, it was changed the work methodology. In this purpose, the way adopted is with Task Group - one of them is the Egresses Task Group – GTE formed by professors of 3 universities: UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas and UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba who have produced the squares presented in this paper.

Endnotes of R. M. Fricke & N. A. P. Bryan (pp. 71-76)

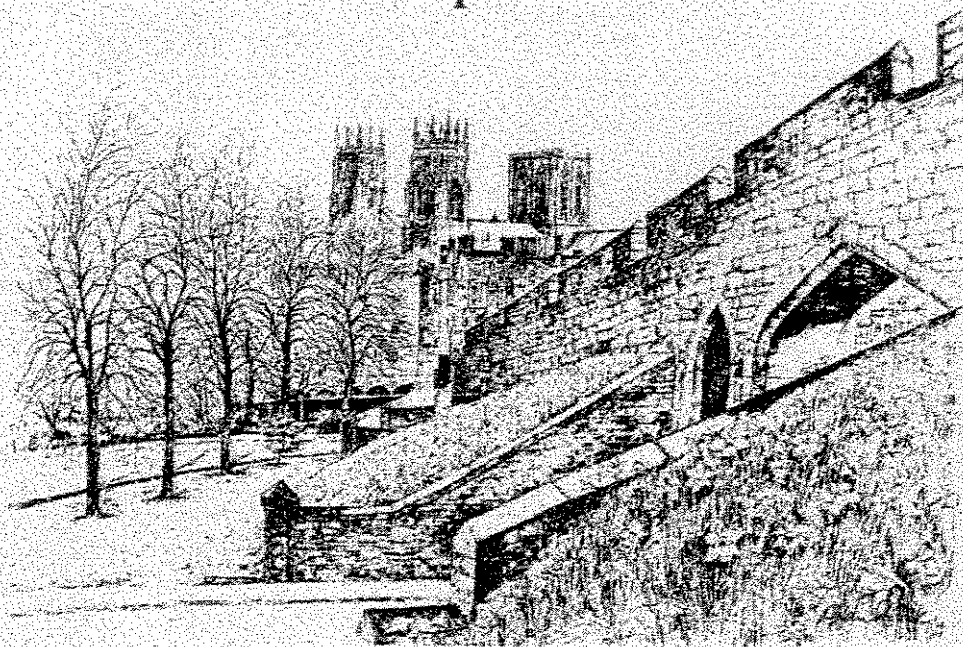
- ^{ix} Ruth Marilda Fricke <rmfricke@main.unijui.tche.br>
 * Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, Ijuí, RS, Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan <luis.aguilar@merconet.com.br>
 **Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, São Paulo, Brasil
^x COCHRAN, W. G., 1965.
ⁱ The model of regression logistics is a statistics of interest in the study of the relationships between the presence or absence of the answer front the explanatory variables as composition of the explanation of its occurrence.
ⁱⁱ Being excepted that we understand the occurrence of any change type that provides revenue for success is he permanent, temporary or eventual.
ⁱⁱⁱ This Work was developed, for solicitation of the own Secretary's office of the government of the Employment and Relationships of Work from São Paulo - SERT-SP for UNITRABALHO, through a group of 10 Universities from São Paulo (UNICAMP, USP, UFSCAR, UNESP (2 campi), UMC, PUC-SP, PUCCAMP, UNIFESP, UNIMEP) from São Paulo. For larger detail to consult the report presented by UNITRABALHO to SERT in fev/1998.
^{xiv} DEDECCA, 1996.
^{xv} These data just refer to the egresses of the courses of 1996 because the relative question to the happened changes was just asked 12 months after the end of the accomplished course.
^{xvi} For desirable changes, we are considering those that facilitate the obtaining, of own revenue or improvements in the performance in the work if appraised directly and indirectly, the permanence in situation in desirable situation, as it is the employee's case that didn't observe change and it stayed in the condition in that was.
^{xvii} For undesirable changes we are considering those that impeded or they resulted in the lack of own revenue. It is indirectly the permanence in undesirable situation, as it is the case of to be unemployed and to stay without alterations.
^{xviii} Report of UNITRABALHO for SERT on the PEQ-97 - SP Chapter on egress text of. Luis Enrique Aguilar (UNICAMP), Ruth Marilda Fricke (doutoranda UNICAMP) and Sergio Mikio Koyama (UMC)
^{xix} Idem

O presente Artigo foi apresentados pela autora desta Tese em BERA (British Educational Research Association) de 11-14 de Setembro de 1997 na cidade de York – Inglaterra e publicados na BERA (British Educational Research Association Annual Conference) conforme consta a seguir.



**British Educational Research Association
Annual Conference**

11 - 14 September 1997



Book of Abstracts

THE UNIVERSITY *of York*

nfer

Social effects of the economy's 'globalisation' in Brazil: a reflection on the view of the worker's class

Ruth M. Fricke (University of Ijuí), Dr. Newton, A. P. Bryan (University of Campinas), and João Bourschied (University of Ijuí)

The myths about the education's role in the social ascension are evaluated and defined with the 'globalization' process. This paper shows how this social effect is perceived by residents of Campinas, in high proportion of unemployed present at the investigation, 17,2% (the official index for Brazil is 5,15%). The facts are analysed through the qualification discourse, employment levels and quality. The worker's exposure to organised social movements, as agrarian's reform movement, refines the sense of reality and power, and specify its limits. They search for professional qualification and culture. In their opinion, education should include a variety of (forgotten) educational fields such as art, history, physic and emotional health...even if this does not mean employment guarantee.

O Artigo deste resumo foi apresentado pela autora desta Tese na ECER (European Conference Education Research) de 16-21 de Setembro de 1996 em Sevilha – Espanha e pode ser visto na íntegra no prefácio desta tese.

III Congreso Europeo de Investigación Educativa - Espanha

Área de concentração: Economía de la Educación

Título: Globalização, emprego e desemprego, modificações no processo de trabalho, políticas governamentais, propostas emergentes dos trabalhadores no Brasil e em outros países e seu reflexo na Educação.

Autora:

Prof. Ruth Marilda Fricke, professora titular de Estatística da UNIJUI (Universidade de Ijuí - Ijuí - RS- BR), mestre em Estatística UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas - Campinas - SP - BR), doutoranda em Educação pela mesma Universidade

Fone: (55) (055) 332 – 2091/333-6592

E-mail: "rmfricke@main.unijui.tche.br"

Co-autor e orientador:

Prof. Dr Newton Antonio Paciulli Bryan Professor do Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Educação da UNICAMP -

Fone: (55) (019) 272-5945 -

Title: Globalization, employment and unemployment, changes in the work process, government policies, proposals from work in Brazil and other countries and his reflection in Education.

Abstract

In 1995, many myths lost their power with their confrontation with the reality. Among them, we situate the discourse of globalization and competitiveness for all sectors: from the industry to the State, from the production to the Education, from the enterprise to the body of nations. However, they present the same problems: developmental niches, increase of the exclusion and subordination of the firms and the employees. The Japanese impact introduced new variables in the capitalist world and the social cost generated by the crisis in the employment's make infeasible the traditional values. The unemployment is a problem in almost all societies. In Brazil, the model of income's concentrated produce a tendency increasing of the number of people excluded by the aggravating of the unemployment in the nation. According the Census/91 of the IBGE (Geography and Statistics Brazilian Institute), 3,96% of the head Brazilian's family does not have income. Brazilians are lacking basic conditions of survival - for example - absence of bathrooms (24,1%) and collection of garbage (21,9%) and 32.768.578 are illiterate (25,15% of the Brazilian population). We are facing a lot of pressures for modification - since the model of protector State, (interventionist or not interventionist) to the work process itself. Many proposals and agreements that appear in negotiation among employees, employers, and the government, reflect the necessity for the reducing work in day and more flexibility in the contracts. As an important part of this discussion, we access the myth of qualification as work's guarantee and also from the education isolated from the context. We discuss the urge to "rethink" the position of the educational process in this present context of the human society. This will signalize to new policies whose aim is at integrated formation, working with concepts as solidarity, wide cultural formation, creativity and preparation of new work areas (environment, social, ...).